

CLEIDE APARECIDA NUNES DA SILVA FRANCO

Do confessional ao laico, do privado ao público

ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DAS
GRAÇAS, CAMPINA VERDE, MG — 1950–80

■ DOUTORADO ■

UBERLÂNDIA, MG
2015

CLEIDE APARECIDA NUNES DA SILVA FRANCO

DO CONFSSIONAL AO LAICO, DO PRIVADO AO PÚBLICO:
ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS,
CAMPINA VERDE, MG — 1950–80

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
título de Doutora em Educação, sob orientação do
Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2015

Tese submetida à comissão examinadora designada para avaliação como requisito para
defesa do grau de doutora em Educação.

Uberlândia, de de 2015

BANCA EXAMINADORA

PROFESSOR DOUTOR *Carlos Henrique de Carvalho*
Universidade Federal de Uberlândia

PROFESSOR DOUTOR *Gustavo Araújo Batista*
Universidade de Uberaba

PROFESSORA DOUTORA *Elaine Rodrigues*
Universidade de Maringá

PROFESSOR DOUTOR *Wenceslau Gonçalves Neto*
Universidade Federal de Uberlândia

PROFESSORA DOUTORA *Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro*
Universidade Federal de Uberlândia

*Eternamente, ao meu pai, Mozart (em memória), e
à minha mãe, pelo amor incondicional.*

*Aos meus irmãos, Eliane e Júnior, pelas palavras
constantes: “Estamos Juntos, Irmã!”*

Bruno e Isabela, por existirem em minha vida.

*Antonio Bosco, pela compreensão e pelo
companheirismo nas horas mais precisas.*

Agradecimentos

Agradeço em especial ao meu orientador, professor doutor Carlos Henrique de Carvalho, pelo compromisso, pela responsabilidade, pela pontualidade e pela competência. Atrelados a isso, agradeço a confiança, o incentivo e a compreensão.

Aos professores Geraldo Inácio Filho, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Karina Klinke por pontuarem assertivamente em minha qualificação.

Aos amigos construídos e edificados solidamente nesse caminho: Ricardo Nogueira Vilarinho (FACIP), Jeovandir Prado, prof. dr. Darci Souza (FAGEN) e Túlio Queijo.

Aos colegas de turma do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação e vinculados a eles indiretamente neste trajeto: James Madson Medonça e Gianni Carlos Freitas Barbosa.

Aos funcionários da Escola Nossa Senhora das Graças, Rosemeire Miranda, Helenice Faria, Talita Borges em especial, Marta Medeiros.

Aos amigos que auxiliaram “com” e na busca de fontes desta pesquisa: Aluízio de Freitas Rezende, Anita Borges, Antonio Severino, Cauby Severino, Célia Marques, Iza Lúcia Souza, João Teixeira, Lucila, Maria do Carmo, Maria Inês, Padre Onésio, Padre Sebastião, Padre Paulo, Zélia Teixeira.

A Lucila Brito Ramanery, Samira Nahass Franco e Terezinha Brito, pela cessão de seus acervos pessoais, sobretudo pela receptividade e disponibilidade com que fui recebida.

Às pessoas que de mesmo indiretamente nos deram apoio e palavras amigas: professor Armindo Quillici, Alessandra Cherain Bonacini, funcionários do Colégio Caraça, padre Geraldo Barbosa (em memória), padre Elias Chaves e funcionários da prefeitura de Campina Verde, MG.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa, que me concedeu de bolsa de pesquisa.

Resumo

A pesquisa descrita nesta tese teve, como objeto de estudo, a Escola Nossa Senhora da Graças, criada pela Congregação da Missão São Vicente de Paulo, na cidade de Campina Verde, MG. A escola foi estudada no recorte temporal 1950–80 a fim de demonstrar os embates entre os poderes públicos municipal e estadual e o setor privado quanto aos recursos para a educação. O objetivo principal da pesquisa foi caracterizar a passagem dessa escola confessional para o setor público — para o município num primeiro momento, depois para o estado. Os objetivos específicos incluíram *analisar* a formação da sociedade brasileira e a sua relação com a Igreja Católica, no que diz respeito ao embate entre o ensino público e o ensino privado, *contextualizar* os aspectos socioeconômicos e políticos e sua relação com os processos educativos da cidade, enfim, *apresentar* o movimento de fluxo escolar da escola por meio dos índices de evasão, repetência e promoção dos estudantes. As fontes que subsidiaram a pesquisa incluem *entrevista* com ex-alunos, ex-professores e funcionários; documentação da escrituração escolar (atas, regimentos, registros de matrículas, correspondências recebidas e expedidas), dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e fotografias. Na busca por evidenciar os embates entre o ensino público e o privado, destaca-se a presença da Igreja Católica como instância que contribuiu para formar a sociedade brasileira graças a sua influência só na política e na educação. Como resultado final da pesquisa, podemos afirmar que a Escola Nossa Senhora da Graças, teve apoio amplo dos poder público municipal e estadual. Dito de outro modo, a laicidade “sucumbiu” ante as dificuldades econômicas do projeto confessional implantado em Campina Verde, que se consumou após a estadualização da referida escola.

Palavras-chave: Igreja. Ensino público. Ensino privado. Laicidade. Estado.

Resumen

Esta tesis fue desarrollada en la línea de Investigación Historia e Historiografía de la Educación, y tiene como objeto de investigación la Escuela Nossa Senhora das Graças, creada por la Congregación de la Misión São Vicente de Paulo, en la ciudad de Campina Verde, en el periodo temporal de los años 1950 a 1980. El estudio de la tesis se importó en demostrar los embates ocurridos tras los poderes públicos (municipal y estadual) y el sector privado (Escuela Nossa Senhora das Graças), en lo que se refiere a los recursos para la manutención de la enseñanza en el período narrado. Así, el principal objetivo de la investigación se constituyó en caracterizar el pasaje de la escuela confesional para el sector público, en el primero momento municipal y posteriormente al gobierno del estado de Minas Gerais. Por otro lado, fueron nuestros objetivos también: a) analizar la formación de la sociedad brasileira y su relación con la Iglesia Católica, respecto al embate entre la enseñanza pública y la enseñanza privada; b) contextualizar los aspectos socioeconómicos y políticos de la ciudad de Campina Verde y su relación con los procesos educativos de la ciudad y c) presentar el movimiento del flujo escolar de la escuela, por medio de los índices de evasión, reprobación y promoción de los alumnos. Respecto a las fuentes que subsidiaron la investigación se destacan: entrevistas con exalumnos, exprofesores y funcionarios; así como considerable documentación de la escuela (atas, regimientos, registros de matrículas, correspondencias recibidas y expedidas, índices estadísticos del IBGE, y otras más). Así, en la búsqueda para evidenciar los embates entre la enseñanza pública y privada, en el ámbito del recorte indicado, destacamos la presencia de la Iglesia Católica, en cuanto instancia no solamente en el escenario político, pero también en el campo educacional. Por lo tanto, como resultado final de la investigación y, constituyéndose en la tesis de esta autora, se puede afirmar que, en el caso de la Escuela Nossa Senhora das Graças, ocurrió un amplio apoyo de los poderes públicos (municipal y estadual) en relación a esta institución privada de carácter confesional, o sea, la laicidad “sucumbió” delante de las dificultades económicas del proyecto implantado en Campina Verde, que se consumó después de la estatización de la referida escuela.

Palabras-clave: Iglesia. Enseñanza pública. Enseñanza privada. Laicidad. Estado.

Abstract

The research reported in this thesis has taken as subject matter Nossa Senhora das Graças school, created by the mission Congregação São Vicente de Paula in the city of Campina Verde, MG. It focused the 1950–80 period in order to show conflicts between municipal and state governments and the private sector over resources for education. Its main aim was to characterize the passage of this religious school to the public sector — firstly to the City Hall, then to the state government. Its specific aims included *examining* the formation of Brazilian society and its relationship with the Catholic Church, with regard to the clash between public education and private education, *contextualizing* socioeconomic and political aspects and its relationship with that city educational processes, finally, *presenting* the school functioning contained in dropout, repetition and student promotion rates. Sources to develop the research included interviews with former students, former teachers, and current personnel, besides minutes of meeting, regiments, enrollment books, correspondence received and sent, statistical data, and photographs. In the search for evidencing conflicts between public education and private one, Catholic Church stood out as an instance that helped shaping Brazilian society with its influence in politics and education. We can say that the school had broad support from municipal and state government. In other words, secularism “succumbed” before economic difficulties of the confessional project implemented in Campina Verde to the point of turning the school into a state one, public and non secular.

Keywords: Church. Public education. Private education. Secularism. State.

Lista de figuras

FIGURA 1. Campina Verde, demarcada no Triângulo Mineiro e no Estado de Minas Gerais	59
FIGURA 2. Hospital São Vicente de Paulo, 1943	61
FIGURA 3. Construção da Vila Nicolau Paula — Vila dos Pobres (1947–52)	62
FIGURA 4. Início da construção do Colégio Nossa Senhora das Graças, 1950	66
FIGURA 5. Matadouro Municipal, anos 1960	69
FIGURA 6. Rodovia BR-364	71
FIGURA 7. Inauguração da energia elétrica, 1965	73
FIGURA 8. Missa campal por ocasião da inauguração do abastecimento de energia elétrica, 1965	73
FIGURA 9. Calçamento da praça São Vicente de Paulo, ano de 1966	74
FIGURA 10. Colégio Nossa Senhora das Graças – 1970	89
FIGURA 11. Festividade escolar, anos 1960	92
FIGURA 12. Prédio em construção, 1951	93
FIGURA 13. Vista aérea do complexo educacional e religioso da Congregação da Missão São Vicente de Paulo	94
FIGURA 14. Da esquerda para direita: prédio da igreja matriz, prédio antigo do colégio (com a marquise) e prédio novo em construção, visível nos andaimes	94
FIGURA 15. Inauguração do prédio escolar da Escola Nossa Senhora das Graças	113
FIGURA 16. Descerramento da placa de inauguração do prédio escolar da Escola Nossa Senhora das Graças, importante para a sociedade campina-verdense	113

Lista de quadros

QUADRO 1. Perfil de Campina Verde, 1950	63
QUADRO 2. Movimento educacional em Campina Verde: 1838 a 1940	82
QUADRO 3. Escolas urbanas em Campina Verde, 1950–60	85
QUADRO 4. Total de escolas públicas e privadas em funcionamento, 1961–70	85
QUADRO 5. Escolas em funcionamento em Campina Verde, MG — 1971–80	87

Lista de tabelas

TABELA 1. Crescimento populacional do Brasil: Sudeste/Minas Gerais/Triângulo Mineiro/município — 1950–80	65
TABELA 2. Crescimento populacional total do município: 1950–80	66
TABELA 3. Principais atividades econômicas, 1950	67
TABELA 4. Rebanhos do município em 1955	68
TABELA 5. Pessoas com idade superior a 5 anos que leem e escrevem	79
TABELA 6. Pessoas com idade superior a 5 anos que não leem e escrevem	80
TABELA 7. Certificação por grau de estudo indicado entre pessoas com idade de 10 anos ou mais	80
TABELA 8. Pessoas com curso completo, 1950	81
TABELA 9. Valor das anuidades cobradas do curso ginásial de 1951 a 1970	99
TABELA 10. Relação entre matrículas e evasão/desistências (1951–70)	99
TABELA 11. Excerto: anos 1951–4	101
TABELA 12. Excerto: anos 1955–8	102
TABELA 13. Excerto: anos 1959–62	103
TABELA 14. Excerto: anos 1963–6	104
TABELA 15. Excerto: anos 1967–70	105
TABELA 16. Anos 1971–4: ginásio noturno	110
TABELA 17. Excerto: anos 1969–83	111

Lista de gráficos

GRÁFICO 1. Variação popular, 1950–80	65
GRÁFICO 2. Porcentuais de desistência discente a cada série–ciclo durante o período 1959–62	101
GRÁFICO 3. Evolução do ciclo nas séries de 1 ^a . a 4 ^a . no período 1951–5	102
GRÁFICO 4. Níveis de estudantes que foram reprovados/evadidos por série no período 1955–8	103
GRÁFICO 5. Porcentuais de alunos reprovados/evadidos no Colégio Nossa Senhora das Graças entre 1951 e 1952	104
GRÁFICO 6. Taxa de reprovação/evasão 1 ^a série ginasial no período 1967–74	105
GRÁFICO 7. Número de matrículas em 1970–2	108

Sumário

<i>Introdução</i>	13
Capítulo 1	
IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	22
1.1 Igreja Católica e a sociedade colonial	22
1.2 Igreja Católica e sociedade imperial	26
1.3 Igreja Católica na primeira República	29
1.4 Encíclica de Pio XI: instrumento de (re)organização da educação	31
1.5 Igreja Católica e sociedade, 1930 a 1945	39
1.6 Público e o Privado no contexto educacional brasileiro	42
1.7 Público <i>versus</i> privado: embates políticos e educacionais	45
1.8 Aprovação da lei 4.024/61	51
Capítulo 2	
DO NACIONAL AO LOCAL: AS TESSITURAS POLÍTICO-ECONÔMICAS E SOCIOEDUCACIONAIS NO ÂMBITO DAS INSTÂNCIAS LAICO-RELIGIOSAS	57
2.1 Antecedentes históricos	58
2.2 Contexto educacional em Campina Verde	78
Capítulo 3	
CONSOLIDAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: ESPECIFICIDADES DA RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	89
3.1 Responsabilidade pela educação nas relações entre colégio, município e Estado	90
3.2 Curso ginásial: declínio do ensino privado	97
3.3 Curso ginásial: implantação do período noturno	109
3.4 Curso Normal e curso de Análises Químicas	110
<i>Considerações finais</i>	121
<i>Referências</i>	125
<i>Apêndice</i>	134
<i>Anexos</i>	142

Introdução

Em 2010, cursávamos a disciplina Pesquisa em Educação (História e Historiografia da Educação) do doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Nas discussões acerca do ensino particular católico e sobre instituições educacionais confessionais em Minas Gerais, impôs-se o fato de que a Escola Estadual Nossa Senhora das Graças na cidade de Campina Verde, MG, foi uma instituição que teve a sua gênese oriunda da influência e iniciativa da Igreja Católica, assim como o ensino confessional no município desde as primeiras décadas do século XIX. A partir desse momento, nosso interesse se voltou para compreender como se deu esse processo, sobretudo as relações que se estabeleceram entre escola e Igreja Católica. Essa curiosidade foi fomentada por nossa experiência docente na referida instituição, inclusive para vários seminaristas internos da Congregação da Missão¹ que completavam seus estudos sacerdotais na escola. Da participação nessa disciplina, vieram motivações iniciais à realização da pesquisa aqui descrita. As leituras e discussões provocadas ajudaram a delinear o objeto de pesquisa até a decisão de analisá-la no enfoque que esta tese propõe.

A reflexão sobre a origem e consolidação da história da educação pode ser vista como o resultado do interesse maior dos historiadores pelas imbricações da sociedade

¹ Segundo padre Onésio Moreira Gonçalves (2015), 1970 marca o reinício do seminário interno em Campina Verde destinado à formação de padres e se estende a meados dos anos 1990.

contemporânea e pelos problemas educacionais no momento em que procuram identificar e situar os impactos dos fenômenos educativos nas várias instâncias da formação social (CARVALHO, 2010). Com efeito, os fenômenos educativos trazem diferentes planos de abordagem ao tratarmos do conceito de educação e do significado das instituições educativas. Há uma diversidade de relações passíveis de ser estabelecidas ao se conceituarem instituições escolares. Quando mediada pela história da educação, ou melhor, pela história das instituições escolares, essa diversidade permite indicar que toda ação do homem no mundo se inscreve em um quadro social simbolizado de práticas culturais institucionalizadas. Eis por que não é possível considerar as instituições educativas e aqueles que delas participam como entidades imediatas e empíricas. Nisso reside o significado da instituição educativa, que

[...] constitui, no plano histórico, como no plano pedagógico, uma totalidade em construção e organização, investindo-se numa identidade, totalidade em organização, a instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os actores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionalismos e às circunstâncias. (MAGALHÃES, 1999, p. 68).

A contribuição que as instituições escolares têm em relação à história da educação é que são “[...] localidades que não podem ser negligenciadas como amostra significativa do que realmente acontece em termos educacionais em qualquer país [...]” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 4). As escolas congregam, constroem, constituem espaços educativos e históricos. Esclarecem o passado como fontes e vão de encontro à lógica (discurso) oficial que tende, no caso da política de governos, a “[...] obscurecer a problemática real de seu sistema escolar” (p. 5). Os avanços dos estudos historiográficos (na vertente da historiografia inglesa) vão ao “[...] recorte compreensivo marcadamente macrossocial, ou seja, atribuíram grande importância às singularidades e particularidades sociais” (p. 11).

Tais elementos estão presentes nesta tese, pois justificamos a apreensão da dimensão produtiva da escola na “[...] busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, *mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos*” (p. 20, grifos nosso). Assim, o propósito desta tese é de reconstruir o processo de criação e implantação da Escola Nossa Senhora das

Graças, de modo a estabelecer, como instituição confessional e privada, sua relação com a instância pública, responsável pelo ensino público gratuito e laico. Tal relação (público–privado) alçou essa escola à condição de primeira instituição escolar pública de ensino secundário de Campina Verde, daí que foi precursora de outros níveis posteriores, tais como o primeiro e segundo graus e os cursos técnicos, no decorrer de sua história. Assim, tal escola se configura como instituição confessional privada criada pela Congregação da Missão São Vicente de Paulo² de Campina Verde, no ano de 1950, e mantida por recursos financeiros particulares, que lhe permitiram funcionar até os anos 1980.

A presença dessa congregação nesse município remonta a meados do século XIX, quando os lazaristas chegaram e edificaram a primeira instituição escolar de primeiras letras, mantida em funcionamento até 1888. Explicitamos tal fato porque, a

² A Congregação da Missão São Vicente de Paulo de Campina Verde se estabeleceu no Brasil em 1820. De acordo com padre Pasquier, o fundador da Congregação da Missão foi Vicent de Paul, nascido a 24 de abril de 1581, em uma aldeia denominada Pouy, sul da França. Filho de uma família católica, desde pequeno demonstrou vocação religiosa, tanto que se ordenou sacerdote aos 19 anos de idade. Seu ideal era trabalhar para os pobres e marginalizados. Dada a intensificação de seus trabalhos em diversos locais da França, no ano de 1625 assinou o contrato de fundação da Congregação da Missão (Lazaristas), a qual teve aprovação pontifícia em 1626, pelo arcebispo de Paris, e se espalhando França afora, assim como para fora dela (FRENCKEN, 2010). Criada a congregação, Vicent de Paul organizou a confraria das senhoras da caridade, que logo se tornou um segmento feminino: as “Filhas da caridade cristã” (Companhia das Filhas da Caridade ou Irmãs da Caridade), que teve por superiora Santa Luísa Marillac. Tanto a congregação da missão dos padres quanto a Companhia das Filhas da Caridade influenciaram no cenário educacional não só no Brasil, mas ainda em outros países da Europa e da África (ZICO, 2000). De acordo com Frencken (2010), no começo do século XXI, a Congregação se encontrava instalada em quase todos os continentes, distribuídos em 66 países. A sua estrutura é subdividida em províncias. No Brasil, existem três. Província Brasileira da Congregação, com sede na cidade do Rio de Janeiro (1845) e responsável diretamente pelo nosso objeto de pesquisa. Congregação da Missão Província do Sul, instalada em Curitiba (1969). Província de Fortaleza da Congregação da Missão, fundada em 1967. A entrada dos lazaristas no Brasil se deu em 1819, a pedido de dom João VI. A Congregação da Missão de Portugal enviou missionários para a catequização dos índios e ordenação do clero. Foram enviados de Lisboa para a cidade do Rio de Janeiro dois padres lazaristas: Leandro Rebello Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso, no intuito de exercerem as funções de “catequização” de índios no Mato Grosso. É importante ressaltar que já havia lazaristas no Brasil, mas enviados de Portugal em missões particulares ou por motivos pessoais (FRENCKEN, 2010). Os padres vieram destinados à missão de Mato Grosso, mas foram incumbidos de administrar a Fundação da Casa Serra do Caraça. Ao lado da administração do colégio caracence, estenderam as missões para o interior do estado de Minas Gerais, especificamente no Triângulo Mineiro. Foi durante esse trabalho missionário, no ano de 1826, que a Congregação da Missão São Vicente de Paulo recebeu como doação uma fração de terras as quais viriam a ser hoje o município de Campina Verde. Segundo Borges (1994), a doação foi feita aos padres lazaristas sob a condição de que fossem construídas uma igreja e uma escola de primeiras letras. Os primeiros lazaristas a iniciar as obras e formar a nova casa foram os padres Jeronymo Gonçalves de Macedo, Antônio Affonso de Moraes Torres e José Martins do Rego. Priorizaram a construção da igreja dedicada a Nossa Senhora Mãe dos e a construção de um “seminário”, com o propósito de torná-lo um colégio de formação no ano de 1834. O colégio, chamado de casa-grande, tinha o estilo colonial e foi demolido no ano de 1950, dando lugar ao prédio em que funcionou nosso objeto de pesquisa.

princípio, foi esse o nosso recorte temporal. Porém, no decorrer da pesquisa e no momento de organizar as fontes primárias, deparamo-nos com a impossibilidade de ter acesso a elas. Tais fontes se encontram na Província Brasileira da Congregação da Missão, situada na cidade do Rio de Janeiro. Após diversos contatos, inclusive com a Congregação da Missão em Roma, fomos informados de que o acesso ao arquivo histórico da congregação estava fechado para qualquer tipo de pesquisa acadêmica por período indeterminado. Diversas foram as tentativas para reconstituirmos a história da primeira instituição escolar de Campina Verde, cuja relevância histórica era ser a primeira escola confessional dos lazaristas no Triângulo Mineiro. O fato de nosso projeto inicial ter vínculo com o Colégio Caraça nos levou a recorrer a seus arquivos para coletar dados e informações relevantes para a então tese inicial; outro local de pesquisa foi o Arquivo Público Mineiro. Entretanto, no desenrolar da pesquisa, percebemos a insuficiência de documentos que pudessem nos auxiliar no desenvolvimento da investigação e na elaboração da tese.

Na revisão do recorte temporal, consideramos o período 1950–80, quando os embates entre católicos defensores da educação privada e aqueles que defendiam a educação pública ocorreram sob pontos de vista distintos. É um período no qual se consolida a luta destes últimos com aqueles que seriam signatários das escolas particulares, inseridos no momento de consolidação da industrialização no Brasil. Estes viam a educação como solução de vários problemas. Foi um momento em que o país estava discutindo as legislações educacionais — sobretudo os embates travados em torno do projeto da LDBEN, que seria aprovado em 1961 —, bem como a reestruturação da educação com vista ao estabelecimento de um sistema nacional de ensino.

Assim, o novo recorte temporal delimitado toma como ponto de partida o ano de 1950, data em que se iniciam o processo de criação da escola pelos padres lazaristas da Congregação da Missão São Vicente de Paulo e a edificação do prédio escolar, para atender ao ensino secundário, então inexistente em Campina Verde. O recorte também se justifica porque no ano de 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (lei 4.024), após embates políticos quanto ao ensino público e privado, confessional e laico. Também o justifica a reforma da educação fixando diretrizes e bases nos níveis de ensino fundamental e médio — ensino de 1º e 2º graus — com a lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Como não podia ser diferente, a Escola Nossa Senhora das Graças vivenciou tais transições legislativas.

Esse tempo foi marcado por fatos econômicos, políticos e sociais — ou seja, históricos. Nesse período foi implantada uma escola que se projeta como resultante de seu tempo. A escolha do local, do currículo, dos modos de organização é fator resultante daquele momento. Logo, ao serem registrados e analisados, podem nos possibilitar entender o seu tempo presente. Desse modo, a Escola Nossa Senhora das Graças pode ser considerada como parte de um processo de institucionalização escolar pautada na aglutinação — sociedade, Igreja e educação — nos moldes de um ensino confessional no município campina-verdense.

Desse modo, o caminho metodológico da presente pesquisa nos permitiu compreender o processo de escolarização e formação do município como um todo, evidenciando elementos importantes para a pesquisa, pois

A questão das fontes de investigação na área de História da Educação e, obviamente, na pesquisa com instituições escolares é das mais importantes e está intimamente relacionada às teorias da História, vale dizer, teorias do conhecimento. Conforme o referencial teórico adotado, o pesquisador privilegia fontes diferentes e também as interpreta a partir de diferentes enfoques e interesses práticos. (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 25).

Partindo dessa premissa, selecionamos e reunimos cópias de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, da prefeitura e da Câmara Municipal que correspondiam ao nosso interesse e do acervo documental da Escola Nossa Senhora das Graças (atas, leis e decretos municipais, relatórios anuais, autorizações de funcionamentos, escrituras, livros de atas, livros de registros de matrículas, regimentos internos de instituições). Ressaltamos que no acervo particular da escola pesquisada os documentos com data do período 1950–70 não estão todos arquivados na respectiva escola, uma vez que, ao ser estadualizada, em 1971, grande parte foi enviada à província da Congregação da Missão São Vicente de Paulo na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo os que se referiam a questões financeiras. A análise documental consistiu em evidenciar indícios implícitos e explícitos desse período para que pudéssemos levantar, catalogar e interpretar os elementos reconstituidores da memória institucional em estudo.

Conforme Ginzburg (1989, apud FRANCO, 2008), o método permite dar relevância a eventos secundários, considerados como pistas que possibilitam outras percepções da realidade, gerando condições favoráveis a uma leitura subsidiada no histórico. Assim, conforme esse autor, a nosso ver, trabalhar detalhes negligenciados a

fim de trazer à tona descobertas e interpretações permite construir hipóteses e sugerir possíveis conclusões, uma vez que,

[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas — sinais, indícios que permitem decifrá-la. [...] o que caracteriza esse saber é a capacidade, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, de remontar a realidade complexa não experimentável diretamente. (GINZBURG, 1989, p. 177).

A aproximação com os sujeitos envolvidos, no nosso caso os participantes das entrevistas, também é de suma importância, pois a instituição se estabelece no percurso entre o instituído e a institucionalização e o momento instituinte. Para Saviani (2007), o instituído seria a materialidade da escola constituída em seu espaço físico; a institucionalização seria a representação da escola em detrimento de sua organização; cabendo à instituição a apropriação das práticas pedagógicas que nortearão sua identidade e a dos sujeitos nela inserida. Para tanto, a história da educação centrada na escola reside na interação consciente das questões humanas e sociais, definindo-se e consolidando-se pela aproximação das questões centrais da educação que permeiam as mudanças socioculturais e socioeconômicas. Talvez por isso Magalhães (2004, p. 115) ressalte que

[...] o quadro epistêmico interdisciplinar em que inscreve a história de uma instituição educativa não se confina a uma abordagem descritiva ou justificativa da aplicação de uma determinada política nem à relação das instituições com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.

Compreende-se então que a história de uma escola exige estabelecer uma relação entre culturas gerais e locais. A ação de uma instituição escolar não é de natureza experimental nem sua produção corresponde a uma acumulação material. As características de alunos, professores, reitores e outros sujeitos participativos são insuficientes para a compreensão e explicação da realidade institucional. Tais variáveis têm de se articularem com o contexto: as condições materiais e financeiras, os meios e acessos. Dada essa premissa, urge então ressaltar que toda instituição escolar, ou melhor, toda história das instituições escolares, traz novos conceitos e novas práticas gerais, globais; também tem suas demandas realizadas pela história local e pela história

cultural. Nesse sentido, podemos afirmar que a história de um sistema educativo pressupõe mais que análise de um somatório de instituições escolares sobrepostas ou exclusivamente dentro de um todo isolado.

A centralização da historiografia sobre os processos e os modos de produção da realidade institucional revela que a lei e os normativos gerais são tomados de forma diversa de instituição para instituição e nos diferentes tempos de uma mesma instituição, assumindo tal aplicação as modalidades de: metainstituição, referente de partida, referente continuado. (MAGALHÃES, 2004, p. 114)

À luz desses pressupostos, realizamos entrevistas com um grupo de oito pessoas de diferentes segmentos: ex-professores, ex-alunos, padres, ex-prefeitos e ex-secretária da Educação que estiveram presentes no contexto da instituição daquele tempo, como também memorialistas do município.

Contudo, convém ressaltar que nem todos os relatos foram utilizados na pesquisa devido às delimitações que o tempo nos impôs. Como critério para escolher os entrevistados, optamos pelos que foram estudantes e, depois, professores na mesma instituição. Cremos que assim poderíamos apreender sua relação com a escola segundo dois enfoques: o discente e o docente. Apresentamos nossos questionamentos³ para os participantes, mas lhe esclarecemos que não haveria a necessidade de ficar “presos” a eles: estariam livres para elucidar algum outro fato que julgassem importante. Os questionamentos foram feitos informalmente para que pudéssemos, depois, entrelaçá-los com dados dos documentos oficiais. Para analisar o escopo documental reunido, elegemos uma bibliografia que nos possibilitasse enfrentar os desafios colocados pela documentação: legislações educacionais essenciais ao recorte temporal escolhido, como também obras de autores pertinentes à problemática trabalhada.

Com esse aparato, estabelecemos objetivos para a pesquisa: *analisar* como em um Estado dito laico legalmente se institui uma escola cuja gênese é confessional e que, mesmo após ser estadualizada, continua com as mesmas aptidões religiosas; *contextualizar* a criação e o desenvolvimento da Escola Estadual Nossa Senhora das Graças com base em dados econômicos, sociais e políticos que tenham influenciado em

³ As indagações que fizemos aos entrevistados foram estas: “Enquanto aluno, gostaria que me dissesse como era o dia a dia do colégio: como funcionava, a quem atendia, e assim por diante. Qual o motivo de as turmas começarem com um número significativo de alunos e na maioria das vezes terminavam com um reduzido? O que representou o colégio para a sociedade de Campina Verde naquela época? Ficavam muitas pessoas sem estudar, ou seja, cursar o ginásio? Como a sociedade reagiu ao movimento de estadualização e qual foi sua participação?”.

seu modelo de educação. Isso poderia contribuir para a produção de conhecimentos úteis a outras perspectivas e, assim, evidenciar a importância dos colégios no contexto da educação nacional, regional e local.

Partimos da premissa de que a passagem da Escola Nossa Senhora das Graças de confessional para estadualizada ocorreu devido à impossibilidade de manutenção do ensino da Congregação da Missão São Vicente de Paulo em Campina Verde: construir uma escola secundária de grande porte quando as políticas públicas incentivavam as instituições privadas sem levar em conta a demanda de alunos do município e da região. Dada essa hipótese, procuramos analisar o movimento de fluxo de escolas e estudantes e sua demanda em Campina Verde e na escola em estudo.

Dito isso, articulamos esta tese em três capítulos.

No capítulo 1, tratamos da presença da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira procurando evidenciar como os católicos a compõem desde a colonização. A presença religiosa influenciou valores sociais e religiosos, sobretudo valores educacionais, pois sua constituição hierárquica é composta por uma elite intelectual que permite criar instituições educativas, de início com jesuítas, depois com o movimento ultramontano e outras ordens religiosas, no decorrer dos períodos históricos do Brasil. O capítulo alude aos embates entre a Igreja Católica e defensores da educação laica e pública, bem como às estratégias do clero religioso para manter sua influência e permanência no campo educacional, em especial pela encíclica *Divini Illius Magistri*, a qual dirigia um novo comportamento diante do movimento de laicização.

No capítulo 2, contextualizamos nosso objeto de pesquisa evidenciando os aspectos demográficos, econômicos e políticos vinculando ao processo de racionalização urbana de Campina Verde no período em que a ideologia desenvolvimentista delineava mudanças significativas. Inserimos nosso objeto de pesquisa dentro do contexto educacional de modo a sinalizar o seu processo de estruturação e dinamização em relação à oferta do ensino local.

No capítulo 3, traçamos a relação entre os membros da congregação da Missão São Vicente de Paulo de Campina Verde e o poder político municipal e estadual no intuito de demonstrar a prevalência do ensino privado sobre o ensino público no município e como o processo contrário se efetivou no período 1950–80.

Uma última observação se faz pertinente para mais esclarecimentos. A escola objeto da pesquisa apresentada nesta tese teve várias denominações, que foram mudando de acordo com as legislações no decorrer dos tempos. Os primeiros

documentos dos anos 1950 trazem Instituto do Ginásio Nossa Senhora das Graças. Após a regulamentação dos documentos e o reconhecimento, passou a ser Colégio Nossa Senhora das Graças. Depois de ter todos os níveis de ensino estadualizados. Veio a ser Escola Estadual Nossa Senhora das Graças de primeiro e segundo graus. O que queremos dizer é que com essas mudanças a escola nunca deixou de ser chamada por colégio: nomenclatura unânime em meio a quase todos os campina-verdenses. Talvez pela importância que desempenhou como colégio e por ser o único até a presente data a oferecer o ensino médio completo de caráter público. Assim, elegemos para efeito desta investigação a Escola Estadual Nossa Senhora das Graças como colégio em todo o trabalho, salvo passagens que demandarem outro termo.

1

Igreja Católica na formação da sociedade brasileira

Considerações iniciais

As relações entre o público, referente ao Estado e o privado, referente a Igreja Católica no Brasil suscitaram muitos embates políticos, em especial o jogo de interesses e tensões presente em um Estado legalmente laico e num contexto de sistematização educacional. Compreender essas relações pressupõe entender o contexto histórico da inserção da Igreja no país e sua influência na formação da sociedade; e tal compreensão pode ser facilitada por uma apresentação breve das fases históricas por que passou o país, haja vista que podem elucidar os momentos de conflitos entre poder civil e poder eclesiástico após a entrada deste na colônia. Assim, neste capítulo analisamos as implicações de tais relações nos contextos sociais e políticos que permearam o período imperial e republicano a fim de demonstrar o caráter institucional da Igreja, suas implicações e suas relações com a sociedade, a política e a educação, em especial no recorte temporal da pesquisa aqui descrita.

1.1 Igreja Católica e sociedade colonial

Desde seus primórdios, o Brasil se constituiu segundo características do humanismo clássico. Nessa constituição, a Igreja Católica foi uma instituição norteadora dos princípios educacionais e disseminadora de escolas confessionais. De tal

modo, usou sua influência⁴ por meio de mecanismos de poder e permanência. Os objetivos de influência da Igreja instaurada desde o tempo colonial seguiram o movimento e o modo de interação entre Estado, Igreja nacional e a Santa Sé.⁵ Essa relação nem sempre foi efetivada por essa tríade; houve momentos na história — até de outros países — em que as relações de influência foram bilaterais: ora a Igreja nacional se aliava ao Estado, ora se submetia à Santa Sé.

No entorno desse movimento, a Igreja foi moldada aqui. O Estado de Portugal e a Igreja Universal⁶ atuavam juntos nos interesses econômicos, políticos e religiosos em torno da conquista de terras, mercados, escravos, ou seja, “[...] conquistas de almas” a ser catequizadas e doutrinadas (BRUNEAU, 1974, p. 33). Na relação Igreja–Estado, um aspecto importante está no regime do padroado, direito que poderíamos caracterizar como “apadrinhamento” que permitia aos reis de Portugal e Espanha conferirem assuntos religiosos nas terras descobertas e colonizadas na expansão ultramarina (BRUNEAU, 1974). Tais poderes pontifícios legitimavam o controle do Estado sobre a Igreja, uma vez que cabia a esta o direito total de nomear bispos, cônegos e párocos, arrecadar dízimos, organizar comunidades religiosas e dispor delas, definir lugares para construir igrejas, definir o número necessário de missionários para evangelização e subsidiar gastos. A Igreja não tinha autonomia nem poder de decisão sobre suas ações; mesmo mantendo uma relação de união com a Coroa, conservava seu status de dependência política, econômica e social, o que de certa forma influenciou na formação da sociedade e na criação e difusão de modelos de ensino no decorrer da história das instituições escolares brasileiras mediadas pelas ordens religiosas.⁷

Dentre tais ordens, a Companhia de Jesus⁸ teve papel imprescindível no fortalecimento de uma Igreja submissa e na manutenção do forte vínculo com a educação no período colonial. Chegando em 1549, ano do estabelecimento do primeiro

⁴ Influência como “[...] capacidade de fazer alguém agir de uma determinada maneira; poder é um mecanismo. O que é característico do poder é o fato de estar ligado à coerção positiva e negativa, estando por isso, por definição ligado ao Estado enquanto este corpo é o que regula a coerção física e a distribuição dos valores e recursos da sociedade” (BRUNEAU, 1974, p. 19).

⁵ Santa Sé é personificação jurídica do Vaticano, que tem o papa — o santo padre, o pontífice — como representante supremo e religioso de Igreja e de governo.

⁶ Entendemos o termo Igreja Universal como Igreja Católica Romana — centro do Vaticano onde se estabelecem o controle e a doutrina das outras igrejas. A Igreja nacional é parte da Igreja maior.

⁷ São denominadas ordens religiosas as organizações criadas antes do Concílio de Trento (1545). A partir de então, foram denominadas de congregações.

⁸ A ordem religiosa Companhia de Jesus — jesuítas — foi fundada em 1534, por Inácio de Loyola, seu líder.

Governo Geral, o intento dos jesuítas⁹ era a catequização dos índios e sua conversão. Para alcançar tal objetivo, utilizaram o viés da educação, ou seja, a instrução como meio, em escolas elementares e secundárias, em seminários, em colégios e em escolas de ler e escrever. A “educação”, como obra de evangelização, foi importante instrumento para o enquadramento dos indivíduos em um projeto de sociedade orquestrado ora pela Igreja, ora pelo Estado. Em outras palavras, o catolicismo se organizou durante toda a colonização lusa para reunir os setores sociais em torno do projeto lusitano que se concretizou na formação de uma sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata (AZZI, 2008). A forma de organização da colônia para estabelecer o controle mercantil de seu interesse foi a distribuição de terras àqueles que se comprometiam com o plantio de gêneros agrícolas, sobretudo cana-de-açúcar. A expansão dos engenhos trouxe a necessidade de mais mão de obra, resultando no comércio de negros de origem africana sob o regime de escravidão. De acordo com Azzi (2008), como resultado dessa expansão agrária, a sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata foi formada aos poucos até os fins do século XIX, o que enfraquece por completo o projeto inicial de conversão dos índios. A junção do processo de escravidão com a produção açucareira e atuação dos religiosos na colônia lusitana se configurou como dispositivo propulsor do empreendimento colonial articulado entre uma economia exportadora e a exploração da mão de obra escrava. Segundo Pimenta (2015, s. p.), “Não há colonização sem expansão da fé, não há colonização puramente econômica”.

Nessa relação entre Igreja e Estado se ergueu a sociedade colonial. Por um lado, a Coroa consentiu favores e proteção aos empreendimentos jesuíticos; por outro, os jesuítas se envolveram com questões materiais¹⁰ e espirituais a favor da manutenção de seus empreendimentos (SAVIANI, 2010). A relação de cooperação entre ambos favoreceu o poder de influência da companhia em quase todo o território da colônia, provocando receios de uma possível ameaça à ordem e ao poder monárquico. Proprietários de grande extensão de terras e vários colégios, sintonizados com as regras do jogo do capitalismo em ascensão e beneficiados pelo trabalho escravo e pela isenção de tarifas, os jesuítas foram acusados de lesar os interesses da Coroa de tal modo, que

⁹ Os jesuítas foram os primeiros professores a oferecer a educação formal; o princípio educativo que sustentava suas atividades pedagógicas se baseava no projeto *Ratio studiorum*, cuja característica fundamental seria a organização de um processo de ensino e aprendizagem fundado em uma concepção mnemônica de ensino.

¹⁰ Colégios, seminários, igrejas, casas de aluguel, terras para cultivo, fazendas, engenhos, currais e um número considerável de escravos para sua manutenção (SAVIANI, 2010).

em 1759 o marquês de Pombal os expulsou¹¹ (BRUNEAU, 1974). Devido ao fechamento de vários colégios jesuítas, a educação na colônia se desestruturou, e todo fracasso educacional ocorrido, tanto na metrópole quanto na colônia, foi atribuído à Companhia de Jesus durante a administração do ministro marquês de Pombal, mas que continuou ainda por longo período sem uma organização eficiente e convergente para os interesses políticos e sociais.

Na segunda metade do século XVIII, a participação dos leigos ganhou cenário com a expulsão dos jesuítas.

Conseguiram importantes organizações dentro da Igreja no Brasil, pelas confrarias, irmandades ou ordens terceiras, herdadas do passado português. Que floresceram nas vilas brasileiras e especialmente em Minas Gerais. As irmandades representavam a verdade racial, social e ideológica da sociedade [...]. (HOORNAERT, 1994, p. 21).

A evangelização via educação nos três primeiros séculos, diz Hoornaert (1994), ocorreu em cinco ciclos: litorâneo, sertanejo, maranhense, mineiro e paulista. Todos sob a tutela e orientação do Padroado Real: jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos. Restringe-se aqui ao ciclo mineiro, diferente dos outros “[...] por ser formado por movimentos leigos e não clericais, devido à política desenvolvida pelo Estado português em relação às áreas de mineração no Brasil”. Isso ocorria por conta do temor do Estado quanto à “[...] relativa independência das ordens religiosas”. Assim, o ciclo mineiro é formado pelas “ordens terceiras”, expressões leigas calcadas no modelo clerical. O período mineiro caracteriza-se por igrejas sem conventos (HOORNAERT, 1994, p. 61).

A análise de Holanda (2010b, p. 77–8) é substancial aqui:

Há uma característica na formação religiosa de Minas: a inexistência durante todo o período colonial de ordens e congregações religiosas. Escandalizados os povos com a atitude menos edificante de alguns clérigos, contagiados pela cobiça do ouro levaram o governo real a proibir o estabelecimento de conventos e casas religiosas em todo o território das Minas. No princípio do século XVIII erigiram os franciscanos alguns hospícios, mas não conventos. *Só no reinado de D. João VI vão estabelecer-se os lazaristas na serra do Caraça.* A influência das ordens religiosas, especialmente dos franciscanos, fez-se sentir através das missões. É esse o aspecto chocante na formação mineira. Até mesmo do ponto de vista arquitetônico há talvez qualquer coisa no catolicismo em Minas (quando comparado ao baiano, por exemplo) que nos faz sentir a falta da nota característica das grandes comunidades religiosas. (Grifo nosso).

¹¹ Sebastião de Carvalho e Melo, ministro do rei José I de Portugal no período de 1750 a 1777.

Ao analisarmos o caso da extensão do Caraça em Campo Belo (hoje Campina Verde), verificamos que procede a argumentação de Hoornaert (1994, p. 61): os jesuítas não formavam ordens terceiras, “[...] o que explica que a influência jesuítica, mais dinâmica e menos tradicionalista, nas regiões mineiras tenha sido mínima”. Daí que “A questão que resultou na expulsão dos jesuítas não é, pois, basicamente, nem a do ensino ultrapassado e autoritário, nem a relação com Roma, nem a da riqueza: é a do destino da América” (HOORNAERT, 1994, p. 30). Destinava-se uma América e um Brasil, colonizado e escravista, ou uma América e um Brasil na ordem do capitalismo, já avançado na Europa e ainda incipiente na América? Convém frisar que estávamos avançados quanto à filosofia no iluminismo, à ciência e à política no positivismo, e à organização econômica, no liberalismo. Em suma, os ideais liberais estavam sendo construídos. Esse modelo não admitia o tradicionalismo da educação jesuítica, o modelo da economia escravocrata e monárquica centralizadora e sem o parlamentarismo.¹²

Essas observações iniciais buscam localizar as Minas e os lazaristas; sobretudo como estes adentram Campo Belo, oriundos do Caraça, a herança religiosa de Minas e o cenário (e status) para esses “desbravadores” das terras de um Campo onde habitavam bugres que precisavam da “palavra do Senhor”.

1.2 Igreja Católica e sociedade imperial

A transição de colônia para Brasil independente pode ser considerada como marco importante da organização do Estado e do estabelecimento de suas políticas públicas e administrativas. Porém, no âmbito social e econômico, pouco mudou. A elite dirigente da ex-colônia e o poder eclesiástico se mantiveram à frente na administração do país. O sistema de exclusão e exploração permaneceu, por meio do coronelismo, do voto censitário, do analfabetismo e pela libertação dos escravos sem um planejamento de readequação no contexto dessa nova sociedade. A própria outorga da primeira Constituição em 1824 demonstra que fora imposta para atender aos interesses monárquicos, das elites e da Igreja Católica. A Carta de 1824 oficializou o catolicismo como religião do Brasil independente e estabeleceu alicerces determinantes de

¹² Cabe dizer que esse movimento ganha força e potencialidade com as ideias iluministas e liberais, que ajudam a construir um modelo político-econômico com base na liberdade, justiça e igualdade, base da República.

cooperação mútua entre o poder civil e eclesiástico, mesmo ainda sob o regime do Padroado e do regalismo.¹³

A relação entre Estado e Igreja no Brasil não foi um arranjo momentâneo, tático, superficial. Tratou-se de um acordo estratégico, orgânico, que serviu para manutenção de ambos. Gonçalves Neto (2010, p. 199–200) retrata que tal articulação teve como base interesses e dependências de ambos.

[...] tiravam benefícios específicos dessa relação. O Estado assegurava o apoio de um setor com grande penetração numa sociedade maciçamente católica, e a Igreja garantiu rendas e acesso ao poder por conta dos serviços que passou a prestar ao Estado, como controle de nascimentos, casamentos, óbitos, eleições etc.

Dessa forma, a participação do clero em várias funções civis lhes conferiu uma considerável influência nas questões relacionadas com a política sobre as comunidades.

No entanto, a relação de coalizão não perdurou. O império, sob os mesmos receios que levaram à expulsão dos jesuítas antes, aumentou o controle do Estado sobre o clero, sobretudo as ordens religiosas, proibindo a entrada de outras que fossem estrangeiras. De acordo com Santirocchi (2014), a relação conflituosa entre Igreja e Estado nessa época acabava demonstrando que os dois poderes — civil e eclesiástico — estavam em um processo de institucionalização no qual moldavam entre si seus respectivos desenvolvimentos. Eram aliados e adversários concomitantes. Além disso, havia relações conflituosas entre os próprios clérigos: a partir de 1826, após a elaboração da Constituinte de 1824, os clérigos se dividiram em duas correntes. De um lado, os que compartilhavam das ideias liberais e regalistas; de outro, os ultramontanos,¹⁴ que atuavam por meio do episcopado e com ajuda dos representantes pontifícios, das ordens religiosas reformadas, como as dos lazaristas, capuchinos, jesuítas e das congregações femininas, tais como as Filhas da Caridade e as Irmãs de São José (SANTIROCCHI, 2013).

¹³ O regalismo, diz Santirocchi (2013), caracterizava-se por uma modificação unilateral feita pelo Estado das leis ou dos costumes que definem os limites e as respectivas funções dos 17 poderes civis e espirituais. As justificativas para tais atos se modificaram no decorrer de épocas e de sociedades. O padroado é distinto do regalismo, pois é um direito reconhecido por ambos os poderes. O mesmo não pode ser dito do beneplácito e do recurso à coroa, que nunca foram aceitos pela Santa Sé. Daí que são exemplos típicos de regalismo.

¹⁴ O pensamento ultramontano foi sendo introduzido no país lentamente, veiculado pela presença de cleros estrangeiros e/ou brasileiros que tinham tido a sua formação no exterior, enquanto os princípios de romanização foram se infiltrando no interior da Igreja Católica brasileira a partir da segunda metade do século XIX.

Os embates entre o poder civil e os eclesiásticos e os embates entre os grupos católicos geraram revoltas e disputas entre eles que se agravaram no decorrer do século XIX. Foram diversos os movimentos revolucionários protagonizados pelos dois poderes. Dentre eles, destacamos a revolução liberal de 1842, primeiro movimento revolucionário armado deflagrado pelo Partido Liberal¹⁵ em oposição ao comando político do Partido Conservador¹⁶ e desencadeado nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.¹⁷ De acordo com Santirocchi (2013), no desenrolar do conflito, os padres Antônio Viçoso¹⁸ e Antonio de Mello, conservadores e de formação ultramontana, declararam a defesa da ordem e da autoridade constituída a favor do governo. A posição tomada pelos padres ultramontanos os levou a estabelecer uma aliança pacífica com o governo e ser nomeados bispos, como diversos outros padres em diversas regiões do império.

Mesmo com o apaziguar das revoluções, a Questão Religiosa¹⁹ ocorrida entre 1872 e 1875 veio à tona. Nesse ínterim, o quadro que se desenhou até o final do século XIX foi a crise do regalismo do império, motivada por dois sentidos: a Igreja — resistindo ao regalismo — passa a ver o Estado como instituição inapta a apoiá-la em seus propósitos devido às ideias liberais que o permeavam; e o Estado perde o interesse em reformar ou reformular a Igreja, tendendo mais a afastá-la das questões políticas (PIERUCCI, 2007). O arrefecimento das relações ideológicas trouxe para esse contexto o enfraquecimento do poder eclesiástico e a intensificação da ordem política do Estado que se instala no ano de 1889, conforme veremos a seguir.

¹⁵ Partido político imperial que defendia os interesses dos senhores rurais, a autonomia das províncias e a representação nacional por meio de deputados eleitos.

¹⁶ Partido político imperial defensor da manutenção política das elites escravocratas rurais por meio de um poder central forte.

¹⁷ O desdobramento dessa revolução trouxe impactos para a província de Minas Gerais, especificamente para Campina Verde (Campo Belo), onde se refletiu no desenvolvimento da cidade, ou seja, no processo educacional. O padre lazarista Antonio Viçoso, no momento da revolução liberal, era diretor do Colégio Caraça. Com a revolução liberal instalada em Minas Gerais, o referido colégio foi transferido para Campina Verde (Campo Belo). O Colégio do Caraça funcionou agregado ao colégio de Campina Verde até 1956, quando retornou à sua sede de origem. A sua transferência deu impulso para a primeira instituição escolar e a região (BORGES, 1994).

¹⁸ Dom Antonio José Ferreira Viçoso (1787–1875), natural de Portugal, foi ordenado sacerdote pela Congregação da Missão São Vicente de Paulo em 1818, na Sé Patriarcal de Lisboa. Em 1819, o superior da Congregação da Missão, atendendo ao pedido de dom João VI, para que mandasse sacerdotes para o Brasil, enviou padre Viçoso e seu coirmão padre Leandro Rabelo de Castro. Ambos foram encaminhados ao interior de Minas e instalaram o Colégio Caraça, que se tornaria Colégio de Campo Belo (Campina Verde).

¹⁹ Movimento resultante do conflito ocorrido na década de 1870 entre Igreja Católica, maçonaria e questões do Estado, fundamentadas nas discrepâncias ideológicas entre o ultramontanismo, liberalismo e regime do padroado.

1.3 Igreja Católica na primeira República

Os conflitos ocorridos no Brasil colônia dificultaram de forma significativa a relação entre os poderes civis e eclesiásticos nos finais do século XIX. Mesmo mantendo alguns vínculos com o poder governamental, a proclamação da República, em 1889, trouxe transformações estruturais de impacto para a Igreja Católica, quando ocorreu sua separação legal do poder estatal, instituído pelo decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890.

A separação entre Estado e Igreja não ocorreu de forma serena. Foi um processo gradativo e intenso, “[...] marcado por tensões, enfrentamentos, avanços e recuos, negociações, debates na imprensa, nos púlpitos e no parlamento etc.” (GONÇALVES NETO, 2010, p. 200). São centrais nesse conflito entre Estado e Igreja questões como o fim do padroado, a instituição do casamento civil, a secularização dos cemitérios, a liberdade de crença e culto, o ensino leigo nas escolas públicas, a perda dos direitos políticos no caso de isenção do dever cívico por questões religiosas, a proibição de votar e ocupar cargos letivos aos membros de congregações e associações sujeitas a voto de obediência e a proibição de qualquer tipo de subsídio do Estado a qualquer Igreja. Por terem sido conduzidas pela Igreja durante séculos, tais questões não são resolvidas com a República, logo os debates entram no século XX (PIERUCCI, 2007).

De acordo com Azzi (2008), o corte do auxílio econômico do governo republicano atingiu a Igreja do Brasil. Porém, o princípio federativo abriu espaço para que cada estado formulasse, em sua Constituição, dispositivos que estivessem em consonância com a sua realidade local no que tange ao estatuto jurídico da Igreja nos estados. Parece-nos que nem todas as constituições estaduais conferiam a homogeneidade ideológica e programática, pois, a exemplo, São Paulo subsidiou os missionários capuchinos para a catequese dos índios e a Constituição de Minas Gerais abriu seu preâmbulo em nome de Deus, abolido na Carta Magna do país (PIERUCCI, 2007).

Para a Igreja Católica retomar seu status de influência e poder no campo educacional, bastaria que o Estado reformulasse o texto jurídico da Lei de Separação e estabelecesse apoio coercitivo do poder público. Parece não terem se atentado que a laicização progressiva da sociedade naquela época era resultante de outros fatores, como a urbanização e o desenvolvimento industrial, tecnológico e científico em curso (AZZI, 2008). Além dessas questões de ordem prática, ao movimento republicano no Brasil,

iniciado no século XIX, subjazia não só o puro desejo de laicização, mas também ideias liberais vigentes na Europa, que permearam tanto a sociedade quanto o poder político do Estado na busca de se constituírem sob os ideais de uma sociedade avançada segundo os preceitos da liberdade e da igualdade. Era um movimento que condensava ideais contrários à ideologia religiosa então vigente. Manifestou-se, assim, um movimento em defesa de uma educação que fosse conduzida não mais pela Igreja e que fosse centralizada no Estado. Gonçalves Neto (2010, p. 202) aponta que tais princípios liberais vão “[...] contrariar diretamente a Igreja Católica, detentora majoritária das artes do ensino até então. O surgimento de um concorrente do porte do Estado colocará a Igreja na defensiva também no campo educacional”.

Diante disso, “[...] como se elabora a estratégia da Igreja em face da nova ordem?”. O questionamento de Pierucci (2007, p. 342) nos leva a destacar, dentre outros documentos pontifícios, a encíclica *Divini Illius Magistri*, do papa Pio XI (31 de dezembro de 1929). A encíclica, feita para minimizar os conflitos educacionais do momento, foi uma resposta da Igreja Católica ao processo de laicização que estava em curso no ocidente. As suas diretrizes sinalizavam questionamentos sobre a quem cabia, por direito, educar a sociedade brasileira e impunha às dioceses, congregações e paróquias um novo comportamento diante do quadro do qual a Igreja, na visão da Santa Sé, se via excluída. De fato, a encíclica provocou ressonâncias em diversas regiões no âmbito das discussões referentes ao ato legal de laicizar a educação, sobretudo entre alguns políticos mais conservadores que se coadunavam com a importância do ensino religioso e a coalizão Igreja–Estado.

Em Minas Gerais, berço das ideias liberais no século XVIII, a política conservadora²⁰ se manteve no novo regime (AZZI, 2008), pois “[...] a cultura regional valorizava as raízes das cidades pequenas, as velhas famílias, e o passado de mineração, desenvolvendo a agricultura e a pecuária, e mantendo uma mentalidade marcadamente interiorana” (WIRTH, 1982 apud AZZI, 2008, p. 215). A presença de vários religiosos vindos da Europa contribuiu para a permanência das mentalidades ultramontanas e seu rigor ético no estado mineiro. Desse modo, apesar da separação entre Igreja e Estado, a relação entre os dois poderes em Minas Gerais foi de colaboração e respeito mútuo, pois diversos líderes políticos, além de declararem sua fé católica, mostravam-se dispostos a

²⁰ Segundo Azzi (2008), foi em Minas Gerais que teve início, no século XIX, o movimento dos bispos reformadores, liderados por dom Antonio Viçoso — um dos idealizadores da primeira instituição escolar em Campina Verde —, consolidando o catolicismo romanizado na região mineira.

colaborar com a instituição católica em vista da manutenção da ordem social mineira. De fato, no ano de 1929, o ensino religioso foi autorizado²¹ dentro do horário escolar nas escolas públicas mineiras (AZZI, 2008).

Esses termos trarão uma reação da Igreja de forma muito articulada. Quando se coloca na defensiva, também busca ostensivamente se aproximar do Estado. Dessa forma, mesmo apartada deste, ela manteria relações com o Estado. Havia um Estado liberal — que requer cidadãos, mas não tem as condições de constituir-los — e uma Igreja oferecendo seus serviços “[...] aos governos, propondo formar ‘bons cidadãos’, afeitos às normas, à hierarquia, ao respeito das tradições” (GONÇALVES NETO, 2010, p. 204). Nesse campo, a Igreja estava muito fortalecida, e o Estado, não tendo condições de assumir o papel de indutor de formação educacional, vai abraçar tais préstimos. A presença da Igreja se voltou à tona com as mudanças políticas ocorridas em 1930, pois até então, desde a proclamação da República, “[...] cria-se um vazio de poder, preenchido por Roma, quando fracassam as tentativas dos Bispos brasileiros de criarem seus próprios mecanismos de articulação interna, guardando um certo controle sobre a Igreja Brasileira” (PIERUCCI, 2007, p. 362).

1.4 Encíclica de Pio XI: instrumento de (re)organização da educação católica

A formação do ideário educacional no Brasil, após a proclamação da República, teve vários embates entre liberais e católicos. Em especial a partir dos anos 1920, foram realizadas reformas educacionais, assim como foram se consolidando propostas em torno de uma educação estatal. A estatização da educação consiste em um dos embates centrais entre os renovadores escolanovistas e católicos, tratando a educação sob orientação estatal ou do ensino confessional católico. Além dessa luta central, outras foram se estabelecendo, como a disputa entre ensino leigo e religioso, educação sexista (coeducação), direito de escolha das famílias pela educação, descentralização *versus* centralização, enfim, ensino público ou privado. Para apresentar elementos subsidiários da problematização, introduzimos neste capítulo a encíclica do papa Pio XI, que trata da formação educacional da juventude católica. Esse documento vai orientar a Igreja em seu plano de expansão e controle de educação, buscando influenciar os projetos de planos da educação oficial (estatal-pública).

²¹ O movimento de reaproximação entre Igreja e o governo republicano foi mediado pelo então presidente do Estado Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, declarado publicamente de fé católica (PIERUCCI, 2007).

Outra questão que abordamos diz respeito ao nosso objeto: uma escola confessional que foi, de acordo com os encaminhamentos da Igreja Católica, submetida aos princípios da encíclica *Divini Illius Magistri*²² e, é claro, à disputa de políticas educacionais que foram sistematizadas em reformas, planos, projetos e lei de diretrizes que permearam os anos 1950–80. A encíclica é uma carta apostólica dirigida a todos os cristãos, em especial os patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários da Igreja Católica do mundo. Tem como objetivo central estabelecer os princípios constantes da função das famílias de educar seus filhos como direito natural inicial e anterior ao Estado. Trata-se, portanto, de uma carta orientadora e diretiva sobre a educação cristã da juventude.

Em dissertação que envolve a temática, Stang (2008, p. 106) afirma que o lançamento da encíclica tem um propósito imediato que é dar respostas às “[...] peripécia do *Duce* [Mussolini], ou seja, sob condições políticas e ideológicas da Itália daquele momento específico. A Santa Sé, no entanto, afirma que a carta pontifícia fora redigida para o mundo todo” (grifos do autor). Outro autor que se reporta à encíclica, Montalvão (2013, p. 3) considera que o pontífice “[...] tratava do catolicismo como um movimento mundial que, naquele momento, enfrentava outro de iguais proporções: o materialismo ateu e suas conexões políticas com o comunismo internacional”.

A encíclica se faz presente em um momento de tensão mundial entre extremos, pelas novas pedagogias de ensino contrárias ao tradicionalismo e pelo avanço do ensino estatal-público em detrimento do ensino confessional particular.

Na verdade, nunca como nos tempos presentes, se discutiu tanto acerca da educação; por isso se multiplicam os mestres de novas teorias pedagógicas, se excogitam, se propõem e discutem métodos e meios, não só para facilitar, mas também para criar uma nova educação de infalível eficácia que possa preparar as novas gerações para a suspirada felicidade terrena. (PIO XI, 1929, p. 2).

A citação anterior trata da escola nova e sua influência em várias partes do mundo. O avanço de ideais pedagógicos não diretivos, mais dialógicos contradizia uma educação centralizada e autoritária, na qual o professor era um dono de saberes e seus estudantes eram *tábulas rasas* que existiam como seres apáticos e inativos. Aquele

²² Carta Encíclica — *Divini Illius Magistri*, de sua santidade papa Pio XI — aos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários em paz e comunhão com a Santa Sé apostólica e a todos os fiéis do orbe católico acerca da educação cristã da juventude.

modelo feria a relação hierárquica de poder e saber entre sacerdotes (mestres/professores) e seus súditos (alunos/aprendizes). A não centralidade na educação e sua não diretividade poderiam ocasionar erros.

É, portanto da máxima importância não errar na educação, como não errar na direção para o fim último com o qual está conexas íntima e necessariamente toda a obra da educação. Na verdade, consistindo a educação essencialmente na formação do homem como ele deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi criado, [...], isto é, depois que Deus se nos revelou no Seu Filho Unigênito que é o único “caminho, verdade e vida”, não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã. (PIO XI, 1929, p. 3).

Pio XI se refere a um modelo de educação, a verdadeira, legítima, aquela que preserva o caminho para a salvação: a educação cristã. A educação mundana e a pedagogia novista trazem os temas terrenos e suas dúvidas, a ciência despótica e suas verdades, as quais contrariam a vontade divina. O grande inimigo é a educação sob orientação e controle do Estado. Por isso, a encíclica é incisiva ao questionar e condenar tal instituição e defender o primado da educação familiar sobre a educação do Estado. Cabe, portanto, à família o direito de escolha. A encíclica registra que são três as fontes responsáveis pela educação: duas de ordem natural — família e sociedade — e uma de ordem sobrenatural — Igreja.

Primeiramente a família, instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade de natureza, e portanto uma prioridade de direitos relativamente à sociedade civil. Não obstante, a família é uma sociedade imperfeita, porque não possui em si todos os meios para o próprio aperfeiçoamento [...]. (PIO XI, 1929, p. 4).

Se a família é imperfeita, mas tem o direito de escolha, cabe a ela decidir como, com quem e onde seus filhos vão estudar e ser educados. Cabe, assim, à sociedade (cristã) o dever de educar (um dever a princípio suplementar). É de responsabilidade da sociedade determinar as diretrizes educacionais, porém obediente à terceira fonte de ordem educativa (a sociedade sobrenatural, investida na Igreja). Assim, a tese considera a Igreja como fundamental e naturalmente responsável pela educação, constituída com harmonia por meio da inter-relação da família com a sociedade e a Igreja. Concretiza-se a educação como direito natural, que deve ser instituído como direção para o homem em sociedade (cristã), precedendo a ordem temporal do Estado. A liberdade de escolha vai

sendo delineada nesses postulados mais como obrigação do que direito; e é guiada pela independência, pela autonomia e pelo poder de magistério. Ou seja, pela centralidade da educação católica. Dessa forma, a educação é uma missão com os fins maiores cristãos de construir caminhos do bem e da salvação; e a Igreja é sua condutora.

Por outro lado, a educação sob condução do Estado se constituía em uma formação do homem cidadão, do homem urbanizado, racionalizado e preparado para a vida na sociedade do trabalho e da democracia. Quando se tem esse cenário de educação estatal que começa a ser implantado, é necessário disputar com o Estado a condução e o modelo de educação.

É, pois com pleno direito que a Igreja promove as letras, as ciências e as artes, enquanto necessárias ou úteis à educação cristã, e a toda a sua obra para a salvação das almas, fundando e mantendo até escolas e instituições próprias em todo o género de disciplina e em todo o grau de cultura. (PIO XI, 1929, p. 6).

São dois modelos em disputa: um que centra a ciência como obra dos homens para o desenvolvimento dos homens, outro que configura a ciência como obra dos homens, porém determinada pela criação divina. Considera-se, então, a pedagogia a serviço da humanidade e da materialidade do Estado, por um lado, e, por outro, a ciência obediente aos princípios da evangelização e salvação da alma, obra da Igreja.

[...] a Igreja, com a sua prudência materna, não se opõe a que as suas escolas e institutos para leigos se conformem, em cada nação, com as legítimas disposições da autoridade civil, mas está sempre disposta a entender-se com esta, e a proceder de comum acordo, onde surjam dificuldades. (PIO XI, 1929, p. 6).

Além de apregoar sua autonomia e independência, conclama a guardiã da educação: tanto sua forma quanto seu conteúdo são

[...] direito inalienável da Igreja, e simultaneamente seu dever indispensável vigiar por toda a educação de seus filhos, os fiéis, em qualquer instituição, quer pública quer particular, não só no atinente ao ensino aí ministrado, mas em qualquer outra disciplina ou disposição, enquanto estão relacionadas com a religião e a moral. (PIO XI, 1929, p. 6).

Tais argumentações ganham fundamentação na lógica de verdade e caráter (formação de valores e condutas), pois o único caminho possível é a “[...] recta instrução religiosa e moral”, cuja condição única é da Igreja, visto o perigo de os jovens

serem educados pelo Estado, pois “[...] os jovens sem o hábito de respeitar a Deus não poderão suportar disciplina alguma de vida honesta, e acostumados a não negar jamais coisa alguma às suas tendências, facilmente serão induzidos a perturbar os estados” (PIO XI, 1929, p. 7).

A elaboração desse raciocínio nos leva a compreender que nas teses da encíclica ocorre uma admissão da realização dos processos de ensino pelo Estado — como projeto e responsabilidade do Estado; porém, este não tem condições naturais para cuidar do espírito dos estudantes, o que caberia aos postulados cristãos, arquitetados sob o preceito máximo “ensinai toda as gentes”, filosofia e política de expansão, doutrinação, convencimento e controle.

Nesse modelo de filosofia e política, encontra-se o Colégio Nossa Senhora das Graças, instituição de expansão dos conhecimentos educacionais cristãos. Pelo papa Pio XII (1929, p. 7), o preceito citado antes é irrevogável e indestrutível,

[...] nem há poder terreno que a possa legitimamente contrastar ou impedir [...] Por isso é que para eles criou e promoveu, em todos os séculos, uma imensa multidão de escolas e institutos, em todos os ramos do saber [...] os mosteiros, os conventos, as igrejas, as colegiadas, os cabidos catedrais e não catedrais, junto de cada uma destas instituições tinha a Igreja uma família escolar, um foco de instrução e de educação cristã. [...] todas as Universidades espalhadas por toda a parte e sempre por iniciativa e sob a guarda da Santa Sé e da Igreja.

Vale destacar que a encíclica enaltece a responsabilidade e os feitos que a Igreja teve em relação à educação construindo e administrando milhares de instituições educativas pelo mundo. Nada mais justo, portanto, que continue a controlar a educação de forma hegemônica, segundo Pio XI (1929, p. 8):

Fica assim demonstrado até à evidência como, de direito e de facto, pertence à Igreja dum modo sobreeminente a missão educativa, e como toda a inteligência livre de preconceitos não possa conceber motivo algum racional para combater, ou impedir à Igreja, aquela mesma obra de cujos benéficos frutos goza agora o mundo.

Avançaram no mundo os estados republicanos, democráticos, laicos. Os estados se voltaram, a partir do final do século XVIII, para a materialidade dos processos de industrialização e acumulação de capitais. Porém, é a Igreja a herdeira natural da condução dos processos educacionais, o que torna necessário um acordo, indicado na encíclica como se fosse uma parceria “[...] em perfeita harmonia, os direitos da Família

e do Estado, bem como os direitos de cada indivíduo relativamente à justa liberdade da ciência, dos métodos científicos e de toda a cultura profana em geral” (PIO XI, 1929, p. 8).

Realizar tal parceria deve levar em consideração que o direito à educação e a sua livre escolha são anteriores ao controle que ora o Estado requer, pois a família é anterior ao Estado: ela gera, procria com a bênção divina, recebendo imediatamente do Criador

[...] a missão e conseqüentemente o direito de educar a prole, direito inalienável porque inseparavelmente unido com a obrigação rigorosa, direito anterior a qualquer direito da sociedade civil e do Estado, e por isso inviolável da parte de todo e qualquer poder terreno. (PIO XI, 1929, p. 9).

Deriva-se, então, o direito inalienável da família à escolha, o qual não pode ser negligenciado, tampouco subtraído, pois “[...] a obrigação do cuidado da parte dos pais continua até que a prole esteja em condições de cuidar de si, também o mesmo inviolável direito educativo dos pais perdura” (PIO XI, 1929, p. 9).

Trata-se, dessa forma, de uma atitude equivocada a possibilidade de o Estado retirar da família esse direito, visto que “[...] a prole pertence primeiro ao Estado do que à família, e que o Estado tenha sobre a educação direito absoluto” (PIO XI, 1929, p. 9). Antes, portanto, de ser cidadão do Estado, por ter nascido em um determinado Estado o homem é sujeito em família e, daí, em sociedade civil “[...] nasce cidadão e por isso pertence primeiramente ao Estado, não reflectindo que o homem, antes de ser cidadão, deve primeiro existir, e a existência não a recebe do Estado, mas dos pais [...]” (p. 10). Para que ocorra ser cidadão, deve ter existência, que é anterior a ser cidadão, a ser homem do Estado. É um homem cristão (de fé), depois é um homem político, histórico, social.

São as famílias que se tornam células inseparáveis, educadas e educadoras com rigor moral e uma ética prescrita divinamente. Só os homens educados na fé cristã têm conduta ilibada. A família, embora imperfeita, recebe a orientação de educação divina, porém “[...] o direito educativo dos pais seja absoluto ou despótico, pois que está inseparavelmente subordinado ao fim ultimo e à lei natural e divina [...]” (PIO XI, 1929, p. 10).

Entretanto, a família não contempla todo o processo educativo de seus filhos, devendo delegar à sociedade (cristã) que os eduque; e se esta não tiver toda a potencialidade para os processos educativos, deve ter auxílio do Estado, o qual seria, de

modo complementar, um educador com bases nos preceitos cristãos. Como o mundo não está ancorado apenas nas doutrinas de formação moral cristã, os sujeitos necessitam de outros saberes, por isso são necessárias escolas complementares à educação familiar. “[...] a educação da família compreende não só a educação religiosa e moral, mas também a física e civil, principalmente enquanto têm relação com a religião e a moral.” (PIO XI, 1929, p. 10).

O direito natural educativo da família é tomado como um fim, como verdade universal. Daí que “[...] a educação não pode pertencer à sociedade civil do mesmo modo por que pertence à Igreja e à família, mas de maneira diversa, correspondente ao seu próprio fim” (PIO XI, 1929, p. 12). Isso significa que o Criador delega à família de forma natural tal direito — como direito de natureza; logo, cabe à família uma escolha, ou melhor, um direito de escola, em suma, uma delegação daquele direito natural. Decorre daí uma dupla função de autoridade civil do Estado: “[...] proteger e promover, e de modo nenhum absorver a família, e o indivíduo, ou substituí-los” (p. 12). O Estado deve proteger aquilo que é anterior às famílias (e ao próprio Estado), que é a promoção da educação cristã e, como consequência, respeitar o direito sobrenatural da Igreja como promotora e provedora da educação cristã. Conforme a encíclica, o Estado é um ente protetor, colaborador e supletivo do direito natural à educação. O “[...] Estado não se substitui já à família, mas supre as deficiências e providência com os meios apropriados, sempre de harmonia com os direitos naturais da prole e com os sobrenaturais da Igreja” (p. 12).

Essas razões configuram um Estado não laico e uma educação não leiga, pois “[...] é direito e dever do Estado proteger, em harmonia com as normas da razão e da Fé, a educação moral e religiosa da juventude, removendo as causas públicas que lhe sejam contrárias” (PIO XI, 1929, p. 12). Essa máxima da encíclica demonstra que cabem um papel e uma função ao Estado: incentivar, promover, custear um modelo de ensino que é determinado, planejado e executado apela Igreja; contra qualquer monopólio e a favor de uma harmonia, desde que os ideais católicos fossem respeitados e incorporados. “Portanto é injusto e ilícito todo o monopólio educativo ou escolástico, que física ou moralmente constrinja as famílias a frequentar as escolas do Estado, contra as obrigações da consciência cristã ou mesmo contra as suas legítimas preferências.” (p. 13).

Tal teor prescritivo incitou os educadores católicos desde os anos 1920. Os embates se acentuaram nos anos 1950 e continuaram até os anos atuais,²³ lutando por ter lugar em documentos normativos oficiais, dentre as quais as constituições a se manifestarem contra o monopólio do Estado em relação à educação. A encíclica é constituída de argumentação elaborada para colocar o Estado em seu devido lugar: instituição criada pelo homem, que foi criado por Deus. Tudo provém de Deus: o Estado, a Igreja e tudo mais:

Assim como o Estado, também a ciência, o método e a investigação científica, nada têm a temer do pleno e perfeito mandato educativo da Igreja. Os institutos católicos, a qualquer grau de ensino e de ciência a que pertençam, não têm necessidade de apologias. O favor de que gozam, os louvores que recebem, as produções científicas que promovem e multiplicam, e mais que tudo, os sujeitos, plena e excelentemente preparados que oferecem à magistratura, às várias profissões, ao ensino, e à vida em todas as suas actividades, depõem mais que suficientemente em seu favor. Portanto é injusto e ilícito todo o monopólio educativo ou escolástico, que física ou moralmente constrinja as famílias a freqüentar as escolas do Estado, contra as obrigações da consciência cristã ou mesmo contra as suas legítimas preferências. (PIO XI, 1929, p. 16).

Quanto à questão pedagógica, as disciplinas têm autonomia e manifestação próprias, uma justa liberdade científica, didática e de ensino, desde que não contrariem a autoridade e os meios espirituais. Conforme a redação dada por Pio XI, a Igreja não as proíbe, desde que “[...] cada uma na sua esfera, usem do método e princípios próprios, mas reconhecida esta justa liberdade, provê cuidadosamente a que não caiam em erro, opondo-se aventurosamente à doutrina divina, ou ultrapassando os próprios limites, ocupem e revolucionem o campo da fé” (PIO XI, 1929, p. 16).

A encíclica é um conclamo em defesa do controle sobre as concepções de racionalidade científica e da constituição de instituições terrenas, admissíveis, desde que estes estejam sob reta fidelidade da doutrina cristã, ou seja, que incorporem os ideais da moral religiosa.

²³ O jornal *Folha de S. Paulo*, veículo de circulação nacional, publicou duas notícias sobre o tema. Uma com o título de “A fé, a razão e outras crenças”, de Luís Roberto Barroso (14 de junho de 2015, “Opinião”, p. A3) e “Escola mostra contradições do Estado laico no país”, de Deborah Duprat (14 de junho de 2015, “Cotidiano”, p. 6).

E sendo necessário que as novas gerações sejam instruídas nas artes e disciplinas com as quais aproveita e prospera a convivência civil, e sendo para esta obra a família, por si só, insuficiente, daí vem a instituição social da escola, primeiramente, note-se bem, por iniciativa da família e da Igreja, e só mais tarde por obra do Estado. [...] Daqui resulta precisamente que a escola chamada neutra ou laica, donde é excluída a religião, é contrária aos princípios fundamentais da educação. (PIO XI, 1929, p. 16).

A encíclica pondera sobre o monopólio estatal relativo à educação. Isso implica que a liberdade de ensino e de escola se sobrepõe aos interesses do Estado, que se obriga a financiar alunos/famílias que façam uma opção pelo ensino confessional,

[...] deixando livre e favorecendo até com subsídios a iniciativa e obra da Igreja e das famílias. [...] particularmente com a escola inteiramente católica, para os católicos, mas também quanto à justiça distributiva, com o subsídio financeiro da parte do Estado, a cada uma das escolas desejadas pelas famílias. (PIO XI, 1929, p. 23).

Podemos observar que, mais do que defender o ensino religioso e o ensino privado, a doutrina católica divulgada na encíclica quer influenciar as políticas de Estado para a educação segundo algumas teses básicas: direito natural da família a fazer escolhas — direito este anterior à formação do Estado; papel protetor do Estado; subvenção e justiça distributiva pelo Estado; não monopólio estatal sobre a educação. Tais teses foram divulgadas pelos defensores da doutrina católica e vieram a influenciar os documentos normativos sobre a educação. Assim, diante de uma nova postura da Igreja, agora consubstanciada pela encíclica *Divini Illius Magistri*, como o Estado brasileiro se posiciona?

1.5 Igreja Católica e sociedade, 1930–45

Os anos 1930 trouxeram uma possibilidade de República democrática. Entretanto, nos anos 1937–45 tivemos o intitulado Estado Novo, período de regime fechado e centralizador da ditadura de Getúlio Vargas. Com referência aos anos iniciais da década de 30, Cury (1986, p. 129) afirma: “[...] faz-se necessária a reorganização do sistema da ordem, em novas bases”. O que isso significa? Que a “ordem” deve ser restabelecida com formas diferenciadas ou mudar a ordem dentro da ordem, “[...] refazer a ordem vigente sem destruí-la [...]” (p. 129). Isso porque, no período 1930–45, ocorrem mudanças estruturais na economia e na sociedade. Classes sociais, subalternas

ou não, emergiram, disputando espaços com a burguesia industrial,²⁴ que crescia econômica e politicamente, sobrepondo-se às demais.

O cenário no Brasil e na região Sudeste começou a mudar com o processo de desenvolvimento urbano, a necessidade de ajustes nas chamadas profissões liberais e o movimento rural-urbano progressivo. Fomentaram a necessidade de uma sociedade letrada nas classes sociais distintas (AZZI, 2008). A educação, segundo Pierucci (2007), em geral disponibilizada às elites dominantes, começa a sofrer pressão dos seguimentos médios que exigem uma educação secundária e das camadas populares, almejando à educação primária. Inicia-se a batalha pela democratização educacional. Nesse contexto, destacaram-se dois grupos que disputaram as orientações do novo modelo de Estado e Nação. Um que busca a conservação de seus interesses seculares — os católicos; outro que pensa em um Estado laico aglutinador de forças educadoras e democráticas — os renovadores. Apresentam-se, assim, propostas de formas e conteúdos distintos, embora tivessem uma posição em comum: “manter o capitalismo”. Com efeito, como obra de uma classe e condição de manutenção das classes distintas — nesse caso, a instituição burguesa —, o capitalismo necessitava de uma filosofia e uma orientação econômica que o sustentassem. “A necessidade liberal, numa palavra, é a doutrina tecida com o fio da necessidade burguesa. É a lógica das condições que os burgueses requerem para a ascensão e triunfo final. O padrão do credo é fixado pelas suas necessidades.” (BUFFA, 1979, p. 90).

O embate entre católicos e renovadores se orienta por um modelo de sociedade em transformação. O Estado, a partir de 1930, foi se formando, constituindo-se de uma lógica técnico-racional que buscava superar o tradicional patriarcalismo e coronelismo que sobreviveram durante império e a primeira República. O mundo moderno carregava ideais liberais que já estavam impregnados na política brasileira e que muito influenciou a proclamação da República. Dentre eles, está o da laicidade. É um tipo de Estado que rompe com as instituições tradicionais como a família — tida como célula central da sociedade — e passa a considerar os processos de comercialização e circulação — numa palavra, o mercado. Logo, este é um aspecto que retira da Igreja sua matéria-prima-chave.

²⁴ Segundo Azzi (2008), o processo de formação da sociedade burguesa do país foi influenciado pela burguesia agrária e pela burguesia urbano-industrial, que buscavam se modernizar dentro do sistema capitalista.

O debate e a disputa entre os dois grupos se sustentavam, por um lado, nas teses dos pioneiros da educação nova. Estes “[...] entendem que travam uma luta, mas se trata de uma luta com o fim de superar as resistências opostas àquele modo mais técnico científico e mais social de se entender o fenômeno educativo dentro do novo espírito” (CURY, 1986, p. 131, grifo do autor). Por outro lado, encontravam-se os católicos dando combate ao materialismo confesso, ao modelo anticlerical de condução da educação, da secundarização da família em relação ao Estado (tese esta proposta pelos renovadores). Os católicos se apegam e se subsidiavam em uma concepção “[...] da *catolicidade* e *religiosidade* inerente ao caráter do povo brasileiro. Tal elemento é constitutivo da própria nacionalidade, é um ‘fato social’, que não pode ser esquecido nem deixado de ser levado em conta caso se queira fundamentar-se cientificamente” (p. 133, grifos do autor).

Os pioneiros estavam imbuídos de fundamentações filosóficas e sociológicas do modelo de Estado e sociedade, ou seja, de educação. Entendiam o domínio político como condutor do modelo de sistema organizativo sobre a educação, ou seja, aquele que deveria dar a direção organizativa à educação. Os católicos se armavam, igualmente, com teses filosóficas, sociológicas que os levaram ao embate político sintetizado em duas grandes defesas: o direito de escolha das famílias e a prática do ensino religioso nas escolas públicas ou privadas. Por isso, para refundar a Nação, o Estado, segundo os renovadores a educação deveria ser leiga, sistematizada e conduzida por um Estado laico e democrático, enquanto para os católicos refundar significava recristianizar. Isto é, tornava-se necessário o ensino religioso como instrumento educativo, constructo da moral do homem brasileiro. Eis aí o objeto de conflito direto entre renovadores e católicos.

A escola nova se baseava em uma educação moderna que buscava agregar valores liberais como a expansão da escola pública gratuita, a obrigatoriedade da educação, a escola aberta a todos, a escola laica, a escola não sexista — numa palavra a defesa da coeducação, cujo ápice foi a publicação de um manifesto em 1932 — o *Manifesto dos pioneiros*. Por sua vez, os católicos não eram contra a escola única, gratuita, aberta a todos se distinção e adequada às diversas singularidades regionais. O que recusavam era a escola obrigatória oficial ou oficializada e anticonfessional. Subjacente à recusa estava uma das mais importantes disputas entre escola pública e escola particular (CURY, 1986).

Mesmo com a laicidade imposta pela ideologia republicana, ocorreram resistências mobilizadoras e organizadas que se constituíram de tal forma, que na Constituição de 1934²⁵ já não havia mais o preceito da laicidade do ensino religioso de forma pura, ou seja, havia sua flexibilização, traduzida pelo termo “facultativo”. Foram diversas as negociações para chegar a tal ponto. Porém, antes dessa Carta, já havia uma normatização, pelo decreto 19.941, de 30 de abril de 1931, instituído sob a orientação do então ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, e que permitia o ensino religioso em escolas públicas. Sobre esse decreto, Cury (2000, p. 26) salienta dois pontos: “Ambiguidade: o ensino é facultativo e não pode prejudicar o horário normal das aulas; mas os pais devem requerer a sua dispensa. Precariedade: basta conferir o art. 11º. [...]”. Com efeito, esse artigo diz que o governo pode suspender a oferta do ensino religioso conforme o interesse da ordem pública. A mudança é que, a partir de 1934, o ensino religioso se torna matéria obrigatória nos currículos, mas sua frequência é facultativa: “[...] tanto o texto constitucional de 1934, como os outros que se lhe seguiram (exceto o de 1937) incorporarão o estudo de disciplina curricular obrigatória e de matrícula facultativa” (CURY, 2010, p. 27). A Constituição de 1937²⁶ registra que “O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundária. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (BRASIL, 1937, art. 133).

Mas qual é a fundamentação político-filosófica que implicou um modelo de ensino defendido pela doutrina católica? Como se constitui e qual é sua origem? A seguir, exploramos pistas para compor uma resposta a essas questões.

1.6 O público e o privado no contexto educacional brasileiro

Ao discutirmos as relações entre o público e o privado, sobretudo na história das instituições escolares, faz-se necessário estabelecer o conceito do que vem a ser a expressão escola pública e privada no intuito de evitar a adoção imprópria, o que poderia dar a ela um entendimento unívoco e consensual. Tal discussão é complexa; e a

²⁵ Quirino e Montes (1987) informam que o Governo Provisório, instalado após a Revolução de 1930, convoca uma constituinte, instalada em 10 de novembro de 1933. Em 16 de julho de 1934 é promulgada a terceira Constituição (a segunda da República).

²⁶ A quarta Constituição foi publicada no Estado Novo. Após fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais, Vargas decreta a terceira Constituição da República, em 10 de novembro de 1937 (QUIRINO; MONTES, 1987).

complexidade ganha relevância se não delimitarmos o período de análise, no presente caso, o período 1950–80. Igualmente, é preciso conceituar as concepções de público e privado e tomá-las para referendar nossa tese. Vale destacar algumas abordagens sobre a concepção que trata da relação público–privado presente na educação.

[...] parte do princípio de que a construção do público na educação brasileira encontra-se relacionada à organização do Estado e, particularmente, às formas de intervenção estatal no processo de estruturação e generalização das instituições destinadas a promover a educação do povo. (XAVIER, 2003, p. 234).

Segundo Saviani (2005), podemos atribuir três acepções ao termo público. Em primeiro lugar, em um sentido amplo, público pode significar o que é comum e coletivo, contrapondo-se ao privado, que se refere ao particular e individual. Em segundo lugar, o termo público pode aludir ao que se refere à população em oposição ao que se limita aos interesses das elites. Em terceiro lugar, associa-se ao Estado e ao governo, isto é, ao órgão instituído em determinada sociedade para cuidar dos interesses comuns, coletivos, relativos ao conjunto dos membros dessa mesma comunidade.

O termo escola pública na história da educação do Brasil incorporou esses três sentidos acima. No entanto, nesta pesquisa, quando o empregamos, temos em vista a terceira acepção. Ou seja, referimo-nos a uma escola organizada e mantida pelo Estado pela qual o poder público é de todo responsável por suas condições de funcionamento.

Agregado ao significado de *público* como o que se passa fora da vida na família e cujo centro é a cidade, surgiu com a constituição da sociedade moderna uma outra conotação de público, relacionado ao poder público, que é o Estado. Com este conteúdo, o público é uma categoria histórica própria desta sociedade e que dizer *poder público*. (PINHEIRO, 1996, p. 257; grifos da autora).

A responsabilização do Estado como mantenedor indica funções que determinam condições as quais incluem a construção ou a aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; a dotação e manutenção nesses prédios de toda a infraestrutura necessária para o seu adequado funcionamento; a instituição de um corpo de agentes, com destaque para os professores, definindo-se as exigências de formação, os critérios de admissão e a especificação das funções a ser desempenhadas; a definição das diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação das unidades e do sistema de ensino em seu conjunto (SAVIANI, 2005).

Já o conceito de privado que permeia este texto se refere ao ensino mantido por particulares como a Igreja, as ordens religiosas ou os proprietários leigos (BUFFA, 2005).

Neste momento, pode-se afirmar que a concepção de público e de privado, embora sejam categorias distintas, tenham sido constituídas em uma dimensão que faz com que sejam confundidas. Podem ser referenciadas conforme suas intervenções na vida cotidiana, conforme os sujeitos adotam determinadas práticas políticas, sociais e econômicas.

Um dos lugares-comuns do secular debate sobre a relação entre a esfera do público e a do privado é que, aumentando a esfera do público, diminui a do privado, e aumentando a esfera do privado diminui a do público; uma constatação que é geralmente acompanhada e complicada por juízos de valor contrapostos. (BOBBIO, 1995, p. 14).

A retração, a proximidade, a confusão em relação aos termos dizem às práticas dos sujeitos inseridos no âmbito social. As rupturas ou as continuidades são determinadas nestes embates.

É em relação a esta múltipla importância da esfera pública que o termo “privado”, em sua acepção original de “privação”, tem significado. Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante a um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (ARENDRT, 1987, p. 68; grifos da autora).

Deriva-se do pensamento da autora que é no privado que o sujeito tem “isonomia”, mas sua realização ocorre no contato público — ou no Estado, o campo das organizações. Daí entender a privatização do público, que é levar ao público o que foi decidido no espaço privado, nos gabinetes; isso caracteriza no privado um consenso determinante e legitimador das organizações.

Os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. [...] O Estado pode ser corretamente representado como o lugar onde se desenvolvem e se compõem, para novamente decompor-se e recompor-se, estes conflitos, através do instrumento jurídico de um acordo continuamente renovado, representação moderna da tradicional figura do contato social. (BOBBIO, 1995, p. 27).

1.7 Público versus privado: embates políticos e educacionais

Todo movimento, do liberalismo, do capitalismo e do individualismo avança para os anos 1950. Conforme explicita Buffa (1979, p. 92):

[...] a par da exaltação da liberdade individual na esfera econômica e na política, justificada porque se assegurava assim maiores satisfações à sociedade como um todo, impõe-se, agora, a liberdade de consciência. É nesse sentido que o liberalismo ético, inserido no liberalismo econômico e político, lhes dá uma força muito maior, porque os justifica.

Se os embates entre católicos e liberais não se extinguiram nos anos 1930, e perduraram pelos anos 40, 50, a edição de nossa primeira LDBEN, 4.024, acirrou mais ainda o movimento. De acordo com Buffa (1979), as primeiras discussões se iniciam no ano de 1948, quando o presidente general Dutra e o ministro Clemente Mariani enviou ao Congresso Nacional, utilizando-se do dispositivo presente na Constituição de 1946 para poder legislar por meio da União sobre as diretrizes e bases da educação, um projeto de lei de orientação liberal, mencionando que a educação do país se pauta nos princípios de liberdade e nas ideias de solidariedade humana.

Entretanto, o projeto foi arquivado pelo relator Gustavo Capanema, que o caracterizou como um projeto descentralizador e contrário aos propósitos da Constituição de 1946. Nesta,²⁷ ameniza-se o teor ao normatizar que o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, de matrícula optativa e conforme o credo que o aluno ou seu responsável manifestar (vide art. 168). Só em 1957 o projeto recebeu um substitutivo com diversas alterações²⁸ se comparado ao projeto inicial, conhecido como Substitutivo Lacerda. Diante disso, os impasses e as discussões entre os interesses públicos e privados continuaram a florescer de forma acirrada no decorrer dos anos 1950, quando se instaura o conflito propriamente dito entre escola particular e escola pública. Duelo esse, por um lado, firmado de novo pelos liberais, conclamando a implantação de uma escola única e pública para todos; por outro, pelos católicos e proprietários de escolas particulares sob a alcunha de privatistas ou conservadores,

²⁷ A quinta Constituição brasileira, quarta republicana, foi promulgada em 2 de setembro de 1946, por uma Assembleia Nacional Constituinte eleita após a deposição de Vargas (cf. QUIRINO; MONTES, 1987).

²⁸ Saviani, em seu livro *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*, traz uma interessante comparação entre o projeto de 1948 — projeto Mariani —, o substitutivo Lacerda de 1958 e o texto definitivo da lei 4.024/61.

reivindicando o ensino como direito de escolha pela família. Os privatistas buscavam a liberdade de ensino e a subvenção pública às escolas particulares. Declaravam que suas aspirações eram emanadas da democracia de cunho cristão e os seguimentos da encíclica *Divini Illius Magistri*, de Pio XI, conforme já apontamos. Hostilizavam os defensores da escola pública por defenderem uma escola materialista e atea, monopolizada pelo Estado, no intuito de incorporar no país um regime totalitário.

Já os defensores da educação pública se dividiam em três grupos: liberais-idealistas — para quem a educação deveria ter por objetivo a afirmação da individualidade, originalidade e autonomia ética do indivíduo em qualquer tempo e lugar; liberais-pragmatistas — para quem a ação pedagógica, a realidade social e as necessidades imediatas do país eram primordiais; os liberais socialistas — que, distintamente desses grupos, consideram a educação como instrumento capaz de superar o subdesenvolvimento político, econômico, social e cultural no Brasil daquele momento (BUFFA, 1979).

O começo do impasse desencadeou-se com o primeiro discurso — por sinal, pouco amigável — proferido pelo padre deputado Fonseca e Silva contra Anísio Teixeira²⁹ e Almeida Júnior³⁰ na Câmara Federal. Ambos foram acusados com veemência de se posicionarem contra as escolas confessionais, o ensino religioso nas escolas e de interferirem na formação religiosa do brasileiro. Fonseca e Silva alegou que ações políticas praticadas de forma oculta pelos representantes da Câmara e partidários da escola pública tolhiam o patrimônio moral e espiritual da Igreja Católica em relação ao ensino. Logo em seguida, em sua defesa, a Comissão de Educação e Cultura contra-argumentou e emitiu seu parecer, criando um jogo político aberto em que as discussões em torno das diretrizes e bases da educação passaram a ocorrer todo dia; ou seja, saíram do Congresso, começaram a ser veiculadas na imprensa³¹ nacional por meio de publicações e manifestos, permeando vários segmentos da sociedade civil. Desse modo, a correlação de força do público *versus* o privado passou a se definir mais pelos partidos ideológicos do que pelos partidos políticos (SAVIANI, 2008).

²⁹ Nesse momento, diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

³⁰ Era o relator geral do anteprojeto de 1948.

³¹ Destacamos aqui a revista *Vozes* — e sua defesa da escola particular — e a revista *Anhembi* — pró-escola pública.

A questão concernente à liberdade de ensino continuara durante toda a discussão do projeto de diretrizes e bases da educação nacional na Câmara Federal, girando praticamente em torno da tese defendida por Anísio Teixeira de que “obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado”. (BUFFA, 1979, p. 30).

Essa defesa de Anísio Teixeira não significa que ele seja um signatário das teses ateístas. A defesa intransigente dele diz respeito à obrigatoriedade e laicidade da educação, tendo como mantenedor a oferta pública pelo Estado. Deriva-se de seu pensamento um modelo de organização nacional da educação, tendo como base o postulado da descentralização administrativa, a cooperação entre os entes federados, a democratização da educação, da sociedade e do Estado. Esses três elementos são essenciais no seu pensamento, instituem uma forma política de educação com conteúdo e direção leigas. Teixeira, ao tratar da educação como meio de construção de um Estado democrático, defende a sua organização e administração como serviço público. Quando se refere à descentralização administrativa, defende que as escolas deverão ser “[...] organizações locais, administradas por conselhos leigos e locais, com o máximo de autonomia que lhes fôr possível dar” (TEIXEIRA, 1967, p. 35). Sua defesa quanto à cooperação entres os entes federados, “[...] em ordem sucessiva, a União, o Estado e o Município se vejam com parcelas diversas e conjugadas de poder e responsabilidade, a ser exercidos por órgãos colegiados, de composição leiga, ou seja, Conselhos de Educação, com um alto grau de autonomia administrativa” (p. 67). Postulado este relativo à democratização da educação, da sociedade e do Estado; para tanto. “[...] O Estado Democrático e a Educação são relações intrínsecas, no sentido de que a Educação é a condição *sine qua non* da existência do Estado Democrático” (p. 81).

Teixeira (1999, p. 58) chega a um ponto fundamental em sua obra: o controle e a autonomia. A educação que defende é pública, não estatal, tampouco confessional. Segundo o autor, concretizar esse projeto requer “[...] restaurar nossas escolas, retirá-las do magma da administração geral e formal do Estado e dar-lhes organização autônoma”. Mais adiante, referenda que “[...] o âmbito de controle legal deve ser mínimo, devendo ficar tudo que disser respeito aos aspectos internos dos processos educativos e culturais sujeitos ao controle de órgãos exclusivamente profissionais [...]”. Teixeira está defendendo um projeto que vai além da liberdade de escolhas: trata-se da constituição de uma rede de escolas autônomas e capazes, um modelo que se organiza de forma descentralizada e coerente com um programa de democratização que condiz com a construção da democracia no país.

Por outro lado, os defensores da escola privada não defendiam a autonomia, mas a liberdade de ensino. Por liberdade entendiam o direito de escolhas feitas pelos indivíduos, e não sob imposição do Estado. Já os defensores da escola pública concebiam a liberdade como “[...] existência, em toda e qualquer escola, da liberdade de cátedra, da liberdade de opinião e pensamento, fundada em última análise no ideal de liberdade de consciência” (BUFFA, 1979, p. 65). Em outras palavras, a concepção subjacente ao conceito — já citado — do grupo católico se guiava pela argumentação de que a educação dos filhos era dever natural de seus progenitores até os 6–7 anos de idade. A partir dessa idade, caberia à escola, com a família, promover e aperfeiçoar a formação completa do aluno no decorrer de sua vida escolar. Nessa lógica, a Igreja indiretamente estaria legitimando aos dirigentes escolares e professores o papel de representantes contínuos da família. Desse modo, a decisão de escolha pela qual escola se matricular era determinada pelas famílias.

De acordo com Fávero (2005), por trás desse discurso de liberdade de ensino e reivindicações de igualdade de condições da escola privada em relação à escola pública, estavam presentes interesses comerciais e de ordem doutrinária no intuito de restabelecer o poder de influência no campo educacional. Em contrapartida, os educadores que defendiam a escola pública,³² gratuita e laica ressaltava que só esta poderia oferecer um programa de formação comum, igualitária e unificadora. O que podemos depreender das ideias presentes nesses debates pelas duas correntes — católicos *versus* liberais — na tentativa de uma reorganização do sistema nacional de educação é que seus discursos são influenciados por duas concepções acerca da interpretação da Constituição de 1946,

[...] uma, de tendência centralizadora, marcada pelos resquícios do regime ditatorial da era Vargas recentemente vivido pelo país, que estabelecia preceitos normativos muito rígidos impedindo a adaptação da lei às condições de cada comunidade; e a outra, inspirada no regime democrático instaurado em 1946, que enfatizava a descentralização, pois entendia a autonomia dos estados como fundamental para garantir o atendimento às prioridades locais, cabendo à União fixar apenas as diretrizes gerais. (COUTINHO, 2006, p. 1).

³² Dentre os intelectuais mais conhecidos destacam-se Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, Carlos Mascaro, João Villalobos, Fernando Henrique Cardoso, Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, Wilson Cantoni, Moisés Brejon, Maria José G. Werebe, Luiz Carranca, Anísio Teixeira, Jaime Abreu, Lourenço Filho, Raul Bittencourt, Carneiro Leão e Abgar Renault.

Segundo Coutinho (2006), a polêmica entre centralização e descentralização perdurou até o fim da década de 1950, quando o texto contido no Substitutivo Lacerda destaca, como prioridade, a luta contra o monopólio estatal da educação. No teor de seu conteúdo, o deputado acusava o Estado de monopolizar a educação e apoiava a existência das duas iniciativas para que o direito de escolha da família em relação às duas redes fosse assegurado a todos; ou seja, defendia o princípio da liberdade de ensino sob a concepção aceita pelos privatistas — convém frisar. Isso sem tocar nas questões administrativas referentes à distribuição de recursos financeiros que deveriam ser repassadas em igual medida às duas redes de acordo com o número de estudantes atendidos. Seu texto também assegurava financiamento estatal por meio de bolsas de estudos, empréstimos para a construção de prédios escolares ou compra de materiais pedagógicos. Disso podemos depreender que

O referido substitutivo representou uma inteira mudança de rumos na trajetória do projeto. Seu conteúdo incorporava as conclusões do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em janeiro de 1948. Conseqüentemente, os representantes dos interesses das escolas particulares tomavam a dianteira do processo. (SAVIANI, 2008, p. 15).

Na mesma linha, Buffa (1979, p. 45) afirma

O substitutivo ao projeto de lei de diretrizes e bases, apresentado por Carlos Lacerda, agradou plenamente os defensores da iniciativa particular em educação, por ter instituído a liberdade de ensino, entendida esta no sentido que as correntes privatistas lhe davam. Por sua vez, os defensores da escola pública, rejeitando tal concepção de liberdade de ensino, rejeitavam totalmente esse substitutivo. Entretanto, esse substitutivo teve por mérito a intensificação dos debates públicos sobre a questão da escola particular — escola pública.

A apresentação das propostas do substitutivo norteou novas discussões, a despeito da aprovação da LDBEN; dentre elas, está a campanha pró-escola pública liderada pelos educadores e que resultou no manifesto *Mais uma vez convocados* — 1959 (FÁVERO, 2005). Redigido por Fernando de Azevedo, trazia em seu bojo o compromisso com a democratização do ensino público entendida como fator primordial de desenvolvimento econômico e progresso social. Com pressupostos oriundos das teses iniciais do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, de 1932, busca encampar, numa lógica objetivada e racionalizada, um modelo educacional que supere as discussões intraescolares, tomando como elemento central a ciência e o desenvolvimento

econômico. Defendia, ainda, a criação de formas de controle sobre as escolas particulares e ampliação de escolas públicas. Condenava o grau de conservadorismo na sociedade e buscava, como modelo de modernidade, a crescente industrialização capitalista.

Assim como o manifesto de 1932, o de 1959 defendia reformas que adequariam os sujeitos ao mundo moderno, mantendo, porém, uma sociedade de classes. Os sujeitos deveriam ser incluídos no mundo da ciência, mas sem romper com a ordem estabelecida. Não se tratava de transformações profundas, mas de reformas: uma perspectiva de humanização do capital, uma lógica consistente de educar o homem para educar a sociedade, para alavancar o país ao desenvolvimento. A educação seria o mote para civilizar o homem e, assim, mudar, por sua vez, a sociedade, tirando o país do subdesenvolvimento.

A esse respeito, coadunando com Buffa (1979), salientamos dois aspectos relevantes presentes no documento, a saber: a denúncia dos interesses “ideológicos e econômicos” que movem os grupos empenhados na luta contra a escola pública, no caso os privatistas, e a concepção de educação pública pela qual lutam os manifestantes, aqui os progressistas. Ambos os aspectos, o que poderíamos chamar de alegações, elucidam ideologias contraditórias tanto na aceção de liberdade como na concepção de educação entre os dois grupos, pois, conforme afirma a autora, a ideia de liberdade apropriada pelos católicos é vista pelos liberais como estratégia.

[...] o que disputam afinal, em nome e sob a capa de liberdade, é a reconquista da direção ideológica da sociedade, uma espécie de retorno à Idade Média, e os recursos do erário público para manterem instituições privadas, que no entanto, custeadas, na hipótese, pelo Estado, mas não fiscalizadas, ainda se reservariam o direito do cobrar o ensino, até a mais desenvolva mercantilização da escola. (BUFFA, 1979, p. 41; grifos da autora).

O conceito de educação pública definido por eles é de

[...] educação fundada em princípios e sob a inspiração de idéias democráticas. A idéia da educação pública — conquista irreversível das sociedades modernas —, a de uma educação liberal e democrática e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico... são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro. (BUFFA, 1979, p. 41; grifos da autora).

Assim, as diferentes orientações ideológicas no contexto da discussão da LDBEN resultaram na aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e bases. Foram 13 anos que se arrastaram em debates e arranjos, o que indica que determinados setores da sociedade, os dominantes, os elitistas, não queriam a normatização da educação, ou seja, não queriam que o Estado fosse obrigado a cumprir determinados princípios, tampouco queriam levar a contento as disputas do campo do público e do privado.

1.8 Aprovação da lei 4.024/61

Como vimos, o contexto histórico educacional no qual se elabora o projeto da LDBEN foi marcado pelo embate de projetos privatistas e publicistas. Porém, não são debates que atingiram o povo; foram debates traçados entre intelectuais de ambas as correntes, um debate “por cima”.

A grande confrontação, na discussão da LDB, na discussão da LDB, estabeleceu-se entre os privatistas do ensino e os educadores que defendiam a escola pública, gratuita e laica. Os privatistas combateram o projeto Mariani, e fizeram do Substituto Lacerda a sua bandeira. Nesta trincheira ficaram os católicos sob a liderança da AEC (Associação de Educação Católica) que deflagrou A Campanha de Defesa da Liberdade de Ensino em oposição à Campanha em Defesa da Escola Pública. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 13).

Para se ter uma ideia dos fomentadores e defensores do público, vários sujeitos firmaram frentes ao longo dos anos 1930 a 1960. Dentre eles, estão educadores como Anísio Teixeira e Pascoal Leme, fomentadores de vários movimentos, com destaque para o manifesto de 1932. Acrescente-se a este o movimento em defesa da escola pública que se configurou de forma sistematizada pelo *Manifesto dos educadores mais uma vez convocados*, lançado em 1959, o qual retomou algumas questões registradas no manifesto dos pioneiros, assim como teve como signatários pessoas que assinaram daquele manifesto.

Embora fosse um movimento da sociedade civil por uma legislação que normatizasse formas de financiamento público para a escola pública, os resultados dos embates desaguaram em uma LDBEN que, segundo Anísio Teixeira (1999, p. 276), “Não se pode dizer que a Lei de Diretrizes e Bases, ora aprovado pelo Congresso, seja uma Lei à altura, das circunstâncias em que se acha o País em sua evolução para constituir-se a grande nação moderna que todos esperamos”. Tratou-se de “[...] meia vitória... mas uma vitória”, pois “[...] tais modestas vitórias precisam ser consolidadas

na sua execução”. Isso implicava que, para Teixeira, era preciso dar continuidade às lutas pela educação pública, mesmo que fosse preciso implementar aqueles avanços normatizados na LDBEN 4.024/61.

O fato de ser uma meia vitória não descaracterizava os movimentos, nacionais e locais, que traziam a reorganização da política de massa tendo como objetivo a inserção dos sujeitos no campo político-partidário para que ela se transformasse em povo; para que os iletrados se transformassem em eleitores e, enfim, participassem da vida política. Tais movimentos tomaram uma enorme dimensão e começaram a concretizar os objetivos previstos até ser calados e perseguidos pelo golpe civil-militar, de 1964.

A questão que se colocou com o golpe esteve presente no campo da educação. “Como fazer o controle do sistema educacional, através de técnicas que facilitassem a divulgação de nova ideologia condizente com os interesses do capitalismo?” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 31). Muito simples no momento. Faria pela utilização da coerção, da força bruta e pelo uso da ideologia requintada por via de política curricular, incidindo, inevitável e propositalmente, na repressão dos intelectuais comprometidos com as reformas educacionais. Dessa forma, a ideologia na educação foi potencializada; e foram levados ao poder central e à condução da educação aqueles que defendiam a ideologia privatista, desmontando a legislação que visava à democratização, qualidade e universalização da educação.

A Igreja Católica nesse período não se mostrava oculta, estava onisciente e onipresente via segmentos radicalizados à esquerda: estava presente na União Nacional dos Estudantes, por meio de estudantes católicos, e dirigia o Movimento de Educação de Base³³ (MEB). Os movimentos — convém reiterar — foram reprimidos, mas não o MEB. Segundo Cunha e Góes (1985), foi o único movimento de educação e cultura popular que sobreviveu ao golpe. Pouco comentado e pouco conhecido na academia, o primeiro Plano Nacional da Educação (PNE), elaborado pelo então Conselho Federal de Educação (CFE), em 1961, sofreu adulterações e remendos em 1965, um ano depois de iniciado o golpe. De acordo com Cunha e Góes (1985), o CFE, ao fazer a revisão, além de adiar as metas originais de matricular 100% da população de 7 a 11 anos de idade em escolas primárias, aumentou os recursos a ser transferidos para o setor privado.

³³ O MEB foi iniciativa da Igreja Católica. Criado em 1961, em parceria com o governo federal, seria destinado a alfabetizar adultos por meio de escolas radiofônicas.

Nesse contexto, os privatistas agora estavam caracterizados como empresários da educação, uma escola particular “leiga”. Quanto aos católicos, mantinham suas escolas, agora, com menos pretensão e voracidade. Tinham conquistado o preceito constitucional do ensino religioso em escolas públicas de forma facultativa, o que não deixa de ser uma conquista satisfatória para quem estava em um Estado considerado “leigo”.

Em meados dos anos 1970, o cenário educacional é de domínio de matrizes privadas e de crise econômica. Tratava-se do fim do “milagre econômico brasileiro”, no qual o crescimento da economia geraria um bolo a ser distribuído socialmente. Ocorre que o Estado ditador fez uma opção pelas elites e pelo setor privado. “A desobrigação do Estado para com a manutenção do ensino público e gratuito foi a contrapartida perversa dos subsídios ao setor privado.” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 51). Se a Constituição de 1946 estabelecia que, por ano, a União devia repassar nunca menos de 10% da renda dos impostos e os estados, o Distrito Federal e os municípios, nunca menos de 20% à manutenção e desenvolvimento do ensino. Por sua vez, a Constituição de 1967 anula a vinculação orçamentária em seu texto constitucional.

O Estado autoritário centralizou o acesso restrito da população às escolas privadas via subvenção de impostos, bolsas de estudos, dentre outros. Por um lado, fez crer que,

Se a renda está mal distribuída, se os dados mostram que, no período de 1960–1970, os ricos estavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, não é porque aqueles são os capitalistas e seus funcionários mais próximos e estes os trabalhadores explorados até a exaustão. A renda estaria mal distribuída porque uns tinha mais acesso à escola do que outros. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 55).

Para o governo do Estado autoritário, “[...] a distribuição da renda mais igualitária viria, *automaticamente*, como resultado da mais ampla distribuição de oportunidades educacionais para todos”³⁴ (CUNHA; GÓES, 1985, p. 56). Outro evento que tinha como idealização a democratização da distribuição de renda estava contido na “[...] Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º. e 2º. graus (Lei 5.692/71) [que] acabou com o exame de admissão ao ginásio, fundiu os diversos ramos do ginásio num só e o

³⁴ Um dos mecanismos de incorporação dos iletrados no arcabouço social foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967. Propunha reduzir o número de analfabetos para menos de 10% por meio de uma rede de ensino supletivo usando rádio — o projeto Minerva — e a televisão, veículo que explorou até o gênero da novela com o intuito educativo (CUNHA; GÓES, 1985).

ligou, sem solução de continuidade ao primário” (p. 56). Os dados educacionais no período 1970–80 são chocantes:

[...] na escola primária, englobada agora num fantasioso ensino de 1º grau, obrigatório em suas oito séries para as crianças e adolescentes, de sete a 14 anos. Se, em 1970, havia 6,5 milhões de pessoas desta faixa etária fora da escola, em 1980, ela já eram 7,5 milhes. Ou seja, os *excluídos* da escola aumentaram em um milhão de 1970 a 1980! (CUNHA; GÓES, 1985, p. 56–7).

Em situação similar encontrava-se o privatismo da educação superior: “[...] encontravam-se, em 1980, cerca de 1,5 milhão de estudantes, 75% deles frequentando faculdades particulares” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 61). Os dados anteriores mostram a fragilidade e o descaso com a alfabetização (educação de jovens e adultos analfabetos), com a faixa etária 7–14 anos (ginásial) e com a educação superior. Quanto ao ensino de segundo, “Tratou-se de multiplicar os ginásios orientados para o trabalho (GOT) e tornar o 2º. ciclo de ensino de 2º. grau (o antigo colegial) compulsoriamente profissional” (p. 62).

O que fundamentava e subjazia à pseudocompulsoriedade do ensino profissionalizante? Tratava-se da ideologia de contenção de vagas para a continuidade de jovens na educação superior. “A idéia de acabar com os cursos clássico e científico, que só preparavam para vestibulares, tornando todo o colégio (o segundo ciclo do segundo grau) profissionalizante nasceu da preocupação de conter a procura de vagas nos cursos superiores.” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 65). O desastre ocorreu pela falta de escolas adequadas, com infraestrutura planejada para laboratórios, quadra poliesportivas, dentre outros. “Em agosto de 1974, o número de habilitações de ensino do 2º. grau já chegava a 158, algumas delas aprovadas apenas para certas unidades da federação” (p. 68); quanto à incorporação de egressos no mercado de trabalho, “É fato conhecido que as pequenas empresas empregam uma quantidade diminuta de técnicos em nível médio formados em escolas” (p. 69).

Tal cenário era irreparável. Daí que ocorreu uma revisão do modelo.

O CFE, antes um bastião poderoso na defesa do ensino profissionalizante executou a ordem do ministro (Ney Braga) e deu meia volta: numa ardilosa “reinterpretação” da lei 5.692/71 um parecer do conselho manteve-o “ideal do ensino profissionalizante”, mas redefiniu seu conteúdo, permitindo aumentar a carga das disciplinas de caráter geral. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 70, grifos do autor).

Enfim, a lei foi revogada. “Pela lei 7.044/82, a *qualificação para o trabalho*, antes visada pela lei 5.692/71, foi substituída pela *preparação para o trabalho*, um termo impreciso que mantém, na letra a imagem do ensino profissionalizante, mas permite qualquer coisa” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 71; grifo do autor).

Quanto ao currículo, o período foi promissor ao culto à pátria, à família, à Igreja e ao Estado, por via da Educação Moral e Cívica (EMC) e da Educação Física. O culto ao corpo, localizado na Educação Física, concernia aos objetivos desta.

A idéia-força da ênfase na Educação Física era a seguinte: um estudante, cansado enquadrado nas regras de um esporte não teria disposição para entrar na política. Esta idéia era, aliás, adaptada de outra que os militares desenvolveram para os recrutas e os alunos das escolas militares. ((CUNHA; GÓES, 1985, p. 80).

Não se deve desconsiderar que a EMC devia ser adotada por todos os níveis de ensino, do primeiro grau ao nível superior.

Esta foi a herança que recebemos nos anos 1980. Passados os 50 anos do golpe, adentramos — há 30 anos — o período de redemocratização. Mas que significa reconstrução de uma forma de educação que ainda é precária, visto não termos um sistema nacional de educação, um sistema nacional articulado de financiamento, uma responsabilização de todos pela educação de qualidade. Há apenas uma busca inescrupulosa por índices quantitativos. Muito ainda há que fazer para superar herança.

Considerações parciais

O conflito entre escola pública e particular consolidou um legado que permanece. Evidencia isso a presença da ideologia liberalista. No fundo, com um maior grau, ou menor, as disputas passavam pelo campo do liberalismo. É isto que herdamos: um liberalismo conservador que, após lutas sociais, foi se transformando em um liberalismo democrático. Pois bem, voltando-se à ideia inicial, o Estado brasileiro (nos anos 30, 40, 50) carecia de um movimento progressista; e esse movimento seria alavancado por intelectuais vinculados à educação, que usaram a educação como solução para problemas variados. A escola é um instrumento essencial para tal projeto. “O fundo liberal do pragmatismo aqui se evidencia: trata-se de educar o indivíduo para que ele, utilizando-se do saber imediato, prático, desenvolva uma ação eficiente e produtiva.” (BUFFA, 1979, p. 100).

Diante do avanço das relações de produção capitalista, sustentado pela ideologia liberal, a Igreja perde seu poder de instituição dirigente e passa a ser coadjuvante no processo diretivo, agora sob a hegemonia do Estado. Por um lado, a Igreja não é detentora dos meios de produção, tampouco alavanca tais processos; por outro, ela é fundamental para a manutenção das relações de subserviência para manter tal modo de produção, resumindo no seu papel educador. A educação ideal, desse modo, é a cristã, “[...] adequada e perfeita, que a educação pertence de modo sobreeminente à Igreja e à família, que o Estado cabe suprir as deficiências da família, sendo injusto e ilícito o seu monopólio educacional” (BUFFA, 1979, p. 101–2). Eis aí um dos papéis fundamentais que a Igreja busca controlar como aparelho ideológico, por meio da educação escolar.

É dessa forma que vai se configurando o papel da Igreja. Não há uma retirada ostensiva e agressiva do Estado. O Estado laico é um estado no papel e na legislação. As escolas, ensino, atividades laicas também se configuram no preceito normativo. Tal papel e projeção da Igreja, da sua “retirada” do Estado, não interferiram para que ela continuasse lutando pelos seus ideais morais cristãos, influenciando as disputas de projetos educacionais, como o fez na LDBEN 4.024/1961. Não alheio a esse contexto, conforme apresentamos até o momento, Campina Verde também passou por tais embates ideológicos. O mercantilismo industrial foi preponderante para a criação do Colégio Nossa Senhora das Graças. Para a cidade, a falta de instituições públicas conforme apresentamos no capítulo 2, no momento em que as políticas governamentais e municipais eram isentas, favoreceu o primado do ensino privado sobre o ensino público, respaldado pela configuração dicotômica entre o ensino laico e o ensino confessional.

2

Do nacional ao local: tessituras político-econômicas e socioeducacionais nas instâncias laico-religiosas

Considerações iniciais

Nos anos 1950, a ideologia desenvolvimentista sinalizou transformações significativas no país. Em Campina Verde, MG, esse ideário foi patente, por exemplo, no processo de racionalização urbana que insere a cidade-sede no espaço regional e nacional. Um traço da materialização do desenvolvimento nessa região pode ser visto na criação do Colégio Nossa Senhora das Graças, instituição de caráter confessional e privado que se expandiu e se manteve por mais de 30 anos num Estado considerado legalmente laico:³⁵ atributos que se abrem a uma compreensão dos aspectos econômicos, sociais e políticos e suas relações com os aspectos educacionais a partir de 1950, quando o colégio foi instalado. Nesse sentido, este capítulo busca

³⁵ Por se tratar de uma pesquisa que traz à tona embates entre o caráter laico e confessional de uma instituição escolar, torna-se relevante destacar que o Estado leigo se caracterizou como fundamento estabelecido no país desde a Constituição de 1891, que se posiciona numa condição de neutralidade e imparcialidade do Estado ante questões religiosas. Eis o que se lê no texto dessa Carta Magna: “§ 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. (Redação dada pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926) e no § 7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados. A representação diplomática do Brasil junto à Santa Sé não implica violação deste princípio. (Redação dada pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926) O parágrafo 6º. refere-se ao ensino. Entretanto, as demais constituições que a seguem flexibilizam tal princípio, descaracterizando a laicidade. Isto ocorre com a Constituição de 1934, tornando o ensino religioso de frequência facultativa (artigo 150, parágrafo único), a Constituição de 1937 mantém o teor (artigo 133). o mesmo se reproduziu na Constituição de 1946 (artigo 168, inciso V), também em 1967 (artigo 168, parágrafo 3º.), naquela outorgada em 1969 (artigo 176, parágrafo 3º.), já a Constituição de 1988 não registrou a normativa com conteúdo diferente (conforme registro no artigo 210, parágrafo 1º.) (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA REPÚBLICA, 1891).³⁵

construir um entendimento do espaço geográfico e histórico dessa cidade, assim como dos impactos e efeitos do processo de modernização — sobretudo a urbanização —, tendo em vista a formação do cenário educacional no município: sua configuração e a dinamização e reestruturação da oferta de escolarização.

2.1 Antecedentes histórico

Já bem antes do nosso recorte temporal, o romancista brasileiro Bernardo Guimarães,³⁶ em 1881, descrevia o espaço geográfico do município. Eis o que escreveu:

Em seu lado sudoeste a província de Minas termina em um ângulo agudo, em uma vasta nesga de terra encravada entre as províncias de Goiás e de S. Paulo, das quais a separam os dois grandes rios Parnaíba e Rio Grande, que se vão reunir na ponta do ângulo. Nessas regiões, sobre as quais a natureza parece ter entornado a fluxo todo o cofre a seus favores, trinta léguas pouco mais ou menos acima da confluência dos dois rios, está situado o Seminário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, fundado a cerca de cinquenta anos pelos padres da Congregação da Missão de S. Vicente de Paula em uma vasta e rica fazenda, que lhes deixou em legado um opulento fazendeiro daquelas paragens. [...] Pelas imediações do seminário para logo se foram agregando alguns moradores, e em torno dele construindo-se algumas casinhas dispersas pela campina, de sorte que o lugar chamado Campo Belo, nome que lhe perfeitamente quadra, tornou-se como uma pequena aldeia. (GUIMARÃES, 1972, p. 32).

Essa passagem atesta que a formação do município ocorreu ainda no período do Brasil Império. Seu movimento de formação não se difere daquele de outras cidades mineiras quanto à influência da Igreja Católica atrelada ao processo de escolarização dos pequenos povoamentos da região dessa época. No nosso caso especificamente, a tradição da presença religiosa como referência de formação do cerne da cidade aconteceu pela presença da Congregação da Missão São Vicente de Paulo, por quase dois séculos, no que tange ao delineamento do contexto educacional campina-verdense.

³⁶ Segundo os entrevistados (conforme explicamos na introdução) e as fontes secundárias por nós analisadas, consta que Bernardo Guimarães foi aluno do colégio da Congregação da Missão São Vicente de Paulo em Campina Verde, antes de fechar suas portas, em 1856. A descrição minuciosa da região em seu conto “Jupira” demonstra um olhar de observador participante da história naquele momento.

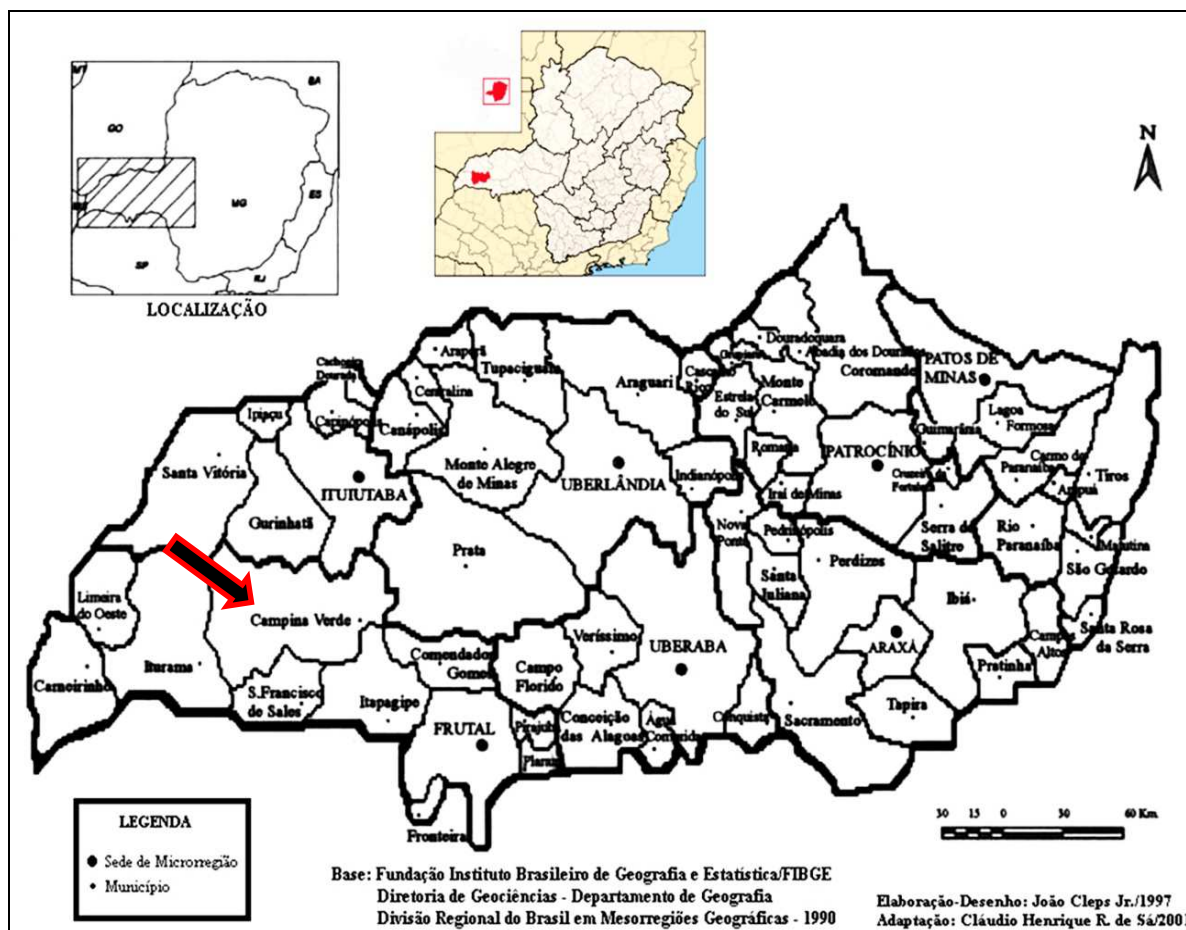


FIGURA 1. Campina Verde, demarcada no Triângulo Mineiro e no Estado de Minas Gerais.
 Fonte: FATOS DO TRIÂNGULO, 2015, *on-line*.

O Arraial de Campo Belo, atual Campina Verde, foi se construindo aos poucos, vindo a se tornar município³⁷ em 1939. Situa-se na zona do Triângulo Mineiro, a 677 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte, e a 593 quilômetros de Brasília. Sua área territorial total no ano de 1950³⁸ era de 4.748 quilômetros quadrados. Segundo Borges (1999), a luta pela emancipação da cidade envolveu grande parte da comunidade no ensejo de instituir a sua autonomia político-administrativa. Foi um processo lento semelhante ao seu desenvolvimento econômico e suas políticas públicas, conforme o memorialista descreve abaixo:

³⁷ O seu povoamento foi realmente registrado por volta dos anos de 1838 e a partir daí sofreu várias alterações toponímicas em sua formação administrativa. A saber, tornou-se arraial de Campo Belo, em 1855, de arraial se alçou a Distrito de Campo Belo, subordinado ao município de Prata, em 1911. Depois, em 1920, configurou-se como distrito de Rio Verde, ainda vinculado à cidade de Prata. Por meio da lei estadual 843, de 7 de setembro de 1923, passa a se denominar Campina Verde. Em 1950, somente São Francisco de Sales pertencia ao município, permanecendo até 1962. A cidade é constituída pelo distrito de Honorópolis.

³⁸ A área do município era de 3.650,749 quilômetros dado o desmembramento do distrito de São Francisco de Sales.

Durante quase seis anos, um grupo de campina-verdenses denodados deu o melhor de seus esforços e dedicou grande parte de seu tempo às viagens e aos contatos com políticos e autoridades, a fim de que fosse criado o município, cujo nome a princípio, decidiu-se que seria Nuporã.³⁹ Uma comissão composta de seis membros enfrentou a oposição e a hostilidade de muitos campina-verdenses, que por motivos políticos de interesse do Prata, se constituíram ferrenhos adversários do ideal emancipacionista. (BORGES, 1994, p. 134).

A descrição já indica que Campina Verde buscava alternativas para sair de seu “status de dependência”, bem como procurava se inserir no âmbito do processo de racionalização urbana⁴⁰ de forma autônoma por meio de gestões administrativas próprias. Foge ao nosso escopo analisar os empreendimentos administrativos anteriores aos anos 1950, recorte temporal de nossa pesquisa. Porém, ao percorrermos a história de formação do município, vimos que o processo emancipatório da cidade foi um marco inicial de consolidação e estabelecimento de ações públicas administrativas, em particular nos finais da década de 1940⁴¹ e a partir de 1950. Sua emancipação⁴² demarcou um novo ciclo no desenvolvimento de sua história, em especial com a nova forma de gestão pública, pois até o momento Campina Verde não possuía representação política que a administrasse.

As primeiras transformações significativas podem ser observadas como: a construção do matadouro municipal na década de 1950, construção de um grande número de mata-burros e pontilhões na zona rural, a expansão da rede rodoviária

³⁹ Nuporã — Ñu Porá, em guarani — significa campo bonito.

⁴⁰ Entendemos aqui por racionalização urbana ações políticas e sociais decorrentes de um processo de modernização que, depois de ter alcançado progressivamente a economia, a cultura, a política, as relações interpessoais e os próprios comportamentos individuais, instala-se no próprio meio de vida dos homens, isto é, no meio geográfico (SANTOS, 2008). Nesse sentido, o planejamento de uma cidade, seu desenvolvimento, as melhorias e as transformações infraestruturais podem ser compreendidos como uma forma de racionalização urbana.

⁴¹ Salientamos que Campina Verde, desde sua emancipação (1939) até o ano de 1951, teve sua administração marcada por mandatos instáveis e de curta duração, o que nos leva a crer ser fator determinante para o impedimento de um projeto político mais sólido e direcionado aos interesses da população, pois naquela conjuntura os municípios de maneira geral eram desfavorecidos no que tange à distribuição de rendas públicas pelo Tesouro Federal, e o governo federal detinha o controle das ações administrativas municipais.

⁴² O ano de 1938 foi aquele em que mais se emanciparam municípios no Triângulo Mineiro⁴² e no país. Esse número foi superado apenas em 1962. Para Oliveira (2013), esse crescimento pode ser explicado como uma estratégia utilizada por Getúlio Vargas em seu governo de desmontar articulações políticas advindas da primeira República, que eram mantidas pelas oligarquias e por coronéis; os municípios eram a base da política local. Ao criar municípios e delegar aos interventores estaduais o poder de nomear e demitir prefeitos, o governo federal se atinha ao controle das ações administrativas municipais favorecendo o domínio central dos estados e municípios (OLIVEIRA, 2013). Desse modo, o primeiro prefeito de Campina Verde foi Nicodemus de Macedo, engenheiro civil e de minas nomeado em 1938, pelo interventor Benedito Valadares, exercendo seu mandato de 1939 até 1945.

municipal, a aquisição de terras para o patrimônio público municipal, aquisição de um prédio provisório para o funcionamento da prefeitura e a abertura de logradouros públicos diversos (BORGES, 1994).

A observação dessas medidas neste momento é importante não só para descrever o processo de transformação local. A importância está no fato de que a cidade já sinalizava elementos — ou ordenamentos — que garantiriam a aceleração do processo de urbanização a partir de 1950. Dentre elas, trazemos, em primeiro lugar, a construção do primeiro Hospital da cidade. O Hospital São Vicente de Paulo foi concebido e idealizado pelas Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, com apoio e financiamento da população. A construção — considerada por nós de grande porte dada a conjuntura estrutural — inicia-se por volta de 1940 para ser inaugurado hospital⁴³ em 1943 (BORGES, 1994). Nessa época, a cidade não tinha assistência médica; e tal feito já sinalizava a preocupação com a saúde como elemento de indexação do desenvolvimento social.

Outro fato que demonstra que Campina Verde começava a traçar uma política de desenvolvimento moderado e de planejamento urbano reside nas melhorias no aspecto habitacional das famílias de baixa renda, como ilustramos abaixo (FIG. 2).



FIGURA 2. Hospital São Vicente de Paulo, 1943.
Fonte: OLIVEIRA, 2015, *on-line*.

⁴³ Foi inaugurado com dez quartos e duas enfermarias, com 20 leitos cada uma (BORGES, 1994).

O conjunto de fotos inseridos cronologicamente na Figura 3 parece evidenciar uma preocupação com melhorias no que tange ao planejamento urbano em áreas periféricas. Reúnem-se também na imagem outros aspectos relevantes que podem pressupor ordenamentos que garantiriam, de certa forma, uma aceleração do processo de urbanização, respeitando o ritmo de desenvolvimento peculiar da cidade. A saber: importância do processo de racionalização urbana para a população campina-verdense e a presença religiosa e da comunidade no evento de inauguração de caráter público, exposto na Figura 3, fotografia de 1949.

Em relação ao primeiro aspecto, demonstrado pela imagem da segunda fotografia da Figura 3, percebe-se que a intenção do autor da foto ao registrar a imagem era demonstrar para a população a importância de mudanças estruturais daquele momento enquanto processo de racionalização urbana, higienização e embelezamento da cidade. Aspectos estes que parecem se configurar no entorno da imagem como conjunto de interesses entre a população campina-verdense e as ações administrativas do poder municipal da época.

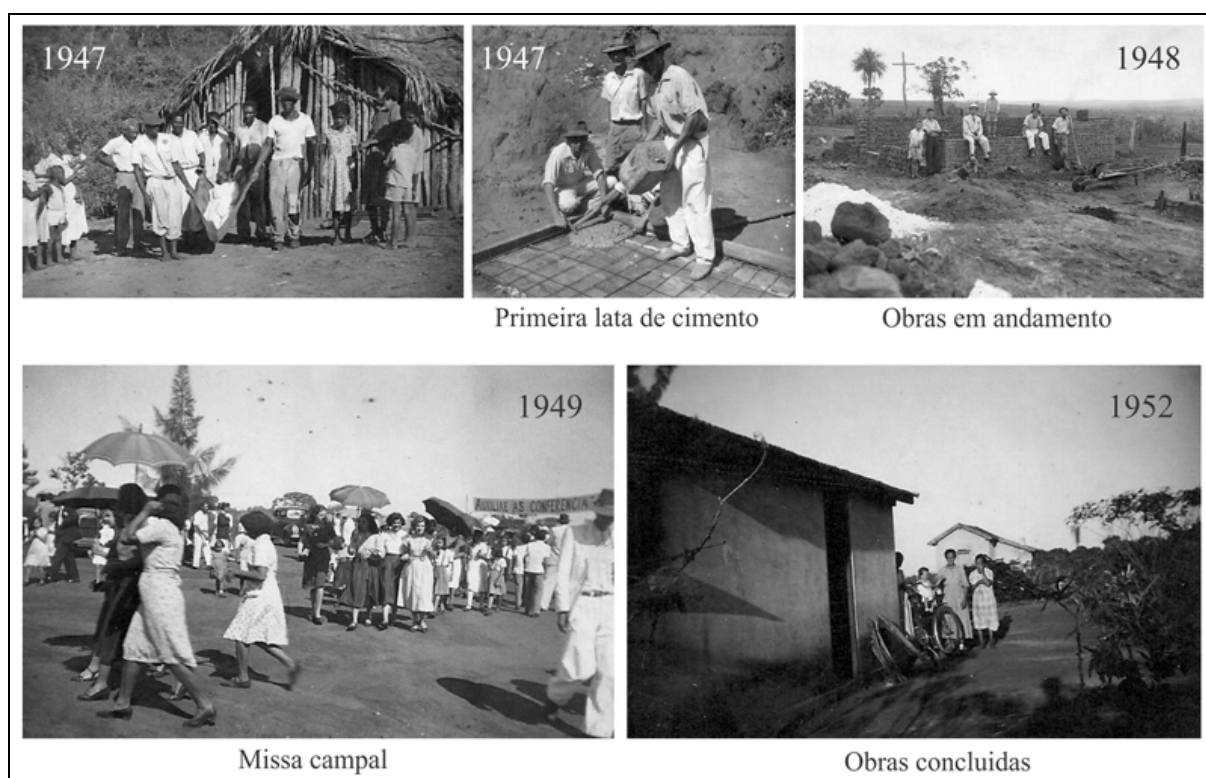


FIGURA 3. Construção da Vila Nicolau Paula — Vila dos Pobres (1947–52).
Fonte: OLIVEIRA, 2015, *on-line*.

O que se depreende destas e de outras transformações estruturais aqui não elucidadas por não ser foco do recorte temporal é que o movimento de transformação e melhorias nas condições de vida da população citadina sinalizava um desenvolvimento e outras expectativas de progresso a partir dos anos 1950. O Quadro 1 demonstra os dados de Campina Verde, apresentados pelo memorialista Borges (1994), para que possamos traçar mudanças estruturais a começar dessa época. Podemos perceber que o início de expansão urbana e as iniciativas de empreendimentos para melhorias vão ao encontro do que acontecia no país quanto à urbanização e industrialização. O período compreendido entre 1950 e 1980 foi marcado pelo início da consolidação do capitalismo⁴⁴ e pela política nacional-desenvolvimentista, com várias mudanças, sobretudo crescimento industrial.

QUADRO 1
Perfil de Campina Verde, 1950

ÁREA URBANA	4.748 KM ²
População	13.513
Propriedades agrícolas	1.164, sendo 318 pertencentes ao distrito de São Francisco de Sales.
Atividades econômicas	36 estabelecimentos comerciais diversos;] 1 agência bancária 1 agência de correios 1 tipografia
Aspectos urbanos e culturais	1 clube recreativo 1 cinema 1 jornal — <i>O Imparcial</i> Fórum 1 campo de pouso
Assistência médico-sanitária:	1 hospital 3 médicos 4 farmacêuticos 3 dentistas

Fonte: BORGES (1994).

⁴⁴ O caso brasileiro de configuração do capitalismo se adéqua à concepção de Mello (1982): caracterizada por uma análise da industrialização capitalista da América Latina, a qual é duplamente especificada pelas economias exportadoras capitalistas nacionais e pelo momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial. No Brasil dos anos 1950, esse modelo é adotado mais por uma questão de conjuntura interna do que pelas condições externas. É um modelo que não nega que o capitalismo agrário (cafeeiro) gerou as condições para o capitalismo industrial, pois a burguesia cafeeira gestou o capital industrial, em consequência das relações comerciais e de exportação, dos serviços necessários para o transporte etc. Ou seja, o capitalismo tardio resulta daquele modelo de economia colonial, mercantil, com uma industrialização restringida. Essa tese é fundamental para percebermos que o momento de economia agroexportadora foi importante para entender o que foi capitalismo tardio.

Podemos dizer que foi nesse período que o Brasil urbano começa a ganhar corpo, com o crescimento das capitais e o desenvolvimento econômico e industrial de várias regiões. O país se movimentava em torno do progresso, atraindo para os grandes centros aqueles que desejavam deixar as atividades rurais e ingressar no trabalho oferecido pelas indústrias e comércio (NEVES; CAMISASSA, 2013). Getúlio Vargas,⁴⁵ que se elegera presidente pela segunda vez, em 1950, sob a bandeira do nacional-populismo, diante de um país mesclado por interesses de diferentes ramos de atividades, procurou direcionar sua política apoiando os interesses peculiares do setor⁴⁶ industrial, da classe operária urbana e da classe média urbana.

Cada setor reagia de um modo ao desenvolvimento econômico (SKIDMORE, 1976). O setor industrial, que se concentrava mais na região do triângulo centro-sul,⁴⁷ visava defender e garantir medidas de crédito e apoio governamental para as indústrias; a classe operária urbana não se articulava dentro da política, votando mais como massa do que classe, tendo seus interesses explorados pelos políticos por meio de promessas de mais garantias e benefícios; por fim, a classe média urbana, que quase não existia nas regiões economicamente mais atrasadas, estava comprometida com a economia baseada na subsistência, pecuária ineficiente e indústrias extrativas. A classe de subsistência da economia rural, a maioria analfabeta, não apresentava nenhuma importância na política, pois era vedado pela Constituição de 1946 o voto de pessoas que não sabiam ler e escrever (SKIDMORE, 1976).

Diante de segmentos, classes e interesses diferentes, alavancar o nacional-populismo com base econômica na industrialização nacional e na distribuição social significava enfrentar problemas internos e externos. Por um lado, abandonar uma histórica relação do modelo de desenvolvimento agroexportador pelo processo de industrialização por substituição de importação. Por outro, enfrentar as questões da política internacional que não soprava bons ares para a América Latina, como elucidada Pierucci (2007, p. 90):

⁴⁵ O primeiro mandato de Getúlio Vargas compreendeu os anos 1930–45, num governo marcado pelo nacionalismo e populismo. Foi eleito em 1950 por via democrática.

⁴⁶ Cabe dizer que o setor de subsistência rural não sofreu nenhuma proposta de mudança pelos políticos no sistema propriedade rural porque a maioria dos agricultores era analfabeta e a Constituição de 1946 vetava o voto deles (SKIDMORE, 1976).

⁴⁷ Segundo Skidmore (1976), triângulo centro-sul se compõe basicamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

[...] no plano interno, pelas tensões entre a corrente nacional-populista e as seculares bases sociais de sustentação do Estado brasileiro enquanto Pacto do Poder. No plano externo, pelo agravamento considerável da Guerra Fria, pelos graves efeitos do conflito coreano sobre as contas externas do Brasil, pela perda da credibilidade do Brasil junto a instituições financeiras internacionais a partir de 1952 e pela relativa negligência com a qual, a partir de 1953 até o final da década, a nova administração republicana (Eisenhower) trataria o Brasil e a América Latina.

Nessa direção, a política nacional-populista de Vargas concentrava o poder no Estado, tendo em vista o planejamento econômico. Ou seja, o investimento público na economia seria viabilizado por meio de aplicações diretas de capital do Estado ou de empresas estatais, como também do capital das empresas multinacionais no cenário econômico do país (CAPUTO; MELLO, 2009). Mesmo atravessando crises econômicas conjunturais, o processo de industrialização e modernização foi acelerado, estabelecendo um ritmo de transformação urbana intenso em grande parte do país, como também mudanças no comportamento da maioria da população em relação ao consumo e às necessidades suscitadas pelo mercado de trabalho.

Comparando-se ao que pode ser observado no Brasil dessa época, Campina Verde, dadas as suas especificidades de cidade⁴⁸ interiorana,⁴⁹ apresentava iniciativas de transformação indicativas de que ia ao encontro do espiral de modernização e racionalização que estava ocorrendo. Dito de outra forma, o progresso existia, mesmo em ritmo diferente do contexto nacional. A própria construção dos prédios escolares configura um elemento sinalizador de desenvolvimento daquela época.

⁴⁸ Neste trabalho, o termo cidade alude ao conceito de cidade local baseado em Santos (1982, p. 71): “[...] a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço”.

⁴⁹ Sabemos que o desenvolvimento urbano em pequenos municípios se expressa de maneira específica, principalmente os municípios com características predominantemente rurais, como o caso específico de Campina Verde. O que estamos querendo dizer é que o processo de racionalização urbana em municípios pequenos e interioranos é permeado por um universo rural e urbano que, segundo Rubira (2011), interliga-se e complementa-se. Porém, mesmo com a influência da paisagem urbana, como arruamento, comércios, construções e concentração populacional, as influências e características advindas do campo prevalecem mais no cotidiano de seus moradores e em suas atividades, haja vista que sua funcionalidade está relacionada com o universo rural, carregado de hábitos vinculados à relação com a terra (RUBIRA, 2011).



FIGURA 4. Início da construção do Colégio Nossa Senhora das Graças, 1950. Da esquerda para a direita, veem-se indícios da construção do colégio, a exemplo do alicerce. Ao lado, a edificação do prédio do educandário Sagrada Família, outro estabelecimento escolar confessional privado, já quase construído, também de grande proporção.

Fonte: acervo de Terezinha Brito.

O que queremos demonstrar nessa fotografia (FIG. 4) é que o processo de racionalização urbana via escolarização nesse momento configurava-se como projeto moderno, na medida das aspirações de uma população que almejava à oferta de ensino, em especial o nível ginásial, incipiente. A proporção da edificação das duas instituições escolares construídas ao mesmo tempo parece demonstrar que a Congregação da Missão São Vicente de Paulo, tanto os padres lazaristas quanto as irmãs da Caridade, “apostavam” no desenvolvimento e na possibilidade de virem para Campina Verde alunos oriundos de outras regiões.

A cidade adentrou a década de 1950 com quase 13,5 mil habitantes, momento esse em que o Brasil apresentava crescimento demográfico e processo de urbanização significativo. A população em 1950 era de 51.941.767 e em 1980 saltou para 119.002.706, o que representa um aumento de 129,11% em relação ao ano de 1950. Nesse mesmo período, o número populacional do Estado de Minas Gerais teve um acréscimo de mais de 73,35%, demonstrando, no contexto de âmbito regional e nacional, um ritmo crescente de urbanização e crescimento populacional.

Os dados expressos na Tabela 1 permitem inferir que a evolução do contingente populacional de Campina Verde no período de 1950 a 1980 ficou em torno de 56,53%. Quando confrontado com os números em termos de Brasil (129,11%) e Minas Gerais (73,35%), esse número fica aquém, como mostra o Gráfico 1.

TABELA 1
Crescimento populacional do Brasil: Sudeste/Minas Gerais/Triângulo Mineiro/município — 1950–80

	CRESCIMENTO POPULACIONAL (1950-1980)									
	1950	1960	Variação na década	1960	1970	Variação na década	1970	1980	Variação na década	variação entre 1950 a 1980
Brasil	51.941.767	70.070.457	34,90%	70.070.457	93.139.037	32,92%	93.139.037	119.002.706	27,77%	129,11%
Região Sudeste	22.549.386	30.630.728	35,84%	30.630.728	39.853.498	30,11%	39.853.498	51.734.125	29,81%	129,43%
Minas Gerais	7.717.792	9.657.738	25,14%	9.657.738	11.487.415	18,95%	11.487.415	13.378.553	16,46%	73,35%
Triângulo ⁵⁰ Mineiro	—	—	—	—	697.272	—	697.272	897.274	28,68%	28,68%
Campina Verde	13.513	19.193	42,03%	19.193	21.940	14,31%	21.940	21.152	-3,59%	56,53%

Fonte: IBGE, 1950–80.

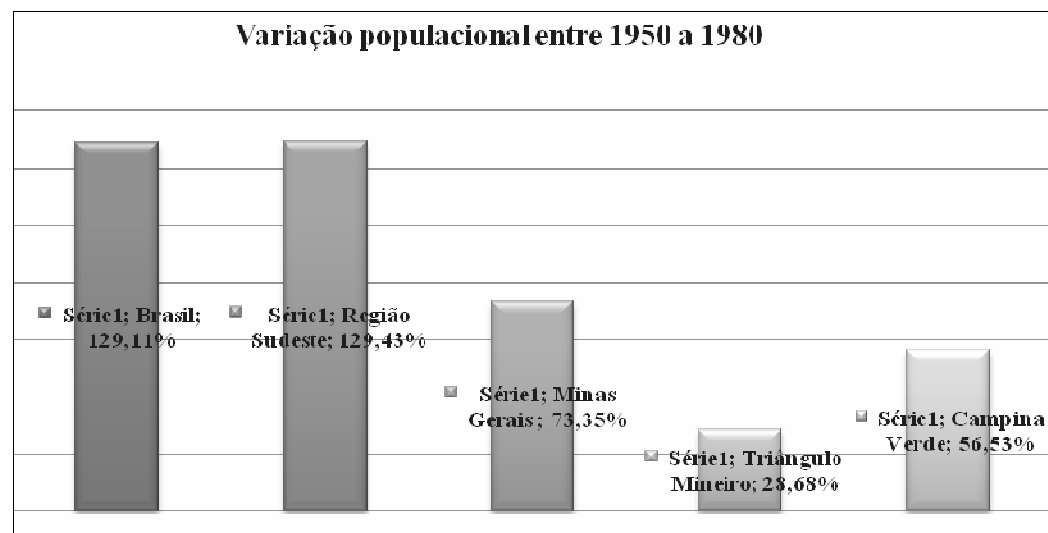


GRÁFICO 1. Variação populacional, 1950–80.

Fonte: IBGE, 1950–80.

⁵⁰ Triângulo Mineiro não possui dados anteriores a 1970.

Esse processo de crescimento populacional também pode ser observado em Campina Verde, o que nos parece suscitar uma reformulação das reais necessidades de mudanças no âmbito econômico, político e social do município. Diante da expansão demográfica percebe-se que a população rural e urbana cresceu. Porém, ao compararmos com o quantitativo nacional e regional, percebemos um crescimento bem menor (TAB. 2).

TABELA 2
Crescimento populacional total do município: 1950–80
 CRESCIMENTO POPULACIONAL TOTAL DO MUNICÍPIO, INCLUINDO A
 ZONA URBANA E A ZONA RURAL E SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS
 (1950–80)

<i>Período</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>%</i>	<i>Rural</i>	<i>%</i>
1950 ⁵¹	13.513	2.283 ⁵²	16,89	11.230 ⁵³	83,11
1960 ⁵⁴	19.193	4.922 ⁵⁵	25,46	14.271 ⁵⁶	74,36
1970	21.940	8.190	37,33	13.750	62,67
1980	21.152	11.385	53,82	9.767	46,18

Fonte: IBGE, 1950–80.

Como ocorreu em vários municípios brasileiros, percebemos que não houve fluxo migratório significativo no sentido campo–cidade até a década de 1970, mesmo com as mudanças políticas administrativas de Campina Verde e ao mesmo tempo o desencadear de modo geral do desenvolvimento no país. O fluxo migratório rural–urbano só vai ocorrer com maior intensidade a partir dos anos 1980. Ou seja, em 1950, 83,11% da população residia no meio rural e 16,39%, na cidade. Em 1960 houve aumento de 25,45%; em 1970, de 37,33% da população urbana. O quadro só se modificou nos anos 1980, quando o percentual de 53,82% dos habitantes superou os 46,18% da população residente no campo.

Um aspecto que merece destaque é que entre 1960 e 1970 o número da população urbana quase dobrou: passou de 4.922 para 8.190 habitantes. Mesmo assim, Campina Verde se configurava como rural. O efeito da estagnação do fluxo migratório campo–cidade parece ter tido implicações para o desenvolvimento econômico. Tendo uma população de feição rural, o núcleo urbano pode ter contribuído para potencializar o comércio.

⁵¹ A redução do número de habitantes ocorre devido ao desmembramento do distrito de Camélia — atual município de Iturama — em 1948, com o total de 9.425 habitantes.

⁵² Sendo 257 habitantes pertencentes ao distrito de São Francisco de Sales.

⁵³ Sendo 2.379 habitantes pertencentes ao distrito de São Francisco de Sales.

⁵⁴ Em 1962 foi desmembrado o distrito de São Francisco de Sales e anexado o de Honorópolis, onde viviam quase 1,2 mil habitantes.

⁵⁵ Sendo 458 habitantes pertencentes ao distrito de São Francisco de Sales.

⁵⁶ Sendo 2.913 habitantes pertencentes ao distrito de São Francisco de Sales.

Sabemos que o desenvolvimento urbano em pequenos municípios se expressa de maneira específica, em particular naqueles de características mais rurais como Campina Verde. Dessa forma, o processo de racionalização urbana em tais municípios é, muitas vezes, permeado por um universo rural e urbano que, segundo Rubira (2011), interliga-se e complementa-se. Porém, mesmo com a influência da paisagem urbana, como arruamento, comércios, construções e concentração populacional, as influências e características advindas do campo prevalecem mais no cotidiano dos cidadãos e em suas atividades, haja vista que sua funcionalidade está relacionada com o universo rural: carregado de hábitos vinculados à relação com o campo (RUBIRA, 2011). Os ramos de atividades desempenhados pela população presente podem elucidar tal fato, como também evidenciar o caráter econômico da cidade (TAB. 3).

TABELA 3
Principais atividades econômicas de Campina Verde - 1950⁵⁷

RAMOS DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO PRESENTE DE 10 ANOS E MAIS			
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Números absolutos</i>	<i>%</i>
Agricultura, pecuária e silvicultura	3.205	40	3.245	59,58
Indústrias extrativas	31	01	32	0,58
Indústria de transformação	161	01	162	2,97
Comércio de mercadorias	91	03	94	1,72
Comércio de imóveis, valores mobiliários	—	—	—	0,12
Prestação de serviço	101	134	235	4,32
Transporte, comunicações e armazenagens	40	2	42	0,77
Profissões liberais	17	—	17	0,31
Atividades sociais	25	46	71	1,30
Administração pública, legislativo e justiça	24	7	31	0,56
Defesa nacional e segurança pública	6	0	6	11
Atividades domésticas, não remuneradas e atividades escolares discentes	413	449	862	15,82
Condições inativas	434	211	645	11,84
TOTAL	4.555	894	5.449	100,00

Fonte: IBGE, 1958, p. 310.

No conjunto de ramo das atividades, o setor da agricultura, pecuária e silvicultura se destaca como ocupação principal, somando um total de 59,58% da população, em que o gênero masculino prevalecia, ocupando a maioria das atividades. Atividades domésticas,

⁵⁷ Não existem dados referentes aos anos 1960–80.

atividades não remuneradas, estudos, prestação de serviços e serviços sociais detinham a participação do gênero feminino. Ou seja, a maior parte do trabalho remunerado era composta pelo sexo masculino. A produção agrícola era mais voltada para a subsistência local, predominando o cultivo do arroz e o milho, representando 88,07 do valor da produção agrícola de Campina Verde de acordo com a *Enciclopédia dos municípios brasileiros* de 1950. Quanto à base da economia, a cidade apresentava a tabela a seguir.

TABELA 4
Rebanhos do município de Campina Verde - 1955

REBANHOS	NÚMERO DE CABEÇAS	VALOR EM 1955	
		Cr\$ 1000	%
Bovinos	142.000	255.600	85,06
Caprinos	800	104	0,03
Equinos	5.000	7.500	2,49
Muare	1.500	4.050	1,34
Ovinos	2.000	300	0,09
Suínos	33.000	33.00	10,99
TOTAL	—	300.572	100.00

Fonte: IBGE, 1958, p. 311.

Esses números certificam que a mola propulsora da economia girava em torno da pecuária, totalizando 85% da renda total arrecadada. De acordo com o Censo⁵⁸ de 1955, a grande parte da exportação de carne do município era quase toda destinada a frigoríficos e charqueadas de Barretos, estado de São Paulo, girando em torno de 25–30 mil cabeças ao ano. Número esse considerável para caracterizá-lo como um importante centro de produção da região.

A inauguração das melhorias do Matadouro Municipal, nos anos 1960, parece indicar o crescimento racional nos preceitos modernos do urbanismo.⁵⁹ Dito de outra forma, a Tabela 4 revela que o setor pecuário era um importante estabelecimento para a cidade ao trazer à tona evidências de racionalização do espaço, modernização, higienização e de capitalismo de produção. Por um lado, observa-se o movimento da população no entorno do ato solene de inauguração do referido estabelecimento. Por outro, o modo como a gestão administrativa municipal conduzia a economia ao incentivar o poder privado, beneficiando os produtores rurais e o município. A própria economia voltada à pecuária levava os demais setores, em particular o setor comercial, a se relacionarem mais com o setor agropecuário.

⁵⁸ *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* de 1958.

⁵⁹ Valemo-nos aqui do conceito que Gomes (2005) ao se referir ao termo “urbanismo moderno” como uma gama variada de visões e de propostas relativas à solução dos problemas da cidade do presente e à idealização daquela do futuro, remontando, no último século e meio, a um largo espectro de manifestações, a do sanitário.



FIGURA 5. Matadouro Municipal – década de 1960.
Fonte: OLIVEIRA, 2015, *on-line*.

De acordo com Guimarães (2010), o desenvolvimento do setor rural em algumas regiões — aqui, Campina Verde — deve ser analisado, também, do ponto de vista extensivo, e não só pelas transformações estruturais⁶⁰ do momento. Em outras palavras, no período 1956–64 não houve preocupações do poder público federal com o desenvolvimento global do setor rural. Desse modo, ao quadro de crescimento do setor pecuário do Triângulo Mineiro e Campina Verde devia-se às condições naturais favoráveis da região, aliadas aos estímulos mercantis advindos do desenvolvimento industrial urbanizado do centro-sul, como também da expansão dos transportes na região (GUIMARÃES, 2010).

É preciso lembrar que a época de investimentos na melhoria do Matadouro Municipal é a mesma em que o Brasil está sendo estruturado sob um novo padrão de acumulação de capital. Expresso de outra forma, é o momento em que o país, sob o governo de Juscelino Kubistchek,⁶¹ intensificava o processo de industrialização. Período esse de expansão dos setores públicos e privados, em especial das indústrias e da malha

⁶⁰ Referimo-nos aqui à construção de Brasília, nos anos 1960.

⁶¹ Juscelino Kubistchek nasceu em Diamantina, MG, em 1902. Coursou medicina, foi deputado federal, prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente do Brasil. Governou o país de 1956 a 1961. Sua política de governo se baseava em um Estado modernizador e desenvolvimentista. Trazia como lema “cinquenta anos em cinco”. A partir desse momento nos remeteremos a ele como JK.

rodoviária. A economia nacional era direcionada pela aplicação do Plano de Metas. Este destinava investimentos na área de energia elétrica, transportes, alimentação, indústrias de base e na construção de Brasília na região central do país como forma de incentivo ao crescimento. Muitos setores cresceram: automobilístico, siderúrgico, de alumínio, cimento, álcalis, celulose e papel, energia elétrica, produção e refino de petróleo, construção e pavimentação de rodovias, estradas de ferro, máquinas e equipamentos, material elétrico, construção naval, transporte aéreos (BRUM, 2002). Isso representou um crescimento na produção industrial de 80%, sendo as indústrias de aço responsáveis pela taxa mais alta com 100%, depois as indústrias mecânicas, com 125%, as elétricas e de comunicação, com 380%, e indústrias de equipamentos de transportes, com 600%, nos anos 1955–61 (SKIDMORE, 1976).

No aspecto regional, sobretudo no Triângulo Mineiro, tais transformações significaram um marco decisivo para seu desenvolvimento econômico e para a própria estruturação da economia nacional (GUIMARÃES, 2010), sobretudo com a criação de Brasília, salvo ressalvas feitas em relação ao setor rural. A edificação dessa cidade, de acordo com Guimarães (2010), desencadeou investimentos na infraestrutura das rodovias reajustando a inserção econômica do Triângulo Mineiro devido a sua localização estratégica entre São Paulo e Brasília.

Campina Verde não estava inserida na rota direta que ligaria São Paulo à capital federal. Nesse caso, o escoamento de sua produtividade econômica era desempenhado pela BR-364 e pela BR-497,⁶² que interligam a cidade com o estado de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Porém, a construção da BR-364⁶³ é um exemplo significativo dentro das estratégias desenvolvimentistas do período em destaque. A sua implantação teve início em 1960 e foi concluída, de forma precária, em 1961. Segundo Oliveira (1998), por ser o último ano de mandato de Kubistchek, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) não dispunha mais de recursos financeiros para financiar melhorias na malha rodoviária.

⁶² BR-497 é uma rodovia de ligação entre as cidades de Uberlândia e Carneirinho (cidade que fica na microrregião de Frutal, Triângulo Mineiro).

⁶³ A rodovia, conhecida também como São Paulo–Cuiabá ou antiga BR-29, inicia-se na cidade de Limeira, SP, cortando o Triângulo Mineiro pela cidade de Campina Verde, passando por Goiás, Mato Grosso, Rondônia para terminar no extremo oeste do Acre.

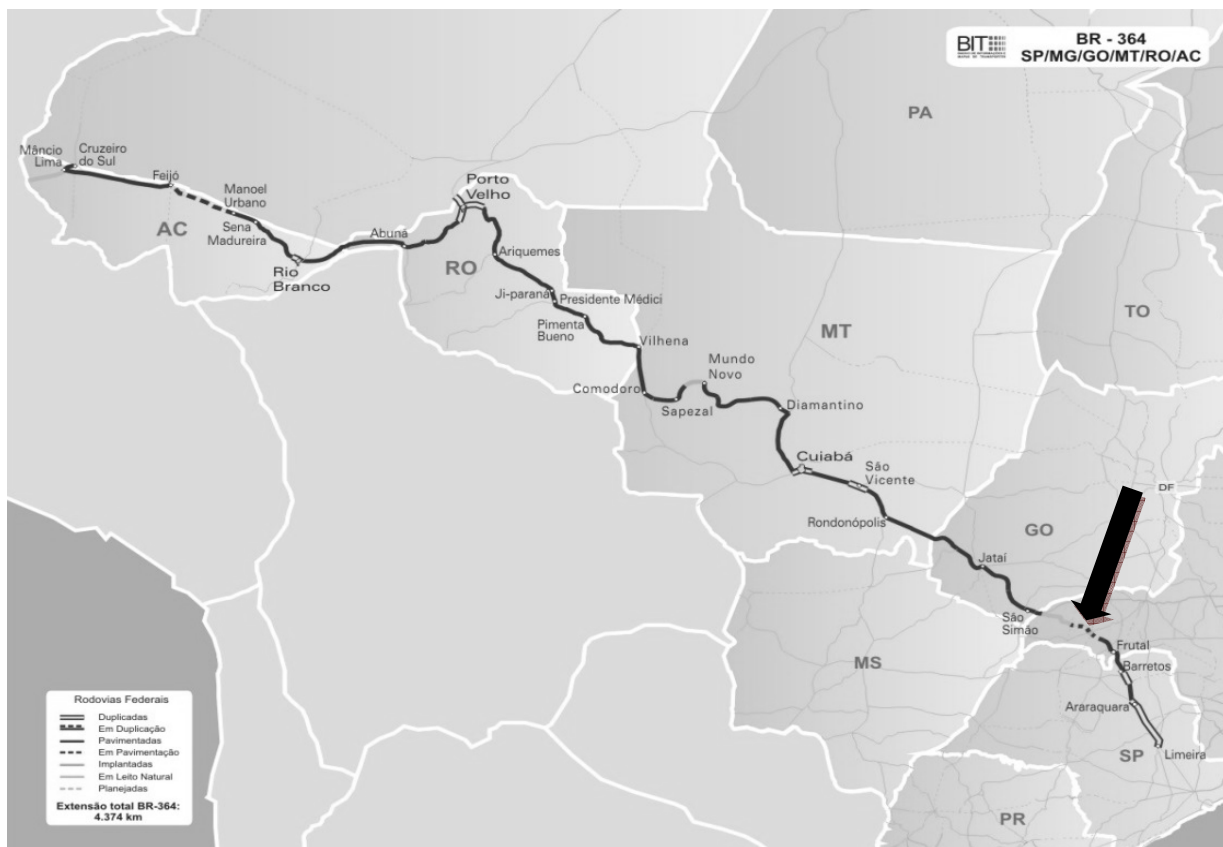


FIGURA 6. Rodovia BR-364.

Fonte: BANCO DE INFORMAÇÕES E MAPAS DE TRANSPORTES /BIT.

A partir de 1961,⁶⁴ o processo de industrialização desacelera, e o Brasil começa a apresentar problemas de instabilidade em relação ao aumento das dívidas externas adquiridas com o mercado internacional devido ao seu déficit na balança de pagamentos e à queda do valor das exportações.

A crescente tensão social e política observada em 1963 não constituía ambiente propício para lidar com uma situação estrutural e conjuntural que produziu, simultaneamente, uma grave crise de balanço de pagamentos, uma taxa negativa de crescimento real *per capita* e uma inflação de mais de 80%. (PIERUCCI, 2007, p. 132).

No final de 1963, o Brasil, demonstrando potencial de crescimento advindo do movimento de industrialização anterior, ainda não oferecia uma infraestrutura adequada e suficiente para dar continuidade ao processo de desenvolvimento que havia se despontado. Dentre eles, destacamos a precariedade nas malhas rodoviárias e ferroviárias, os poucos

⁶⁴ Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961–4).

recursos para a educação primária e saúde e a oferta escassa de energia elétrica em quase todas as regiões. Além disso, embates de natureza ideológico-política e a rejeição às propostas administrativas apresentadas pelo governo provocaram crises de insatisfação nos setores empresariais, militares, da Igreja Católica, em alguns setores da imprensa e da classe média. O resultado foi uma tensão política tal, que resultou no golpe civil militar,⁶⁵ em 1964 (CARVALHO; FERREIRA, 2014).

No processo de governar desse período ditatorial, primeiramente os governos se basearam na expansão das empresas estatais e no financiamento ao capital privado; depois impuseram um aparato de repressão para inibir, coibir e calar movimentos de oposição. Para solucionar o quadro de crise exposto, foram implantados programas⁶⁶ e ações para combater a inflação e dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico. Segundo Baer (2003, p. 93),

O novo regime estabelecido em 1964 considerava que o caminho para a recuperação econômica residia no controle da inflação, na eliminação da distorção de preços acumulada no passado, na modernização dos mercados capitais que produziria um aumento na acumulação de poupança, na criação de um sistema de incentivos que direcionasse investimentos para as áreas e setores considerados essenciais pelo governo [...].

Dentre os setores de interesse do governo,⁶⁷ ou seja, indispensáveis, destacavam-se a expansão do sistema de transportes, as melhorias na infraestrutura urbana e das indústrias pesadas e o aumento da capacidade geradora de energia elétrica, ocorrendo então algumas mudanças estruturais significativas de âmbito nacional, regional e local (BAER, 2003). No caso de Campina Verde, no ano de 1965 a cidade foi beneficiada com o abastecimento de energia elétrica provinda de Riolândia, SP (FIG. 7 e 8).

⁶⁵ No regime vigente das décadas de 1964 a 1985, correspondente ao período do governo militar, o país se vê diante de um modelo político resultante de uma coalização de setores conservadores e burgueses, envolvendo civis e militares, latifundiários e o aparato de intelectuais, tecnocratas e capital mercantil (GERMANO, 1994). Esse período, que abrange mais da metade do nosso recorte temporal, durou 21 anos de tutela de civis e militares, entretanto sob a chefia de comandantes do Exército (todos generais), na seguinte ordem: Castelo Branco (1964–7), Costa e Silva (1967–9), Garrastazu Médici (1969–74), Ernesto Geisel (1974–9) e João Baptista Figueiredo (1979–85). Cabe reiterar Shiroma *et al.* (2000, p. 44): “[...] regime militar terminou oficialmente em 1985, com a substituição do general Figueiredo, seu último presidente, por José Sarney”.

⁶⁶ Referimo-nos aqui ao Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que propunha redução do deficit público, congelamento do salário e dos preços no mercado e adquirir crédito privado.

⁶⁷ Período de governo representado pelo presidente Humberto Castelo Branco. Apresentou os primeiros tos institucionais (AI), que definiam novas regras para o Estado: AI-1; AI-2; AI-3;



FIGURA 7. Inauguração da energia elétrica, 1965.
Fonte: OLIVEIRA, 2015, *on-line*.



FIGURA 8. Missa campal por ocasião da inauguração do abastecimento de energia elétrica, 1965.
Fonte: OLIVEIRA, 2015, *on-line*.

A chegada da energia elétrica a Campina Verde parece sinalizar um marco importante no desenvolvimento da cidade.⁶⁸ De acordo com os dados de Borges (1999), dentre as melhorias estruturais mais perceptíveis nas mudanças infraestruturais com a eletrificação, destacam-se: incentivo à construção de muros e passeios; instalação do telégrafo; construção da cadeia pública em convênio com o Estado; criação e instalação de um posto de saúde, construção da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG); instauração da agência do Banco do Brasil; elaboração do sistema de nomenclatura de ruas por pares e de avenidas por ímpares, oferta de ensino aos adultos no período noturno por rede particular. O uso da energia elétrica foi se ampliando em consonância com o crescimento e desenvolvimento urbano. Perceptível também nesse período é o movimento de investimentos na estética urbana, que vai sendo qualificada como progresso e afigurando a cidade como espaço desenvolvido à medida que se constituía.



FIGURA 9. Calçamento da praça São Vicente de Paulo, ano de 1966.
Fonte: CAMPINA VERDE, 2015.

⁶⁸ No período entre 1963 e 1967, Campina Verde era administrada pelo prefeito Iron Caetano de Oliveira.

A fotografia da Figura 9 sugere esse processo de racionalização urbana referente à estética da cidade quando linhas de investimentos para construção e calçamento de praças vão sendo implantadas no município. Da mesma forma, a inserção de planejamento urbano no campo educacional⁶⁹ na estrutura política administrativa também pode ser evidenciada nessa época. Entre 1964 e 1967, foram criadas e implantadas várias escolas rurais de ensino primário — o que reforça os dados de que mais da metade da população campina-verdense residia no meio rural. Foi também nesse período que houve edificação de uma escola de tipo rural, porém dentro do perímetro urbano; sinalização das obras da primeira escola pública de ensino secundário — Colégio Nossa Senhora das Graças, nosso objeto de pesquisa —, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado; instalação e construção de uma escola primária e pública estadual, edificada no sistema de construção de uso do material metálico.

O Brasil, entre 1967 e 1969, sob o governo de Costa e Silva,⁷⁰ apresentava o mais alto índice de crescimento econômico desde a década de 1950. Segundo Skidmore (1988), o Produto Interno Bruto cresceu à média anual de 10,9% entre 1968 e 1974, sobretudo no setor industrial. Nesse período, Campina Verde tinha como prefeito Genebaldo Gouveia Franco. Dentre as melhorias de destaque de seu governo, podemos apontar, de acordo com Borges (1999), investimento na pavimentação de ruas e praças da cidade, aperfeiçoamento do sistema contábil com aquisição de máquinas, aquisição de tratores destinados ao serviço público, inauguração da estação de água, cadastramento físico fiscal. Tais confluências de desenvolvimento fizeram com que Campina Verde adentrasse o período cunhado de “milagre econômico” em um compasso gradativo de desenvolvimento urbano.

Ao usarmos o termo milagre econômico — 1969–74⁷¹ —, aludimos a dois momentos econômicos que ocorriam concomitantemente e eram vivenciados pela população. Por um lado, grande parte da população ainda experimentava o problema da desigualdade social⁷² devido à má distribuição de renda; por outro, foi o momento em que o Brasil apresentou a maior estabilização econômica e o maior índice de crescimento registrado nos últimos

⁶⁹ Não cabe aqui discutir os fatos relacionados com as transformações ocorridas dentro do contexto educacional, mas convém dizer que edificações de prédios escolares foram ocorrendo no decorrer de nosso recorte temporal e se configurando como elementos norteadores do processo de desenvolvimento gradual em que a cidade de Campina Verde estava sendo envolvida.

⁷⁰ Presidente do Brasil no período 1967–9. Implantou os atos institucionais número 4 e 5 (AI-4 e o AI-5).

⁷¹ Governado pelo então presidente Emílio Garrastazú Médici. O período em destaque contou com a administração dos prefeitos: Lázaro de Almeida Lacerda (1971–3) e Wenceslau Carvalho de Azambuja (1974–7).

⁷² A desigualdade social era nitidamente marcada pela queda dos salários reais. Segundo Oliveira (2007), em 1972, 52% dos assalariados recebiam menos que um salário mínimo; nos anos seguintes, a situação foi se agravando.

tempos, gerando expectativas e euforia quanto ao movimento de industrialização e expansão agrícola, acima de tudo em grandes centros.

As alterações em curso na economia brasileira no início dos anos de 1970, apoiadas pela decisiva participação do aparato público, promoveram um conjunto de novas oportunidades produtivas no país e na região. Isso em todos os setores da economia, notadamente na modernização da agricultura comercial e industrialização (incluindo a intensificação da imigração, urbanização e formação do mercado de mão de obra), ainda que certa defasagem temporal conflite seus resultados tardios com um movimento contrário de inflexão da economia nacional. (GUIMARÃES, 2010, p. 209).

Nesse sentido, dentre as medidas administrativas de desenvolvimento do governo federal, foram criados programas de incentivo à produção agropecuária nacional e regional. Em Minas Gerais, destacou-se o Programa Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social/PMDES (1972–6), que propunha incentivar a tendência do setor agrícola do estado (GUIMARÃES, 2010) e a criação de uma associação de crédito e assistência rural (a ACAR, 1948–74), direcionada a introduzir novas técnicas de agricultura e economia doméstica e assistência técnica aos produtores.

Campina Verde se desenvolvia com características relativas de aproximação do contexto nacional. Eram evidenciadas, nesse momento, melhorias nas estradas vicinais que ligavam o campo à cidade por meio de mata-burros de ferro, do que pode se depreender um escoamento maior da produção agropecuária; instalação da ACAR (atual Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER); criação da festa de exposição agropecuária; concursos públicos; construção de mais uma praça e mais escolas rurais; aquisição de máquinas de terraplanagem (BORGES, 1999). Percebe-se, então, que nesse período, ante as particularidades econômicas do município, o desenvolvimento predominante em alguns setores era voltado à agropecuária, destoando de certa forma do processo de industrialização proposto ao país daquela época.

Torna-se relevante mencionar que foi nesse período, década de 1970, que houve a estadualização do ensino ginásial, o qual, até o presente momento, era oferecido à população apenas pelo setor privado. Abrimos um parêntese para esclarecer que houve apenas a estadualização do ensino no ano de 1971, mas não houve a construção de prédio próprio para a referida escola, o que ocorreu só na década seguinte. O município e o Estado estavam focados na construção de prédios escolares destinados ao ensino primário, de acordo com Borges (1994). Com o aumento da população, a oferta de energia elétrica e o crescimento econômico, houve, portanto, a criação do curso ginásial noturno e o curso Normal

(magistério). Ambos de caráter particular, eram ministrados no prédio escolar de propriedade dos padres lazaristas.

A partir de 1974 até 1979, com o regime político do presidente Ernesto Geisel, o país apresentou um processo de desaceleração econômica. Para contornar tal situação, o governo adotou medidas que julgava prioritárias para dar continuidade ao desenvolvimento baseando-se nas metas estabelecidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Dentre elas, destacamos: promover melhorias na distribuição de renda, aumentar o fluxo das exportações, dinamizar o mercado interno, investir nos transportes e nas áreas de telecomunicações, expandir a oferta de energia elétrica, investimentos nas indústrias de bens de produção, como também no desenvolvimento e modernização do setor agrícola⁷³ e pecuário, visando a capacidade de fornecimento ao mercado interno como também, o externo.

Segundo Skidmore (1988), se analisarmos os indicadores macroeconômicos, perceberemos que os resultados dessas iniciativas podem ser considerados como relativamente bons, pois houve investimentos e desenvolvimento de modo geral. Porém, o autor ressalta que, além da inflação⁷⁴ ter aumentado, as consequências dessas medidas levaram o país a se tornar quase refém da dívida externa, pois para viabilizar o plano o governo se utilizou das reservas cambiais e de empréstimos estrangeiros elevados.

Crises à parte, o estabelecimento de tais metas de desenvolvimento no contexto nacional nos permite evidenciar alguns aspectos relacionados com o desenvolvimento urbano e econômico de Campina Verde. A saber, durante a implantação do II PND, entre 1974 e 1979, anos finais de nosso recorte temporal, o município foi administrado pelos prefeitos Wenceslau Carvalho Azambuja (Aliança Renovadora Nacional/ARENA) e Genebaldo Gouveia Franco (1977–83), reeleito (ARENA).

Dentre as obras de relevância do conjunto de melhorias urbanas e rurais, julgamos importante destacar: a reconstrução e ampliação da escola “tipo” rural, criada em 1963; a instalação de energia elétrica no distrito de Honorópolis; a criação do campo de pouso Afonso Ribeiro de Freitas; melhorias no parque de exposição agropecuária; a construção de um horto florestal em convênio com o Estado; melhorias do prédio do Fórum; a construção do terminal

⁷³ Segundo Oliveira (2007), imensas regiões foram ocupadas com programas de expansão agropecuária. Para a pesquisa aqui descrita, aborda-se Minas Gerais, com a implantação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. O Polocentro, programa destinado a colaborar com a resolução de problemas de desequilíbrios regionais, foi originado de um programa mineiro designado Crédito Integrado, com recursos advindos do Banco Central, objetivando ao desenvolvimento de técnicas agrícolas sob a orientação da ACAR em vários municípios mineiros, como mencionamos (DINIZ, 2006).

⁷⁴ A inflação em 1973 era de 15,5%, passando para 34,5% em 1974 (GREUMAUD, 2005).

rodoviário; a reabertura da Biblioteca Pública; a construção do prédio para agências de Correios; a jardinagens de praças; a ampliação da rede de esgoto sanitário e pluvial; a aquisição de veículos e máquinas a bem do serviço público; a arborização de grande parte da cidade; a construção de 90 casas populares (conjunto Padre Guilherme); a construção do prédio do posto de saúde no povoado de Bastos; a construção de uma capela no cemitério municipal local; a transferência do serviço de eletrificação para a Central de Energia Elétrica de Minas Gerais/CEMIG; a construção de praças; a iluminação de bairros; a construção de uma escola no distrito de Honorópolis; o início da construção do prédio próprio para o funcionamento definitivo do Colégio Nossa Senhora das Graças (nosso objeto de pesquisa); dentre outros.

Considerando o nosso recorte temporal, depreendemos que as diversas transformações sociais, políticas, econômicas ocorridas em Campina Verde e aqui abordadas estão relacionadas com a aplicação de uma política econômica capitalista e a manifestação de uma ideologia desenvolvimentista reproduzida no nacional, aliadas às especificidades locais. No entanto, consideramos que todo processo de mudanças estruturais, ou seja, de racionalização urbana, está, de certa forma, imbricado em um processo de escolarização. Dessa forma, julga-se relevante analisar a formação do contexto educacional campina-verdense como forma e possibilidade de explicitar e explicar esse movimento e desenvolvimento local.

2.2 Contexto educacional em Campina Verde

Aproximaremos agora de nosso objeto de pesquisa na perspectiva educacional, buscando estabelecer as relações do contexto nacional com o regional no período de 1950 a 1980. Como já observado no subtópico anterior, a década de 1950 foi marcada pelo processo interno de industrialização do país e, logo, acirramento da urbanização, o que exigia, em paralelo, políticas sociais e educacionais compatíveis com os avanços proporcionados pela possibilidade de consumo e formação de uma classe média (BUFFA, 1979, p. 97). Nesse cenário, vislumbrava-se a disputa de projetos de educação e os problemas inerentes a eles: “[...] um deles se relaciona com a expansão das escolas, para que elas pudessem absorver um contingente populacional maior. O outro se refere à inadequação dos padrões de ensino vigentes nas escolas brasileiras em uma sociedade urbano-industrial” (BUFFA, 1979, p. 98). Segundo Freitag (1986), desde 1946, a Constituição vigente já assinalava a necessidade de mudanças nas leis educacionais e apontava a criação de outras novas para que a educação pudesse se correlacionar com o momento político e econômico que o país começava a

vislumbrar. Além disso, outra frente que precisava ser combatida era o número significativo de pessoas analfabetas que se apresentava em um país em processo de desenvolvimento.

No âmbito nacional, a escolarização no início dos anos 1950, período considerado na história brasileira como do ideário desenvolvimentista, era precária, pois, enquanto outros setores eram priorizados, a educação continuava relegada ao descaso. Nada mais visível é o que demonstra o censo demográfico do Brasil de 1951. Dentro do quadro populacional de um país com 51.944.397 habitantes, sendo a população em idade escolar de 5 a 9 anos composta por 7.015.527 crianças, apenas 5.175.887 estavam matriculadas no ensino primário. Mais crítico ainda era o número total de matrículas em todos os graus de ensino, que totalizavam apenas 6.118.842 alunos matriculados dentro do montante de 18.826.409 da população em idade escolar de 5 a 19 anos. Ou seja, um percentual de 52% de analfabetos em idade escolar presentes no país (BOMENY, 2008).

Ao mesmo tempo, o cenário educacional em Campina Verde nos anos 1950 não se encontrava diferente dos dados relativos ao país, como também de outras regiões de Minas Gerais. Dentro de seu quadro populacional o índice de analfabetismo era alto (TAB. 5). Tanto o número escasso de instituições escolares quanto a falta de oferta de níveis de ensino distintos para atender à demanda regional e local se faziam presentes.

TABELA 5
Pessoas com idade superior a 5 anos que leem e escrevem

SABEM LER E ESCREVER					
<i>População presente na zona urbana, zona rural e seu distrito segundo sexo e instrução para pessoas acima de 5 anos de idade que sabem ler e escrever.</i>					
Município – distrito – zona rural	População total	H	M	TOTAL	%
Campina Verde	2.026	546	579	1.125	65,03
São Francisco de Sales	257	70	61	131	62,38
Meio rural	11.230	1.711	1.296	3.007	32,34
TOTAL				4.263	37,94

Fonte: IBGE, 1950a.

As estatísticas, segundo a instrução em Campina Verde em 1950, acusavam o percentual de 37,94% da população total que sabia ler e escrever. Porém, observamos que, dentre o quadro de instrução na zona urbana, das 2.026 pessoas que residiam na cidade, 65,03% sabiam ler e escrever, enquanto a população residente na zona rural, no total de 11.230, 32,34% sabia ler e escrever. Esses dados sugerem que, se havia “descaso” em relação à oferta de escolarização na zona urbana, no meio rural este era ainda mais grave.

A Tabela 6 pode evidenciar a taxa de analfabetismo da população acima de 5 anos de idade ou mais. A proporção dos que se declararam sem instrução atingiu 67,66% no meio rural ante 34,97% no urbano. Alguns fatores podem ser destacados como causador dessa discrepância porcentual. Em primeiro lugar, o município, em 1950, não possuía capacidade de investir na rede escolar rural, pois foi só em 1952 que se iniciou o processo de criação de tais escolas.⁷⁵ Em segundo lugar, a economia voltada para a agropecuária exigia — cabe frisar — maior concentração de trabalhadores no campo, visto que o fluxo populacional de rural para urbano só veio a acontecer após os anos 1970. Por último, estão o número reduzido de estabelecimentos educacionais e a quase inexistência de profissionais qualificados.

TABELA 6
Pessoas com idade superior a 5 anos que não leem e escrevem

NÃO LEEM E NÃO ESCREVEM					
<i>População presente na zona urbana, zona rural e seu distrito segundo sexo e instrução para pessoas acima de 05 anos de idade que não sabem ler e escrever</i>					
Município – distrito – zona rural	População total	H	M	TOTAL	%
Campina Verde	2.026	260	345	605	34,97
São Francisco de Sales	257	26	53	79	37,62
Meio rural	11.230	2.986	3.304	6.290	67,66
TOTAL				6.974	62,06

Fonte: IBGE, 1950a.

Há outro aspecto que merece ser destacado. Os dados apresentados na Tabela 7 demonstram apenas o porcentual das pessoas que sabem ler e escrever segundo o conceito do Censo Demográfico de 1950, que assim o caracterizava: pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer, não sendo assim consideradas aquelas que apenas assinassem o próprio nome (IBGE, 1950b). Sendo assim, se fizermos um paralelo entre as tabelas 5 e 7, podemos perceber que o número de alunos com cursos completos (primário, ginásial, superior) era baixíssimo em relação à população que sabia ler e escrever.

TABELA 7
Certificação por grau de estudo indicado entre pessoas com idade de 10 anos ou mais

TOTAL DE PESSOAS QUE SABEM LER E ESCREVER 4.263	PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS QUE POSSUEM CURSO COMPLETO OU DIPLOMA DE ESTUDOS DO GRAU INDICADO								
	Totais			Grau elementar		Grau médio		Grau superior	
	Total	H	M	H	M	H	M	H	M
	554	279	275	233	241	29	34	17	-

Fonte: IBGE, 1950a.

⁷⁵ Segundo a memorialista Samira Nahass, na década de 1930 foi montada uma escola rural de iniciativa do senhor Antônio Freitas Silveira Júnior, em sua fazenda, onde eram hospedados alunos da região. Além disso, Antônio Freitas deslocava-se para outras fazendas alfabetizando adultos a fim de que adquirissem o título de eleitor para votar pela emancipação do município de Campina Verde.

TABELA 8
Pessoas com curso completo, 1950

GRAU INDICADO	GRAU ELEMENTAR	TOTAL DE PESSOAS QUE SABEM LER E ESCREVER	%
Grau elementar	474	4.263	11,12%
Grau médio	63	4.263	1,48%
Grau superior	17	4.263	0,40%

Fonte: IBGE, 1950a.

O predomínio do nível de instrução, com base nesses dados, indica que grande parte da população escolarizada tinha apenas o ensino primário. Em relação aos níveis de ensino posteriores ao primário, os resultados evidenciam o impacto negativo da não existência de escolas em grau mais elevado.

Se o total de pessoas que sabiam ler e escrever era de 4.263 pessoas, o fato de apenas 11,12% terem concluído o ensino primário demonstra o caráter deficitário da educação campina-verdense. Não há como estabelecermos dados mais precisos, pois o resultado do Censo de 1950 não especifica de forma mais detalhada a divisão dos resultados entre meio rural e meio urbano. Porém, inferimos que o contingente apresentado deve aludir mais especificamente à população urbana devido à existência de poucas escolas na cidade antes de 1950. Até essa década, no contexto geral da educação brasileira os investimentos em projetos educacionais de expansão e oferta à população eram irrelevantes, sobretudo em regiões mais afastadas dos grandes centros econômicos ou em regiões onde o contingente demográfico era considerado pequeno.

Em Campina Verde, por exemplo, desde o início do seu processo de escolarização, a cidade contou com poucos estabelecimentos escolares além da instabilidade em seu funcionamento, como ilustramos no Quadro 2, a seguir. Pelo exposto, podemos apreender que a educação campina-verdense, desde ainda o período imperial até os anos 1950, ocorria quase toda na rede particular. O primeiro estabelecimento escolar construído foi edificado por padres lazaristas da Congregação da Missão São Vicente de Paulo. Seu período de funcionamento girou em torno de 18 anos. Foi a única instituição escolar confessional durante todo esse período. Em 1885, abre-se uma Escola Apostólica Confessional de primeiras letras para meninos e meninas, sem data de fechamento, e é somente em 1924 que se registra a primeira escola primária particular aberta por leigos. Porém, segundo a memorialista Franco (2005), encerrou suas atividades na mesma década.

QUADRO 2
Movimento educacional em Campina Verde: 1838 a 1940.

PERÍODO: CRIAÇÃO E TÉRMINO	ESCOLAS PARTICULARES E PÚBLICAS	NÍVEL DE ENSINO	INICIATIVA	FUNDADORES
1838 ⁷⁶ –56	1ª Instituição escolar: Colégio Campo Belo. ⁷⁷	Primeiras Letras	<i>Privada</i>	Igreja Católica Padres lazaristas
1856–85	Não há registros ⁷⁸ de nenhuma outra instituição escolar na cidade.			
1885 ⁷⁹	Escola Apostólica e Escola de 1ª Letras para meninos e meninas. Padres lazaristas.	Primeiras letras	<i>Privada</i>	<i>Igreja Católica</i> <i>Padres lazaristas</i>
1924	Escola primária particular. Dois moradores portugueses.	Ensino primário	<i>Privada</i>	<i>Sociedade Civil</i>
1930	Liceu Mineiro. ⁸⁰	Primário	<i>Privada</i>	<i>Sociedade Civil</i>
	Grupo Escolar ⁸¹ Ana Chaves.	Primário	<i>Pública</i>	<i>Estado</i>
1940	Colégio N. Sra. das Vitórias	Primário	<i>Privados</i>	<i>Sociedade Civil</i> <i>e Igreja Católica</i> <i>(Padres lazaristas</i> <i>e Irmãs</i> <i>Vicentinas)</i>
	.			
	Externato menino de Jesus (Sd. de fechamento). Escola particular de Dona Maria Vidigal (sd. de fechamento).			

Fonte: ZICO, 2000; PASQUIER, s. d.; MOURÃO, 1962; BORGES, 1994; FRANCO, 2005.

A partir de 1930, começa um tímido movimento de transformação no campo educacional campina-verdense. Há de lembrar que foi nessa época que se iniciou o processo de democratização da educação em prol de um ensino público, laico e gratuito. No período em destaque, a transformação econômica que emergia no país, a propensa expansão industrial que já se manifestava e o início do crescimento dos núcleos urbanos suscitavam a implantação de oportunidades educacionais, sobretudo quanto à educação secundária, que além de ter pouca oferta era destinada a poucas pessoas (PIERUCCI, 2007).

⁷⁶ Aludimos ao período 1838–56 para sinalizar que o nosso objeto de pesquisa teve o seu início no século XIX, marcando a presença do ensino confessional na cidade até o final do século XX.

⁷⁷ De acordo com os pesquisadores: Zico (2000), Pasquier (s. d.), Carrato (1963) e Borges (1994).

⁷⁸ Fecha-se o colégio dos padres (ZICO, 2000) e, segundo Pasquier (s. d.), o trabalho da congregação, em Campo Belo, se encarregaria somente às missões dos “gentios”.

⁷⁹ Zico (2000).

⁸⁰ Somente a partir do ano de 1954 que passou a oferecer o curso de Normalista e de Comércio.

⁸¹ Atualmente é denominada de Escola Estadual Ana Chaves.

Em Campina Verde, reflexos dessa nova política de investimentos na educação parecem ter se manifestado com a criação da primeira instituição escolar pública, ainda que primária. A herança deixada por esse movimento parece ter contribuído para que grande parte da população em idade escolar fosse excluída do processo de escolarização conforme os indicativos apresentados no Quadro 2. Visto o problema por outra lógica, embora a referida questão fuja ao nosso recorte temporal e não se vincule diretamente ao Colégio Nossa Senhora das Graças, consideramos necessário confrontar a configuração do modelo institucional vigente em Minas Gerais nesse período com o processo de criação de estabelecimentos escolares em Campina Verde. Sabemos que no âmbito regional a evolução do ensino público foi tardia, o que, por consequência, em Campina Verde, não foi diferente. Isso pode ser exemplificado com o fato de que a cidade só foi ter a primeira instituição pública de ensino primário 24 anos depois que os grupos escolares foram introduzidos legalmente no Estado mineiro, a partir da lei 439 de 1906. Referimo-nos aqui ao Grupo Escolar Ana Chaves, já mencionado.

A realidade da educação pública do município nesse período que, ao mesmo tempo, reflete a de outras localidades esteve vinculada a questões políticas e econômicas de âmbito regional. Segundo Araújo (2006), o poder público estadual, no momento da elaboração da lei 439/1906, declarava, em seu regulamento, a incapacidade de publicizar a educação primária no estado mineiro sem que houvesse contrapartida dos municípios.

O teor das citações e comentários à Lei nº 439 de 28/09/1906 e do Regulamento de 16/12/1906 estabelecem dois limites para a explicitação efetiva de tal política educacional pela institucionalização dos grupos escolares. *O primeiro limite é o estabelecimento de prioridade às localidades que ofereçam o edifício escolar, terrenos ou somas em dinheiro, como contrapartida ao Estado*; no entanto, tal diretriz postula compartilhar com as políticas públicas locais, buscando fazer com que as *municípios arquem com o ônus*, em atendimento ao norteamento de âmbito estadual. (ARAÚJO, 2006, p. 219; grifos nossos).

Convém frisar, Campina Verde só foi elevada à categoria de município no ano de 1939, 33 anos depois da lei 439 de 28/9/1906, que visava à reforma do ensino primário, normal e superior do estado. Anterior a esse período, não havia uma linha de política administrativa bem definida e estava ainda em fase de expansão. Foi apenas com a sua municipalização que houve o processo de desenvolvimento e a aquisição de recursos para que pudesse investir na sua infraestrutura e educação. Ou seja, o modelo econômico daquele contexto histórico não se enquadrava nas propostas exigidas pela referida lei

para efetivação da política educacional, uma vez que o município campina-verdense engatinhava em sua emancipação política e econômica. Estava sem condições de apresentar contrapartida ao estado, conforme Borges (1994).

Tendo em vista o que demonstra a Tabela 6, outras escolas particulares foram criadas. O Liceu Mineiro, de propriedade do professor Osvaldo Vieira Gonçalves, iniciou suas atividades escolares com o curso primário. No ano de 1935, o referido liceu passou a ser administrado por Zina Macedo e Maria Macedo, duas professoras diplomadas em Uberaba, MG, encerrando suas atividades em 1945. O Colégio Nossa Senhora das Vitórias foi fundado pelas irmãs da Companhia das Filhas Caridade⁸² e atendia em caráter de internato feminino e externato masculino de ensino primário. Nos meados da década de 1940, passou a atender o público feminino,⁸³ com a denominação de Educandário da Sagrada Família.

Para Campina Verde, a falta de instituições públicas em um momento no qual as políticas governamentais e municipais não eram suficientes, traduzia-se no primado do ensino privado sobre o ensino público, compondo o seu cenário educacional até os anos finais de 1940 com apenas três escolas primárias, duas de caráter particular e apenas uma de caráter público. Era esse o panorama educacional anterior aos anos 1950: instituições escolares fundadas ora pela sociedade civil leiga, ora pela iniciativa privada confessional, dividindo espaço entre o abrir e fechar de suas portas. Quando se analisam as décadas seguintes, observa-se o aumento gradativo de escolas primárias.

Para compreensão do movimento educacional de Campina Verde, dividimos o processo de criação das escolas, tanto da rede privada quanto da rede pública, a partir de 1950 em três décadas: de 1951 a 1960; de 1961 a 1970; de 1971 até o fim de nosso recorte temporal — 1980. Nesse sentido, evidenciaremos, a seguir, as instituições escolares presentes nos anos 1950 e aquelas que foram surgindo após a criação do Colégio Nossa Senhora das Graças até os anos 1980. À medida que algumas escolas foram fechadas, deixam de ser apresentadas nos quadros a seguir.

⁸² Irmãs Vicentinas. Chegaram a Campina Verde em 1939 e eram conhecidas como Irmã Vicência e Irmã Filomena.

⁸³ Além do ensino formal, as alunas recebiam aulas de tricô, crochê e arte culinária, segundo a memorialista Samira Nahass Franco.

QUADRO 3
Escolas urbanas em Campina Verde, 1950–60

INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM FUNCIONAMENTO, 1950–60						
Criação	Escolas	Modalidade		Nível de ensino		
		Pública	Privada	Primário	Ginásial	2º grau
1930	Grupo Escolar Ana Chaves	x	—	x	—	—
1940	Colégio Nossa Senhora das Vitórias	—	X	x	—	—
1951	Colégio Nossa Senhora das Graças	—	X	—	x	—
Sem data de criação	Externato Menino Jesus	—	X	x	—	—
Fechamento nessa década.						
Sem data de criação	Escola Particular Dona Maria Vidigal	—	X	x	—	—
Fechamento nessa década.						
Total		1	4	4	1	—

Fonte: FRANCO, 2005; BORGES, 1994.

QUADRO 4
Total de escolas públicas e privadas em funcionamento, 1961–70

CRIAÇÃO	ESCOLAS	MODALIDADE			NÍVEL DE ENSINO		
		Pública	Privada	Primário	Ginásial	2º Grau	
Anos 60	Escola combinada	x	—	x	—	—	
1961	Escola Particular Santa Terezinha	—	X	x	—	—	
1963	Grupo Escolar Dr. Nicodemus de Macedo	x	—	—	—	—	
1965	Colégio Nossa Senhora das Graças	—	X	—	x	x	
1969	Colégio Comercial de Campina Verde		X	x	x	x	
Anos 60	Grupo Escolar Olinda Correa Borges (Distrito de Honorópolis)	x	—	x	—	—	
Total		3	4	3	2	2	

Fonte: FRANCO, 2005; BORGES, 1994.

Desse cenário, podemos fazer a seguinte análise: por iniciativa dos padres da Congregação da Missão São Vicente de Paulo, em 1950, Campina Verde se insere com hegemonia em um quadro educacional baseado na privatização daquilo que, para o Estado, deveria ser público por direito. Dito de outra forma, o Quadro 4 apresenta que o período em destaque configurava a escolarização como um processo excludente na medida em que a população se via diante de um alto índice de analfabetismo e nenhuma oferta da modalidade

ginasial. Por outro lado, não se deve renunciar a ideia de que, se havia educação formal, esta ocorria graças às escolas particulares, sobretudo as confessionais.

Nos anos 1960–70 houve aumento das instituições escolares de caráter particular e público. Por coincidência, foi nesse período que se promulgou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a elaboração da Constituição de 1967, já na época do regime civil militar iniciado em de 1964. Ambas as leis fomentavam o fortalecimento das instituições de iniciativa privada por meio de recursos financeiros. A política educacional do período militar⁸⁴ pode ser caracterizada por algumas questões:

- de ordem material: escassez de verbas para a educação pública, levando o Estado a se empenhar ou financiar parte da educação privada, ou incrementar os negócios do Estado voltados para a acumulação do capital;
- questão ideológica: o Estado mais reprimiu professores e alunos do que se empenhou em questões da pedagogia e da didática (a função principal do MEC foi a de promover a propaganda da “segurança nacional”);
- campo produtivo: a educação foi encarada, para não dizer encarcerada, como capital humano, ou seja, numa perspectiva liberal, na qual os sujeitos se empenhavam de forma individualizada e a educação, sempre vinculada a um produto;
- controle social: o Estado focou mais o controle político e ideológico do que a educação. (SHIROMA *et al.*, 2000).

O reflexo dessas políticas sobre Campina Verde é elucidativo ao observarmos o número de escolas particulares que funcionavam nessa época e suas características (QUADRO 5, a seguir). O município contava com quatro estabelecimentos escolares particulares e três de caráter público. Mesmo sendo quase a mesma proporção, as instituições particulares ainda eram as únicas que ofereciam níveis de ensino posterior ao primário. O Colégio Comercial de Campina Verde oferecia o curso primário, ginasial e o curso de Contabilidade, sendo a primeira escola a oferecer o ensino profissionalizante. O Colégio Nossa Senhora das Graças mantinha o funcionamento do ginasial e, em 1969, passou a

⁸⁴ Shiroma *et al.* (2000, p. 33) registram que “É inegável que as reformas do ensino empreendidas pelos governos do regime militar assimilaram alguns elementos do debate anterior (propostas dos anos de 1930 a 1950), contudo fortemente balizados por recomendações advindas de agências internacionais e relatório vinculados ao governo norte-americano (Relatório Atcon) e ao Ministério da Educação nacional (Relatório Meira Mattos)”.

ministrar o segundo grau com o curso Normal e o de Análises Químicas. A Escola Particular Santa Terezinha e o Educandário Sagrada Família disponibilizavam o jardim de infância e o ensino primário.

QUADRO 5

Escolas em funcionamento em Campina Verde, MG — 1971–80

CRIAÇÃO	ESCOLAS	MODALIDADE		NÍVEL DE ENSINO		
		Pública	Privada	Primário	Ginásial	2º Grau
1930	Escola Estadual Ana Chaves	x	—	x	—	—
1950	<i>Escola Estadual Nossa Senhora das Graças</i> Estadualizado pela Lei Estadual nº 3.500 de 03.11.195	x	—	—	x	—
1969	Colégio Nossa Senhora das Graças ⁸⁵	—	x	—	—	x
1961	Escola Santa Terezinha	—	x	x	—	—
1969	Colégio Campina Verde em Educação Infantil – Antigo Colégio Comercial	—	x	x	x	x
Anos 60	Escola Combinada	x	—	x	—	—
Anos 60	Grupo Escolar Dr. Nicodemus de Macedo	x	—	x	—	—
Anos 60	Escola Estadual Olinda Correia Borges	x	—	x	—	—
Totais		5	2	6	2	2

Fonte: BORGES, 1994; FRANCO, 2005.

Entre os anos 1970–80, transformações relevantes ocorreram no campo educacional de Campina Verde. Dentre eles, destacamos o processo de estadualização do Colégio Nossa Senhora das Graças, em 1970, que a partir desse ano passa a ser denominado, pela lei estadual 3.500, de 3/11, de Escola Estadual Nossa Senhora das Graças de 1º Grau, 5ª a 8ª séries. Esse fato foi determinante para a história da instituição e a população. Cumpre-nos ressaltar que a estadualização do ensino ginásial na cidade só ocorreu por vias legais. Ou seja, não houve investimentos por parte do Estado na aquisição de sede própria para seu funcionamento.

As atividades escolares do ginásial e do segundo grau continuaram sendo realizadas no prédio de propriedade dos padres lazaristas em parceria com a prefeitura até 1982. O segundo grau continuou pertencente à rede particular e vinculado ao Colégio Nossa Senhora das

⁸⁵ A escola, até 1970, era confessional. Sua estadualização ocorreu em 1971, só no primeiro grau (5ª a 8ª séries), continuando a oferta privada para o segundo grau. Funcionavam em um mesmo prédio escolar.

Graças, ofertando duas modalidades de ensino: Normal e Análises Químicas. A direção do ensino ginásial estadualizado (público) e o ensino do segundo grau (particular) continuaram sob a direção dos padres lazaristas. O Colégio Comercial de Campina Verde (particular) passou a ser chamado de Colégio Campina Verde em Educação Infantil – primeiro grau de primeira a oitava séries e Contabilidade, atendendo a todos os níveis de ensino. O Educandário Sagrada Família das Irmãs da Congregação São Vicente de Paulo encerra suas atividades educacionais como instituição privada e passa a fazer parte da rede estadual de ensino com a denominação de Escola Combinada Sagrada Família. Outras escolas particulares demonstradas no Quadro 5 continuaram a oferecer o mesmo modelo de ensino (FRANCO, 2005).

Considerações parciais

O processo de criação do Colégio Nossa Senhora das Graças esteve inserido em um contexto de transformações aceleradas e significativas no sistema econômico do setor urbano-industrial. Todos os acontecimentos históricos aqui assinalados a partir de 1950 indicam que o Brasil foi governado por uma doutrina caracterizada por uma política voltada para o desenvolvimento do capitalismo. Embora houvesse programas ou iniciativas que demonstrassem preocupações com os problemas educacionais da época, no âmbito de sua dimensão pouca coisa parece ter sido efetivada. As propostas de redemocratização do ensino e de qualidade, condições de oferta e acesso pontuais colidindo com programas educacionais autoritários, a visão tecnicista e a mercantilização do ensino impediram o país de democratizar o acesso à educação. Não diferente desse contexto, conforme apresentamos até o momento, o município de Campina Verde também vivenciou tais reflexos. Dentre eles, o mercantilismo educacional foi preponderante para a criação do Colégio Nossa Senhora das Graças. Para a cidade, a falta de instituições públicas conforme demonstrado, em um momento no qual as políticas governamentais e municipais eram isentas, favoreceu o primado do ensino privado sobre o ensino público, respaldados pela configuração dicotômica entre o ensino laico e o confessional, conforme veremos a seguir.

3

Consolidação do Colégio Nossa Senhora das Graças: especificidades da relação entre o público e o privado



FIGURA 10. Colégio Nossa Senhora das Graças – 1970
FONTE: HISTÓRIA DE CAMPINA VERDE, 2015, *on-line*.

Considerações iniciais

Com este terceiro capítulo, encerramos nossa tese, considerando os aspectos infraestruturais e organizacionais da escola objeto pesquisa aqui descrita. Percorreremos, no primeiro capítulo, a relação entre o público e o privado na sociedade brasileira; no segundo, abordamos a escola Nossa Senhora das Graças, localizando o município de Campina Verde. Os aspectos, as caracterizações e os processos ocorridos no interior e no cotidiano desse colégio são impactantes para entender, no nível

macro, as relações de poder e determinações econômicas que ocorrem em nível nacional. Destacamos a articulação da relação público–privado em um município onde o Estado foi ausente — privilegiando, por décadas, o incremento do privado — e, laico, foi conivente e anuente com a manutenção de uma escola confessional. Isso mostra que no Brasil, em Minas Gerais e, em particular, Campina Verde, o público conviveu harmoniosamente, se submetendo à primazia do privado, enquanto o Estado laico contribuiu para o fortalecimento e a manutenção das instituições confessionais. Por meio de dados relativos ao fluxo escolar coletados na escola objeto de pesquisa, desenvolvemos o que argumentamos nesta nota introdutória.

3.1 Responsabilidade pela educação nas relações entre colégio, município e Estado

O contexto educacional do período 1950–80 não é favorável ao modelo de educação pública, gratuita e laica. Isso se evidencia em um dado oriundo de publicação editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), com o Ministério da Educação e Saúde (MES), no ano de 1949. O texto que segue foi reproduzido por Faria Filho e Vidal (2000, p. 31),

Os prédios que se contam na rede, em número muito inferior ao necessário, carecem de acomodações apropriadas e não apresentam, em sua maioria, os requisitos essenciais para o funcionamento de uma escola pública [...] A grande maioria podemos dizer dessas escolas são instaladas em porões ou salas, em casas muitas vezes destinadas a precárias residências familiares, ou então construídas para fins outros, muito diversos e sempre inadaptáveis.

Se essas informações forem representativas da qualidade de infraestrutura e organização de uma escola pública, então reportemo-nos a um segundo dado, relativo ao fim dos anos 1940 e ao início da década de 1950. São as matrículas, que nos levam ao objeto deste trabalho, em especial as relações entre o público e o privado. Faria Filho e Vidal (2000, p. 31) explicitam que

Os números apresentados pelos órgãos federais eram alarmantes. Das 6.700.000 crianças em idade escolar, apenas 3.200.000 estavam matriculadas. Das 44.000 unidades escolares em funcionamento, somente 6.000 foram construídas para a função de escola e pertenciam ao governo.

Ainda em relação à infraestrutura, os autores registram que, dos “[...] 6.160 prédios previstos, entre 1948 e 1949, 1.216 escolas haviam sido construídas” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 31). Trata-se de uma postura indiferente naqueles que acreditam nas previsões orçamentárias e em políticas educacionais como prioritárias para o governo. Se não era promissor o cenário relativo à infraestrutura, também não o seria para a expansão de vagas, pois sem a escola

adequada, composta por prédios, equipamentos e servidores, não havia como ampliar o número de vagas para os níveis e as modalidades de ensino. Sobre isso, mas com foco no ensino secundário, Nunes (2000, p. 46) compreende que tal etapa de ensino teve como principais características

[...] um acentuado crescimento horizontal, observado pelo simples aumento do número de estabelecimentos, e um significativo crescimento vertical, isto é, a considerável ampliação de matrícula por estabelecimentos, acarretando em algumas situações a superlotação e a criação de novos turnos.

Apresentando dados relativos à região Sudeste, Nunes salienta que essa base territorial, dadas as condições de industrialização e urbanização, tinha a maior concentração de matrículas do ensino secundário. Em 1960, o índice era de 60%. Entretanto, o maior montante de vagas estava sob responsabilidade do ensino privado. Nunes esclarece ainda que, “Ao preencher o vazio da iniciativa pública, os ginásios particulares proliferaram sem que o governo federal tivesse pulso para disciplinar esse crescimento, fixando seu controle em níveis apenas formais” (p. 47). Outro dado que caracteriza a ínfima relação da educação com o social diz respeito ao abandono de alunos na etapa do no nível secundário. Daqueles que ingressavam no secundário na segunda metade dos anos 1950, “[...] 80% eram forçados a não prosseguir seus estudos e a exercer qualquer tipo de trabalho, a fim de aumentar os insuficientes orçamentos domésticos” (p. 48).

Ao estudar o período 1960–80, Mafra (1988, p. 8) diz que [...] ocorreu no Estado de Minas Gerais a mais acentuada expansão da rede particular de ensino e a conseqüente privatização do 2º. Grau”; em 1960, a região do Triângulo Mineiro “[...] reunia cerca de 10,6% das escolas de 2º. grau do Estado, ou seja, 120 estabelecimentos, dos quais, 45% eram particulares e 55% públicos” (p. 15). A comparação de crescimento de vagas particulares em relação às públicas não finda aqui. Tal expansão superou, ainda

[...] no mesmo período, todos os índices de crescimento da rede particular nos demais Estados brasileiros. Temos, portanto, em Minas Gerais, um acontecimento especial cujo alcance e significado necessitam ser cuidadosamente examinados em todas as suas dimensões e conseqüências. (p. 8).

Essa análise inicial aponta que os processos de educação em Minas não estão distantes da realidade do Brasil dos anos 1950–80. Igualmente, mas guardadas as devidas especificidades, a situação da educação em Campina Verde reproduz a relação entre Estado e Igreja, público e privado, urbano e rural. Localizado nesse contexto histórico, o Colégio Nossa Senhora das Graças marca um local de destaque na história da educação campina-verdense, em especial no ensino secundário.

Com os padres lazaristas, membros da Congregação da Missão São Vicente de Paulo e alojados em Campina Verde desde 1834, iniciou-se o processo de instalação do colégio. A tramitação legal do projeto educacional de criação do colégio remonta a meados de 1949, conforme os registros de documentos, tais como Relatórios de Vistoria Prévia quando se pretendia instalar, na cidade, no ano de 1950, o curso secundário privado e, no decorrer dos anos, ciclos posteriores. A “chegada” do colégio — conforme relatos de memorialistas — foi vista pela população como grande marco de progresso, pois nesse período qualquer pessoa que quisesse dar continuidade aos seus estudos posteriores ao ensino primário teria que se locomover para outra cidade, uma vez que não existia nenhuma outra instituição de modalidade secundária. Além das boas perspectivas de escolarização vindouras, o projeto de construção do colégio impressionava a população pelo tamanho e pela sua infraestrutura moderna.

A localização do colégio era considerada estratégica para a congregação da missão e a comunidade, pois era situado na parte central da cidade daquela época, ao lado da igreja matriz e de frente à praça São Vicente de Paulo, lugar preferencial para realizar festividades, sobretudo religiosas (FIG. 11). O projeto de edificação no novo estabelecimento de ensino era grandioso se comparado a outros estabelecimentos escolares existentes naquele momento. Configurava um projeto de significativa proporção em que retratava as expectativas de empreendimento dos lazaristas, como demonstra as fotografias a seguir. A Figura 12 exhibe outra perspectiva do prédio dentro de um complexo de instalações destinadas a vários fins, os quais tinham, nas intencionalidades da congregação, relações sociais, confessionais e voltadas à prestação de serviços.



FIGURA 11. Festividade escolar, anos 1960.

Fonte: acervo de Terezinha Brito. Fotógrafo desconhecido.

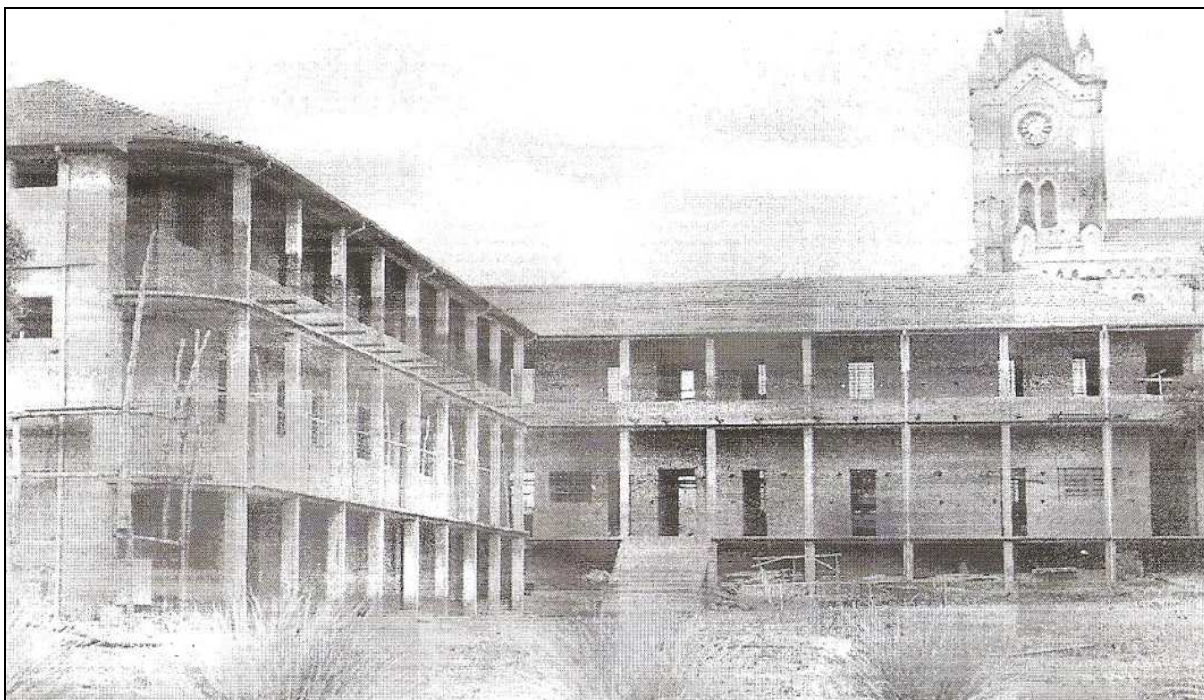


FIGURA 12. Prédio em construção, 1951.
Fonte: acervo de Terezinha Brito.

A Figura 13 apresenta uma visão aérea dos estabelecimentos educacionais e religiosos implementados pela Congregação da Missão de São Vicente de Paulo na década de 1970. Ainda que não seja o momento de construção em 1950, ela permite compreender as percepções que os padres lazaristas tinham do potencial educacional da cidade devido ao seu grande porte em relação à sua estrutura física. O trâmite legal para a criação e autorização do futuro colégio teve início no ano de 1949. Segundo Dallabrida (2009), todos os estabelecimentos de ensino secundário no país, antes de iniciar suas atividades escolares, deveriam passar por inspeções nas quais, sob apresentação de relatórios prévios e depois regulares, os órgãos responsáveis autorizariam ou não seu funcionamento. O processo de autorização do Colégio Nossa Senhora das Graças não foi diferente. A proposta inicial era iniciar a primeira série do ginásio secundário no ano de 1950, no antigo seminário, construído em 1834⁸⁶ e previamente adaptado por apenas um ano até a conclusão das obras do novo prédio, conforme o Relatório Prévio de Funcionamento.

⁸⁶ Primeira instituição escolar de Campina Verde pertencente à Congregação da Missão São Vicente de Paulo. O prédio dessa época funcionava como seminário e escola de primeiras letras. No ano de 1949, funcionava com seminário e havia poucas salas de ensino primário vinculadas com as irmãs da caridade.



FIGURA 13. Vista aérea do complexo educacional e religioso da Congregação da Missão São Vicente de Paulo.

Fonte: acervo da paróquia da congregação da missão. Fotógrafo desconhecido.

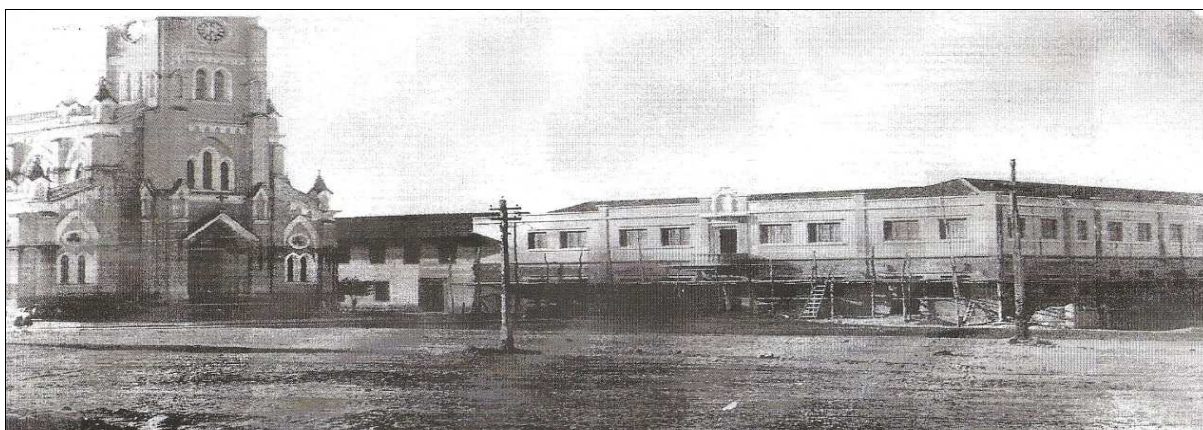


FIGURA 14. Da esquerda para direita: prédio da igreja matriz, prédio antigo do colégio (com a marquise) e prédio novo em construção, visível nos andaimes.

Fonte: acervo de Terezinha Brito. Fotógrafo desconhecido.

A programação de inauguração do novo colégio era para o fim dos anos 1950, conforme registrado no documento intitulado Relatório de verificação prévia, emitido pelo inspetor de ensino Edelweis Teixeira.

O GINÁSIO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, estabelecimento de ensino secundário, com ubs na cidade de CAMPINA VERDE, Estado de Ministério da Educação, fundado em 1950, mantido e dirigido pelos Padres da Congregação da Missão, tem por fim primordial preencher, com aprimorada formação intelectual, moral e cívica da mocidade triangulina, uma sensível lacuna na vida não apenas da mesma cidade em que tem ubs, mas do próprio Município e de Município vizinhos desta vasta região sertaneja de Minas. A imperiosa necessidade de semelhante educandário se impõe inadiável, não só da bem numerosa população escolar matriculada nos diversos cursos primários municipais e particulares, como também em vista das distâncias extremamente grandes e de penosa comunicação com estabelecimentos secundários mais próximos. Iniciando com apenas a Primeira Série, o Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças funcionará provisoriamente, por um ano no máximo, em um edifício, antigo Seminário, adaptado especialmente ao fim ao qual se destina, visto estar em andamento a construção de um prédio mais próprio, consoante se pódé observar na planta de localização do estabelecimento. (COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/CNSG, 1950).

As obras do prédio escolar foram iniciadas nos finais de 1949, com previsão de término para o fim dos anos 1950, conforme o acordo feito com a Secretaria de Educação do Estado Ministério da Educação. O inspetor de ensino, ao mencionar, em seu relatório de março de 1950, “[...] fundado em 1950, mantido e dirigido pelos Padres da Congregação da Missão [...]” aludia ao fato de que toda a documentação exigida pelo Ministério da Educação e Saúde para a autorização de funcionamento já estava encaminhada e de acordo com a portaria 375, de 16 de agosto de 1949; restam ajustes, tais como adequação da documentação da professora de Desenho, ajustes no regimento interno apresentado e a verificação prévia final do estabelecimento. Desse modo, tanto as atividades escolares quanto a aplicação dos exames admissionais foram adiados. Apenas o curso preparatório para o exame de admissão⁸⁷ teve início no ano de 1950.

⁸⁷ De acordo com Minhoto (2008), o exame de admissão foi instituído em 1931, pelo decreto 19.890, que reformou o ensino secundário e perdurou até 1971. Para ingressar no primeiro ano ginásial, o candidato devia ter idade mínima de 11 anos, ser aprovado em exame e ter classificação suficiente. O número de vagas na instituição de ensino devia bastar para que efetuar a matrícula. A inscrição só poderia se realizar mediante requerimento, atestado de vacinação antivariólica e recibo de pagamento de taxa de inscrição, além de ser limitada a um único estabelecimento de ensino (arts. 18 a 23, do decreto. Em 1942, instituída a Lei Orgânica do Ensino Secundário, o curso sofre reestruturação. Para o ingresso no ginásio, a lei continua a determinar idade mínima de 11 anos e exigir exame de admissão, mas passa a permitir aos alunos repetir o exame em 2ª época caso não obtivessem aprovação em primeira

Outro fator que contribuiu para que o início das atividades escolares fosse adiado foi a morosidade das obras — não concluídas dentro do prazo preestabelecido entre congregação e Ministério de Educação de Ministério da Educação —, como demonstra a carta-resposta da direção do colégio endereçada ao inspetor federal de ensino secundário, apresentando justificativas do atraso das obras.

[...] CONSTRUÇÃO: Arrostando as vicissitudes do empreendimento de construir prédio novo para melhor aproveitamento educacional de nossos alunos, vamos sofrendo a alta dos preços de ferro e cimento, a escassez desse último, junto com esse tempo de chuvas fartas nesta região, paralisando os serviços das caieiras e olaria, danificando as estradas desse interland, já de si tão precárias. Contamos, Senhor Diretor, com o devido conhecimento que V.S. possui destas realidades, para merecer de V.S. a inulgencia que a malícia dos tempos nos faz pedir a essa Diretoria, pelas faltas ou ubseqüentes que não comprometem, é certo, o valor ubseq do ensino, mas que somos forçados a apresentar no Ministério da Educação novo de nossos velhos esforços pelo ensino na Terra Mineira deste Ministério da Educação, onde os Missionários de S. Vicente de Paulo, oriundos do Caraça, trabalham há mais de cem anos. (CNSG, 1950).⁸⁸

Mesmo assim, após a análise dos documentos, principalmente do regimento interno, refeito por três vezes, foi autorizado o início das atividades escolares em 1951. A proposta de ensino apresentada pelos lazaristas à sociedade, de acordo com o regimento interno, tinha como finalidade básica

[...] ministrar à mocidade campinaverdense, *a par de uma sólida formação religiosa*, moral e cívica, um acurado Ensino Primário e Secundário, *coadunando com as necessidades da época* e dentro do plano geral estabelecido pelo Ministério de Educação e Saúde, suas leis e regulamentos. (CNSG, 1950, p. 1, grifos nossos).

Essas finalidades propostas para orientar a formação moral dos alunos parecem evidenciar a presença e importância da formação religiosa mediante a promoção de doutrina católica pelo viés da educação. Destaca-se também a proposta que era apresentada na encíclica *Divini Illius Magistri* ao tratar da formação educacional da juventude católica, à qual somente uma educação religiosa seria capaz de oferecer uma educação completa, mesmo estando vinculada ao Estado de forma não subalterna. Este era o propósito de formação dos alunos presente na educação campina-verdense. Em observação a outros artigos dispostos no referido documento, questões relacionadas com o vínculo da religiosidade e educação são evidenciadas no art. 6º:

⁸⁸ Trecho de documento direcionado ao diretor do ensino secundário Haroldo Lisboa da Cunha em 1950.

O cargo de Diretor e Presidente do Conselho Escolar será exercido pelo Padre Superior da Casa da Congregação da Missão em Campina Verde ou então por um padre expressamente nomeado para esse cargo pelo Supervisor Provincial da Congregação da Missão do Ministério da Educação. (CNSG, 1950, p. 2).

Noutros termos, o art. 6º refere-se incondicionalmente à clericalização do colégio no que tange aos cargos administrativos e ao corpo docente, à aplicação de penalidades àquele que

Servir-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses da Pátria, *da religião* e da moral ou procurar insuflar nos alunos, clara ou disfarçadamente ub espírito contra a autoridade do estabelecimento ou tomar atitudes de indisciplina ou agitação. (CNSG, 1950, art. 26º, § 4º, p. 7; grifo nosso).

Fica evidenciado que o documento normativo definia ordenamentos básicos da estrutura e do funcionamento da escola consubstanciado na legislação vigente, mas que segue fins particulares, objetivos e metas que dizem respeito aos fins e preceitos da educação católica. Portanto, seguia uma ideologia confessional.

E foi dentro desse quadro inicial de preceitos normativos que se delineou o movimento posterior de ampliação da escola, evidenciando uma continuidade da aproximação histórica entre Igreja e Estado, público e privado no quadro educacional da cidade. A proposta de organização inicial do colégio dentro de seu regimento interno era de funcionamento sob o regime de externato masculino e feminino. Porém, segundo o art. 3 do capítulo II, o documento adverte que, no decorrer do tempo, se as circunstâncias permitirem, o regime de internato para ambos os sexos seria viabilizado em locais distintos. Porém, de acordo com nossas pesquisas, em momento algum o colégio funcionou com internato feminino. Os cursos previstos no regimento para ser ministrados eram: primário; admissão; curso secundário, depois Clássico, Científico, Técnico e Artífice. No entanto, de 1950 a 1980 o colégio ofereceu, cronologicamente, os seguintes níveis de ensino particular: 1950–70: curso ginásial, sendo regime internato masculino apenas da década de 1950; 1965–6: curso ginásial noturno; regime externato; 1969–80: curso Normal; regime externato; 1978–9: curso de Análises Químicas.

3.2 Curso ginásial: declínio do ensino privado

O curso ginásial do colégio se organizou baseado na Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, estabelecida pelo então ministro Gustavo Capanema. O ensino secundário desse momento era dividido em duas áreas: o acadêmico, composto pela escola secundária, e o técnico, composto pelas escolas profissionalizantes. A formação secundária era composta pelo curso ginásial com duração de quatro anos e pelo colegial com duração de três anos, divididos entre clássico e científico. O colégio começou com o

primeiro ciclo do ensino secundário: o ginásial. De acordo com Saviani (2004), para as classes de baixa renda destinava-se a escola técnica, ou seja, o ensino profissionalizante, definido pelas Leis Orgânicas do Ensino Profissional. Era oferecida uma formação técnica, porém sem direito ao acesso ao ensino superior. O ensino técnico veio fazer parte da composição do colégio 19 anos depois de sua criação.

Sobre o colégio, após ser autorizado, em 1951, iniciaram-se suas atividades apenas com a primeira série, aumentando uma turma⁸⁹ gradativamente no decorrer dos anos subsequentes. Pelo registro do livro de matrículas de 1951, verificamos que foram matriculados 50 alunos (CNSG, 1951, s. p.) o que correspondia ao número total de vagas disponíveis por turma. Para a viabilização do processo educativo, ampliação e manutenção do empreendimento escolar, os padres lazaristas fixavam anuidades ou contribuições a serem cobradas dos alunos. O regimento interno Ministério da Educação conceder descontos de 10%, 15%, 20% ao segundo, terceiro e quarto, no caso de dois ou mais irmãos matriculados no curso secundário, e gratuidade para os demais. O artigo 50º determinava que as mensalidades fossem preestabelecidas pela direção do estabelecimento em consonância com a diretoria do ensino secundário e as leis vigentes. Além disso, caberia ao colégio reservar anualmente matrículas gratuitas ou de contribuição reduzida para estudantes de pouca renda, determinados ora pela direção, ora pelo Ministério da Educação e Saúde.

Mesmo o quadro não estando completo, é possível perceber que as mensalidades, o que no regimento tratava-se de “contribuições”, aumentavam a cada ano e nível de escolaridade. Durante todo esse período, nenhum aluno foi beneficiado por subvenções oriundas de outros órgãos oficiais, e todas as despesas como pagamento de professores, materiais didáticos, alimentação, dentre outros era mantidas pelas contribuições mensais ou anuais pagas pelos alunos (TAB. 9).

Parece-nos que o fato de ser concedidas bolsas aos alunos menos favorecidos não significava que os demais não tivessem dificuldades para efetuar o pagamento das anuidades, o que pode ser constatado no alto índice de evasão no decorrer dos anos. Os dados relativos à matrícula, aprovação, evasão e retenção tratados aqui foram problematizados como elementos sintomáticos do fluxo de alunos no processo de constituição e ampliação do curso ginásial do colégio, e não como as causas da evasão em si. Não existe somente uma única causa que a provoque. É deveras a complexidade da retenção e evasão, o que necessitaria de outras investigações. Assim, o objetivo em torno dessa questão é evidenciar, de forma quantificada, que

⁸⁹ As obras inacabadas do novo prédio escolar acompanharam a formação de novas turmas. Ou seja, na medida em que se criava uma turma, uma sala era concluída.

o problema de “perdas” de alunos parece acarretar a “perda” de receitas orçamentárias, colocando em dúvidas a sustentabilidade de uma instituição escolar privada; ou seja, sinalizando o início de uma crise e uma descensão, como no caso de nosso objeto de pesquisa. A Tabela 10 faz essa delimitação. Condicionamos os ciclos focando na desistência ou ausência de matrículas de alunos, o que é vital para uma escola que sobrevive de mensalidades e bolsas.

TABELA 9
Valor das anuidades cobradas do curso ginásial de 1951 a 1970.

ANO	ANUIDADES COBRADAS/CURSO GINÁSIAL				SUBVEN- ÇÕES CEDIDAS	BOLSAS REDUZI- DAS	MATRÍCULAS GRATUITAS
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série			
1951	Cr\$ 1.000	—	—	—	0	4	8
1952	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000			0	14	3
1953	Cr\$ 1.600	Cr\$ 1.600	Cr\$ 1.800		0	26	4
1955	Cr\$ 1.900	Cr\$ 1.900	Cr\$ 2.000	Cr\$ 2.000	0	27	12
1956–70	Não foram encontrados registros de cessão de bolsas						

Fonte: dados da pesquisa (relatórios finais dos anos letivos 1951–5)

TABELA 10
Relação entre matrículas e evasão/desistências (1951–70)

ANO	TURMA	MATRÍCULA	GANHO DE ALUNOS	DESISTÊNCIA	TRANSF.	PERDA DE ALUNOS	VARIÁVEL DE GANHO
1951	1ª a 2ª	50	—	05	00	—	—
1952	1ª a 3ª	81	31	01	00	—	30
1953	1ª a 4ª	98	17	00	00	—	17
1954	1ª a 4ª	113	15	00	00	—	15
Total							62
1955	1ª a 4ª	103	00	00	00	00	Deficit
1956	1ª a 4ª	119	16	01	—	01	15
1957	1ª a 4ª	131	12	7	2	09	7
1958	1ª a 4ª	137	06	12	—	06	Deficit
Total							22
1959	1ª a 4ª	157	20	13	7	—	Deficit
1960	1ª a 4ª	154	00	28	—	03	Deficit
1961	1ª a 4ª	148	00	28	—	06	Deficit
1962	1ª a 4ª	112	00	13	—	36	Deficit
Total							00
1963	1ª a 4ª	157	45	14	7	—	24
1964	1ª a 4ª	185	28	23	—	—	5
1965	1ª a 4ª	217	32	33	4	—	Deficit
1966	1ª a 4ª	232	15	20	11	—	Deficit
Total							29
1967	1ª a 4ª	255	23	15	8	—	Deficit
1968	1ª a 4ª	267	12	20	5	—	Deficit
1969	1ª a 4ª	280	13	13	5	—	Deficit
1970	1ª a 4ª	362	82	52	14	—	66
Total							66

Fonte: dados da pesquisa (livro de matrículas dos anos 1951–70).

Observa-se que, pelo fluxo de alunos do colégio desde sua instalação, que não ocorreu o aumento do número de discentes em todo o período em que se constituía como instituição privada. Ante os dados referentes ao fluxo de estudantes do ciclo de 1951 a 1954, verificamos que, ao findar o término do ciclo, em 1954, hipoteticamente a escola deveria ter o número de 200 escolares, visto que a cada ano são matriculadas 50 crianças, acrescidas aos poucos ao total do ano anterior.

Tal lógica beira à idealização, pois o sistema não é agregador; funciona como seletivo. Ao constatar os índices de evasão e repetência — 113 estudantes —, verificamos que o fluxo não foi constante em relação à permanência de alunos (TAB. 9). Tal aspecto mostra, *grosso modo*, que a rotatividade que há na escola com transferências, desistências e repetências nos fornece dados para o estabelecimento de uma relação com indicadores de eficiência, o que é essencial para uma organização privada que necessita do pagamento de anuidades. Cabe frisar que fugiu ao escopo da pesquisa aqui descrita discutir os possíveis motivos, a exemplo do aumento de mensalidades e da repetência, que levavam à evasão.

Porém, dados são importantes como elementos indicativos, pois evidenciam que a desistência de manter o empreendimento no campo educacional sob a tutela confessional tem como causa a ineficiência de ampliação do número de matrículas, como apresenta os resultados nos registros de matrículas dos alunos. Os dados relativos a matrículas, aprovação, evasão e retenção no período em destaque revelam, inicialmente, um movimento de restrição e controle de demandas, depois uma ampliação da escola.

É nos dados quantitativos retirados dos livros de atas de registros dos desempenhos finais dos alunos que buscaremos indícios explicitadores do movimento de crescimento da escola em relação à quantidade. Os dados mostram o rigor estabelecido pela escola, facilmente constatado pela diminuição de alunos e pelo quadro de repetência. Se considerarmos a taxa média de reprovados e evadidos nos anos subseqüentes, notaremos que ficam próximas dos 25%; somente em 1953 ocorre uma alteração para cima.

TABELA 11
Excerto: anos 1951–4⁹⁰

ANO	SÉRIE	CURSO ⁹¹	TOTAL DE ALUNOS	DESI- TENTES	TRANSFE- RIDOS.	TOTAL DE APROVADOS	TOTAL DEW REPROVADOS	% REPROV.
1951	1ª.	Ginásial	50	05	—	37	37	16.0
52	1ª. a 2ª.	G	81	1	—	62	62	23.45
53	1ª. a 3ª	G	98	—	—	61	61	37.75
54	1ª. a 4ª.	G	113	—	—	85	85	24.77

Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 2 apresenta porcentuais que incluem os repetentes, o que vem ampliar o índice de exclusão no ano de 1951. O Gráfico 3 mostra a tendência evolutiva do ciclo. Note-se que, com exceção da 1ª. série, as demais séries sempre iniciaram o ano seguinte com menos alunos do que a série anterior.

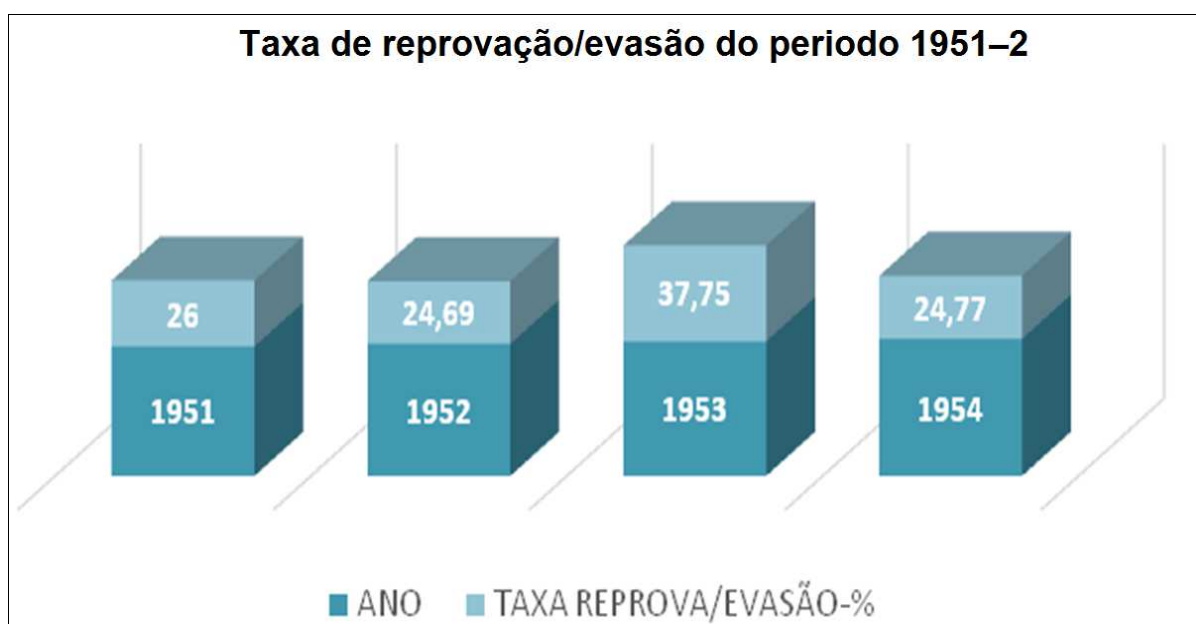


GRÁFICO 2. Porcentuais de alunos reprovados/evadidos no Colégio Nossa Senhora das Graças entre 1951 e 1952.

Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas dos anos de 1951–4)

⁹⁰ Trabalhamos com esse período porque significa um ciclo de quatro anos: o aluno ingressava na primeira série (1951) e devia concluir os quatro anos de estudos (1954) com sucesso escolar. Trata-se de excerto porque é parte do conjunto de registro que compõe o livro de atas da escola.

⁹¹ Corresponde ao nível/modalidade de ensino. Grupo escolar está destinado ao que corresponde hoje aos anos iniciais de alfabetização (1º. ao 5º. ano); ginásio correspondia ao que conhecemos hoje como as séries finais (ou melhor, anos finais) do ensino fundamental, do 6º. ao 9º. ano. A partir de 1971, esses níveis/modalidades de ensino passaram a ser chamados de ensino de primeiro e segundo graus. A partir da LDBEN 9.394/96, passou a ser chamados de ensino fundamental (em conjunto com educação infantil e ensino médio compuseram a educação básica). A partir de 2010, conforme a lei 11.274/06, todos os estabelecimentos devem implementar o ensino obrigatório de nove anos, passando o ciclo a compor o ensino de 1º. ao 9º. ano.

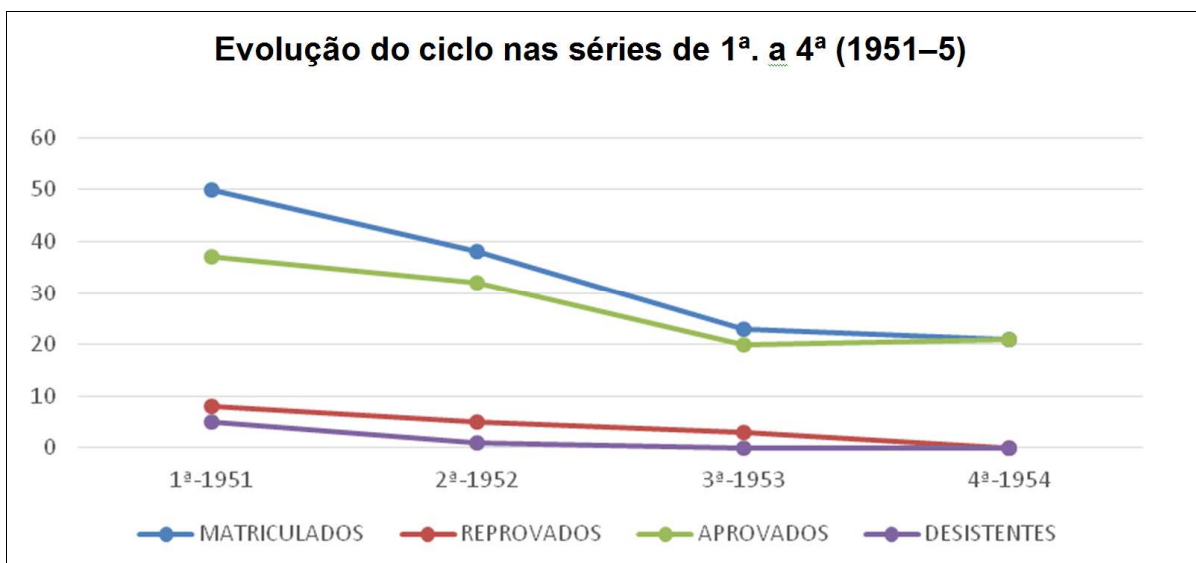


GRÁFICO 3. Evolução do ciclo nas séries de 1ª. a 4ª. no período 1951-5
 Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas dos anos de 1951-4)

Trabalhamos aqui com a mesma lógica de ciclo de quatro anos. A tabela se amplia, pois ocorreu uma estabilidade no número de séries: passamos agora a ter todas elas no ano letivo; o que significa, por exemplo, que, se em 1951 havia uma série inicial, de 1954 em diante passamos a ter todas as séries compondo aquele grau de ensino. Observem-se os dados de 1957: foram reprovados (sem computar índices de evasão) o correspondente a 41,98 %. No Gráfico 4, temos o percentual de alunos evadidos/reprovados por série. O gráfico explicita o alto número de evasão e repetência na primeira série. Quando focada a 4ª. série, os dados mostram que os alunos são, em geral, promovidos diretamente. Há raríssimos casos de reprovação.

TABELA 12
 Excerto: anos 1955-8

ANO	SÉRIE	CURSO	TOTAL ALUNOS	DESIST.	TRANSF.	TOTAL		%
						APROV.	REPROV.	
1955	1ª. a 4ª.	Ginasial	103	—	—	76	27	21.35
1956	1ª. a 4ª.	G	119	1	—	76	42	35.29
1957	1ª. a 4ª.	G	131	7	2	67	55	41.98
1958	1ª. a 4ª.	G	137	12	—	91	34	24.81

Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas dos anos de 1955-8)

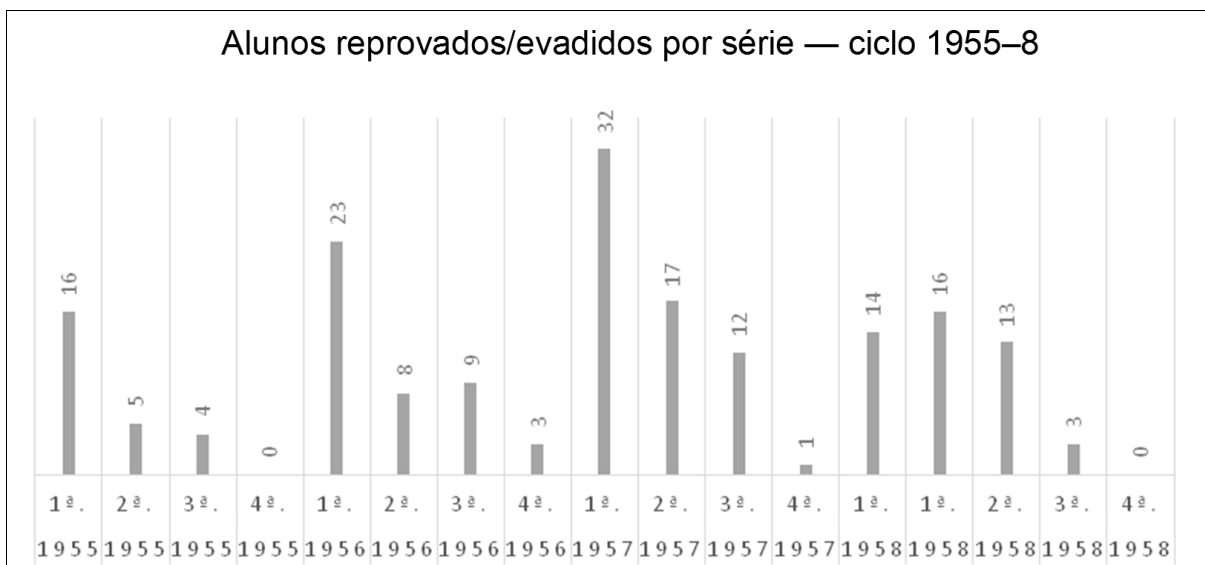


GRÁFICO 4. Níveis de estudantes que foram reprovados/evadidos por série no período 1955–8.
Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas dos anos de 1955–8)

TABELA 13
Excerto: anos 1959–62

ANO	SÉRIE	CURSO	TOTAL ALUNOS	DESIST.	TRANSF.	TOTAL APROV.	TOTAL REPROV.	% REPROV.
1959	1ª. a 4ª.	Ginásial	157	13	7	65	72	45.85
1960	1ª. a 4ª.	G	154	28	—	69	57	37.01
1961	1ª. a 4ª.	G	148	28	07	69	44	29.72
1962	1ª. a 4ª.	G	112	13	—	65	34	30.35

Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas dos anos de 1951–4)

A Tabela 13 apresenta dados de 1959 a 1962. Posteriormente, destacaremos, em forma de tabelas, outros ciclos de quatro anos para que possamos verificar nuances e variáveis que foram ocorrendo na instituição escolar em análise e realizar uma síntese dos ciclos que compõem o período por nós estudado (1951 a 1974). A novidade desse ciclo revela-se no número de desistentes, explicado pela hipótese de que existe um acúmulo de reprovações. Isso tem como consequência a desistência dos estudos. Fazendo-se uma comparação com os dados do ciclo anterior (1955–8), podemos perceber que na Tabela 13 os dados de reprovação se ampliaram. Somadas todas as séries somadas — 157 alunos —, foram promovidos 64, evadiram 13, pediram transferência 7, foram reprovados 72. Daí um índice de reprovação de 45.85%; ou — se computarmos a evasão — 54,14%, o que caracteriza uma taxa de fracasso maior do que o de sucesso. Embora não se explicita na tabela, o número de desistência centra-se na 1ª. e 2ª. séries; quase não incide nos alunos de 3ª. e 4ª. Se tomarmos aleatoriamente dados da 1ª. série do ano de 1961, veremos que de um total de 32 alunos matriculados 12 desistiram. Isso implica 37,5% de alunos desistentes. Acompanhe-se o Gráfico 4, relativo aos desistentes por

série no ciclo de 1959–62. Veja-se que a situação é parecida com a do ciclo anterior (1955–8) com relação às desistências e à incidência, maior nas primeiras séries.

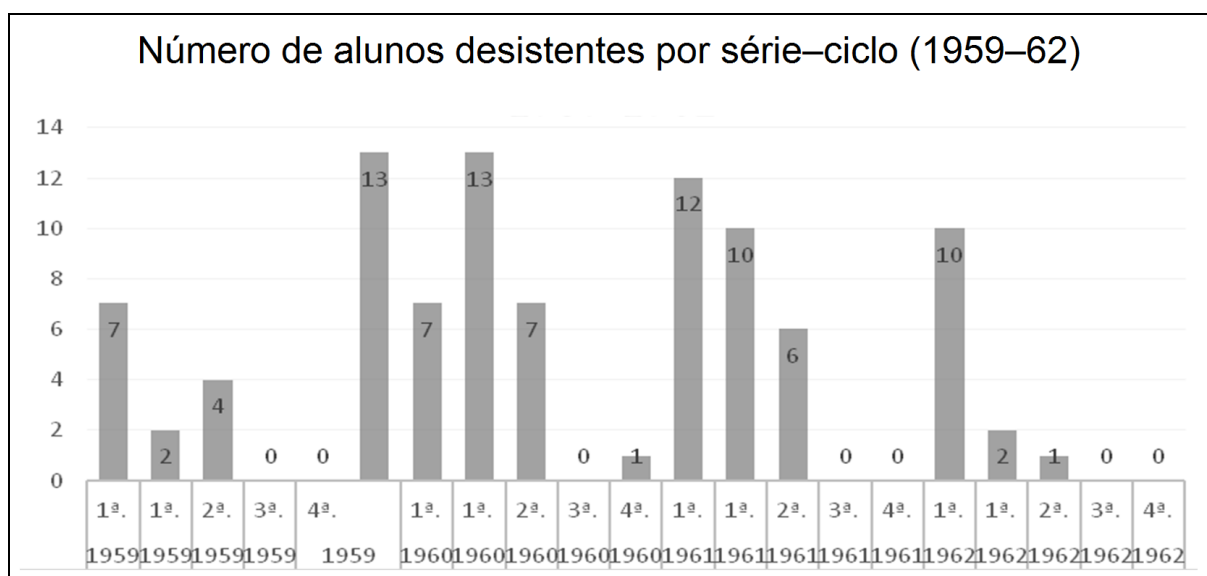


GRÁFICO 5. Porcentuais de desistência discente a cada série–ciclo durante o período 1959–62.
Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas dos anos de 1959–62)

Vamos observar na Tabela 14 que, a partir de 1965, amplia-se o número de primeiras séries. É claro: continua a referência similar ao funil.

Nesse ciclo, a novidade é a instalação de uma 1ª. série ginásial no noturno, detalhada à frente.

TABELA 14
Excerto: anos 1963–6

ANO	SÉRIE	CURSO	TOTAL ALUNOS	DESIST.	TRANSF.	TOTAL APROV.	TOTAL REPROV.	% REPROV.
1963	1ª. a 4ª.	Ginásio	157	14	7	103	33	21.01
1964	1ª. a 4ª.	G	185	23	—	124	38	20.54
1965	1ª. a 4ª.	G	217	33	04	130	50	23.04
1966	1ª. a 4ª.	G	232	20	11	132	69	29.74

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 15 encerra o último ciclo (1967–70) de formação ginásial sob tutela do Instituto Nossa Senhora das Graças, instituição de caráter particular/confessional. A partir dessa data, o estabelecimento passa à responsabilidade organizativa e de manutenção do Estado de Minas Gerais. Um dado que chama a atenção é relativo aos índices de desistência: se comparados aos ciclos anteriores, ele se mantém; entretanto, o índice de reprovação diminui acentuadamente.

TABELA 15
Excerto: anos 1967–70

ANO	SÉRIE	CURSO	TOTAL ALUNOS	DESIST.	TRANSF.	TOTAL APROV.	TOTAL REPROV.	% REPROV.
1967	1ª. a 4ª.	Ginásio	255	14	08	207	26	10.19
1968	1ª. a 4ª	G	267	20	05	218	24	8.98
1969	1ª. a 4ª	G	280	13	05	226	36	12.85
1970*	1ª. a 4ª*	G	362*	52*	14*	232*	64*	17.67*

Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas de 1967–70)

*Encerramento do livro de atas 1951–69; os dados seguintes são do livro de atas 1968–75.

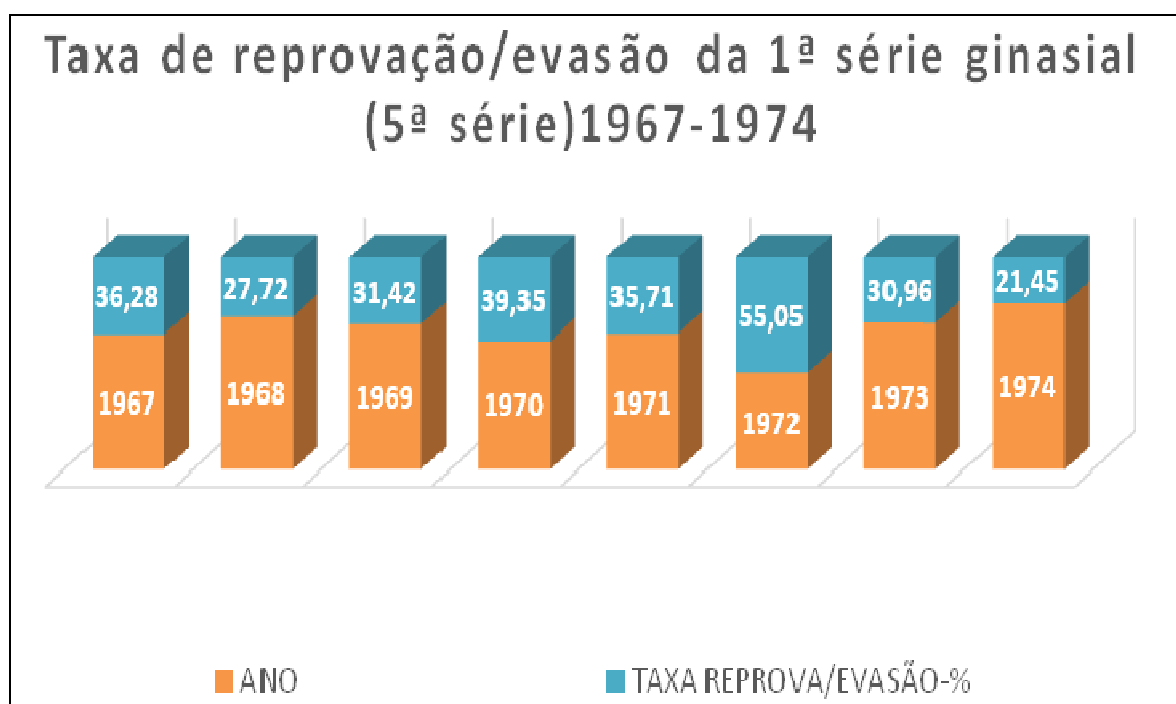


GRÁFICO 6. Taxa de reprovação/evasão 1ª série ginásial no período 1967–74.

Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas de 1967–74)

Também o Gráfico 5 pode ser elucidativo para compreensão dos argumentos utilizados antes concernentes às séries iniciais ao apresentar os mesmos elevados índices de reprovação/evasão

Observe-se que, no ano de 1972, a escola, depois de ser estadualizada, alcançou índice de 55,05% de reprovação/evasão. A média aritmética⁹² do período de 1967 a 1970, anterior à estadualização, foi de 33,69% e a do período de 1971 a 1974 ficou em torno de 35,79%. Logo, a prática de reprovação, aliada à evasão, continuou nos mesmos patamares. Ao se fazer

⁹² Média aritmética consiste na soma de todas as taxas anuais de reprovação/evasão dividida pelo número de anos do período.

a média aritmética dos dois ciclos, a porcentagem ficou na casa dos 34,74%. Como podemos observar, alguns fatores influenciam diretamente a evasão. Alguns, portanto, são mais evidentes, outros precisariam de um estudo mais acurado, que, no caso, não é objeto de nossa tese. A ineficiência e o abandono escolar são marcantes em praticamente todos os ciclos (período de quatro em quatro anos) ao constatar-mos na Tabela 15 o número primoroso de deficit. A nosso ver, nenhuma instituição particular, confessional ou não, consegue se manter se não tiver um número expansivo de matrículas, o que nos leva a deduzir causas do repasse do ensino ginásial ao Estado, de início no primeiro grau, depois no nível de segundo grau.

Somente a partir dos anos 1970 é que encontramos documentos oficiais que registram os primeiros indícios de crise relatados pelos administradores da Congregação da Missão São Vicente de Paulo. O trecho retirado do livro de atas do colégio no ano de 1970, lavrada pelo padre Elias Chaves, visitador provincial da Congregação da Missão São Vicente de Paulo, faz-se útil aqui:

No Ginásio e Escola Normal, coadjuvados pelas nossas irmãs e professores leigos, as nossas coirmãs realizam belo trabalho de promoção e formação. Cerca de 80 alunos estudam gratuitamente, e muitos outros têm anuidades reduzidas, sendo que a maior parte paga integralmente a anuidade total que no entanto apenas de Crs\$ 200,00. Daí provém que é precária a situação financeira do Colégio. Apesar de tudo ainda se conseguiu fazer várias benfeitorias no Colégio, e se está agora em vias de construir uma praça de esportes. Para atenuar essa situação crítica é preciso cortar gradualmente os privilégios de que gozam pessoas abastadas, ao matricularem mais de um filho no Colégio. Recebam-se porém gratuitamente ou com reduções os alunos cujas famílias são necessitadas. Quanto aos demais, paguem integralmente *para todos os seus filhos*. Igualmente, é necessário promover reuniões com os pais dos alunos para complemento de formação e explicação da situação do Colégio. Muito facilitar tais tarefas a distribuição de informações em boletins aos Pais. Também se deve redigir os Estatutos do Colégio, para que os pais conheçam bem as condições de admissão e formação de seus filhos. Quanto à dificuldade por que passa o Colégio em relação aos Professores, o Conselho Provincial examinará a possibilidade de enviar em 1971 Sr. Pe. Silvio Batista. Na secretaria do Colégio, devido ao acréscimo de trabalho, dever-se-á admitir algum auxiliar: uma Irmã ou um leigo. (CNSG, 1970; grifo do autor).

Observa-se que nos anos 1970 o colégio já sinalizava momentos de crise em relação à deficiência no quadro de docentes, acúmulo de trabalhos da secretaria devido à implantação do curso Normal e, principalmente, questões de ordem financeira. O número de profissionais docentes habilitados era baixo dentro do quadro educacional de Campina Verde, sobretudo para o nível secundário. De acordo com Franco (2005), foi somente a partir de 1972 que se iniciou o movimento de capacitação dos professores por meio dos Estudos Adicionais. Tanto

que, a maioria do corpo docente do colégio no ano de 1970, como também nos anos anteriores, era composta por padres e professores leigos com devida autorização da Superintendência Regional de Ensino. Dos *treze* professores responsáveis pelo ginásial, *três* possuíam registro de docência.

Em relação a questões financeiras da instituição, os participantes da Assembleia Provincial Extraordinária acusavam os privilégios cedidos aos alunos oriundos de famílias favorecidas economicamente e às normas do regimento interno, que permitia descontos às famílias que tivessem mais de um filho estudando no estabelecimento como fator principal do deficit orçamentário por que o colégio passava. Diante disso, a solução para resolver o impasse era cortar as vantagens concedidas, conforme demonstram os registros nas atas.

A inserção nesses registros sobre a evasão escolar e a escassez de profissionais habilitados, recursos financeiros insuficientes para a manutenção da instituição e a escassez de matrículas permite inferir que foram fatores essenciais para os membros administrativos do colégio e a comunidade se mobilizarem em prol da estadualização ao vislumbrarem a possibilidade de a escola fechar. De acordo com o relato de Teixeira (2015), representante da classe estudantil no ano de 1970, o movimento de pais, alunos e sociedade em geral a favor da estadualização teve repercussão, pois, na época, não havia nenhuma escola que oferecesse o curso ginásial na cidade. Reuniam-se no grêmio para as discussões (média de 300 pessoas) até escolherem um deputado para representá-los e que não fosse ligado a nenhum partido da cidade daquele momento. O resultado foi satisfatório, pois no mesmo ano foi providenciada a tramitação do processo de estadualização do colégio, no ano seguinte, 1971. Teixeira (2015) afirma que a congregação da missão de Campina Verde não demonstrou resistência ou oposição ao movimento; ao contrário, o que se podia perceber era um sentimento de satisfação e de apoio ao grupo. Desse modo, em dezembro de 1970, foi criado o Ginásio Estadual Nossa Senhora das Graças, por meio do ofício 1.848 da Secretaria de Estado e Educação; em 1971, conforme lei estadual 3.500, a denominação passa a ser Escola Estadual Nossa Senhora das Graças de 1º Grau, 5ª a 8ª séries.

Em relação ao espaço físico para o seu funcionamento, ficou estabelecido que o colégio, agora escola, continuaria funcionando no mesmo prédio de propriedade da congregação. No entanto, o poder público municipal seria responsável pelo pagamento do aluguel⁹³ e o Estado, pela folha de pagamento dos docentes. Como não havia ainda um

⁹³ Segundo Teixeira (2014, entrevista), o aluguel girava em torno de C\$ 10.000,00.

número suficiente de professores habilitados, alguns padres permaneceram no quadro funcional — o cargo de direção permaneceu com padre Felix.

Data-se então, em 1971, a criação da primeira e única escola pública de ciclo ginásial da cidade de Campina Verde. Quais são implicações do processo de estadualização do colégio para a comunidade campina-verdense? Percebe-se que as mudanças ocorridas com a criação do Instituto de Educação, especificadamente ao acesso à educação pública, foram impactantes, como podemos evidenciar a seguir, no Gráfico 6.



GRÁFICO 7. Número de matrículas em 1970–2.
Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas de 1970–2)

No livro de matrículas do ano de 1970, enquanto o colégio era ainda particular, o número de alunos matriculados era de 296 no total. A partir da estadualização, em 1971, o número de alunos matriculados mais que duplicou, atingindo a soma de 656 alunos, ou seja, aumentou 121,62% em relação ao ano anterior. Em 1972, o número de matrícula quase triplicou, apresentando um total de 887 alunos no ensino ginásial, o que representa um aumento de 199,66% em relação a 1970.

Esses dados parecem indicar um quantitativo bastante significativo de alunos que estavam fora da sala de aulas no período anterior à estadualização. Cumpre-nos ressaltar que a

estadualização do ensino ginasial na cidade ocorreu só por vias legais. Ou seja, não houve investimentos do Estado na aquisição de sede própria para seu funcionamento. As atividades escolares do ginasial e do segundo grau continuaram sendo realizadas no prédio de propriedade dos padres lazaristas, em parceria com a prefeitura. O segundo grau continuou pertencendo à rede particular e vinculado ao Colégio Nossa Senhora das Graças, ofertando duas modalidades de ensino: curso Normal e o curso técnico em Análises Químicas. Tanto o ensino ginasial estadualizado (público) quanto o ensino do segundo grau (particular) continuaram sob a direção dos lazaristas.

3.3 Curso ginasial: implantação do período noturno

Embora apareçam no ano de 1965 e 1966 turmas de 1ª. série ginasial no colégio criadas pelos padres lazaristas, conforme registro em ata, não existem mais informações sobre a continuidade delas. A ausência de documentação nos anos seguintes demonstra que foram turmas experienciais e que não foram adiante, sendo o curso fechado em seguida. A criação do curso noturno foi motivada pela instalação da energia elétrica ocorrida no município no mesmo ano, como demonstra o pedido de deferimento para a autorização do curso transcrito abaixo:

Diante do melhoramento introduzido nesta cidade de Campina Verde com a instalação definitiva do serviço de força e luz e também no ensejo de prestar novos benefícios à mocidade laboriosa desta terra, o Diretor deste Ginásio I. de N. S. das Graças, vem pedir respeitosamente a V. Excia. A necessária autorização para estender, a começar do mês de Março de 1965, o funcionamento deste Ginásio também para o Curso Noturno; o horário previsto em que deverá funcionar o Curso Noturno será desde as 18 horas e 30 minutos até 21 h ou 22h no máximo, uma vez que a totalidade de seus alunos possui residência dentro da mesma cidade. (CNSG, 1964).

Outra hipótese não descartável é que tais alunos estivessem registrados numa mesma ata, ou seja, no livro-ata do turno diurno — o que seria equívoco de escrivão. De fato, conforme o registro do livro de matrícula de 1971, implanta-se, logo após a estadualização (1971), a criação do curso noturno. Não vamos estabelecer uma correlação entre os números de alunos dos anos 1965–6, antes da estadualização, com o quantitativo de matrículas do ano de 1971, após, por julgar necessário evidenciar nesse momento somente o acréscimo de matrículas a partir de 1971.

Verifica-se que o curso noturno se inicia com seriação de 1ª. a 4ª. série. A partir de 1973, com a nomenclatura de 5ª. a 8ª. séries, obedecendo à legislação. Além disso, o número

de matrículas é significativo e houve aumento gradativo no decorrer dos quatro anos. Do ano de 1971 ao término do que seria o ciclo ginásial — 1974 —, houve um aumento de matrículas em torno de 150,8%, o que nos leva a inferir que o montante de alunos sem acesso ao ensino secundário no município era alto e emergente de uma política pública gratuita com ritmo de fluxo de ingressos contínuo. Reportamo-nos ao ano de 1974 por corresponder ao ciclo de quatro anos e para demonstrar que mesmo com o elevado número de desistências não houve fechamento do curso como parece ter ocorrido nos anos 1965–6 enquanto o acesso era de caráter privado.

TABELA 16
Anos 1971–4: ginásio noturno

ANO	SÉRIE	TOTAL DE ALUNOS	%	DESISTÊNCIA	%
1971	1 ^a . ao 4 ^a	193	—	39	20,2
1972	1 ^a . ao 4 ^a	370	91,7	96	25,94
1973*	1 ^a . ao 4 ^a	459	24,0	136	29,6
1974	1 ^a . ao 4 ^a	484	5,4	80	16,5

Fonte: dados da pesquisa (livros de matrícula de 1971–4)

*Após 1973, passa-se à nomenclatura de 5^a. série ginásial, conforme livro de atas.

3.4 Curso Normal e curso de Análises Químicas

O ensino normal foi regulamentado pelo decreto-lei 8.530/1946, quando ocorreu a promulgação das Leis Orgânicas, decretadas por Gustavo Capanema. O curso Normal de formação para o magistério foi criado pela congregação no ano de 1969, com caráter particular/confessional, segundo o decreto federal 62.100, de 11 de fevereiro de 1968. Seguiu os princípios e dispositivos previstos no artigo 1º da lei 4.024/61 e lei 5.692/71, na manutenção do 2º grau. Iniciou suas atividades escolares com um número de 38 alunos na 1ª série. No ano de 1971, já mantinha o funcionamento das três séries anuais contidas em sua carga horária total, com um total de 119 alunos, 31 deles habilitados para o magistério.

Ocorreu uma incidência nos números de alunos desistentes e transferidos. Entretanto, podemos observar que, no geral, os índices de reprovação são menos frequentes. Mesmo aqueles alunos que são direcionados à segunda época tendem a ser promovidos. De acordo como nossos registros, a partir do ano de 1975, inicia-se um processo de desaceleração no fluxo de matrículas, mas o curso sob a administração da Congregação segue em funcionamento até 1983, quando é repassado para o município.

TABELA 17
Excerto: anos 1969–83

ANO	SÉRIE	CURSO	TOTAL DE ALUNOS	DESIST.	TRANSF.	TOTAL APROV.	TOTAL REPROV.	% APROV.
1969	1 ^a .	Normal	38	6	1	31	—	0
1970	1 ^a . e 2 ^a .	Normal	60	—	—	60	—	0
1971	1 ^a . a 3 ^a .	Normal	119	4	1	113	1	0.84
1972	1 ^a . a 3 ^a .	Normal	131	11	17	89	14	10.68
1973	1 ^a . a 3 ^a .	Normal	129	8	19	89	13	10.07
1974	1 ^a . a 3 ^a .	2 ^o . Grau	152	11	9	126	6	3.94

Fonte: dados da pesquisa (livros de matrículas de 1969–74)

De início o curso Normal parece não apresentar problemas de evasão, inadimplência ou de outra natureza para a congregação da missão. No entanto, ao analisar os documentos normativos do colégio, constata-se a partir de 1972 que a crise orçamentária do colégio administrado pela Congregação da Missão São Vicente de Paulo em Campina Verde estava colocada e que não foi resolvida mesmo com a estadualização do ensino ginásial. Uma análise mais pormenorizada das atas lavradas nas assembleias domésticas⁹⁴ e nas atas de visitas⁹⁵ permite ratificar e identificar tais elementos. Considere-se o registrado na ata de visita do dia 14 de junho de 1972, presidida pelo visitador provincial padre José Elias Chaves:

Aspecto administrativo – Acha-se a Casa em certa dificuldade por causa de dois fatores principalmente: 1 – A situação do Colégio Estadual ainda não foi devidamente acertada, pois — além de a Prefeitura Municipal ainda nada ter pago do aluguel do prédio — também o Estado não está pagando o Diretor, o secretário e os auxiliares que trabalham no Colégio. Nesse particular é preciso continuar os esforços para regularização total da situação. 2 – A Paróquia é deficitária... É preciso que o Pároco procure urgentemente um meio de remediar a essa situação irreal, visto que não devemos trabalhar totalmente de graça para quem não precisa. (CONGREGAÇÃO DA MISSÃO SÃO VICENTE DE PAULO, 1972).

O ponto discutido na pauta em que ocorre essa reunião se refere ao aluguel do prédio do qual a congregação era locadora e o poder público municipal, locatário. Inferimos, por meio do que apresenta o conteúdo do trecho da ata, que a administração pública naquele momento, mesmo firmando contrato antes de assumir as despesas em relação ao aluguel, tivesse dificuldades de arcar com tais despesas. Convém frisar, o processo de escolarização em Campina Verde não seguiu o ritmo dos grandes centros mineiros, tão pouco do país. O

⁹⁴ Reuniões presididas pelos membros da congregação da Casa de Campina Verde.

⁹⁵ Reuniões presididas pelo visitador da província — Rio de Janeiro.

município, na década de 1970, contava com cinco escolas públicas de ensino primário e nenhuma escola de ensino superior. Percebe-se, assim, a ausência do Estado em relação à manutenção e mesmo à construção de prédios para o funcionamento de tais escolas.

Porém, deve ser lembrado que desde as promulgações das leis de diretrizes e bases (4.024/61 e 5.692/1) inicia-se o processo de descentralização do ensino.⁹⁶ A ideia de descentralização acarretou, de certa forma, a dualidade administrativa em diversas escolas. No caso de Campina Verde, com o processo de estadualização do primeiro grau, o que se estabeleceu foi a tríade administrativa com a proposta de colaboração entre estado, município e Igreja, o que pode ter sido um dispositivo desencadeador da crise administrativa da instituição.

O fato de o prédio escolar pertencer à congregação da missão estabelece, entre o Estado e o município manterem, uma relação forçada de cooperação. De modo contrário, os recursos orçamentários advindos das administrações públicas impõem à Igreja a sua dependência financeira, gerando um clima de tensão. O próprio questionamento lavrado em ata no ano de 1974 parece já indicar o rumo para solucionar o impasse:

Quando ao nosso Colégio, julgamos que se estude o problema o problema com calma, sem precipitação e com muita objetividade. *Quais serão os motivos válidos para o fechamento do Colégio*, talvez (Não entendi bem) em vista de uma futura escola apostólica ou seminário regional? Foi levantada uma questão do seguinte teor: até que ponto e em que sentido os leigos poderia participar de nossa assembléia? a) É de nosso interesse que eles participem mais de perto, sob diversas formas, sobretudo em se tratando de uma questão de âmbito educacional, como o caso de nosso Colégio [...]. (CONGREGAÇÃO DA MISSÃO SÃO VICENTE DE PAULO DE CAMPINA VERDE, 1974).

Observa-se que a crise perdura por mais de dois anos; e a solução inicial apresentada pela congregação da missão é o encerramento das atividades escolares no município.

Nos finais do mesmo ano, a ata lavrada em 27 de novembro evidencia toda a crise existencial da congregação referente ao empreendimento escolar no município:

2.2 – Colégio — *Embora florescente e com plena aceitação da cidade, permanecem as dificuldades de sempre: falta de aprovação do Curso Colegial e falta de pagamento dos honorários do Diretor e do Secretário.* No começo do próximo ano, iremos diretamente ao Secretário de Educação do estado tentar uma solução definitiva. O grande cansaço do Sr. Pe. Felix traz-nos preocupação. Embora ele se disponha, com sacrifício, a continuar no cargo, na próxima reunião do Conselho Provincial iremos procurar um meio de liberá-lo, se possível. Em prosseguimento à orientação provincial de deixarmos,

⁹⁶ Na LDB 5.692/71, em seu artigo 58, foi introduzida a ideia de transferência de responsabilidades educacionais para os municípios e, no artigo 59, estabeleceu-se que a vinculação para os municípios é mantida com uma alíquota de 20% da receita tributária, cuja aplicação seria vinculada ao ensino de primeiro grau.

quando possível, a direção do Colégio, para nos aplicarmos mais diretamente à Pastoral, juntamente com os Padres fizemos uma reunião com liderança leiga da cidade, em que debatemos a conveniência e a possibilidade de transferirmos a direção do Colégio aos leigos, a curto ou médio prazo. Embora não lhes tenha de modo algum ajudado essa idéia, no entanto como conclusão lhes pedimos: 2.2.1 – que se procure construir, o quanto antes um prédio próprio para o colégio Estadual; 2.2.2 – que os leigos comecem a participar de cargos na direção do Colégio, a fim de que assim se preparem a assumí-la totalmente; 2.2.3 – que ajudem os padres a resolver os problemas Colégio, junto ao governo do Estado. Nesse sentido será enviado um ofício ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal. Se essas medidas forem concretizadas, poderemos aos poucos, de fato, transmitir aos leigos a direção do Colégio; por isso, peço ao Diretor que se esforce, desde o começo do próximo ano, por colocá-las em prática, pelo menos enquanto dele depender [...]. (CONGREGAÇÃO..., 1974; grifo nosso).

Pela análise da ata, pode-se constatar que rompimento definitivo entre a escola confessional e poder público era eminente. A solução, como é perceptível no registro, seria romper todo vínculo referente ao campo educacional com o município. É curioso observar, no entanto, que, *“Embora florescente e com plena aceitação da cidade [o colégio], permanecem as dificuldades de sempre”*. Conforme registrado, busca-se transferir a responsabilidade da educação para o município. Dentre os problemas elencados na ata em análise, apenas o reconhecimento do curso Normal havia se concretizado. A transferência do primeiro grau estadualizado em 1971 para sua sede própria só ocorreu no ano de 1981. Nas imagens que seguem podemos visualizar o registro do grande momento da inauguração da escola.



FIGURA 15. Inauguração do prédio escolar da Escola Nossa Senhora das Graças – 1971.

Fonte: acervo da CNSG.



FIGURA 16. Descerramento da placa de inauguração do prédio escolar da Escola Nossa Senhora das Graças, importante para a sociedade campina-verdense – 1971.
Fonte: acervo da CNSG.

Outro acontecimento interessante foi que, no ano de 1978, quase quatro anos decorridos dessas questões discutidas na ata, a congregação da missão agregou ao Colégio o Curso de Análises Químicas em 1978. Esse curso consta de um dos livros-ata da escola. O termo de abertura é de 31 de março de 1978 e contém dados parciais relativos ao registro de matrículas de alunos já no segundo ano do curso. Ao que consta, a primeira turma veio transferida do Colégio Campina Verde, instituição — cabe reiterar — leiga e privada. O término do ciclo ocorreu em 1979, constituindo-se de uma única turma, conforme o regimento escolar de 1977.

Iniciado em 1978, o livro de atas registra o número de 21 alunos. Destes, evadiram-se sete, um foi reprovado, e o montante de aprovados foi de 13. A turma do terceiro ano do relativo curso, em 1979, foi composta por 13 alunos, quando foi extinto, conforme nota: “N. B.: Extinto o curso de Análises Químicas, servirá este livro para matrículas de alunos da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças. Félix Obrzut”. Isso nos leva à seguinte

ponderação: uma tentativa de manutenção da parte da escola que se constituía em segundo grau profissional privado e que ofertou uma modalidade profissionalizante que não vingou, visto o número de alunos e o alto número de desistência (22,58%). Outra questão tocante é relativa à confusão da escrituração, faltando continuidade de dados, documentos perdidos, bem a rigor do que ocorre nas escolas públicas brasileiras.

Apesar de todos os impasses e agravos, infere-se que o poder público e o poder privado se mantinham articulados em prol de seus interesses particulares. Embora o nosso recorte temporal seja até 1980, cumpre-nos destacar que os padres lazaristas encerram suas atividades no campo educacional definitivamente no ano de 1983, quando repassa o segundo grau para o poder público municipal, que posteriormente, no ano de 1985 o repassa para o Estado.

Segundo Mafra (1988, p. 8), ao estudar o período 1960–80, “[...] ocorreu no Estado de Minas Gerais a mais acentuada expansão da rede particular de ensino e a conseqüente privatização do 2º. Grau”. Em 1960, segundo a autora, a região do Triângulo Mineiro “[...] reunia cerca de 10,6% das escolas de 2º. grau do Estado, ou seja, 120 estabelecimentos, dos quais, 45% eram particulares e 55% públicos” (p. 15). A expansão superou ainda,

[...] no mesmo período, todos os índices de crescimento da rede particular nos demais Estados brasileiros. Temos, portanto, em Minas Gerias, um acontecimento especial cujo alcance e significado necessitam ser cuidadosamente examinados em todas as suas dimensões e conseqüências. (MAFRA, 1988, p. 8).

Dois elementos de âmbito nacional são importantes para explicar tal ocorrência: a negação do modelo de profissionalização compulsória — o qual, cabe reforçar, faliu — e a crescente demanda por vagas por parte de alunos trabalhadores, oriundos das camadas populares. Mafra (1988) alega, ainda, que a expansão do ensino particular de segundo grau em Minas Gerais tem sua gênese a partir da promulgação da LDBEN 4.024/61, pois nela está contida a normatização do direito de escolha.

O modelo de expansão do público a partir dos anos 1980 representa “[...] um grande esforço no sentido de possibilitar a escolarização de jovens que, historicamente, têm sido rejeitados na entrada, ou excluídos das escolas após experiências de pouca duração” (MAFRA, 1988, p. 11). Essa expansão ocorreu em Campina Verde por meio de mudança de entidade mantenedora. Reproduzimos, a seguir, um documento intitulado “Justificativa”, da prefeitura de Campina Verde, datado de 5 de dezembro de 1983, onde o prefeito — então Aluizio Freitas Rezende —, justifica a importância da implantação do segundo grau no município:

JUSTIFICATIVA – Justificando a aquisição das 02 (duas) Escolas Particulares de 2º. Grau, de Campina Verde, com as habilitações: COLEGIAL, MAGISTÉRIO – 1º. GRAU – 1ª. À 4ª. SÉRIE, e TÉCNICO EM CONTABILIDADE, para formar um novo estabelecimento – ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, de 2º. grau, esclarecemos o seguinte: – não existe escola Oficial de 2º. grau no Município; – a grande evasão do 1º. grau para o 2º. grau, devido o baixo poder aquisitivo da população, em sua grande maioria; – uma grande desistência por parte dos alunos matriculados nos cursos, durante o período letivo por falta de condições para o pagamento das mensalidades; – entendimento havido por parte da Prefeitura Municipal de Campina Verde, com os diretores das entidades mantenedoras dos Colégios particulares; – cessão feita por estas entidades para a criação de uma nova escola, para atendimento a maior número de alunos de nosso município; – oportunidade de volta aos bancos escolares de todos aqueles que o deixaram por motivos financeiros; – e finalizando, tal projeto foi questão de honra da Campanha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, neste último pleito eleitoral, visando participar sempre com o governo do Estado de Minas Gerais, nas grandes decisões democráticas e também participar da grande mudança educacional proposta por Sua Exa. o Governador Tancredo Neves. Campina Verde-MG, 05 de Dezembro de 1.983.

Aluizio Freitas Rezende – Prefeito Municipal

Maria Alice de Freitas Mamede. (CAMPINA VERDE, 1983, s. p.).

O documento consubstancia a separação entre o poder público e setor privado, cujos vínculos até então subsistiam no interior da escola. É válido realçar que tal movimento, conforme a carta-justificativa da prefeitura, não é de cunho específico somente daquele município, visto que o período de redemocratização do país trouxe as primeiras eleições pós-ditadura, no qual foi eleito um governo que se alinhava nas causas democráticas. Dentre elas, está a construção da escola pública, que no dizer de Rodrigues (1986), estava ausente até então do projeto de governo, pois durante todos os anos 1970 o estado mineiro não tinha construído uma única escola de segundo grau.

Vou traçar rapidamente o perfil educacional de Minas Gerais para vocês situarem a realidade com a qual nos defrontamos. Estávamos lidando com cerca de 3,4 milhões de alunos e 200 mil funcionários, em uma rede de ensino de mais ou menos 6.200 escolas estaduais e algo em torno de 11 mil escolas municipais, que entretanto abarcam apenas 20% da clientela.. As escolas municipais atendem mais à zona rural e o ensino de 2º. grau é basicamente privado. É bom lembrar que ao entrarmos na Secretaria de Educação, *havia treze anos que não eram criadas escolas de 2º. grau estaduais.* Existia inclusive um acordo, materializado em decreto governamental, submetendo o Estado a uma autorização dos estabelecimentos privados de ensino, para que pudesse criar escolas de 2º. grau. Era uma verdadeira reserva de mercado da iniciativa privada a criação de escolas de 2º. Grau. (RODRIGUES, 1986, p. 37, grifo nosso).

Conforme ainda a “Justificativa”, aquilo que anunciamos no decorrer deste capítulo — o número enorme de evasão — ocorria devido às condições que os alunos tinham para pagamento das mensalidades. Vale retomar o período de diminuição do número de escolas (1972–80), quando podemos averiguar que o descompromisso do Estado em relação à escola pública é o resultado de sua manifestação de acolhimento do crescimento, sob sua tutela, dos serviços privados. Sobre isso, diz Mafra (1988, p. 12) que resulta, dentre outros elementos, da

[...] adequada representação nos Conselhos/Federal e Estaduais de Educação, e a “cooperação financeira” sob forma de subvenção e financiamento para a compra, construção, reforma de prédios escolares, instalações e equipamentos. Além desses direitos já anteriormente adquiridos, a Lei 5.692/71, outorgada durante a ditadura militar, acrescenta outras vantagens também significativas.

Mas os aspectos legais/normativos amparavam a privatização e a sua manutenção de forma acentuada com base em subvenções do Estado, que eram concretizadas por meio do financiamento de

[...] cursos de qualificação docente, a adjunção às escolas particulares de professores, técnicos-educadores e outros profissionais da área, cujos salários, no entanto, continuavam sendo mantidos pelos recursos públicos, muito embora o trabalho destes profissionais estivesse sendo desenvolvido nas escolas particulares e não nas públicas. (MAFRA, 1988, p. 12).

Essa forma de manutenção foi realizada de modo sistemático na utilização do salário-educação e de bolsas de estudo. Tal situação somente será atenuada com o período de democratização, quando o Estado se volta à responsabilização, influenciado pelos movimentos populares. Assume o compromisso “[...] político com a expansão dos sistemas públicos de ensino. O atendimento nas escolas públicas de 2º. grau passa de 36,4% em 1980 para 41% em 1982, enquanto que o da rede particular modifica-se de 63.6% para 59%” (MAFRA, 1988, p. 13).

Foi a partir dessa expansão que o município de Campina Verde teve a sua primeira instituição de segundo grau pública e laica. Porém, como ocorreu com o primeiro grau, as instalações físicas continuaram sendo no prédio de propriedade dos padres lazaristas. O acordo inicial foi em 1983, com a aprovação da Câmara Municipal em sessão realizada no dia 1º de novembro de 1983, pela lei municipal 924. Houve um entendimento da prefeitura com

os diretores da mantenedora, dos colégios particulares⁹⁷ de segundo grau do município com habilitações: colegial, magistério de primeiro grau — 1ª a 4ª série — e Técnico em Contabilidade. O documento de cessão dos colégios mencionados foi passado em cartório, e a prefeitura se incumbiu de formar uma nova entidade educacional designada Escola Municipal Nossa Senhora das Graças — segundo grau.

Em contato com a escritura pública de cessão de direito, deparamo-nos com alguns aspectos relevantes, como demonstram estes trechos:

[...] outorgante cedente, a Província Brasileira da Congregação da Missão, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Cosme Velho, 241, inscrito no C. G. C sob nº 33.584.293/0001-50, com representação nesta cidade, situada à Praça São Vicente de Paulo, nº 1, representada neste ato pelo Senhor Supervisor Provincial, Pe. Alpheu Custódio Ferreira, C.M. [...] e de outro lado, como outorgado cessionário, o Município de Campina Verde, representado pelo senhor Prefeito Aluizio de Freitas Rezende [...] me foi dito que por esta escritura e na melhor forma de direito cedia e transferia todos os direitos que possui sobre a concessão de funcionamento do Ensino de Segundo (2º) grau nesta cidade, denominado Colégio Nossa Senhora das Graças [...] reconhecida pela Resolução nº 1.631/75 de 18-09-75, obedecendo os termos da Lei Federal nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 [...] mediante as seguintes condições: – 1)A outorgante cedente faz a presente concessão para a finalidade exclusiva de tornar possível a constituição de uma nova instituição de ensino nesta cidade, mediante convênio do Município com o Estado; [...] 3º) O outorgado cessionário garante a outorgante cedente, matrícula para todos seus seminaristas, independente da reserva de vagas, e não baixará ato algum que possa prejudicar o ingresso dos mesmos nos cursos que devam freqüentar; 4º) O outorgado cessionário isenta os mesmos seminaristas da outorgante cedente das taxas de quaisquer outros emolumentos que devam ser cobrados dos alunos nesta nova entidade de ensino [...]. (CAMPINA VERDE, 1983, s. p.).

Percebe-se que agora o setor privado toma para si o papel que antes era do Estado. Ou seja, os benefícios que antes eram exigidos pelo poder público em relação à gratuidade do ensino a alunos nas instituições privadas passam a ser solicitado pela congregação da missão.

Após a escrituração do estabelecimento escolar, a congregação permanece presente no campo educacional campina-verdense apenas por mais dois anos, na direção administrativa da escola e como locadora do prédio escolar. Observa-se que o mesmo embate em relação à tríade administrativa ocorre no decorrer desses dois anos: o poder público municipal dependente do setor privado em relação ao espaço físico de funcionamento da instituição; o

⁹⁷ Além do Colégio Nossa Senhora das Graças, foi também municipalizado no mesmo tempo o Colégio de Campina Verde — vide cap. 2.

setor privado administrando uma instituição pública e o Estado como responsável pelos honorários dos servidores.

No mesmo ano de 1983, o poder público municipal inicia o processo de tramitação para a estadualização do ensino de segundo grau, conforme o ofício transcrito a seguir:

OFÍCIO Nº 338/83

Do Prefeito Municipal e Presidente do P. M. D. B
Ao Exmº Sr. OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO

DD. Secretário de Estado da Educação

Assunto: Solicitação (Faz)

Excelentíssimo Senhor Secretário,

Em virtude do *grande número de estudantes em escolas* nesta cidade e município que, após a conclusão do 1º grau, se encontram impossibilitados de continuarem seus estudos, pois, não há neste município nenhuma escola de 2º graus gratuita, esta administração municipal se viu preocupada e sentimos necessidade urgente de se implantar em nossa cidade, escola de 2º grau graciosa, a fim de assegurar aos alunos a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos, especialmente, aos estudantes carentes, financeiramente falando, para assim, no futuro de nossa comunidade, termos pessoas mais pessoas no campo profissional como também no campo cultural e com habilitação profissional condizente para que consigam um padrão de ida um pouco melhor. [...] Para tanto, embora com dificuldades financeiras pelas quais passam todas as Municipalidades, estamos propondo arcar com todas as despesas de documentação e ainda, colocamos à disposição, prédio apropriado para funcionamento do ensino que estamos a pleitear, bem como ainda, manter o pessoal, o qual não consta do quadro de servidores do Estado, que não tenha condição de se efetivar a adjunção [...].

Atenciosamente,

Aluísio Freitas Resende

Prefeito Municipal. (CAMPINA VERDE, 1983, s. p.).

A preocupação do poder público municipal no ofício retrata que Campina Verde tinha um contingente de alunos que estavam sem acesso escolar por questões financeiras. A análise em documentos oficiais nos permitiu apreender um número significativo. A população estudantil em 1983 era de 4.024. Esse número cresceu devido ao aumento de prédios escolares, inclusive na zona rural. No ano de 1985, através do decreto 24.355, de 22 de março, o colégio foi estadualizado, quando assumiu o nome de Escola Estadual Nossa Senhora das Graças de 1º e 2º Graus.

Considerações parciais

Este capítulo permitiu-nos compreender que a existência da Escola Nossa Senhora das Graças de Campina Verde edificou-se como objeto histórico com características únicas em um tempo próprio.

[...] nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a m discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas. (MAGALHÃES, 2004, p. 155).

Contudo, como afirma Magalhães, o quadro epistêmico interdisciplinar em que se registra a história de uma instituição educativa não se limita a uma abordagem descritiva ou justificativa da aplicação de uma determinada política; nem à relação das instituições com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição é inseri-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educacional, nos contextos e nas circunstâncias históricas, envolvendo-a na evolução de uma comunidade e de uma determinada região, em seu território em seus públicos.

Considerações finais

Estabelecer a relação entre o privado e o público no campo educacional de Campina Verde, MG, nos anos 1950–80 com base na presença da Igreja Católica consistiu em limitar o tempo e eleger fontes disponíveis nos setores envolvidos com esse processo de cooperação. O nosso maior obstáculo foi o curto espaço de tempo para que pudéssemos adentrar mais as fontes e, assim, evidenciar detalhadamente o movimento que nos propusemos a realizar. Apesar das limitações, pudemos trazer à tona o processo “simbiótico” entre o setor público e o privado no campo educacional, o qual manteve, desde o seu início, consonância com os interesses da Igreja Católica.

Os processos de “publicização” da educação formal, buscando uma unidade articulada, não são recentes. A partir dos anos 1930 inicia-se uma idealização de um sistema nacional de educação cuja responsabilidade e manutenção deviam estar sob a condução do Estado. Dos anos 1930 — com as reivindicações dos pioneiros da educação nova — ao ano de 1959 — quando mais uma vez os educadores são convocados para a defesa da escola pública —, passando pelas duas LDBENs (4.024/1961 e 9.394/96) e pelos planos nacionais de Educação (o primeiro, de vida efêmera, elaborado pelo Conselho Federal de Educação em 1962), parece-nos que ainda não conseguimos construir um modelo de educação — um sistema que seja laico. A isso se soma o clamor mais recente da qualidade social referenciada pelos gestores da educação no país.

O que temos — e o que desvelamos com este trabalho — diz respeito hoje a uma convivência “harmoniosa” entre o poder público e o setor privado, sobrevivendo com acordos, parcerias, articulações e demandas contidas ou influenciadas. Foi se constituindo uma espécie de acordo, ora implícito, ora explícito, no qual o Estado, sempre que possível, supre as demandas do setor privado no campo educacional. O processo de “submissão” do ensino público ao ensino privado, sobretudo em nossa pesquisa, aparenta ser mais um processo de retirada de campo do Estado ante sua responsabilização constitucional quanto à educação ao financiar e fortalecer o setor privado.

Em Minas Gerais, isso tomou uma dimensão que vários autores destacaram, estabelecendo-se um primado do privado sobre o público que foi mais acentuado do que em qualquer outra unidade federativa. Nosso objeto consistiu em problematizar a relação público–privado com base na constituição do Colégio Nossa Senhora das Graças, isto é, com foco na articulação entre um Estado laico e uma escola confessional, a fim de entender como esta se articulou com o público. Em relação a esse processo, destacamos influências na formação da sociedade brasileira, com a qual a Igreja Católica teve uma relação estreita e importante para conseguir, nos embates com os liberais, conquistar espaços para sua atuação com anuência do Estado.

O Estado não se inclinava a expandir a educação pública — reivindicação dos educadores novos e de vários movimentos que foram ocorrendo no Brasil dos anos 1950 aos anos 1980 (recorte do nosso trabalho). Na ausência do Estado, a Igreja ofertava vagas, as quais só quem tinha condições de pagamento conseguia ocupar; mas parte de sua “clientela” tinha origem humilde, que era custeada por bolsas de origem estatal ou pela “caridade” de outras entidades religiosas. Daí a ocorrência da manutenção da escola confessional pelo Estado laico.

Ao contextualizarmos nosso objeto, fizemos um histórico da economia e da sociedade campina-verdense e, é claro, articuladamente às relações macro com a economia vigente por considerarmos a construção do objeto vinculado ao seu contexto, passando pelas condições econômicas e sociais do município, do estado e do país no processo de industrialização e urbanização. Mediante a racionalização da cidade, o “progresso” obedeceu à forma de fortalecimento e crescimento de algumas cidades. Entretanto, observamos que o que ocorreu em Campina Verde, de certa forma, foi limitado, visto que se tratava de uma cidade interiorana com feição rural predominante, diferentemente da feição industrial e urbana das cidades de regiões metropolitanas e de capitais. Diante disso, constatamos que a congregação

da missão de Campina Verde se equivocou ao construir uma escola com grandes dimensões para as condições de uma cidade tal, talvez por apostar no processo de crescimento econômico, de industrialização e de desenvolvimentismo econômico; isto é, apostar que o mesmo se daria em uma cidade rural. É provável que a síndrome do “50 anos em 5” tenha atingido diversas regiões do Brasil, em especial Minas Gerais.

As características do meio social de Campina Verde conviviam com um processo de escolarização que parecia não ser capaz de absorver todos os alunos do município na devida faixa etária. Porém, mesmo com números de crianças sem acesso escolar, as escolas particulares não supriam sua demanda, pois as mensalidades não eram compatíveis com as condições econômicas da maioria da população. Além disso, se foram criados cursos para manter a escola funcionando — Normal e de Análise Química —, não conseguem sobreviver, pois a procura é restrita. Esta última durou dois anos.

A relação entre Estado laico e Igreja Católica foi marcada pelos subsídios concedidos às instituições escolares confessionais, o que demonstra que a educação do país esteve articulada, em muitos momentos da história, à Igreja. A tão proclamada laicidade não ocorre, a par dos marcos legais, conforme foi analisado no decorrer desta tese. Noutros termos, o Colégio Nossa Senhora das Graças, pelo que fomos desvelando, entrou em declínio já nos anos 1950; e, dadas as suas dificuldades, iniciou as negociações para transferir o ensino de primeiro grau ao Estado.

Porém, parece-nos que a escola não foi estadualizada, e sim os alunos foram “estadualizados”, pois a organização administrativa da escola, o espaço físico e grande parte dos professores continuaram sob a responsabilidade da Congregação da Missão São Vicente de Paulo. Além disso, os padres lazaristas mantiveram etapas da educação formal, a qual julgavam que podia trazer recursos para a congregação. Isso perdurou no período de 1969 a 1983, quando a Igreja Católica, ou melhor, os padres lazaristas rompem de vez com o empreendimento educacional em Campina Verde. Disso se deduz que o Estado era laico legalmente, mas a laicidade não era estendida à relação econômica entre Estado e Igreja nem à relação de controle pedagógico. Essa laicidade — assim nos parece — não constituía parâmetros de condução de uma educação republicana e pública.

Com este trabalho, tivemos a intenção de localizá-lo no conjunto de dissertações e teses que tratam da história da educação nas instituições escolares da região do Triângulo Mineiro, além da composição de um banco de dados (registrado nesta tese, bem como vários dados coletados, que serão catalogados e colocados à disposição da “Linha de pesquisa

história e historiografia da educação”). Pretendemos fazer o mesmo com a Escola Nossa Senhora das Graças, visando não só que a pesquisa tenha algum resultado para a instituição, mas também que se forneça o acervo de fontes levantado para que outros pesquisadores possam dar continuidade aos temas que a pesquisa (a tese) possa ter suscitado e que não tivemos condições de explorar — seja por exiguidade de tempo, por falta de documentações, por limites de escopo/recorte ou por nossas limitações.

Afirmar o alcance de nossos objetivos supõe, portanto, afirmar a plausibilidade da hipótese de pesquisa: afirmar que, no caso da Escola Nossa Senhora da Graças, ocorreu um amplo apoio dos públicos (municipal e estadual) em relação a uma instituição privada de caráter confessional. Em outras palavras, a laicidade “sucumbiu” diante das dificuldades econômicas do projeto confessional implantado em Campina Verde, que se consumou após a estadualização dessa escola. A consistência dessa hipótese se mostrou à medida que a leitura analítica da documentação fez emergir tal contradição, isto é, a convivência do laico e confessional no mesmo espaço. A hipótese se confirma na distância entre os discursos e a realidade que esta tese buscou evidenciar e que impactaram na disseminação do ideário republicano de laicidade na legislação. Sua consistência sustenta o confronto de proposições patentes na documentação analisada com os números manifestados por essa mesma documentação. Estas considerações finais não encerram as questões que se buscaram discutir; ainda assim, esperamos que a pesquisa aqui descrita tenha validade e utilidade como sugestão de caminhos a outros pesquisadores.

Referências

- ARAÚJO, Melvina. **Do corpo à alma**: missionários da Consolata e índios macuxi em Roraima. São Paulo: Humanitas, 2006.
- ARENDT, A. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- AZZI, Riolando. A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira. Aparecida: Santuário, 2008. (Cultura e Religião).
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2003.
- BANCO DE INFORMAÇÕES E MAPAS DE TRANSPORTES/BIT. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/index.html>> Acesso em: 17 de jun. 2015.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade** — para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOMENY, H. **A educação no segundo governo Vargas**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>>. Acesso em: 3 fev. 2015.
- BORGES, Benedito Antônio Miranda Tiradentes. **Campina Verde**: história e genealogia. Araguari: Minas Editora, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 10 de novembro de 1937). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em : 7 dez. 2014.
- BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRUNEAU. Thomas C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- BUFFA, Ester. Raízes históricas das ideologias subjacentes ao conflito escola particular — escola pública. In: _____. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- BUFFA, Ester. O público e o privado como categoria de análise da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da

(Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513–38, set. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 de junho de 2015.

CARRATO, José Ferreira. **As Minas Gerais e os primórdios do Caraça**. São Paulo: Nacional, 1963.

CARVALHO, Carlos Henrique de; FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Estado Militar e a questão da Educação infantil no Brasil**: as ações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ituiutaba, MG, 1964 a 1985.

CARVALHO, Carlos Henriques de; NETO, Wenceslau Gonçalves (Org.). **A secularização da sociedade brasileira**. Tensões e conflitos em Minas Gerais nos primórdios da República. In: ESTADO, Igreja e Educação. O mundo Ibero-Americano nos séculos XIX e XX. Campinas: Alínea, 2010.

CARVALHO, Carlos Henrique; FERREIRA, Ana Emília C. S. Educação infantil no período militar: nuances políticas de sua implantação na Escola Estadual João Pinheiro (Ituiutaba, MG, 1964 a 1985). **HISTEDBR** on-line, v. 14, p. 202–19, 2014.

COUTINHO, M. A. G. C. Carlos Lacerda e o Projeto de Educação Nacional. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia, 2006. **Anais** Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. v. Único.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CURY, Carlos R. Jamil. O confronto. In: _____. **Ideologia e educação brasileira** — católicos e liberais. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986, p. 129–69.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso: retrato histórico de uma polêmica. In: CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado, Igreja e educação**: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX. Campinas: Alínea, 2010.

DALLABRIDA, N. A Reforma Francisco Campos e a Modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre: ed. PUC/RS, v. 32, n. 2, p. 185–91, maio/ago. 2009.

DINIZ, B. P. C. **O grande cerrado do Brasil Central**: geopolítica e economia. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 14, p. 19–34, maio/jun./jul./ago. 2000.

FATOS DO TRIÂNGULO. Mapa de Campina Verde. Disponível em: <<http://fatosdotriangulo-jornal.blogspot>>. Acesso em: 23 maio 2015.

FÁVERO, Osmar. (org.) **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. 1. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005. 245p.

FRANCO, Samira Nahass **Manuscritos próprios**. 2005.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

FRENCKEN, Geraldo. **Em missão os padres da congregação da missão (lazaristas) no Nordeste e Norte do Brasil**. Fortaleza: UFC, 2010.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na Imprensa. Campinas: Autores Associados/Uberlândia: Edufu, 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964–1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Marco Aurélio A. Filgueras. Cultura urbanística e contribuição modernista: Brasil, anos 1930–1960. **Cadernos PPG/FAUFBA/Universidade Federal da Bahia**, ano 3, edição especial, 2005. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1691>>. Acesso em: out. 2014.

GONÇALVES NETO, Wenceslau (Org.). A secularização da sociedade brasileira. Tensões e conflitos em Minas Gerais nos primórdios da república. In: CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau (Org.). **Estado, Igreja e educação**. O mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX. Campinas: Alínea, 2010, p. 199–222.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Brasil. PND, Brasil. Plano Cruzado, Brasil. Plano Verão, Brasil. Plano Brasil Novo, Brasil. Plano Real**. São Paulo: Atlas, 2005, 638 p.

GUIMARÃES, Bernardo. Jupira. In: _____. **Id. História e tradições da província de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GUIMARÃES, E. **Formação e desenvolvimento econômico no Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: ed. UFU, 2010.

HISTÓRIA DE CAMPINA VERDE. [Fotografia do Colégio Nossa Senhora das Graças – 1970], 2015. Disponível em: <<http://historiadecampinaverde.comunidades.net/construcao-do-colegio-nsa-das-gracas-hoje-positivo2>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial**. Do descobrimento à expansão territorial. (História geral da civilização brasileira). Tomo 1, Volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial**. Do descobrimento à expansão territorial. (História geral da civilização brasileira). Tomo 1, Volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil-Colônia: 1550-1800**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XIX volume. Rio de Janeiro, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Anuário estatístico, 1950a**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Censo demográfico, 1950b**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. 1958. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. Contribuições para o estudo da demografia no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1961, p. 392–400.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Anuário estatístico do Brasil — 1950–1980**.

MAFRA, Leila do Alvarenga. O Estado e a privatização do ensino de 2º. grau em Minas Gerais. **Cadernos Cedes**, São Paulo: Cortez, n. 20, p. 8–18, 1988.

MAGALHAES, Justino P. Breve apontamento para a história das Instituições Educativas. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1999.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MONTALVÃO, Sérgio. Liberdade de ensino versus totalitarismo: a semântica política dos substitutivos de Carlos Lacerda durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (1958–1959). **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 169, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-83092013000200293&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NEVES, Osias Ribeiro; CAMISASSA, Marina Mesquita. **Aço brasil**: uma viagem pela indústria do aço. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2013. 192 p. ISBN 978-85-87981-48-6

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Instituições escolares: por que e como pesquisar. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 13–31, jan./jun. 2008.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 14, p. 35–60, maio/jun./jul./ago. 2000.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História, desenvolvimento e colonização do estado de Rondônia**. Porto Velho: Geográfica, 1998.

OLIVEIRA, Marly Job. **A política geral do regime militar para a construção de suas políticas econômicas (1964–1985)**. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG). 2013. 431f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

PASQUIER, Eugênio. **Os primórdios da congregação da missão no Brasil e a Companhia das Filhas da Caridade (1819–1849)**. Petrópolis: Vozes, [s. d.].

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. O Brasil Republicano, v.11: economia e cultura (1930–1964). Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da civilização brasileira).

PIMENTA, João Paulo Garrido Pimenta. **História do Brasil colonial I — Religião e Colonização**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NGh26lMnwGk>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

PINHEIRO, M. F. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, O. (Org.). **Educação nas constituintes brasileiras (1823–1988)**. Campinas: Autores Associados, 1996.

PIO XI. **Carta encíclica *Divini Illius Magistri***. Roma, em S. Pedro, a 31 de dezembro de 1929. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html>. Acesso em: 15 jun. 2015.

QUIRINO, Célia Galvão; MONTES, Maria Lúcia. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo: Ática, 1987.

RODRIGUES, Neidson. A proposta da Secretaria da Educação do /Estado de Minas Gerais. **ANDE**, ano 5, n. 11, p. 37–49, 1986.

RUBIRA, Isabela Maria Marassi. **Diga-me onde moras que te direi quem és**: um olhar sobre o pequeno município de Guairaçá – PR. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2012/12/DISSERTACAOissabela.pdf>> Acesso: 20 jun. 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 17., Natal, 2013. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma temporalidades. **Discente**: UFMG, v. 2, n. 2, ago./dez. 2010. ISSN:1984-6150. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/04p24.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: ed. USP, 2008.

SAVIANI, Dermeval. III Congresso Brasileiro da História da Educação. Sessão de Comunicação Coordenada: “O século XX brasileiro: da universalização das primeiras letras ao Plano Nacional de Educação (1890-2001)”. Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2004;

SAVIANI, D. História da escola pública no Brasil. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil**. História e Historiografia. Campinas. Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Moura. M. I. [et.al.], (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR: Sorocaba; UNISO; Ponta Grossa. UEPG, 2007, p. 3–27.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 7–52.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STANG, Bernadete de Lourdes Streisky. **O saber e o credo: os intelectuais católicos e a doutrina da escola nova (1924–1940)**. 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito: dependência essencial da democracia na efetivação desse direito; a educação como problema político e sua organização e administração como serviço público especial e autônomo; bases para um plano de organização dos sistemas estaduais de educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889–1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

XAVIER, L. N. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP: Autores Associados, n. 5, jan./jun. 2003.

ZICO, José Tobias. **Congregação da Missão no Brasil: resumo histórico (1820–2000)**. Belo Horizonte: Lithera Maciel, 2000.

■ FONTES DOCUMENTAIS

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Relatório de verificação prévia**, 1950. Arquivo da Escola Nossa Senhora das Graças.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Carta-resposta**, 2 dez. 1950. Arquivo da Escola Nossa Senhora das Graças.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Regimento interno**. Arquivo da Escola Nossa Senhora das Graças.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Pedido de extensão de curso ginásial noturno**, 1964. Arquivo da Escola Nossa Senhora das Graças.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Ata de 25 maio de 1970**. Arquivo da Escola Nossa Senhora das Graças.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. Ata de visita, 1972. In: COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Livro-ata**. Registro dos resultados finais dos alunos do curso noturno do Ginásio Estadual de Campina Verde (N. S. das Graças) (1971–5).

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. Ata de visita, 27 nov. 1974. In: COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Livro-ata**. Registro dos resultados finais dos alunos do curso noturno do Ginásio Estadual de Campina Verde (N. S. das Graças) (1971–5).

CONGREGAÇÃO DA MISSÃO SÃO VICENTE DE PAULO DE CAMPINA VERDE. **Ata da 2ª assembleia doméstica**, 15 maio 1974.

CAMPINA VERDE. Secretaria Municipal de Educação. **Escritura pública de cessão de direitos da concessão de funcionamento do ensino de segundo grau**.

CAMPINA VERDE. Aluizio Freitas Rezende – Prefeito Municipal [Maria Alice de Freitas Mamede]. **Ofício n. 338/83**. Do prefeito municipal e presidente do P. M. D. B. ao Exmº Sr. Octávio Elísio Alves de Brito. Secretário de Estado da Educação. Campina Verde, 1983.

CAMPINA VERDE. **Justificativa** [aquisição de escolas particulares de segundo grau. Campina Verde, MG, 5 de dezembro de 1983.

■ FONTES ICONOGRÁFICAS

ACERVO da Paróquia da Congregação da Missão São Vicente de Paulo, Campina Verde.

ACERVO de Terezinha Brito, Campina Verde.

CAMPINA VERDE. Secretaria Municipal de Cultura. [Registros fotográficos do calçamento da praça São Vicente de Paulo]. Campina Verde, 1966.

OLIVEIRA, Guilherme Eterno Borges de. Construção da igreja matriz de Campina Verde/MG. Disponível em: <<http://historiadecampinaverde.comunidades.net/construcao-da-igreja-matriz-de-campina-verde-mg>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

■ FONTES ORAIS

FARIA, Paulo Ribeiro de. Campina Verde, MG, 27 jan. 2015. Arquivo mp3 (47 minutos). Entrevista concedida a mim na sede da Congregação da Missão São Vicente de Paulo.

FRANCO, Samira Nahass. Campina Verde, MG, 27 jan. 2015. Arquivo mp3 (50 minutos). Entrevista concedida mim na residência da entrevistada.

GONÇALVES, Sebastião Mendes. Campina Verde, MG, 27 jan. 2015. Arquivo mp3 (47 minutos). Entrevista concedida a mim na sede da Congregação da Missão São Vicente de Paulo.

GONÇALVEZS, Onésio Moreira. Campina Verde, MG, 27 jan. 2015. Arquivo mp3 (50 minutos). Entrevista concedida mim na sede da Congregação da Missão São Vicente de Paulo.

NUNES, Maria Inês. Uberlândia, MG, 6 abr. 2015. Arquivo mp3 (30 minutos). Entrevista concedida a mim na residência filha da entrevistada.

RAMANELY, Lucíola Brito. Campina Verde, MG, 6 abr. 2015. Arquivo mp3 (60 minutos). Entrevista concedida a mim na residência a entrevistada.

SEVERINO, Caiubi José. Uberlândia, MG, 30 abr. 2015. Arquivo mp3. Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

SILVA, Iza Lúcia de Souza. Campina Verde, MG, 3 mar. 2015. Arquivo mp3 (50 minutos). Entrevista concedida mim na Faculdade Pitágoras.

TEIXEIRA, João. Campina Verde, MG, 27 jan. 2015. Arquivo mp3 (50 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

TEIXEIRA, Zélia. Campina Verde, MG, 28 jan. 2015. Arquivo mp3 (50 minutos). Entrevista concedida mim na residência da entrevistada.

APÊNDICE – Entrevistas

■ Padre Paulo Ribeiro de Faria, C. M.

Estudou no Caraça e em Petrópolis, foi ordenado padre em 1959. Trabalhou em Fortaleza, Belo Horizonte e em Campina Verde na década de 60 como inspetor dos alunos internos do seminário e no Caraça.

CLEIDE — *Padre Paulo, o senhor veio quando trabalhar em Campina Verde?*

PAULO — Foi nos anos de 60, vim como inspetor.

Como era o funcionamento do Colégio nessa época?

Era estilo o Caraça. É porque todos os padres que eram professores aqui estudaram lá. Então o negócio era para valer. Não brincavam não. Menino não brincava em aula não. Menino começava a fazer piadinha na aula, iam embora, suspensos três dias. Nada de conversa em aula. Era para aprender mesmo. Aqui o colégio era sério mesmo. Quem fazia quarto ano aqui podia ir para Uberaba prestar vestibular que passava de “cara”.

E tinha muitos alunos?

Era uma média de 30 a 40 alunos em cada aula, em cada sala. A modernização da religião aqui começou com o livro do Padre Negro Monte que já era atualizado na época. Era diferente, a religião não era aquela de decoreba não, decorar a Salve Rainha e já pode fazer a primeira comunhão. Não era assim não. Quando eu cheguei aqui o negócio já tinha mudado. Nós temos exemplares de catecismo que eram dados aqui. Tinha moral e cívica. Naquele tempo o Padre Negro Monte era considerado moderno. Introduzia gravuras. Tem vários exemplares aqui em cima na biblioteca até hoje. Eu sei o sistema do internato que era rigoroso. Aqui era em torno de 60 a 70 meninos por conta de um padre, era eu... quando eu saí durante pouco tempo o internato fechou e os pais colocavam os meninos aqui porque se eles conservassem nas fazendas iam querer criar boi, porco.

A maioria dos alunos eram filhos de fazendeiros que moravam na zona rural? Tinha alunos de outras cidades?

Totalidade. Tinha gente de Goiás, Caçu, Quirinópolis, de todo lado. Aqui de dentro a da cidade não tinha não. Moravam com a família. Era tudo fazendeiro, menino queria era criar boi... queria estudar coisa nenhuma, montar cavalo. Agora o regime era de seminário. Tanto é que eles rezavam o terço todo dia, podia fazer o calor que fosse que tinham que usar paletó para ir a Igreja para rezar o terço com as meninas.

■ Samira Nahass Franco

Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2015 com Samira Nahass Franco foi professora, Inspetora e Secretária de Educação na cidade de Campina Verde. Considerada com uma das memorialistas da cidade.

CLEIDE — *Gostaria que a Senhora me dissesse o que se lembra a partir de 1950. O Colégio foi construído em 1950, em 1971 houve o repasse da escola para o Estado. Os Padres eram a favor ou contra a estadualização?*

SAMIRA — Eles eram a favor, principalmente porque estava com uma sobrecarga muito grande na Congregação. Eles não tinham padres disponíveis e já quando fundaram o Colégio já eram os padres os professores. Depois a própria cidade foi se habilitando. As pessoas começaram a fazer faculdade e estudos adicionais. Começou a ter pessoas especializadas e aptas para trabalhar. Começo a não precisar dos padres mais. Os padres que ficaram aqui e se dedicaram para outras missões. Esse é um dos motivos, não interessava mais para eles. Interessava para eles a filosofia do João Batista Siqueira: “continuar trabalhando com a educação”, mas não necessariamente com os padres da Congregação da Missão. É o seguinte: o compromisso dessa escola foi com o João Batista Siqueira que doou a fazenda com a finalidade de educar e catequizar. Por isso sempre estiveram a frente da direção do Colégio. O padre Félix era diretor. No Estado várias escolas estavam estadualizando. Não teve de negativo não. Não foi por falta de aluno, não foi por falta de gente com habilitação. Pelo contrário uma turma de onze professores saiu para fazer estudos adicionais e 10 saíram para fazer faculdade. Faziam em Uberaba, em Ituiutaba, em Uberlândia, em Barretos.

Dona Samira, eles ficaram com o segundo grau, que segundo grau seria esse particular?

Era o Normal e o Colegial. Eram todos particulares. Mas isso no Colégio Nossa Senhora das Graças porque depois teve o Comercial e foi para o Colégio Campina Verde. Nós tínhamos duas habilitações: para o Normal magistério de 1ª a 4ª série... para o colegial habilitava para fazer vestibular assim. Eles falavam científico. Era a Congregação que cuidava. Era e era prédio diferente também. Só quando estadualizou fizeram prédio novo onde inaugurou onde funciona até hoje. O 2º grau continuou no prédio de baixo, o antigo.

Como inicializou o processo de estadualização?

Veja bem: o Colégio abriu particular. Teve três etapas. Teve a particular, isso com o segundo grau, viu? Só não sei a época que foi...

Era de interesse dos padres em municipalizar o Colégio?

Sim, não é que eles não queriam mais. Será que o Genebaldo era prefeito nessa época, Cleide? Não estou lembrando. Eles acharam por bem porque naquela época com a Lei 5692... lei facilitou passar para o poder público o ensino privado. Naquela época facilitou muito.

Havia subvenções por parte da Prefeitura Municipal para o Colégio Nossa Senhora das Graças?

Não... Na época de que? Quando era da Congregação? Quando municipalizou a prefeitura arcou com tudo. Aluguel, professores, tudo. Mas foi por pouco tempo Cleide. Você

pode olhar na prefeitura. Não foi muito tempo porque logo depois passou a ser estadual. Aí ficou tudo em um prédio só e o prédio lá embaixo ficou depois seminário novamente e depois alugaram para a escola Santa Terezinha.

[...] Um enorme trecho de falas referente a outros assuntos. Retomamos no final alguns pontos quando.

A senhora já respondeu a todas minhas perguntas, como por exemplo, que eles, os padres eram a favor da estadualização.

Eles eram a favor e se você quiser acrescentar que a partir daí os padres lazaristas voltaram ao seu carisma que era formação do clero e missões, serviço missionário pelo Brasil inteiro. Deixaram bem claro. Não fugiram a promessa que fizeram a João Batista Teixeira. Quando entregou para o Estado já estavam tranquilos porque o Estado iria cuidar da Educação desde a zona rural até a zona urbana. Então o que eles fizeram? Abriram um seminário para a educação do clero e teve várias missões. Ninguém era habilitado Cleide, para e especificamente. Os padres tinham o curso de filosofia e teologia, mas eles tinham que receber autorização do Caraça e não do MEC e depois muitos deles fizeram aquele curso um curso que teve para quem não era habilitado.

Por que o Padre Felix permaneceu tanto tempo na direção mesmo após tantas

Eu acho que foi uma prova. Os prefeitos eram que davam as cartas antigamente. O povo achava que ele era imparcial, os prefeitos e deixavam. Quando eu vim para cá as nomeações de diretor era puramente por indicação política. Como ele era padre e por não ter facção os prefeitos o deixaram para correr tudo bem.

■ Padre Sebastião Mendes Gonçalves, CM.

Trabalhou como professor de religião também na década de 60. Foi fundador do Banco da Providência Padre Guilherme, cuja ação dentro da comunidade era assistir as famílias carentes, visando a promoção humana.

CLEIDE — *Padre Sebastião, o senhor veio quando trabalhar em Campina Verde?*

SEBASTIÃO — Foi nos anos de 60.

Como era o funcionamento do Colégio nessa época?

Eu não me lembro bem. O que eu cuidava aqui era das fazendas. Eu criei o banco da Providência que era na verdade para ajudar os pobres. O meu serviço era esse. Celebrar missa e depois passei a ser pároco. Porém, tive que ir para o Rio porque depois de dez anos de padre estava devendo um curso. O curso IPAC.

[...] (Chegada de um pessoal para a instalação de um ar condicionado em outra sala)

(Continua)

Depois que eu criei e me mudei para fazer o curso. Outro padre movimento o Banco da Providência ao modo dele. Naquele tempo eu fazia campanha, fazia distribuição toda

semana, mas era tudo assim... não tinha contribuição prefeitura não. Talvez esse padre que veio depois que, aliás, foi até bispo, e está vivo ainda e está no Norte, padre José Carlos. Ele levou muito bem a paróquia. Ele conseguiu conquistar os “grandes de Campina Verde”, os médicos, tudo... muito bom o trabalho. Mas depois eu retornei para o banco, por volta de 78...

E no colégio, o senhor deu aula somente um ano?

No máximo dois e só me lembro só de aula de religião, porque eu trabalhava mais com a paróquia e com os pobres.

(Assunto se dispersou e dei como encerrada a entrevista)

■ Onésio Moreira Gonçalves

CLEIDE — *Padre Onésio, você vivenciou o movimento de estadualização do 2º grau? Qual foi o papel da Igreja nesse movimento?*

ONÉSIO — Não estava em Campina Verde. E cheguei bem depois. O que eu sei, em conversas com outros colegas era de que a estadualização foi de interesse da Congregação, pois já não havia padres suficientes para ministrar as aulas e atuar na direção. Em contato por acaso com uma carta de um padre da época, o colégio estava em crise devido a muitas mensalidades que eram pagas parciais e poucas pagas de forma integral. Tinha também outra questão: muitos de formação mais recentes não queriam atuar na educação direta, pois tinham expectativas de trabalhar em missões, ou seja, contato direto com os pobres e em lugares abandonados. Trabalhar com os pobres seria uma forma indireta de educação formadora. Ou seja, nesse momento está formando uma consciência destinada a transformar a sociedade e não diretamente como uma escola destinada somente a ganhar dinheiro ou ser famosa. Claro que isso é importante no caso de pleitear vagas nas Universidades. Por isso hoje é raro um jovem vocacionado dizer que quer trabalhar em um colégio. Preferem as missões, paróquias, missões, países estrangeiros como a África, por exemplo.

Em relação aos documentos internos da Congregação, por que existem somente aqueles que se remetem após os anos de 1970 em Campina Verde?

Realmente as documentações existentes no Seminário de Campina Verde referente ao colégio se remetem a partir do ano de 1970. Não tenho conhecimento do destino de documentos anteriores a este período. Talvez seja porque os anos de 1970 marca o início do seminário interno, reaberto para formação de padres. Os seminaristas estudavam no colégio já estadualizado. Ele fecha e depois é reaberto em 2009, passando a ser denominado Seminário Interno Interprovincial. As três Províncias brasileiras assumiram tal seminário devido à diminuição do número de alunos “vocacionais”, reduzindo o tempo de estudos em ano de duração. Depois que terminam, volta para suas províncias de origem para fazer teologia que é o intermediário entre filosofia e teologia. No ano de 2015 está vacante por não ter alunos.

■ Maria Inês Nunes

Maria Inês Nunes foi aluna do Colégio no período de 1952 a 1955, professora do mesmo da década de 1960 e, posteriormente, diretora do referido Colégio.

CLEIDE — *Qual o período em que estudou no Colégio Nossa Senhora das Graças?*

MARIA INÊS — Olha, lembro-me que foi do período de 52 a 55 mais ou menos, pois em 60 eu já fui professora do Colégio.

Senhora Maria Inês, fale-me sobre o Colégio Nossa Senhora das Graças no período em que foi aluna.

Como aluna eu me lembro que o Colégio era muito rígido, muito rígido mesmo. As turmas começavam com um número grande de alunos e depois a turma terminava com poucos alunos. Eu penso que seja por causa da rigidez e o excesso de reprovação que o colégio tinha. Era muita reprovação. Lembro-me também que mesmo quando era aluna e mesmo depois quando fui professora tínhamos que rezar no decorrer do horário escolar.

A que público o Colégio atendia?

O Colégio atendia mais a elite porque muitos não tinham condições de pagar. Alunos tinham. Lembro de pessoas que não estudavam por isso.

E enquanto professora?

Fui professora no primário e no ginásio. O salário era pouco e não era registrado. Dei aulas de geometria e desenho. Os padres eram muito rigorosos e sigilosos. Os alunos eram obedientes e comportados. [Ela acredita que as documentações pertinentes aos anos de 1950 a 1969, como atas e decisões administrativas foram destruídas. Os padres eram muito sigilosos.]

■ Lucíola Brito Ramanely

Lucíola Brito Ramanely cursou o Magistério na cidade de Ituiutaba por não haver Normal na Cidade de Capina Verde, porém estudou no Colégio no período de 1953 a 1956. Iniciou sua carreira de docente no ano de 1971, quando houve a estadualização do 1º grau do Colégio. Atualmente é professora aposentada pelo Estado de Minas Gerais.

CLEIDE — *Lucíola, como era o cotidiano do Colégio enquanto você era aluna?*

LUCÍOLA — Cleide, era assim. As aulas iniciavam às 7h15min e terminava 11h15min. Havia aulas aos sábados até as nove horas. Depois do recreio ocorria o Grêmio Estudantil onde os alunos apresentavam teatro, música, canto, poesia, etc. Rezava todos os dias e em toda a aula esperava o professor de pé. Aos sábados, no período da tarde, os alunos acima de

12 anos tinha aula de formação, separando meninos das meninas. Nessas aulas eram permitidos fazer perguntas anônimas aos padres daquilo que a gente tinha curiosidade.

Outra coisa interessante também é que os padres observam o fato dos alunos irem a missa aos domingos. Tinha também castigo físico no primário e o ginásio possuía regras muito severas. Muito severas mesmo. Quase ninguém se atrevia a fazer alguma coisa errada naquele tempo.

Lucíola, em relação às bolsas, como funcionavam a sua distribuição?

Eu me lembro que alguns tinham bolsas e os que tinham prestavam serviços no Colégio. Tinha mais meninas bolsistas e lembro de vê-las lavando roupas.

Em relação às mensalidades, eram acessíveis a população?

A mensalidade não era muito cara, mas somente os pais que tinham uma cabeça mais aberta é que colocavam os filhos estudar. Alguns alunos recebiam bolsas ou os padres cobravam menos e alguns os deputados davam bolsas integrais. Somente os alunos que tinham recursos ou que trabalhavam é que estudavam.

Lucíola, em análise a alguns documentos, parece-nos que o número de alunos ia diminuindo no decorrer das séries. Você se lembra das causas?

Ah! Eu acho que era pelo grande número de reprovações. Tinha provas orais no início de funcionamento do colégio. Muito apertado e não tinha segunda chance. Havia reprovação até na disciplina em desenho. As aulas de religião eram ministradas pelos padres e quem não era católico ficava quieto no canto da sala. Ninguém falava que era de outra religião, senão...

E como eram as divisões de turmas?

Na primeira série ginásial os meninos estudavam separados das meninas porque a turma era muito grande no início e não tinha sala (1953). Isso porque em 1953 o prédio ainda estava em fase de construção. O primário funcionava no térreo, o ginásio no segundo andar e o grêmio no terceiro andar.

[Enquanto professora: 1971]

Como foi o processo de estadualização do 1º grau?

O processo foi tranquilo. Os padres estavam de acordo e ficaram felizes de certa forma. Isto porque a Diocese não queria mais que os padres assumissem escolas particulares e sim, seminários de formação. Para eles o processo foi algo natural. A partir da estadualização, a realidade do colégio mudou. O número de alunos triplicou. Todo mundo da cidade foi estudar. Gente de todas as idades. Quando iniciei para dar aulas as salas estava superlotadas. Havia 1ª série ginásial no período matutino, vespertino e noturno para os adultos.

E referente ao quadro de professores? Já havia professores habilitados?

Alguns padres continuaram a ministrar aulas, mas outros professores começaram a lecionar. Olha, Cleide, mas a maioria não tinha formação exigida para atuar no curso ginásial. Naquela época, para a regularização do quadro de docentes, o governo da época estendeu o prazo para a capacitação de professores. O Padre Felix ficou na direção devido ao apoio da população e pela sua competência. O segundo grau continuou particular.

Houve alguma mudança com o processo de estadualização referente ao regimento e funcionamento do Colégio devido à mudança de mantenedor?

Não me lembro bem, mas mesmo depois de estadualizada, alguns modos católicos continuaram dentro do Colégio. Como por exemplo, a oração no período das aulas, as festividades religiosas com a participação da escola e como continua até hoje. Eu sei que as aulas de religião só passaram a ser Ensino religioso a partir da Lei 5. 692. Até então era um padre ou uma freira da região que dava essas aulas.

■ **Caiubi José Severino**

Caiubi José Severino é médico, estudou no colégio entre os anos de 1962 a 1965. Foi vice-prefeito de Campina Verde nos anos de 1989 a 1992.

CLEIDE — *Qual foi o período que estudou no Colégio Nossa Senhora das Graças?*

CAIUBI — Estudei no Colégio nos anos de 1989 a 1992.

Senhor Caiubi, fale um pouco de como era o dia a dia do Colégio.

No ginásio a serie inicial era dividida de acordo com o sexo. Uma turma estudava de manhã, a outra à tarde. A sua turma inicial era composta por volta de 60 alunos. Ao final do curso, no quarto ano ginásial, participaram da formatura somente 22 alunos, a minha turma. O Colégio era muito rígido e reprovava bastante, Muitos desistiam. Toda turma que saía tinha formatura, colação de grau e festividade. Em Campina Verde era a única escola pública, a não ser o Ana Chaves que era destinada ao ensino primário. Para entrar no ginásio era necessário ser aprovado no exame de admissão e o Colégio oferecia um curso preparatório no decorrer do ano. Mas nem todos não conseguiam ser aprovados. Os professores eram na maioria padres. Tinham aulas de inglês, latim, francês, canto.

Em relação às bolsas de estudo. Como eram distribuídas?

Os alunos que eram contemplados prestavam serviços leves no colégio. O Internado era no prédio antigo e acoplado no novo prédio de 1951. Havia vários internos de outras regiões como, Carneirinhos, Iturama, Santa Vitória, São Simão, Santa Vitória, Itapagipe, Limeira, Paranaiguara, Quirinópolis, inclusive São Paulo. Era o único colégio da região. Eu lembro que o colégio atendia mais a elite. Os alunos externos também eram da elite. Terminada a quarta série ginásial os alunos saiam para estudar fora. Olhe como era o ritual dos alunos internos: acordavam cinco e meia da manhã. No dormitório não podiam conversar, nem comer. Antes de começar as aulas, todos iam para a Igreja rezar. A missa era celebrada em Latim. Rezava sempre uma pequena oração em cada intervalo de aula e para sair para o recreio. Ao término da aula almoçavam tinha um estudo obrigatório em um enorme salão. Alguns dias da semana tinham recreação, futebol. O ruim é que não havia energia elétrica, apenas um motor. O banho era frio. O jantar era às dezoito horas e depois rezava-se o terço. Todos os dias se recolhiam às vinte horas. Às vezes havia sessão de cinema mudo para os alunos e a sociedade em geral. Eu saí do internato na sexta série. Vários alunos iam para o

Caraça, mas poucos seguiram os estudos eclesiásticos. O colégio recebia doações da sociedade, porém a prefeitura não contribuía, pois a cidade era muito pobre. Prefeitos e vereadores não recebiam salários. Quando uma família havia mais de um aluno estudando, recebia desconto nas mensalidades. Um detalhe, os alunos que tinham vocação sacerdotal iam para o Caraça, mas pouquíssimos seguiram a vida eclesiástica. Os padres eram muitos rigorosos. Parecia um regime nazista. Tinha castigo físico. O mais interessante era o Grêmio estudantil onde os alunos apresentavam teatro, música, poesia. Era muito divertido.

■ **Iza Lúcia de Souza SILVA,**

Isa Lúcia de Souza Silva foi aluna do Colégio no período 1967 a 1970 no Curso Normal do Colégio Nossa Senhora das graças e logo em seguida foi professora no 1º grau no Colégio Nossa Senhora das Graças, já estadualizado. Foi também secretária de Educação no município de Campina Verde no período em que ocorreu a estadualização do 2º grau.

CLEIDE — *Em que período você estudou no Colégio Nossa Senhora das Graças e como era o seu funcionamento?*

IZA — Eu estudei entre 1967 a 1969 no Magistério. Durante o período que estudei era particular... eu era até bolsista lá. Naquela época tinha toda uma história de que deputado que dava bolsa, mas eu não sei como isso funcionava na época.

Sua bolsa era oriunda de onde?

Os deputados davam bolsas para aqueles políticos da cidade, os mais influentes. Eu me lembro bem que o Sr. Anaby Rezende tinha bolsas para serem dadas. Então a gente estudava com 50 por cento do deputado porque não tinha escola estadual. Tinha na época a escola da Marci e as escolas dos padres. Então eram duas escolas em nível de segundo grau. Eu estudei lá com os padres. Tanto que quando eu terminei o terceiro eu já fui professora do ensino fundamental. Eu peguei uma oitava série lá. O padre me deu a oitava série. Quando foi em 83 ou 84, o Aluizio assumiu a prefeitura e eu acho que foi o primeiro ato dele municipalizar o Colégio, porque antes de ser estadualizada ela tinha que ser municipalizada. Tinha todo um processo assim.

Era uma exigência do Estado...

Era uma exigência. Primeiro ele tinha que municipalizar. Para isso acontecer ele teve também que absorver a escola da Marci na época. Então acabou escola particular em Campina Verde de segundo grau para conseguir estadualizar. Ele comprou essa escola da Marci, juntou com a escola dos padres e começou essa escola municipal na qual eu fui professora em 84. E a estadualização saiu um ano depois. Vou lembrar quem foi a diretora da escola. Acho que era a Vicência.

Qual a participação dos padres lazaristas em relação à estadualização do 2º grau?

Eu acho que eles já queriam isso, Eu não me lembro de detalhes mas eles já queriam mesmo passar a escola para alguém. A intenção daquela escola dos padres era o seminário. Ali era para os seminaristas. O seminário era grande... Saíam daqui para o Caraça. Então o objetivo da escola era o seminário. . Tinha muito seminarista. Depois o seminário foi também acabando. Acho que não fazia mais sentido para eles de terem uma escola. Não colocaram impedimento nenhum.

Você acha que seria por falta de alunos, números de alunos reduzidos ou a imposição da das novas leis educacionais que vinham sendo implantadas?.

Não sei... Não. Não acho não. Eu acho que foi justamente uma luta mesmo do poder público para poder dar para a cidade uma escola estadualizada. Uma escola estadual, um acesso. Porque não era um acesso para todo mundo. A escola enquanto dos padres era uma escola muito boa ... muito boa, mas não tinha vagas para todo mundo. Era difícil estudar ali. O acesso lá era muito mais difícil. Hoje houve uma inversão. Você observa hoje que o aluno vai para a escola particular porque ela é melhor. Até então não estudava em escola particular. A gente carregava isso. Eu me lembro que estudei na escola da Marci uma vez porque não tinha vaga lá nos padres. E eu não gostava porque lá o que carregava era assim: “papai pagou, filhinho passou”. Eles usavam isso com a gente. Estudar ali estava garantido sua aprovação. Que a escola era boa, muito boa. Você saía dali prestava um vestibular numa instituição federal e era aprovada.

Em relação ao 2º grau, qual era o público atendido?

Era particular e nem todos tinham condições. A estadualização do 2º grau foi uma ação política. Um compromisso entendeu? Sabe esses compromissos de campanha? Era um compromisso porque era um anseio da comunidade. Iza: Era o anseio da sociedade ter uma escola particular porque nem todo mundo podia pagar uma escola nem todos tinha acesso Não sei como funcionavam as bolsas aí. Se os deputados davam dinheiro. Como é que isso acontecia não sei, mas sempre fui bolsista. Se eu tivesse 50 por cento do deputado, tinha 50 dos padres. Mas tínhamos que garantir 90 por cento acima de aproveitamento para garantir a bolsa. Tanto quando terminei já comecei a dar aula na própria escola. Dei aula enquanto colégio dos padres e quando passou para o município.

E quando a prefeitura comprou a escola ele continuou funcionando no prédio de propriedade da Congregação?

Lá mesmo. Depois que foi construído aquele prédio que funciona até hoje. Então, foi o seguinte: o segundo grau municipal continuou lá mesmo prédio até a construção da escola e mudou em 85. Quando houve a estadualização, em 85, eu já era secretária da educação na época. Em 81 o foi o ginásio depois de um tempão é que foi o segundo grau.

E quando a prefeitura comprou a escola todos os gastos eram pagos pela prefeitura?

Não me lembro se os padres cederam aquele prédio para a prefeitura ou não. Mas nós, funcionários, éramos todos contratados pelo município. Nessa época estadualizou muitas

escolas onde foi necessário o Estado começar a absorver essas escolas até então municipais, até as escolas particulares.

[Dei por encerrada a entrevista, porém ao sair Iza comentou sobre a presença do Padre Felix e ressaltou que o Padre Felix permaneceu na Educação de Campina Verde por ser uma pessoa muito respeitada considerado como ícone da educação]

■ Zélia Teixeira

Zélia Teixeira: No período de 1963 a 1966 foi aluna do Colégio Nossa Senhora das Graças. A partir de 1970, iniciou sua carreira docente, inclusive no próprio Colégio. Zélia dava aula no ginásio em nome de outra pessoa, pois não tinha idade suficiente e era habilitada somente para atuar no primário. Atualmente é professora aposentada pelo Estado de Minas Gerais.

CLEIDE — *Como era o Colégio do tempo que estudava?*

ZÉLIA — Geralmente as turmas não eram grandes porque tinha muita repetência. O sistema de funcionamento da escola era muito rígido. O ano começava em março, férias todos os dias do mês de julho e dezembro. Tinha aulas aos sábados, porém eram aulas no Grêmio onde se apresentava teatro, música, poesia, etc. Havia também grandes desfiles, mas também havia castigo corporal.

Que público de modo geral o Colégio Nossa Senhora das Graças atendia?

Para estudar no colégio o aluno deveria prestar o exame de admissão. Só passavam nas provas de admissão os que estudavam no colégio. Os alunos oriundos da escola pública uma vez aprovados eram convocados na somente na segunda chamada. Poucas pessoas estudavam naquela época. O curso de admissão frequentemente era formado por um número pequeno de alunos, pois muitos eram reprovados na prova seletiva. Quase todos que estudaram no colégio tiveram continuidade nos estudos, fizeram faculdade.

[Enquanto professora: Década de 1970]

Como era a disciplina do Colégio?

Era muito rígida a disciplina, porém mais branda em relação ao seu período de aluna. Porém, os alunos ainda a recebia de pé e oravam em horários escolares. Havia mensalidade voluntária.

Em relação à estadualização do 2º grau, como se posicionou a Congregação da Missão?

Em relação à estadualização a Congregação não se opunha e deixava transparecer ser o seu desejo, pois já não havia muitos padres para ministrar as aulas e os poucos que restaram queriam ir embora da cidade.

■ João Teixeira

João Teixeira atua como advogado em Campina Verde. No ano de 2010 recebeu homenagem pela Câmara Municipal de Campina Verde, em uma sessão solene a Condecoração da Ordem Municipal do Mérito “João Batista Siqueira”, em grau de Comendador ao advogado campina-verdense e assessor jurídico da Câmara Municipal. O destaque foi pelo zelo e responsabilidade, ora como líder, ora como profissional enquanto vereador atuante município por três mandatos, que dentre elas se destacou a sua participação como representante da classe estudantil, eleito pelo Grêmio Estudantil do Colégio Nossa Senhora das Graças, no processo de estadualização, no qual, segundo o mesmo significou a oportunidade de muitos alunos terem seus sonhos realizados.

Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2015 com João Teixeira Samira Nahass Franco foi professora, Inspetora e Secretária de Educação na cidade de Campina Verde. Considerada com uma das memorialistas da cidade.

CLEIDE — *João Teixeira, qual foi o período em que estudou no Colégio?*

JOÃO TEIXEIRA — Eu encerrei, me parece, em 1964, então acredito que foi em 1960.

Senhor João Teixeira, nós vamos fazer dois momentos na entrevista: primeiro, o senhor enquanto aluno, depois como participante do momento de estadualização do Colégio. Certo?

Eu me lembro que para a estadualização houve um movimento dos pais e eu fui escolhido como representante da classe estudantil durante o movimento. Alunos e sociedade em geral eram a favor da estadualização do Colégio Nossa Senhora das Graças. Na época, 1970, não havia nenhuma escola que oferecia o curso ginásial na cidade. O movimento em prol da estadualização teve grande repercussão. Uma média de trezentas pessoas se reuniam no Grêmio para as discussões até escolherem um deputado que não fosse ligado a nenhum partido da cidade daquele momento. O deputado escolhido participou da última reunião e vendo o interesse da população providenciou no mesmo ano a tramitação do processo de estadualização do colégio que ocorreu no ano seguinte, 1971, isso em ano eleitoral. Eu me lembro que os padres não demonstraram nenhuma resistência ou oposição ao movimento. O que podia perceber era um sentimento de satisfação e apoio devido a algumas manifestações de preocupações que os padres lazaristas vinham demonstrando em relação ao funcionamento do colégio.

Como ocorreu processo de estadualização?

Depois de tudo acertado, ficou decidido que a Prefeitura iria arcar com o aluguel do prédio onde se encontrava o Colégio dos padres e o Estado responsável pela folha de pagamento dos professores. Parece que o aluguel girava em torno de C\$10.000,00. Eu me lembro de dez mil cruzeiros. Como não tinha um número suficiente de professores preparados, alguns padres ainda ficaram dando aulas. O cargo de direção permaneceu com

Padre Felix por muito tempo apoiado por toda comunidade. Agora, enquanto eu era aluno, era a única escola que oferecia o ginásial e eu trabalhava para poder estudar.

Não havia bolsas ou outro tipo de ajuda financeira?

As mensalidades não eram para todos e não me recorde de bolsas, pois se tivesse eu teria pleiteado porque tinha alunos com dificuldades de estudar. Além disso, o ensino era muito rígido. As primeiras séries eram sempre cheias e eles dividiam em duas turmas: meninos separados de meninas no início.

ANEXO 1 – Relatório de verificação prévia, 1950

38

GINÁSIO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO PRÉVIA

1950

* + * + *

1) Nome oficial do Estabelecimento

GINÁSIO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS;

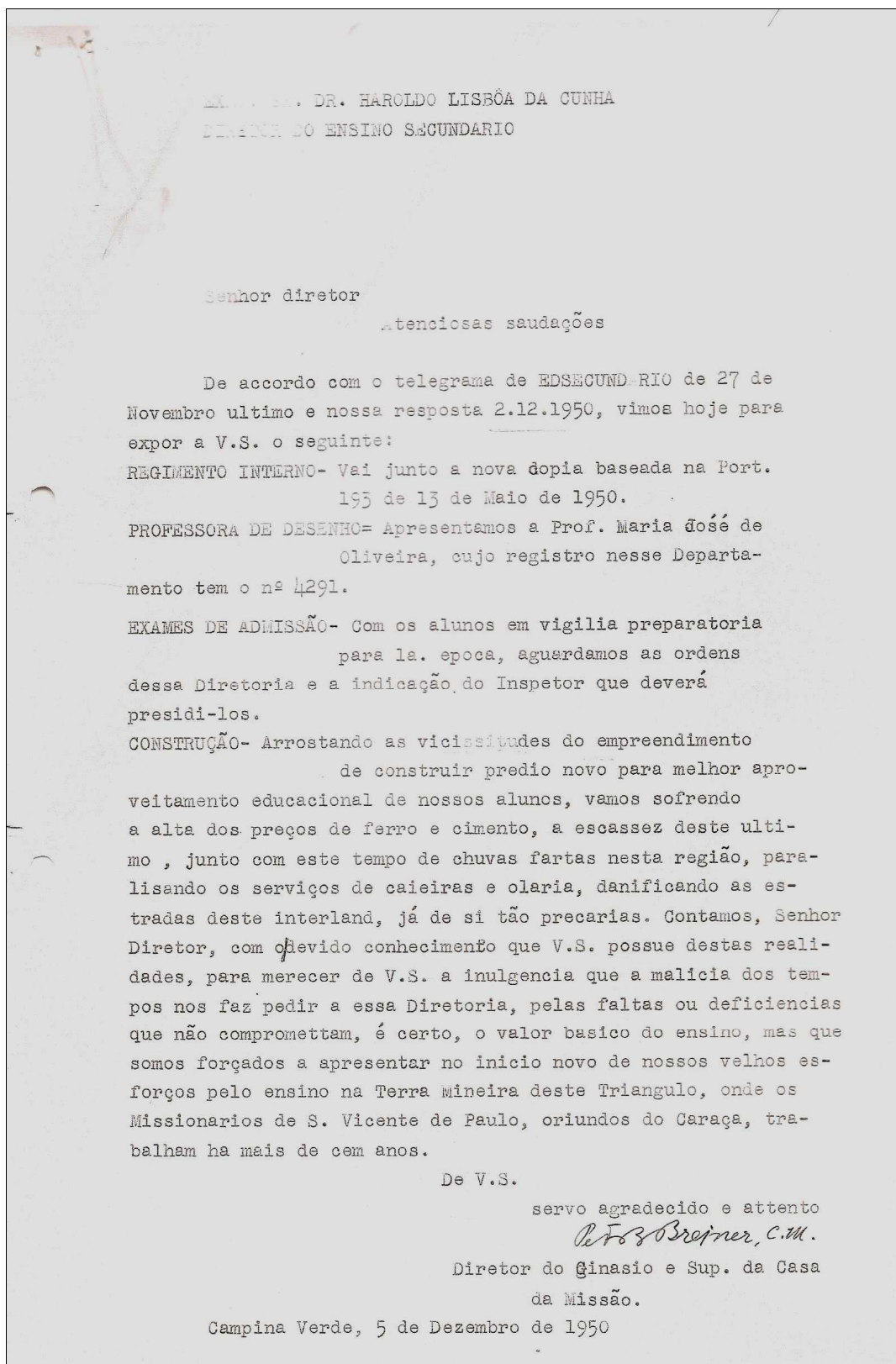
2) Histórico

O GINÁSIO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, estabelecimento de ensino secundário, com sede na cidade de CAMPINA VERDE, Estado de MINAS GERAIS, fundado em 1950, mantido e dirigido pelos Padres da Congregação da Missão, tem por fim primordial preencher, com aprimorada formação intelectual, moral e cívica da mocidade triangular, uma sensível lacuna na vida não apenas da mesma cidade em que tem sede, mas do próprio Município e de Municípios vizinhos desta vasta região sertaneja de Minas.

A imperiosa necessidade de semelhante educandário se impõe inadiável, não só diante da bem numerosa população escolar matriculada nos diversos cursos primários municipais e particulares, como também em vista das distâncias extremamente grandes e de penosa comunicação com estabelecimentos secundários mais próximos.

Iniciando apenas com a Primeira Série, o Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças funcionará provisoriamente, por um ano no máximo, em um edifício, antigo Seminário, adaptado especialmente ao fim ao qual se destina, visto estar em andamento a construção de um prédio mais próprio, consoante se pôde observar na planta de localização do estabelecimento.

ANEXO 2 – Carta-resposta, 2 dez. 1950



ANEXO 3 – Regimento interno, 1950

REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO
DO
INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS .

* * * * *

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES.

Art. 1º - O GINÁSIO do INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, reminiscência do antigo e glorioso Colégio de Campo Belo do Prata, fundado e mantido na Cidade de CAMPINA VERDE, Estado de Minas Gerais, pelos Padres da Congregação da Missão de S. Vicente de Paulo, têm por fim precípua, ministrar á mocidade campina-verdense, a par de uma sólida formação religiosa, moral e cívica, um acurado Ensino Primário e Secundário, coadunado ás necessidades da época e dentro do plano geral estabelecido pelo Ministério de Educação e Saude, suas leis e regulamentos.

Art. 2º - Em sua organização interna, o Ginásio do Instituto reger-se-á pelo presente Regulamento.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

A.3º- O Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças, funcionando sob o regime de Externato Masculino e Feminino, e com o tempo, se as circunstâncias o permitirem, também de Internato em Departamentos distintos para ambos os sexos, manterá os seguintes cursos:

- A) - PRIMÁRIO
- B) - ADMISSÃO
- C) - SECUNDÁRIO

Oportunamente serão anexos ainda os cursos:

- D) - CLÁSSICO e CIENTÍFICO
- E) - TÉCNICO e ARTÍFICE

§ Único - Todos os Cursos ministrados estão sujeitos á seriação e aos programas oficiais, regendo-se em todos os seus aspetos pela legislação vigente.

Art. 4º - O Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças terá a seguinte organização administrativa: DIREÇÃO; CORPO ADMINISTRATIVO; CORPO DOCENTE; CORPO DISCENTE.

CAPÍTULO IIIDA DIREÇÃO

Art. 5º - A Administração geral do Ginásio estará a cargo de um Diretor que presidirá a todas as atividades escolares, ao trabalho dos Professores, ás atividades da comunidade escolar com a vida exterior, velando afim de que se cumpram regularmente as determinações das autoridades competentes e as disposições do presente Regimento.

Art. 6º - O cargo de Diretor e Presidente do Conselho Escolar será exercido pelo Padre Superior da Casa da Congregação da Missão em Campina Verde ou então por um Padre expressamente nomeado para êsse cargo pelo Superior Fovincial da Congregação da Missão no Brasil.

Art. 7º - Compete ao Diretor:

1º- Cumprir e fazer observar as leis do ensino, as determinações das autoridades competentes, e as disposições deste Estatuto.

2º- Representar oficialmente o Ginásio do Instituto perante as Autoridades Federais, Estaduais e Municipais.

3º- Superintender os atos escolares que dizem respeito á Administração, ao ensino e á disciplina do Instituto.

4º- Corresponder-se com os poderes superiores do ensino em assuntos referentes aos estudos e ao Estabelecimento.

5º- Dar posse e exercício a todos os funcionários no Ginásio, na forma da lei.

6º- Nomear interinamente professores substitutos quando ocorrer vacância imprevista de alguma cadeira e pedir ás autoridades a homologação de seu ato.

7º- Admitir ou dispensar serventes diaristas ou mensalistas provisórios, segundo as instruções e a legislação vigentes.

8º- Convocar o Conselho Escolar e a êle presidir.

9º- Receber, informar e despachar petições e papeis, encaminhando-os ás autoridades do Ensino quando for o caso.

10º- Fixar datas e horários para exames, designando bancas examinadoras e promovendo sua realização nos termos da legislação em vigor.

11º- Conferir certificados e diplomas aos alunos que concluirem o curso.

12º- Aplicar penalidades dâdisciplinares aos professores, alunos e funcionários do estabelecimento, segundo a legislação em vigor e as disposições do presente Regimento.

13º- Apresentar, no fim do ano letivo, ao Diretor geral do Departamento da Educação, o relatório circunstanciado do movimento escolar e encaminhar, para a devida aprovação, no princípio do ano escolar, os horários organizados e o quadro da distribuição de todas as aulas do Estabelecimento.

14º -Tomar medidas e resoluções de caráter urgente ou não previstas neste Estatuto, sujeitando-as, se for o caso, á aprovação superior em tempo oportuno.

§ Único- Compete ao Assistente ou Vice-Diretor:

1º- Coadjuvar o Diretor na administração do Estabelecimento, nos trabalhos escolares e demais atos para os quais for convocado pelo Diretor.

2º- Substituir o Diretor em seus impedimentos.

CAPÍTULO IV

DO CORPO ADMINISTRATIVO

Art. 8º - O Corpo Administrativo do Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças será integrado pelos seguintes cargos principais: UM SECRETÁRIO; UM TESOUREIRO; UM AUXILIAR DA SECRETARIA; UM DISCIPLINÁRIO OU INSPETOR DE ALUNOS; PESSOAL DE SERVIÇO INTERNO.

TÍTULO I - SECRETARIA.

Art. 9º - A secretaria terá a seu cargo toda a escrituração, serviço de arquivo, fichário e correspondência oficial do Estabelecimento.

Art. 10º - Compete ao secretário:

1º - Organizar o serviço da secretaria de modo a concentrar nela toda a escrituração do estabelecimento.

2º - Compor o arquivo de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e de poder atender prontamente a qualquer pedido de informação.

3º - Redigir e submeter à assinatura do Diretor e expedir toda a correspondência oficial.

4º - Redigir e subscrever os editais de chamada para exames e matrículas, os quais serão publicados de ordem do Diretor.

5º - Fiscalizar o pagamento dos impostos e emolumentos a que estejam sujeitos títulos e papeis, para os submeter á assinatura do Diretor ou entrega-los ao interessado.

6º - Trazer em dia a coleção das leis, regulamentos, despachos e ordens de serviço do Departamento do Ensino Secundário.

7º - Escriturar os livros, fichas e demais documentos referentes a notas e médias dos alunos, efetuando na época legal os cálculos de apuração do resultado.

8º - Lavrar e subscrever as atas e termos referentes a exames, provas e resultados de trabalhos escolares.

9º - Atender às pessoas que tenham assunto a tratar na repartição.

10º - Superintender os trabalhos da Secretaria confiados aos auxiliares.

Art. 11º - Aos cuidados da Secretaria será confiado o arquivo do estabelecimento, constituído de:

1º- Documentação relativa aos educandos;

2º- Livros e modelos oficiais exigidos pela legislação federal, estadual e municipal;

3º- Documentário referente ao movimento econômico e financeiro do Ginásio;

§ Único- Integrarão ainda o arquivo:

1º- Protocolo de entrada e saída de provas parciais;

2º- Diários de classe;

3º- Livro para lançamento do pagamento de contribuições dos alunos, com a respectiva caderneta de recibos.

4º- Livro de Visitantes;

• 5º- Livro de registro de penas mais graves impostas aos alunos.

Art. 12º- Aos auxiliares da Secretaria compete:

1º- Executar todos os serviços que lhes forem distribuídos.

2º- Substituir o Secretário em suas faltas ou impedimentos, por indicação do Diretor.

TÍTULO II - TESOURARIA

Art. 13º - A Tesouraria terá a seu cargo todo serviço de escrituração do movimento econômico e financeiro do Ginásio.

Art. 14º - Compete ao Tesoureiro:

1º- Superintender e fiscalizar o serviço da Tesouraria;

2º- Escriturar em partidas dobradas os livros contábeis;

3º- Corresponder-se com as autoridades do fisco federais, estaduais e municipais.

4º- Fiscalizar o pagamento de impostos e taxas a que estejam sujeitas as atividades do Estabelecimento.

5º- Escriturar os livros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio referentes a professores e funcionários.

- 6º- Efetuar todos os pagamentos, ordenados pelo Diretor, arquivando os respectivos comprovantes.
- 7º- Receber toda e qualquer espécie de receita, havida pelo estabelecimento.

TÍTULO III - DISCIPLINÁRIO OU INSPETOR DOS ALUNOS

Art. 15º - Ao Disciplinário ou Inspetor dos alunos compete:

- 1º- Observar e fazer cumprir as determinações do Diretor e as exigências de uma salutar disciplina;
- 2º- Zelar pela boa ordem geral dos alunos dentro do Estabelecimento, presidindo a todos os movimentos gerais dos escolares;
- 3º- Prestar solícita assistência aos alunos em suas dificuldades, acidentes ou enfermidades, tratando a todos com moderação e delicadeza conforme exige a caridade cristã;
- 4º- Atender aos professores nas aulas relativamente ao material escolar ou outras necessidades de emergência;
- 5º- Levar ao conhecimento do Diretor os casos de infração grave da disciplina do estabelecimento;
- 6º- Auxiliar o registro da frequência dos alunos e fiscalizar suas faltas ou atrasos para as aulas.

TÍTULO IV - PESSOAL DE SERVIÇO

Art. 16º - O Pessoal de serviço no Ginásio será em número determinado pelo Diretor e de acordo com as necessidades do Estabelecimento.

Art. 17º - Os funcionários administrativos estão sujeitos às seguintes penalidades aplicadas gradativamente:

ADVERTÊNCIA; SUSPENSÃO, DISPENSA.

§ 1º - Incorrerá nas penalidades desta artºgo, o funcionário que:

- A)-Faltar ao devido respeito a seus superiores hierárquicos;
- B)- Demonstrar descaso ou incompetência para o serviço;
- C)-Dar motivo, promover ou insuflar agitações no estabelecimento;
- D)-Tornar-se incompatível, pelo procedimento, com as funções que exerce.

§2º-Serão dispensados do cargo os funcionários administrativos que faltarem ao serviço, sem licença prévia, quinze dias consecutivos ou trinta interpolados, dentro do ano letivo.

§ 3º - As penalidades serão impostas pelo diretor.

Art. 18º - Perderá remuneração diária o oficial administrativo quando faltar ao serviço sem justificação prévia.

§ Unico - Não serão descontados, no decurso de sete dias, as faltas por motivo de luto, em consequência do falecimento de cônjuge, pai, mãe ou filho.

TÍTULO V DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 19º - O conselho escolar, sob a presidência do diretor, será constituído:

A) - Somente de professores efetivos no exercício de ensino no estabelecimento;

B) - Estará legalmente constituído o conselho, comparecendo a maioria simples de professores efetivos;

Art. 20º - O conselho se reunirá obrigatoriamente em fevereiro ou no início do ano escolar; no mês de junho, e em novembro, fim do ano letivo; extraordinariamente, quando convocado pelo diretor.

Art. 21º - As normas diretivas do conselho dos professores adotadas nos estabelecimentos da Congregação servirão de orientação interna ao conselho escolar do Ginásio.

§ 1º - É da competência do conselho tomar conhecimento, discutir e deliberar em questões atinentes ao ensino e ao estabelecimento de educação.

§ 2º - As sessões serão secretariadas por um dos professores eleito, por seus pares na primeira sessão do ano letivo.

CAPÍTULO V

DO CORPO DOCENTE

Art. 22º - A constituição do corpo docente far-se-á nos termos do decreto nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946.

Art. 23º - Será assegurada remuneração condigna aos membros do corpo docente não pertencentes à Congregação, de acordo com as Portarias vigentes.

Art. 24º - Incumbe ao professor:

1º) - Reger com dedicação e interesse a sua cadeira, conforme o horário estabelecido;

2º) - Zelar pela disciplina, silêncio e trabalho em sua classe, como também pela disciplina geral do estabelecimento.

3º) - Verificar a presença dos alunos e marcar-lhes faltas no diário da classe;

4º) - Apresentar à Secretaria, até o quinto dia útil do mês seguinte, a lista de faltas e de notas do aproveitamento dos alunos;

5º)- Registrar no diário da classe a matéria lecionada e entregar na Secretaria, findo o mês, o registro das lições dadas;

6º)- Entregar na Secretaria, dentro de quinze dias, a contar da data de sua realização, as provas parciais de suas disciplinas, devidamente corrigidas e julgadas, assinando o livro de carga e descarga;

7º)- Escolher os livros didáticos até o fim do mês de janeiro e comunicar a sua escolha à direção do Estabelecimento, não podendo modificá-la, posteriormente, uma vez feita, no início do ano letivo.

8º)- Tomar parte nos trabalhos dos exames para os quais for designado;

9º)- Cumprir o programa estabelecido para a sua cadeira, preparando com antecedência, cada lição que for obrigado a dar;

10º)- Propor ao diretor a aquisição de livros para a Biblioteca e o material necessário à maior eficiência do ensino;

11º)- Tomar cuidado especial e constante na educação moral e cívica dos seus alunos;

12º)- Comparecer às solenidades promovidas pelo estabelecimento;

13º)- Recorber condignamente as autoridades;

14º)- Estar presente no Estabelecimento pelo menos cinco minutos antes de sua aula, só se retirando depois de finda a mesma;

15º)- Comunicar à direção qualquer anormalidade verificada durante sua aula;

16º)- Prevenir a diretoria, em tempo útil, das faltas a que seja forçado.

Art. 25º-Ao professor que faltar aos seus deveres, serão aplicadas as seguintes penalidades: ADVERTÊNCIA- EXONERAÇÃO.

Art. 26º-Incorrerá nas penalidades a que se refere o artigo precedente, o professor que:

1º)- Não desenvolver, convenientemente, em tempo oportuno e sem justa causa, o programa da disciplina de seu cargo, com evidente prejuízo para o ensino;

2º)- Deixar de comparecer, sem causa justificada, por mais de quinze dias consecutivos ou trinta interpolados;

3º)- Faltar com o devido respeito às autoridades, ao diretor, aos colegas e à própria dignidade do magistério;

4º)- Servir-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses da Pátria, da religião e da moral ou procurar insuflar nos alunos, clara ou disfarçadamente mau espírito contra a autoridade do estabelecimento ou tomar atitudes de indisciplina e agitação.

§ Único- O Professor que incorrer em uma das faltas estipuladas nos itens acima, ficará sujeito a advertência pelo diretor, e na reincidência será exonerado do corpo docente, com rescisão do contrato do trabalho, respeitados os dispositivos legais que regulam a matéria.

Art. 27º- É vedado ao professor:

1º)- Dar conhecimento aos alunos das listas de pontos organizados para o exame;

2º)- Fumar em aula ou na regência de sua classe;

3º)- Aplicar penalidades aos alunos exceto as advertências e admoestações;

4º)- Ditar lições constantes de compêndios ou de notas relativas aos pontos dos programas escolares, bem como fazer as simples leituras do texto de compêndios;

Art. 28º- O professor estará sujeito a desconto nos vencimentos correspondentes ao número de aulas a que faltar sem motivo justo;

§ Único- Não serão descontadas as faltas motivadas por luto em consequência do falecimento de cônjuge, pai, mãe ou filho;

CAPÍTULO VI

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Art. 29º- Compete ao orientador educacional:

1º)- Organizar o fichário das alunos do estabelecimento;

2º)- Pesquisar as causas de insucesso dos alunos nos seus estudos, anotando os dados que puder recolher em visitas domiciliares às famílias ou em entendimentos com os respectivos professores;

3º)- Auxiliar os alunos a conhecer as oportunidades de educação, da própria cidade, do Estado e do país;

4º)- Levar os alunos a conhecer as diversas profissões e a compreender os problemas do trabalho, de forma que possam preparar-se para a vida na Comunidade;

5º)- Cooperar com os professores no sentido da boa execução dos trabalhos escolares e com o diretor em sua orientação administrativa;

6º)- Zelar para que o estudo, a recreação, e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica;

7º)- Colaborar no preparo das comemorações cívicas e solenidades da escola, como parte integrante do processo educativo geral;

8º)- Realizar palestras e promover reuniões de estudo em classe, principalmente na falta dos professores.

CAPÍTULO VIIDO CORPO DISCENTE

Art. 30º-O corpo discente será constituído de todos os alunos regularmente matriculados no Estabelecimento.

Art. 31º-Todo aluno do Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças, procurando conformar com os preceitos gerais da boa educação, os seus atos e atitudes, gestos e palavras, terá como deveres indispensáveis à sua formação:

1º)- Acatar a autoridade do diretor, professores e outros oficiais do estabelecimento, tratando-os a todos com deferência, respeito e urbanidade;

2º)- Tratar a cada um de seus colegas com atenciosa polidez e caridade cristã, inspiradas pela mesma fé e sentimentos de fraterna amizade;

3º)- Apresentar-se às aulas sempre bem trajado, e com o seu uniforme do dia, de acordo com as determinações do diretor ou do disciplinário;

4º)- Possuir todo o material escolar necessário e trazer em ordem e asseio os seus objetos e livros, bem como os cadernos dos exercícios gráficos;

5º)- Ser assíduo aos trabalhos e exercícios escolares, à preparação das lições marcadas, bem como a indispensável atenção ao desenvolvimento das diversas disciplinas nas aulas;

6º)- Estar pronto para entrar em silêncio nas aulas, logo após o respectivo sinal;

7º)- Ocupar sempre na classe o lugar que lhe for designado, ficando responsável pela conservação da carteira, nas condições que a encontrar;

8º)- Entregar-se, em classe, ao objeto próprio do estudo marcado no horário;

9º)- Levantar-se à entrada ou saída do professor, diretor ou outra autoridade de ensino ou visita;

10º)- Apresentar-se à secretaria, sempre que chegar ao estabelecimento, depois de iniciados os trabalhos de sua classe, ou dela pretender sair antes de terminadas as aulas;

11º)- Portar-se quer nos recreios, do edifício escolar, quer fora do estabelecimento, com moderação e dignidade, segundo os preceitos de uma boa educação e as exigências do decôro social;

12º)- Assistir, obrigatoriamente, incorporados à Comunidade dos alunos, às comemorações cívicas realizadas pelo estabelecimento;

13º)- Respeitar as proibições expressas neste regulamento;

Art. 32º-Aos alunos é expressamente proibido:

- 1º)- Faltar ao respeito e deferência devidos à autoridade do diretor, dos professores e outros oficiais ou mesmo aos simples visitantes;
- 2º)- Ter consigo ou emprestar livros impressos, gravuras ou escritos imorais, ímpios e gravemente prejudiciais à formação intelectual e moral;
- 3º)- Perturbar de qualquer modo o socêgo e o silêncio das aulas;
- 4º)- Entrar na classe fora das horas ou dela sair sem permissão do professor;
- 5º)- Ocupar na classe um lugar que não tenha sido designado;
- 6º)- Utilizar-se de livros ou de outros objetos alheios, sem o consentimento dos respectivos donos;
- 7º)- Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas escritas, orais ou práticas (colas);
- 8º)- Danificar qualquer parte do edifício, carteiras e outros móveis; estragar ou desviar instalações materiais ou objetos destinados ao uso comum ou particular;
- 9º)- Organizar, dentro ou fora do estabelecimento, servindo-se do nome do Instituto, rifas, coletas ou subscrições, qualquer que seja o seu fim, bem como tomar parte nelas sem a licença expressa do diretor;
- 10º)- Promover manifestações coletivas, ou nelas tomar parte, sem a orientação e permissão expressas da direção do estabelecimento;
- 11º)- Entrar e permanecer dentro do estabelecimento fora das horas do trabalho escolar, sem licença expressa da autoridade;
- 12º)- Fumar, jogar, ou usar bebidas clandestinamente introduzidas no Estabelecimento;
- 13º)- Trazer consigo armas, ou quaisquer objetos perigosos, como também bebidas e drogas nocivas à saúde;
- 14º)- Impedir a entrada de colegas para as aulas, ou concitá-los à ausências coletivas (paredes)
- 15º)- Tomar parte com outros alunos do estabelecimento em manifestações ofensivas a Instituições ou pessoas determinadas;
- 16º)- Praticar dentro ou fora do estabelecimento atos ofensivos à moral e aos bons costumes;
- 17º)- Criticar a prática da religião e os seus atos; influenciar, por palavras ou exemplos o desprestígio dos sagrados deveres para com Deus, para com a Pátria e para com a autoridade em geral;

Art. 33º- Pelo não cumprimento dos deveres ou pelo desrespeito às determinações expressas no artigo anterior, serão os alunos passíveis das seguintes penas:

- A)- Admoestação simples em aula, pelo professor;
- B)- Repreensão reservada, oral ou escrita, pelo diretor;
- C)- Exclusão da aula, ordenada pelo professor;
- D)- Suspensão até oito dias;
- E)- Exclusão definitiva da matrícula;

§ 1º- A pena de admoestação e a exclusão da classe, serão aplicadas pelo professor, que comunicará o fato ao diretor;

§ 2º- A pena de repreensão será aplicada pelo diretor, quando não surtir efeito a ação do professor;

§ 3º- A pena de suspensão será aplicada pelo diretor por prazo, conforme a gravidade da falta e acarretará a perda do direito a qualquer ato escolar durante este prazo;

§ 4º- A pena da exclusão definitiva da matrícula será aplicada pelo diretor, mediante processo que mandará abrir e a ele presidirá;

§ 5º- No caso no nº8º das vedações, o aluno reparará o mais breve possível o dano causado, sem prejuízo de outra penalidade que lhe couber;

Art. 34º- O processo disciplinar de que trata o parágrafo 4º do artigo anterior, será instaurado por dois professores designados pelo diretor, e sendo o aluno menor, deverá ser assistido pelo pai, ou pelo responsável legal;

Art. 35º- Além das penalidades previstas no artigo 33º- o diretor do estabelecimento poderá expedir, compulsoriamente, a guia de transferência do aluno que for manifestamente incorrigível ou cometer falta grave de ofensa ou agressão a um professor ou funcionário do estabelecimento;

Art. 36º- A pena imposta mediante processo cabe ao interessado o recurso às autoridades federais de ensino;

Art. 37º- Das penalidades mais graves impostas aos alunos, será dada ciência ao inspetor federal do estabelecimento;

CAPÍTULO VIII

DA VIDA ESCOLAR

Art. 38º- Os processos de admissão e matrícula, bem como o regime escolar, exames, promoções, conclusões de curso, férias, horários, etc., obedecem na íntegra, às leis e regulamentos federais;

Art. 39º- Não se aceitarão transferências de alunos excluídos de outros estabelecimentos, ou que, diante de sérias informações e a juízo da diretoria, sejam de qualquer modo prejudiciais aos estudos

ao ambiente escolar e à disciplina geral do estabelecimento;

Art. 40º-O horário escolar será organizado pelo diretor, antes da abertura dos cursos, obedecendo à Portaria sobre o assunto em vigor;

§ Único- Na organização do horário, o diretor terá em vista os altos interesses do ensino, devendo evitar quanto possível que os professores fiquem com intervalos prolongados entre as aulas, e que os alunos tenham horário prejudicial à saúde, notadamente quando se tratar de exercícios físicos;

Art. 41º-Oportunamente, com a devida antecedência, o diretor mandará fixar na Portaria, editais de chamada dos interessados para a inscrição aos exames de admissão e matrícula; tais editais serão publicados, sempre que possível, na imprensa local e deles constarão as indicações que orientam os candidatos;

Art. 42º-Encerradas, em época legal, as inscrições aos exames de admissão, assim como classificados os candidatos, as listas respectivas serão publicadas na Portaria;

Art. 43º-Na primeira série serão matriculados os aprovados nos exames de admissão, na ordem decrescente dos pontos obtidos e dentro do número de vagas existentes, respeitada a preferência para os repetentes;

Art. 44º-A entrada tardia em classe só será permitida se nisso consentir o respectivo professor e dentro dos dez primeiros minutos de aula;

Art. 45º- Na realização de trabalhos escritos ou gráficos, para notas mensais, poderá o professor determinar que o aluno tendo entregue o trabalho, se retire da classe antes de finda a aula;

Art. 46º- Em caso de faltas coletivas dos alunos, o professor declarará no diário da classe, a matéria que neste dia seria esplanada, a qual será tida como explicada;

Art. 47º-O horário para os exames será fixado com antecedência na sala dos professores e no lugar de avisos, reservado para os alunos;

Art. 48º- Mensalmente serão enviados aos pais dos alunos, boletins com notas de aplicação, exames, faltas às aulas, entradas tardias, penalidades e outros esclarecimentos a respeito da conduta do estudante;

§ Único- Para os fins do presente artigo o estabelecimento adotará uma caderneta escolar, destinada:

- 1º)-À anotação diária da presença do aluno;
- 2º)-Ao registro das notas mensais de exercícios e aplicações;
- 3º)-Ao lançamento do resultado das provas parciais e final;
- 4º)-À notificação das infrações disciplinares e de faltas de cumprimento das obrigações escolares;

Art. 49º-Os pedidos de retirada antecipada, salvo caso de enfermagem, somente serão atendidos quando solicitados pelos pais ou responsáveis, mediante anotação na caderneta escolar do educando;

CAPÍTULO IX

DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 50º-Visando o Instituto o bem intelectual e moral de seus alunos, de preferência a qualquer outro fim lucrativo, fixará pela direção do estabelecimento, depois de julgadas e aprovadas pela Diretoria do Ensino Secundário, as anuidades ou contribuições com as quais os alunos lhe ajudarão a manter um modelar corpo docente e a ampliar, paulatinamente, as instalações que beneficiarão os próprios escolares;

§ 1º-Dos alunos não se cobrarão jotas nem taxas que estejam em desacôrdo com as leis vigentes;

§ 2º-As contribuições serão pagas adeantadamente, ou no princípio de cada semestre até o 15º dia (de um a quinze de março e de um a quinze de agosto); ou preferivelmente no início dos meses de março, maio, agosto e outubro;

§ 3º-Conceder-se-ão descontos de dez, quinze e vinte por cento ao segundo, terceiro e quarto, no caso de dois ou mais irmãos matriculados juntamente no curso secundário, e gratuidade para os demais;

§ 4º-Poderá a direção do ginásio, de conformidade com o parágrafo 1º-, e respeitado o parágrafo 2º-, do artigo 15º, da Portaria Ministerial nº 193 de 13 de maio de 1950, impedir ou cancelar a matrícula ao aluno que, sem justificação razoável, estiver em falta com as contribuições anuais por espaço maior de um ano;

§ 5º-No caso de transferência excepcional ou cancelamento de matrícula, ficará o aluno obrigado a pagar apenas a contribuição do mês em curso em que se realizar esta transferência ou cancelamento;

Art. 51º- O ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças reservará, anualmente, matrículas gratuitas, ou de contribuição reduzida para estudantes verdadeiramente necessitados, a juízo da diretoria, ou indicados pelo Ministério da Educação e Saúde;

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52º-A data de aniversário de inauguração ou instalação oficial do Estabelecimento, será festivamente comemorada como o

"dia do Ginásio do Instituto;"

Art. 53º-O dia 15 de outubro, "dia do Professor", será condignamente celebrado com programas de festejos sob a presidência do Diretor ou de pessoa por êle designada;

Art. 54º-O horário para os exames será afixado com pelo menos 48 horas de antecedência, em lugar franqueado aos alunos e na sala dos professores;

Art. 55º-Na organização das bancas examinadoras no período de férias, o diretor terá cuidado em que cada professor tenha durante êste período, pelo menos trinta dias de descanso;

Art. 56º-Nenhum documento poderá ser retirado do arquivo; em casos excepcionais, permitir-se-á a substituição de certidão de nascimento, por foto cópia, conveniente selada e autenticada, no Cartório e nunca por peças intituladas pública forma;

Art. 57º-A biblioteca do estabelecimento será fonte de consultas para os professores e centro de orientação e de leitura aos alunos e ex-alunos;

Art. 58º-No ato da admissão ou matrícula no estabelecimento, deverá o professor, ou funcionário, ou responsável pelo estudante, declarar por escrito, estar de acordo com todas as cláusulas do presente regimento, de conformidade com as determinações da legislação em vigor;

Art. 59º-O presente regimento tem valor de contrato entre as partes interessadas;

Art. 60º-Êste Regimento poderá ser modificado quando houver conveniência para o ensino e para a administração e sempre que venha a colidir com a legislação vigente, submetendo-se às alterações, à aprovação das autoridades a que estiverem submetidos os diversos cursos do estabelecimento.

Campina Verde, 5 de Dezembro de 1950

Petroanci, coblempical Seiner, C.M.

*Diretor de finanças do Instituto n.º 2 de J. Fracos
de Campina Verde - Minas Gerais*

ANEXO 4 – Livro de atas do colégio no ano de 1970

Visita de Maio de 1970.

Para tomar conhecimento mais aprofundado dos trabalhos e dificuldades da Comunidade de Campina Verde, em vista à próxima Assembleia Provincial Extraordinária, aqui cheguei dia 21 de maio à tarde, para fazer a primeira visita à comunidade.

Aqui encontrei os seguintes coirmãos: P.^o Luis Gonzaga de Oliveira, Superior da Comunidade e Diretor do Colégio; P.^o Francisco Breiner, administrador das fazendas de Campina Verde e Sta. Vitória; P.^o Felix Magalhães, Secretário do Colégio; P.^o Wilson Gomes, Assistente; P.^o José Carlos Melo, Pároco; P.^o José Lino, Econômico da Casa e Tesoureiro do Colégio. Além destes, P.^o Guido Beanta, encarregado de Marjolinho; e P.^o Estanislau Adamczyk, encarregado de Itapagipe.

Os coirmãos trabalham nos vários setores da Comunidade, com dedicação e harmonia, num esforço de trabalho e vida comunitária, apesar das falhas e limitações humanas.

No Ginásio e Escola Normal, coadjuvados pelas nossas Irmãs e professores leigos, os coirmãos realizam belos trabalhos de promoção e formação. Cerca de 80 alunos estudam gratuitamente, e muitos outros têm anuidades reduzidas, sendo que a maior parte paga integralmente a anuidade total que é no entanto apenas de US\$ 200,00. Daí provém que é precária a situação financeira do Colégio. Apesar de tudo, ainda se conseguem fazer várias benfeitorias no Colégio, e

se está agora em vias de construir uma praça de esportes. Para atenuar essa situação crítica é preciso cortar gradualmente os privilégios de que gozam pessoas abastadas, ao matricularem mais de um filho no Colégio. Recebam-se porém gratuitamente ou com reduções os alunos cujas famílias são necessitadas. Quanto aos demais, paguem integralmente para todos os seus filhos. Igualmente é necessário promover reuniões com os pais dos alunos para complemento de formação e explicação da situação do Colégio. Muito facilitará tais tarefas a distribuição de informações em boletins aos Pais. Também se deve redigir o Estatuto do Colégio, para que os Pais conheçam bem as condições de admissão e formação de seus filhos. Quanto à dificuldade por que passa o Colégio em relação a Professores, o Conselho Provincial examinará a possibilidade de enviar em 1971 o Sr. P.º Silvio Batista. Na Secretaria do Colégio, devido ao acréscimo de trabalho, deve-se admitir algum auxiliar: uma funcionária ou um rapaz.

Quanto à Paróquia, o novo pároco - P.º José Carlos Melo - vai trabalhando intensamente no atendimento do povo e sobretudo, em esforços de reorganizar e atualizar a Paróquia. Já formou a Equipe de Missões, está organizando a Catequese e já tem o projeto de constituir o Conselho Paroquial. Três problemas urgentes: 1- necessidade de um coadjutor; 2- necessidade de um carro para a Paróquia e a Comunidade; 3- inexistência de Saúde Paroquial. Quanto ao primeiro, vamos esforçar-nos por atender no mês de julho; quanto ao segundo, ficam o Diretor do Colégio e o Pároco autorizados a promover a compra do carro; quanto ao Saúde Paroquial se também...

se está agora em vias de construir uma praça de esportes. Para atenuar essa situação crítica é preciso cortar gradualmente os privilégios de que gozam pessoas abastadas, ao matricularem mais de um filho no Colégio. Recebam-se porém gratuitamente ou com reduções os alunos cujas familiaridade necessitadas. Quanto aos demais, paguem igualmente para todos os seus filhos. Igualmente é necessário promover reuniões com os pais dos alunos para complemento de formação e explicação da situação do Colégio. Muito facilitará tais tarefas a distribuição de informações em boletins aos Pais. Também se deve redigir o Estatuto do Colégio, para que os Pais conheçam bem as condições de admissão e formação de seus filhos. Quanto à dificuldade por que passa o Colégio em relação a Professores, o Conselho Provincial examinará a possibilidade de enviar em 1971 o Sr. P.^o Silvio Batista. Na Secretaria do Colégio, devido ao acréscimo de trabalho, deverá-se admitir algum auxiliar: uma funcionária ou um rapaz.

Quanto à Paróquia, o novo pároco - Sr. José Carlos Melo - vai trabalhando intensamente no atendimento do povo e sobretudo, em esforços de reorganizar e atualizar a Paróquia. Já promove a Equipe de Missões, está organizando a Catequese e já tem o projeto de constituir o Conselho Paroquial. Três problemas urgentes: 1. necessidade de um coadjutor; 2. necessidade de um carro para a Paróquia e a Comunidade; 3. inexistência de Sala Paroquial. Quanto ao primeiro, vamos esforçar-nos por atender no mês de julho; quanto ao segundo, ficam o Diretor do Colégio e o Pároco autorizados a promover a compra do carro; quanto ao Sala Paroquial que também serviria para as festas e reuniões,

família e o espírito de coresponsabilidade, e que tudo se ponha em comum e em comum também se resolva tudo. Peço também ao Superior que convoque antecipadamente os cônsules de Itapagipe e Ilorólinhos para as reuniões comunitárias; e a eles peço que atendam prontamente, pois precisamos estreitar nossos laços comunitários.

Antes de ~~terminar~~ terminar, exorto os cônsules a viverem num verdadeiro espírito de família, em coresponsabilidade e fraternidade, bem como tenham em seu pensamento e agir um agudo sentido comunitário que os faça sacrificar nossos modos de ver e proceder em benefício da Comunidade. Precisamos de nos unir e adaptar seriamente neste momento em que procuramos reorganizar e adaptar a Província às necessidades da Igreja e aos sinais dos tempos. Que nenhum de nós portanto seja entretido ou dificulte essa renovação, mas que haja boa vontade e disponibilidade para tudo o que é bom, conforme recomendava S. Paulo.

Peço aos cônsules estudarem comunitariamente o material preparatório à Assembleia Provincial Extraordinária, bem como comparecerem em maior número possível à dita Assembleia. Recomendo-lhes igualmente interessarem-se vivamente por arranjar os bons vocais.

Terminando, agradeço aos cônsules a boa vontade, fraternidade, espírito de simplicidade e diálogo com que me acolheram e com que se entretiveram comigo. De novo me reapreço de todos os meus cônsules a seu inteiro serviço e digo,

P. José Elias Leão, C.M.
Visitador Provincial.

Campina Verde, 25 de Maio de 1970.

ANEXO 5 – Deferimento para autorização do curso noturno

1964

Ginásio do Instituto de N. Sra. das Graças

CONGREGAÇÃO DA MISSÃO (LAZARISTAS)

CAIXA POSTAL, 21 — CAMPINA VERDE — MINAS GERAIS

29/9/64

Ao Exmo. Sr. Inspetor Seccional do Ensino Secundário
Do Diretor do Ginásio do I. de N.S. das Graças
Assunto: Pede extensão de Curso.

Excelentíssimo Senhor Inspetor Seccional

Diante do melhoramento introduzido nesta cidade de Campina Verde com a instalação definitiva do serviço de fôrça e luz e também no desejo de prestar novos benefícios à mocidade laboriosa desta terra, o Diretor deste Ginásio do I. de N.S. das Graças, vem pedir respeitosa-mente a V. Excia. a necessária autorização para estender, a começar do mês de Março de 1964, o funcionamento deste Ginásio também para o Curso Noturno; o horário previsto em que deverá funcionar o Curso Noturno será desde as 18 horas e 30 minutos até as 21 h 30 ou 22 h no máximo, uma vez que a totalidade de seus alunos possui residência dentro da mesma cidade.

Nestes termos
Espera deferimento

Campina Verde, 30 de Julho de 1964

Wesley Ribault

DIRETOR DO GINÁSIO DO I. DE N. S. DAS GRAÇAS

ANEXO 6 – Ata de visita do dia 14 de junho de 1972

Visita de Junho de 1972.
(14-21)

A presente visita à Casa de Campina Verde foi oficialmente aberta às 16 horas do dia 14 de junho, com a presença e participação dos seguintes irmãos: P.^o João Carlos Saraiva, Superior da Comunidade e Diretor do Colégio; P.^o Fúlvio Brumer, Administrador das Fazendas de Campina Verde e de Santa Vitória; P.^o Felix Orzutu, Secretário do Colégio; P.^o José Moacir Alves, Econômico da Casa, e Coadjuutor da Pacófia; Luís Rodrigues ~~da Andrade~~, Professor; P.^o José Guido Beanta, carregador da Capela de Mongolinho; P.^o José Carlos Melo, Pároco; José Lino de Araújo, Professor; Amador Paulo Afonso Fucina.

Comigo vieram a Campina Verde o Sr. P.^o Alfeu Cecílio Ferreira, Econômico Provincial, e o Sr. Ubirajara Cleofas Cortador da Província, a fim de procedermos aqui à implantação da nova forma de Administração Provincial, organizada pela firma Assessor Ltda, de S. Paulo, para todas as novas Casas.

Depois de explicar a finalidade e as modalidades da presente visita, passei a palavra ao Sr. P.^o Alfeu que explicou extensamente à Comunidade as normas da nova forma de Administração, desendo ele, posteriormente, perseguir o trabalho de "implantação" com o Econômico da Casa e o Administrador das Fazendas.

Depois das entrevistas pessoais com os irmãos e de reuniões com a Comunidade e grupos de trabalho, chegaram seguintes conclusões:

1) - Situação da Comunidade:

a - Aspecto espiritual-comunitário - adiante em vigor na Casa as seguintes práticas de vida espiritual:

- 1) - Orações da manhã, às 6-6,30 hs.
- 2) - Completas após o jantar.
- 3) - Reunião mensal de revisão e planejamento.

A dificuldade maior se encontra em relação à oração

maneira, a que a maior parte da comunidade, por motivos vários, não pode comparecer. Tal situação não é normal. Por isso, na próxima Reunião Mensal, estude-se a possibilidade de outro horário para essa Oração. Se isso não for possível, faça-se pelo menos uma Oração Comunitária por ocasião da Reunião Mensal que teria então uma duração maior.

Chamo também a atenção dos irmãos para a obrigação e a necessidade do Retiro Anual a ser feito ou de modo tradicional ou nos Retiros Intercomunitários da Província.

Quanto ao mais, tudo parece transcorrer normalmente, pois há bastante união fraterna e harmonia entre os irmãos que se dedicam afanosamente aos seus trabalhos.

b) - Aspecto administrativo - Jolie-se a Casa em certa dificuldade por causa de dois fatores principalmente: 1 - a situação do Colégio Estadual ainda não foi devidamente aceita, pois - além de a Prefeitura Municipal ainda não ter pago do aluguel do prédio - também o Estado não está pagando o Diretor, o Secretário e os auxiliares que trabalham no Colégio. Nesse particular é preciso continuar os esforços para regularização total da situação. 2 - A Paróquia é ~~altamente~~ deficitária... É preciso que o Pároco procure urgentemente um meio de remediar a essa situação irreal, visto que não devemos trabalhar totalmente de graça para quem não precisa.

Eliminando-se esses dois fatores deficitários, a Casa será amplamente auto-suficiente e poderia ainda, no futuro, contribuir um pouco para as demais obras da Província. Nesta oportunidade faço então um apelo aos irmãos, para que defendam mais ceriosamente os interesses e direitos da Congregação.

2) - Situação do Colégio:

Apesar das dificuldades financeiras acima apontadas o Colégio - continua em honra e prestid. de contando atual

mente com 1.071 alunos, 26 coirmãos,
4 coirmãos, coadjuvados por 26 professores leigos e 3 Irmãs de Ca-
ridade. A deficiência no ensino de Religião começa felizmente
a ser sanada, mas para complementação da formação dos alunos
levem-se a efeito reuniões com os pais dos alunos, desejo esse
já expresso na última visita, e também agora aspiração
dos Professores. Recomendo que todos colaborem em manter a
boa disciplina no Colégio, nem tanto abolada pelas circunstân-
cias em que se processou a mudança de Direção.

3)- Situação da Paróquia:

Continua a Paróquia a crescer cada vez mais, espiri-
tualmente, com a organização e funcionamento das equipes
de Liturgia e Catequese e com os movimentos de "Cursillistas"
e "Telecistas" e com os Cursos de Betisúco e de Moivos, etc.
Parece que a Paróquia nunca esteve tão bem como agora. Oxalá
continue sempre assim e cresça ainda mais, se possível.
Falta porém, conforme ficou acima dito, incrementar
a parte material e financeira, para que a Paróquia seja,
pelos menos, auto-suficiente. Mas já se acha no plano do Pá-
roco empunhar-se brevemente neste ponto. Muito nos ale-
gramos com a utilização de nossa Casa para Cursos de T.L.C.
e de "Cursillos". Dá-se deste modo a ela uma finalidade
apostólica e pastoral mais ampla. Nesse particular porém
peço duas coisas: 1)- que a Comunidade e os coirmãos
não sejam perturbados e impedidos em seu normal fu-
cionamento; 2)- que a Casa seja devidamente remun-
rada por sua utilização e despesas. Com jeito e boa
vontade e espírito de colaboração tudo se arranjará
do melhor modo, e teremos a oportunidade e o prazer
de colaborar para mais esta obra pastoral da Igreja.

4)- Situação das Fazendas:

Com o P^{re} Breiner, o P^{re} Alfes e eu percorremos a
vasto grande parte das Fazendas de Santa Vitória e Ca

picca Verde, e constatamos o trabalho abnegado aí desem-
bolvido pelo Sr. Bremer. Conforme porém é visível nos expli-
con e também nós verificamos "de visu", as fazendas pre-
cisam de investimentos urgentes, para serem recuperadas
e serem capazes de dar maior rentabilidade. Para isso se está
estudando uma fórmula que seria ou um financiamento
a longo prazo, como p.ex. o fornecido pelo "Condese", ou então
a aplicação total das rendas das próprias Fazendas.

— Além de Mongolindó, visitamos também as Residên-
cias de Santa Vitória e Itapagipe, adidas a esta Casa. Em
ambas foi feita também a implantação da nova Adminis-
tração Provincial. A Capela de Itapagipe manifesta o
desejo de transformar-se em Paróquia, tendo como terri-
tório o município de Itapagipe, e parece reunir con-
dições para isso. É um caso a se estudar com o Sr. Arcebispo

Recomendo aos côrregos tomarem conhecimento e se
disponem a observar os novos Estatutos Cíveis da Província, de que
brevemente cada qual receberá um exemplar.

Pelo igualmente aos côrregos interessarem-se vivamen-
te pela obra das Vocações Lazaristas, não só arranjando-lhes voca-
ções para Pádua e Suão, como também obtendo subsídios para
a O.V.L., recentemente revigorada sob a direção do Sr.
Antônio Mourão, a quem devem enviar os auxílios que
conseguirem.

As finais desta Visita declaro implantada a
forma de Administração Provincial nesta Casa, nas duas
residências supra mencionadas e nas fazendas, devendo
começar a funcionar oficialmente a 1 de julho próximo.
Reço sobretudo aos respectivos encarregados que ponham
fielmente em prática as instruções e normas que lhe
foram longamente expostas pelo Côrregio Provincial
pelo Contador da Província, a fim de que não venha a
frustrar-se a decisão da Assembléa Provincial de 1970.

esse respeito (cf. Ass. Prov. 1972, n. 19, pg. 26).

Por último rogo a todos os coimões continuem empenhados no seu labor apostólico e formativo que tanto bem produz nesta vasta região, não se esquecendo porém de cuidar sempre e em primeiro lugar da própria santificação, conforme nos recomendam as nossas Constituições.

Agradeço a todos os coimões a cordialidade com que nos acolheram, a boa vontade com que aceitaram a implantação da nova Administração Provincial, e o clima de fraternidade, simplicidade e colaboração em que decorreu esta Visita. Faço votos de que nossa vida comunitária e nossas obras aqui prosperem cada vez mais. Como ajuda para isso, peço ao Superior que esta Ata da Visita seja lida no começo de cada semestre, durante a Reunião Mensal, a fim de se verificar se estão sendo levadas a efeito as conclusões aqui consignadas.

Pediendo agora a S. Vicente o abençoar a todos em suas vidas e trabalhos, reafirmo-me de todos e cada um o melhor coimão ao inteiro serviço e dispor de todo.

P^{re} José Elias Leães, C.M.
Visitador Provincial.

Campina Verde, 21 de Junho de 1972

ANEXO 7 – Ata de assembleia doméstica da Casa de Campina Verde

Ata da 2ª Assembleia Doméstica da Casa de Campina Verde – 15 de maio de 1979

	<p>Ata da 2ª Assembleia Doméstica da Casa de Campina Verde 15/5/1979</p>
	<p>Marcada a reunião para as 15 horas do dia 15/5/1979, a ela compareceram os irmãos, com exceção do Sr. Guido, em visita aos seus familiares, em Curitiba, e do Sr. Breiner, por razões inerentes ao seu ofício de Administrador dos bens da Comunidade, em nossa casa.</p>
	<p>Iniciamos o trabalho logo após a oração de abertura.</p>
	<p>Os dois pontos principais constituiriam a pauta do assunto: Procurador da Casa e Assistente.</p>
	<p>* Procurador - Os irmãos acharam de grande conveniência, dadas as circunstâncias atuais de nossa casa, que o Diretor continue com o Êconomato, desde que não haja incompatibilidade com o seu cargo de Superior da casa.</p>
	<p>* Assistente - Não foi preciso votação secreta. O voto oral unânime dos irmãos</p>
	2

recaiu sobre a pessoa do Sr. Félix que, em espirito de dedicaçã e de corresponsabilidade, aceitou mais em cargo de serviço à comunidade.

I Em seguida, o Diretor lue a Convocaçã do Sr. Visitador para a Mini-Assembleia a se realizar em nossa casa nos dias 25-26-27 e 28 de junho.

* Falou-se na preparaçã do material conveniente para os reuniõ e como organizar um roteiro sobre o ponto assinalado na carta-convocaçã.

Achamos oportuno levantar o problema da construçã do resto da casa ou, pelo menos, da composiçã de frente da frente de nossa casa, ligando-a ao Colégio.

Quanto ao nosso Colégio, julgamos que se estude o problema com calma, sem precipitaçã e com muita objetividade.

Quais serã os motivos válidos e as razõs fortes para o fechamento do Colégio, talvez, (nã entendi bem) em vista de uma futura escola apotólica ou seminário regional?

Foi levantada uma questã de seguinte teor até que ponto e em que sentido os Sr. poderiam participar de nossa assembleia?

a) É de nosso interesse que eles participem no que lhes interessa mais de perto, sob diversas formas, sobretudo em se tratando de uma questã de âmbito educacional, como o caso de nosso Colégio.

b) Em se tratando de reuniõs da Congregaçã, de regime interno, nã se justifica sua presenca. No caso de soluçõs de repercussã na comunidade local, sã-lhe oportunamente comunicadas.

II O Diretor suscitou o problema da prestaçã de contas, de viabilidade de difi.

Ficou resolvido que o livro das contas da casa ficaria na mesa de nosso recreio, um dia inteiro, para serem vistas e examinadas pelos Carimãos.

Falou-se tambem do direito que assiste aos Carimãos de estarem ao fa da administraçã geral da casa e do levantamento do nosso patrimônio local

Ainda sobre a Mini-Assembleia, achamos um tanto vago dizer: Que a comunidade prepare.

Que haja um questionário para os diversos setores apontados: Pastoral vocacional, Sacramentos, Mensas, Colegios, etc. e informem o conteúdo.

Por que a Província com a sua Assessoria especializada, não nos indicassem os tópicos especiais, não nos enviassem, pelo menos, alguns delineamentos de seus planos para a nossa Assembleia?

Sensamos também em outras reuniões até à data prevista. Achamos, por fim, não ser necessário. Não ficou programada outra reunião da Comunidade.

Contro Vocacional - Este encontro foi marcado para os dias 24-25 e 26 de Maio, em nossa casa.

O Sr. P. Jones ficou encarregado de fazer uma programação. Foram convidados, além do Sr. Luro, os Srs. P. Dehortali e Sebastião Carvalho. Haverá, também, uma conferência especializada sobre vocação

ao estado religioso.

Considerados estes assuntos, apontaram-se alguns pontos de interesse do nosso Colégio.

1) O Diretor falou-nos da necessidade de um Grêmio no Colégio. É exigência do Ministério. Como fazer? Como organizar? Organiza-se ou não? De que modo?

Explicou-nos os vários departamentos do Grêmio. Acordo unânime.

Para isso, convocar-se à uma reunião dos professores da manhã e da Noite.

Ficou marcada para o dia 22, no dois turnos.

2) Realizar-se a Exposição em Campina Verde, cuja abertura será no dia 11 de junho.

É de grande interesse e de grande alcance para a nossa Comunidade local. O que se pode fazer quanto ao Salinário Escalar para a participação dos alunos?

xxx

Foram lembrados ainda 2 pontos de ordem disciplinar.

1) Acesso ao telefone pelos alunos, após o

ANEXO 8 – Ata de visita, 27 nov.

fique a prática do diálogo sincero e da responsabilidade, por tudo em comum e tudo se resolvendo também em comum. Deixemos de lado as nossas susceptibilidades, e procuremos colocar generosamente as nossas qualidades e aptidões a serviço do Reino de Deus, mesmo que a nossa opinião particular não seja aceita.

Para facilitar um maior entusiasmo na Casa, para complementá-la e até dependê-la de incursões por vezes predatórias... constitua-se, o mais brevemente possível, a fachada da Casa, e providencie-se o pedimento da parte que vai da Casa até ao Sol do Pacoquiol, de acordo com plano pre-estabelecido.

2 - Nossas atividades:

Passando em revista os nossos principais setores de trabalho, supra-enumerados, é com prazer que verificamos a dedicação e o empenho de todos. Examinamos também comunitariamente as dificuldades existentes, e procuramos encaminhar soluções...

2.1 - Parcóquia - O novo pároco, Sr. Lúcio Dell'Amore, já entrou na comunidade pacóquiol, dá continuidade, com dinamismo e dedicação, à intensa atividade pastoral do último pároco, Sr. Frei Carlos Melo, e já começa também a pôr em ordem as finanças da paróquia. Recomendo-lhe que, juntamente com o Coordenador da Pastoral - Sr. António Gomes - faça o planeamento pacóquiol para 1975, a fim de que haja sempre um respeito entusiasmado entre a Paróquia e a Missão. Com prazer anotamos aqui que a Capela do Pai Eterno foi totalmente remodelada, tornando-se muito precioso. Quanto à ideia de transferir-se para lá a sede pacóquiol, é ainda prematuro. No planeamento pacóquiol poder-se-á prever um melhor atendimento e talvez começar lá um expediente pacóquiol de algumas horas por semana...

2.2 - Colégio - Embora florescente e com plena aceitação na cidade, permanecem as dificuldades de sempre: falta de aprovação oficial do Curso Colégio, e falta de pagamento dos honorários do Diretor e do Secretário. No começo do próximo ano, iremos

directamente ao Secretário de Educação do Estado tenta uma solução definitiva. O grande causador do sr. M. Felix traz-nos preocupação. Embora ele se disponha, com sacrifício, a continuar no cargo, na próxima reunião do Conselho Provincial iremos procurar um meio de libertá-lo, se possível.

Em prosseguimento à orientação provincial de deixarmos, quea do possível, a direção dos Colégios, para nos aplicarmos mais diretamente à Pastoral, juntamente com os padres fixos, uma reunião com a liderança leiga da cidade, em que debatemos a conveniência e a possibilidade de transferirmos a direção do Colégio aos leigos a curto ou médio prazo. Embora cada um deles tenha de modo algum agrado essa idéia, no entanto como conclusões deles pedimos:

2.2.1 - que se procure construir, o quanto antes, um prédio próprio para o Colégio Estadual;

2.2.2 - que os leigos comecem a participar de cargos na direção do Colégio, a fim de que assim se preparem a assumi-la totalmente;

2.2.3 - que ajudem os padres a resolver os problemas do Colégio junto ao governo do Estado.

Esse sentido será enviado com ofício ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Se essas medidas forem concretizadas, poderemos, ao pouco, de fato, transmitir aos leigos a direção do Colégio; por isso, peço ao Sr. que se esforce, desde o começo do próximo ano, por colocá-las em prática, pelo menos enquanto dele depender.

2.3 - Missões - Segundo a opinião geral, as Missões marcham a contento, e o povo está correspondendo ao esforço da Equipe Missionária que é constituída atualmente de 3 Padres e 2 irmãos de Caridade. A reunião de junho último, durante a "Minicongressão" (cf. I.S.V., apêndice 74) foi bastante proveitosa, e a Equipe Missionária se esforça de fato por colocar em prática os pontos de ação e as metas que foram então apontadas. Brevemente se preparará a Equipe um curso português que virá fazer um estágio de 6 meses na Ilhéus. Esperamos que essa Missão continue a produzir bons frutos, e nos conseq.

duas vocações para Padre e Juvenal.

2.4 - Administração das Fazendas - Continua de pé o plano e o propósito de se proceder à recuperação das fazendas. Ao Sr. P. Breiner, que agora já está munido das devidas licenças e procurações, peço que dê início a esse trabalho, o mais brevemente possível. A ele também caberá, pela venda de gado, providenciar os recursos para a construção da fachada da Casa, logo que o Conselho Provincial aprovar definitivamente a planta dessa construção.

2.5 - Centro Vocacional - De acordo com o desejo da Assembleia Provincial e a conclusão a que se chegou na 'Mini-Assembleia' (cf. I.S.V., apêndice 24, p. 268), fica constituído em Campina Verde o segundo Centro Vocacional da Província, com a fundação de uma pequena Escola Esportiva, a começar as suas atividades em 1975. O Sr. José Camêlo Saccaro será o seu principal responsável, contando primeiramente com o apoio e a ajuda dos demais coirmãos e, principalmente, da Equipe Misionária. Para assessorá-lo diretamente nesse trabalho designamos os Srs. Padres Egídio e Cílio. Esperamos que a Casa de Campina Verde, sendo atualmente a mais importante da Província pelo número de coirmãos e de obras, nos preste mais esse serviço de trabalhar generosamente em prol de nossos Vocacionados, futuros e esperança da Província!

3 - Conclusão - Ao terminar esta visita, agradeço aos coirmãos a cordialidade, a bondade e a colaboração que me prestaram. Exorto-os a perseverarem nesse esforço generoso que aqui vêm desempenhando. Para relembra-los tudo isso, peço ao Superior faça ler esta Carta na reunião mensal de cada semestre. Rogando ainda a S. Vicente continue a abençoá-los copiosamente em todas as suas atividades e empreendimentos, reafirmo-me de todos o menor coirmão a seu inteiro dispor e serviço,

P. José Elias Chaves, CM,
Visitador Provincial da P.B.C.M.,
Campina Verde, 6 de dezembro de 1974.

ANEXO 9 – Justificativa da prefeitura de Campina Verde



Prefeitura Municipal de Campina Verde

ESTADO DE MINAS GERAIS

- CEP 38270 -

CGC (MF) N. 18.457.291/0001-07

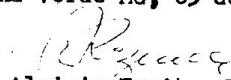
04

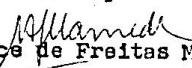
- JUSTIFICATIVA -

Justificando a aquisição das 02 (duas) Escolas Particulares de 2º Grau, de Campina Verde, com as habilitações: COLEGIAL, MAGISTÉRIO - 1º Grau - 1ª à 4ª série, e TÉCNICO EM CONTABILIDADE, para formar um novo estabelecimento - ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, de 2º Grau, esclarecemos o seguinte:

- não existe Escola Oficial de 2º grau no Município;
- a grande evasão do 1º grau para o 2º grau, devido o baixo poder aquisitivo da população, em sua grande maioria;
- uma grande desistência por parte dos alunos matriculados nos cursos, durante o período letivo por falta de condições para o pagamento das mensalidades;
- entendimento havido por parte da Prefeitura Municipal de Campina Verde, com os diretores das entidades mantenedoras dos Colégios particulares;
- cessão feita por estas entidades para a criação de uma nova escola, para atendimento a maior número de alunos de nosso Município;
- oportunidade de volta aos bancos escolares de todos aqueles que o deixaram por motivos financeiros;
- e finalizando, tal projeto foi questão de honra da Campanha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, neste último pleito eleitoral, visando participar sempre com o Governo do Estado de Minas Gerais, nas grandes decisões democráticas e também participar da grande mudança educacional proposta por Sua Exa. o Governador Tancredo Neves.


Campina Verde-MG, 05 de Dezembro de 1.983


Aluizio Freitas Rezende
- Prefeito Municipal -


Maria Alice de Freitas Mamede
- Diretora Deptº. Munic. Educação e Cultura-

ANEXO 10 – Escritura pública de cessão de direitos da concessão de funcionamento do ensino de segundo grau no Colégio Nossa Senhora das Graças, 1983

Cartório do Primeiro Ofício
Comarca de Campina Verde
ESTADO DE MINAS GERAIS
19



CARTÓRIO DO JUDICIAL E NOTAS DO 1.º OFÍCIO
COMARCA DE CAMPINA VERDE — Estado de Minas Gerais

- Livro 76 - - Fôlhas - 26V/27V - 1.º Traslado -

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE DIREITOS DA CONCESSÃO DE FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE SEGUNDO-(2º) GRAU "COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS", QUE A PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DA MISSÃO FAZ COM O MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE, COMO SEGUE:-

Saibam quantos a presente escritura'

de cessão de direitos da concessão de funcionamento de ensino de 2º grau virem, que aos dezoito-(18) dias do mês de novembro-(11) do ano de mil novecentos e oitenta e três-(1983), nesta cidade e comarca de Campina ' Verde, Estado de Minas Gerais, neste Cartório do Primeiro Ofício, sito à Rua 26, nº 27, perante mim escrevente juramentada e as testemunhas instrumentárias, abaixo ' indicadas e no final assinadas, compareceram partes en tre sí, justas e contratadas a saber:- de um lado, co mo outorgante cedente, a Província Brasileira da Con- ' gregação da Missão, com sede na cidade do Rio de Janei ro, na Rua Cosme Velho, 241, inscrita no C.G.C. sob nº 33.584.293/0001-50, com representação nesta cidade, si to à Praça São Vicente de Paulo, nº 01, representada ' neste ato, pelo Senhor Superior Provincial, Pe. Alpheu Custódio Ferreira, C.M., brasileiro, solteiro, maior, ' eclesiástico, domiciliado e residente na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Cosme Velho, nº 241, inscrito no ' CPF. nº 127.196.509-78 e portador da Carteira de Iden tidade nº 04.346.921-2, Instituto Félix Pacheco-RJ.; ' e, de outro lado, como outorgado cessionário, o Municí pio de Campina Verde, inscrito no CGC. sob número - -' 18.457.291/0001-07, representado pelo senhor Prefeito' Municipal, Aluizio Freitas Rezende, brasileiro, casa-

Cartório do Primeiro Ofício
Comarca de Campina Verde
ESTADO DE MINAS GERAIS
Extrado de Livro
Messa P. M. Carvelho
Conferido

A autenticação deste documento em
02 fôlhas todas rubricadas é feita
na última fôlha.
CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO JUDICIAL E NOTAS
Campina Verde - Minas Gerais



CARTÓRIO DO JUDICIAL E NOTAS DO 1.º OFÍCIO

COMARCA DE CAMPINA VERDE — Estado de Minas Gerais

20
Paulo
02
DMT

do, fazendeiro, domiciliado e residente nesta cidade, inscrito no CPF. sob nº 055.825.476/49; todos os presentes meus e das testemunhas conhecidos, do que dou fé. E, em presença das mesmas testemunhas, pela outorgante cedente, me foi dito que por esta escritura e na melhor forma de direito cedia e transferia todos os direitos que possui sobre a concessão de funcionamento do Ensino de Segundo (2º) grau nesta cidade, denominado Colégio Nossa Senhora das Graças", com funcionamento nesta cidade, na Praça São Vicente de Paulo, nº 01, constante dos Cursos de Magistério para 1ª a 4ª série e Colegial, reconhecida pela Resolução nº 1.631/75 de 18-09-75, obedecendo os termos da Lei Federal nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, da disposição da Resolução 153/72 do C.E.E. de Minas Gerais e do Regimento Escolar do Estabelecimento, mediante as seguintes condições: - 1º) A outorgante cedente faz a presente concessão para a finalidade exclusiva de tornar possível a constituição de uma nova entidade de ensino nesta cidade, mediante convênio do Município com o Estado; 2º) Esta cessão, feita gratuitamente pela outorgante cedente, tem caráter irrevogável e irretroatável e é por tempo indeterminado; 3º) O outorgado cessionário garante à outorgante cedente, matrícula para todos os seus seminaristas, independente de reserva de vagas, e não baixará ato algum que possa prejudicar o ingresso dos mesmos nos cursos que devam frequentar; 4º) O outorgado cessionário isenta os mesmos seminaristas da outorgante cedente das taxas e de quaisquer outros emolumentos que devam ser cobrados dos alunos desta nova entidade de ensino; 5º) A presente cessão obedecerá aos termos legais vigentes. Pelo outorgado cessionário, me foi dito, em presença das mesmas testemunhas, que aceitava a presente escritura e a cessão ora feita, nos termos e cláusulas que ficaram expressas neste instrumento. Pelas par-

A autenticação deste documento em 02 folhas todas rubricadas é feita na Câmara Cívica. **CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO JUDICIAL E NOTAS** Campina Verde - Minas Gerais

partes me foram apresentadas os documentos seguintes:-
 Bilhete de distribuição sob nº 12.968 - ao Cartório do
 Primeiro Ofício. Campina Verde-MG., 18 de novembro de
 1983. (a.) ilegível. Taxa de expediente paga à CEF local
 no valor de CR\$377,00, conforme autenticação mecânica nº
 128, datada de hoje. E, de como assim o disseram, me pe-
 diram que lhes lavrasse esta escritura, a qual feita e
 lhes sendo lida, na presença das testemunhas, Ayres José
 de Souza e José Batista de Oliveira, brasileiros, casa-
 dos, oficiais de justiça, residentes nesta cidade, acha-
 ram-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam. Eu, -
 Isolda Peixeira da Silva, escrevente juramentada que a la-
 vrei, datilografando. Eu, Ione Paixão Marques Carvalho,
 tabeliã que a subscrevo, dou fé e assino. (a.a.) Ione
 Paixão Marques Carvalho, Pe. Alpheu Custódio Ferreira,
 Aluizio Freitas Rezende, Joaquim Hypolito Cassiano Pena,
 José de Bessa, Ayres José de Souza e José Batista de Oli-
 veira. Nada mais, dou fé. - - - - -
 Eu, Isolda Peixeira da Silva, tabeliã que mandei
 datilografar, conferí, achei em tudo conforme, subscre-
 ví, dou fé. e assino.

Em teste Isolda Peixeira da Silva da verdade.-

AUTENTICAÇÃO	
Conferir com o original que me foi apresentado, dou fé.	
Campina Verde,	05 DEZ 1983
Em Test.º	2 da verdade.
<u>Isolda Peixeira da Silva</u>	
TABELIÃO DO 1.º OFÍCIO	

Isolda Peixeira da Silva
 - Ione Paixão Marques Carvalho -
 - Tabeliã -

Isolda Peixeira da Silva
 Escrevente Juramentada
 Apresentado para registro, hoje às - 13 - - - horas
 Registrado sob o n. 488 às fls. 406 do Livro B-4
 de Registro Especial de Títulos e Documentos e protoco-
 lado sob n. 586. -
 Campina Verde, 02 de novembro de 1983.
 O Oficial.

Cartório do Primeiro Ofício
 Comarca de Campina Verde
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 Ione P. M. Carvalho

CARTÓRIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
 Oficial
 José Teixeira Machado
 Oficial Substituto
 Altina Teixeira Machado
 David Braga de Souza
 CAMPINA VERDE
 MINAS GERAIS

ANEXO 11 – Ofício nº 338/83 prefeito municipal e presidente do PMDB



Prefeitura Municipal de Campina Verde
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP 38270

CAMPINA VERDE(MG), 1º de Novembro de 1.983

OFÍCIO Nº 338/83

Do Prefeito Municipal e Presidente do P.M.D.B.
Ao Exmº. Sr. OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO
DD. Secretário de Estado da Educação
Assunto: Solicitação (Paz)

Excelentíssimo Senhor Secretário,

Em virtude do grande número de estudantes em escolas nesta cidade e município que, após a conclusão do 1º grau, se encontram impossibilitados de continuarem seus estudos, pois, não há neste município nenhuma escola de 2º grau gratuita, esta administração municipal se viu preocupada e sentimos necessidade urgente de se implantar em nossa cidade, escola de 2º grau graciosa, a fim de assegurar aos alunos a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos, especialmente, aos estudantes carentes, financeiramente falando, para assim, no futuro em nossa comunidade, termos pessoas mais preparadas no campo profissional como também no campo cultural e com habilitação profissional condizente para que consigam um padrão de vida um pouco melhor.

Esta administração, preocupada, visa no entanto, evitar a evasão de alunos para outros centros urbanos para dar continuidade aos seus estudos, cuja situação cria uma imagem de desprestígio para a cidade e município no contexto do ensino.

Diante do exposto, vimo pelo presente, muito empenhados solicitar de V.Exa., o exame e a efetivação de estudos que visem dotar nossa cidade de escolas gratuitas no nível acima referido, profissionalizantes ou não.



Prefeitura Municipal de Campina Verde
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP 38270

Para tanto, embora com dificuldades financeiras'' pelas quais passam todas as Municipalidades, estamos propondo arcar '' com todas as despesas de documentação e ainda, colocamos à disposição, prédio apropriado para funcionamento do ensino que estamos a pleitear, bem como ainda, manter pessoal, o qual não consta do quadro de servidores do Estado, que não tenha condição de se efetivar a adjunção,

Na esperança de que nossa súplica receba a necessária acolhida por de V.Exa., ao ensejo do presente, aproveitamos para renovar nossos protestos de elevada estima e apreço, subscrevendo-nos,

Atenciosamente,

ALUIZIO FREITAS REBENDER.

Prefeito Municipal

Honório de Souza Rosa
Dr. HONÓRIO DE SOUZA ROSA

Presidente do PMDB

18 457 291/0001.07

Campina Verde - Prefeitura

Rua Trilão N° 296 - Centro

CEP 38270

Campina Verde - MG

ANEXO 1 – Relatório de verificação prévia, 1950

38

GINÁSIO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO PRÉVIA

1950

* + * + *

1) Nome oficial do Estabelecimento

GINÁSIO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS;

2) Histórico

O GINÁSIO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, estabelecimento de ensino secundário, com sede na cidade de CAMPINA VERDE, Estado de MINAS GERAIS, fundado em 1950, mantido e dirigido pelos Padres da Congregação da Missão, tem por fim primordial preencher, com aprimorada formação intelectual, moral e cívica da mocidade triangular, uma sensível lacuna na vida não apenas da mesma cidade em que tem sede, mas do próprio Município e de Municípios vizinhos desta vasta região sertaneja de Minas.

A imperiosa necessidade de semelhante educandário se impõe inadiável, não só diante da bem numerosa população escolar matriculada nos diversos cursos primários municipais e particulares, como também em vista das distâncias extremamente grandes e de penosa comunicação com estabelecimentos secundários mais próximos.

Iniciando apenas com a Primeira Série, o Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças funcionará provisoriamente, por um ano no máximo, em um edifício, antigo Seminário, adaptado especialmente ao fim ao qual se destina, visto estar em andamento a construção de um prédio mais próprio, consoante se pôde observar na planta de localização do estabelecimento.

ANEXO 2 – Carta-resposta, 2 dez. 1950

EX. MO. SR. DR. HAROLDO LISBÔA DA CUNHA
DIRETOR DO ENSINO SECUNDARIO

Senhor diretor

Atenciosas saudações

De accordo com o telegrama de EDSECUNDARIO de 27 de Novembro ultimo e nossa resposta 2.12.1950, vimos hoje para expor a V.S. o seguinte:

REGIMENTO INTERNO- Vai junto a nova copia baseada na Port. 195 de 13 de Maio de 1950.

PROFESSORA DE DESENHO- Apresentamos a Prof. Maria José de Oliveira, cujo registro nesse Departamento tem o nº 4291.

EXAMES DE ADMISSÃO- Com os alunos em vigilia preparatoria para 1ª. epoca, aguardamos as ordens dessa Diretoria e a indicação do Inspetor que deverá presidi-los.

CONSTRUÇÃO- Arrostando as vicissitudes do empreendimento de construir predio novo para melhor aproveitamento educacional de nossos alunos, vamos sofrendo a alta dos preços de ferro e cimento, a escassez deste ultimo, junto com este tempo de chuvas fartas nesta região, paralisando os serviços de caieiras e olaria, danificando as estradas deste interland, já de si tão precarias. Contamos, Senhor Diretor, com o devido conhecimento que V.S. possui destas realidades, para merecer de V.S. a inulgençia que a malicia dos tempos nos faz pedir a essa Diretoria, pelas faltas ou deficiencias que não compromettam, é certo, o valor basico do ensino, mas que somos forçados a apresentar no inicio novo de nossos velhos esforços pelo ensino na Terra Mineira deste Triangulo, onde os Missionarios de S. Vicente de Paulo, oriundos do Caraça, trabalham ha mais de cem anos.

De V.S.

servo agradecido e attento

R. F. B. Brejner, C.M.

Diretor do Ginasio e Sup. da Casa da Missão.

Campina Verde, 5 de Dezembro de 1950

ANEXO 3 – Regimento interno, 1950

REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO
DO
INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS .

* * * * *

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES.

Art. 1º - O GINÁSIO do INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, reminiscência do antigo e glorioso Colégio de Campo Belo do Prata, fundado e mantido na Cidade de CAMPINA VERDE, Estado de Minas Gerais, pelos Padres da Congregação da Missão de S. Vicente de Paulo, têm por fim precípua, ministrar á mocidade campinaverdense, a par de uma sólida formação religiosa, moral e cívica, um acurado Ensino Primário e Secundário, coadunado ás necessidades da época e dentro do plano geral estabelecido pelo Ministério de Educação e Saude, suas leis e regulamentos.

Art. 2º - Em sua organização interna, o Ginásio do Instituto reger-se-á pelo presente Regulamento.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

A.3º- O Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças, funcionando sob o regime de Externato Masculino e Feminino, e com o tempo, se as circunstâncias o permitirem, também de Internato em Departamentos distintos para ambos os sexos, manterá os seguintes cursos:

- A) - PRIMÁRIO
- B) - ADMISSÃO
- C) - SECUNDÁRIO

Oportunamente serão anexos ainda os cursos:

- D) - CLÁSSICO e CIENTÍFICO
- E) - TÉCNICO e ARTÍFICE

§ Único - Todos os Cursos ministrados estão sujeitos à seriação e aos programas oficiais, regendo-se em todos os seus aspetos pela legislação vigente.

Art. 4º - O Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças terá a seguinte organização administrativa: DIREÇÃO; CORPO ADMINISTRATIVO; CORPO DOCENTE; CORPO DISCENTE.

CAPÍTULO IIIDA DIREÇÃO

Art. 5º - A Administração geral do Ginásio estará a cargo de um Diretor que presidirá a todas as atividades escolares, ao trabalho dos Professores, às atividades da comunidade escolar com a vida exterior, velando afim de que se cumpram regularmente as determinações das autoridades competentes e as disposições do presente Regimento.

Art. 6º - O cargo de Diretor e Presidente do Conselho Escolar será exercido pelo Padre Superior da Casa da Congregação da Missão em Campina Verde ou então por um Padre expressamente nomeado para esse cargo pelo Superior Provincial da Congregação da Missão no Brasil.

Art. 7º - Compete ao Diretor:

1º- Cumprir e fazer observar as leis do ensino, as determinações das autoridades competentes, e as disposições deste Estatuto.

2º- Representar oficialmente o Ginásio do Instituto perante as Autoridades Federais, Estaduais e Municipais.

3º- Superintender os atos escolares que dizem respeito á Administração, ao ensino e á disciplina do Instituto.

4º- Corresponder-se com os poderes superiores do ensino em assuntos referentes aos estudos e ao Estabelecimento.

5º- Dar posse e exercício a todos os funcionários no Ginásio, na forma da lei.

6º- Nomear interinamente professores substitutos quando ocorrer vacância imprevista de alguma cadeira e pedir ás autoridades a homologação de seu ato.

7º- Admitir ou dispensar serventes diaristas ou mensa-
listas provisórios, segundo as instruções e a legislação vi-
gentes.

8º- Convocar o Conselho Escolar e a ãle presidir.

9º- Receber, informar e despachar petições e papeis, encaminhando-os ás autoridades do Ensino quando for o caso.

10º- Fixar datas e horários para exames, designando bancas examinadoras e promovendo sua realização nos termos da legislação em vigor.

11º- Conferir certificados e diplomas aos alunos que concluirem o curso.

12º- Aplicar penalidades disciplinares aos profes-
sores, alunos e funcionários do estabelecimento, segundo a le-
gislação em vigor e as disposições do presente Regimento.

13º- Apresentar, no fim do ano letivo, ao Diretor geral do Departamento da Educação, o relatório circunstanciado do movimento escolar e encaminhar, para a devida aprovação, no princípio do ano escolar, os horários organizados e o quadro da distribuição de todas as aulas do Estabelecimento.

14º -Tomar medidas e resoluções de caráter urgente ou não previstas neste Estatuto, sujeitando-as, se for o caso, á aprovação superior em tempo oportuno.

§ Único- Compete ao Assistente ou Vice-Diretor:

1º- Coadjuvar o Diretor na administração do Estabelecimento, nos trabalhos escolares e demais atos para os quais for convocado pelo Diretor.

2º- Substituir o Diretor em seus impedimentos.

CAPÍTULO IV

DO CORPO ADMINISTRATIVO

Art. 8º - O Corpo Administrativo do Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças será integrado pelos seguintes cargos principais: UM SECRETÁRIO; UM TESOUREIRO; UM AUXILIAR DA SECRETARIA; UM DISCIPLINÁRIO OU INSPETOR DE ALUNOS; PESSOAL DE SERVIÇO INTERNO.

TÍTULO I - SECRETARIA.

Art. 9º - A secretaria terá a seu cargo toda a escrituração, serviço de arquivo, fichário e correspondência oficial do Estabelecimento.

Art. 10º - Compete ao secretário:

1º - Organizar o serviço da secretaria de modo a concentrar nela toda a escrituração do estabelecimento.

2º - Compor o arquivo de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e de poder atender prontamente a qualquer pedido de informação.

3º - Redigir e submeter à assinatura do Diretor e expedir toda a correspondência oficial.

4º - Redigir e subscrever os editais de chamada para exames e matrículas, os quais serão publicados de ordem do Diretor.

5º - Fiscalizar o pagamento dos impostos e emolumentos a que estejam sujeitos títulos e papeis, para os submeter á assinatura do Diretor ou entrega-los ao interessado.

6º - Trazer em dia a coleção das leis, regulamentos, despachos e ordens de serviço do Departamento do Ensino Secundário.

7º - Escrever os livros, fichas e demais documentos referentes a notas e médias dos alunos, efetuando na época legal os cálculos de apuração do resultado.

8º - Lavrar e subscrever as atas e termos referentes a exames, provas e resultados de trabalhos escolares.

9º - Atender ás pessoas que tenham assunto a tratar na repartição.

10º - Superintender os trabalhos da Secretaria confiados aos auxiliares.

Art. 11º - Aos cuidados da Secretaria será confiado o arquivo do estabelecimento, constituído de:

1º- Documentação relativa aos educandos;

2º- Livros e modelos oficiais exigidos pela legislação federal, estadual e municipal;

3º- Documentário referente ao movimento económico e financeiro do Ginásio;

§ Único- Integrarão ainda o arquivo:

1º- Protocolo de entrada e saída de provas parciais;

2º- Diários de classe;

3º- Livro para lançamento do pagamento de contribuições dos alunos, com a respectiva caderneta de recibos.

4º- Livro de Visitantes;

5º- Livro de registro de penas mais graves impostas aos alunos.

Art. 12º- Aos auxiliares da Secretaria compete:

1º- Executar todos os serviços que lhes forem distribuídos.

2º- Substituir o Secretário em suas faltas ou impedimentos, por indicação do Diretor.

TITULO II - TESOURARIA

Art. 13º - A Tesouraria terá a seu cargo todo serviço de escrituração do movimento económico e financeiro do Ginásio.

Art. 14º - Compete ao Tesoureiro:

1º- Superintender e fiscalizar o serviço da Tesouraria;

2º- Escrever em partidas dobradas os livros contábeis;

3º- Corresponder-se com as autoridades do fisco federais, estaduais e municipais.

4º- Fiscalizar o pagamento de impostos e taxas a que estejam sujeitas as atividades do Estabelecimento.

5º- Escrever os livros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio referentes a professores e funcionários.

- 6º- Efetuar todos os pagamentos, ordenados pelo Diretor, arquivando os respectivos comprovantes.
- 7º- Receber toda e qualquer espécie de receita, havida pelo estabelecimento.

TÍTULO III - DISCIPLINÁRIO OU INSPETOR DOS ALUNOS

Art. 15º - Ao Disciplinário ou Inspetor dos alunos compete:

- 1º- Observar e fazer cumprir as determinações do Diretor e as exigências de uma salutar disciplina;
- 2º- Zelar pela boa ordem geral dos alunos dentro do Estabelecimento, presidindo a todos os movimentos gerais dos escolares;
- 3º- Prestar solícita assistência aos alunos em suas dificuldades, acidentes ou enfermidades, tratando a todos com moderação e delicadeza conforme exige a caridade cristã;
- 4º- Atender aos professores nas aulas relativamente ao material escolar ou outras necessidades de emergência;
- 5º- Levar ao conhecimento do Diretor os casos de infração grave da disciplina do Estabelecimento;
- 6º- Auxiliar o registro da frequência dos alunos e fiscalizar suas faltas ou atrasos para as aulas.

TÍTULO IV - PESSOAL DE SERVIÇO

Art. 16º - O Pessoal de serviço no Ginásio será em número determinado pelo Diretor e de acordo com as necessidades do Estabelecimento.

Art. 17º - Os funcionários administrativos estão sujeitos às seguintes penalidades aplicadas gradativamente:

ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO, DISPENSA.

§ 1º - Incorrerá nas penalidades desta artigo, o funcionário que:

- A)-Faltar ao devido respeito a seus superiores hierárquicos;
- B)- Demonstrar descaso ou incompetência para o serviço;
- C)-Dar motivo, promover ou insuflar agitações no estabelecimento;
- D)-Tornar-se incompatível, pelo procedimento, com as funções que exerce.

§2º-Serão dispensados do cargo os funcionários administrativos que faltarem ao serviço, sem licença prévia, quinze dias consecutivos ou trinta interpolados, dentro do ano letivo.

§ 3º-As penalidades serão impostas pelo diretor.

Art. 18º-Perderá remuneração diária o oficial administrativo quando faltar ao serviço sem justificação prévia.

§ Unico-Não serão descontados, no decurso de sete dias, as faltas por motivo de luto, em consequência do falecimento de cônjuge, pai, mãe ou filho.

TÍTULO V DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 19º-O conselho escolar, sob a presidência do diretor, será constituído;

A) - Somente de professores efetivos no exercício de ensino no estabelecimento;

B) - Estará legalmente constituído o conselho, comparecendo a maioria simples de professores efetivos;

Art. 20º-O conselho se reunirá obrigatoriamente em fevereiro ou no início do ano escolar; no mês de junho, e em novembro, fim do ano letivo; extraordinariamente, quando convocado pelo diretor.

Art. 21º -As normas diretivas do conselho dos professores adotadas nos estabelecimentos da Congregação servirão de orientação interna ao conselho escolar do Ginásio.

§ 1º -É da competência do conselho tomar conhecimento, discutir e deliberar em questões atinentes ao ensino e ao estabelecimento de educação.

§ 2º - As sessões serão secretariadas por um dos professores eleito, por seus pares na primeira sessão do ano letivo.

CAPÍTULO V

DO CORPO DOCENTE

Art. 22º- A constituição do corpo docente far-se-á nos termos do decreto nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946.

Art. 23º- Será assegurada remuneração condigna aos membros do corpo docente não pertencentes à Congregação, de acordo com as Portarias vigentes.

Art. 24º- Incumbe ao professor:

1º)- Reger com dedicação e interesse a sua cadeira, conforme o horário estabelecido;

2º)- Zelar pela disciplina, silêncio e trabalho em sua classe, como também pela disciplina geral do estabelecimento.

3º)- Verificar a presença dos alunos e marcar-lhes faltas no diário da classe;

4º)- Apresentar à Secretaria, até o quinto dia útil do mês seguinte, a lista de faltas e de notas do aproveitamento dos alunos;

5º)- Registrar no diário da classe a matéria lecionada e entregar na Secretaria, findo o mês, o registro das lições dadas;

6º)- Entregar na Secretaria, dentro de quinze dias, a contar da data de sua realização, as provas parciais de suas disciplinas, devidamente corrigidas e julgadas, assinando o livro de carga e descarga;

7º)- Escolher os livros didáticos até o fim do mês de janeiro e comunicar a sua escolha à direção do Estabelecimento, não podendo modificá-la, posteriormente, uma vez feita, no início do ano letivo.

8º)- Tomar parte nos trabalhos dos exames para os quais for designado;

9º)- Cumprir o programa estabelecido para a sua cadeira, preparando com antecedência, cada lição que for obrigado a dar;

10º)- Propor ao diretor a aquisição de livros para a Biblioteca e o material necessário à maior eficiência do ensino;

11º)- Tomar cuidado especial e constante na educação moral e cívica dos seus alunos;

12º)- Comparecer às solenidades promovidas pelo estabelecimento;

13º)- Recorber condignamente as autoridades;

14º)- Estar presente no Estabelecimento pelo menos cinco minutos antes de sua aula, só se retirando depois de finda a mesma;

15º)- Comunicar à direção qualquer anormalidade verificada durante sua aula;

16º)- Prevenir a diretoria, em tempo útil, das faltas a que seja forçado.

Art. 25º-Ao professor que faltar aos seus deveres, serão aplicadas as seguintes penalidades: ADVERTÊNCIA- EXONERAÇÃO.

Art. 26º-Incorrerá nas penalidades a que se refere o artigo precedente, o professor que:

1º)- Não desenvolver, convenientemente, em tempo oportuno e sem justa causa, o programa da disciplina de seu cargo, com evidente prejuízo para o ensino;

2º)- Deixar de comparecer, sem causa justificada, por mais de quinze dias consecutivos ou trinta interpolados;

3º)- Faltar com o devido respeito às autoridades, ao diretor, aos colegas e à própria dignidade do magistério;

4º)- Servir-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses da Pátria, da religião e da moral ou procurar insuflar nos alunos, clara ou disfarçadamente mau espírito contra a autoridade do estabelecimento ou tomar atitudes de indisciplina e agitação.

§ Único- O Professor que incorrer em uma das faltas estipuladas nos itens acima, ficará sujeito a advertência pelo diretor, e na reincidência será exonerado do corpo docente, com rescisão do contrato do trabalho, respeitados os dispositivos legais que regulam a matéria.

Art. 27º- É vedado ao professor:

1º)- Dar conhecimento aos alunos das listas de pontos organizados para o exame;

2º)- Fumar em aula ou na regência de sua classe;

3º)- Aplicar penalidades aos alunos exceto as advertências e admoestações;

4º)- Ditar lições constantes de compêndios ou de notas relativas aos pontos dos programas escolares, bem como fazer as simples leituras do texto de compêndios;

Art. 28º- O professor estará sujeito a desconto nos vencimentos correspondentes ao número de aulas a que faltar sem motivo justo;

§ Único- Não serão descontadas as faltas motivadas por luto em consequência do falecimento de cônjuge, pai, mãe ou filho;

CAPÍTULO VI

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Art. 29º- Compete ao orientador educacional:

1º)- Organizar o fichário dos alunos do estabelecimento;

2º)- Pesquisar as causas de insucesso dos alunos nos seus estudos, anotando os dados que puder recolher em visitas domiciliares às famílias ou em entendimentos com os respectivos professores;

3º)- Auxiliar os alunos a conhecer as oportunidades de educação, da própria cidade, do Estado e do país;

4º)- Levar os alunos a conhecer as diversas profissões e a compreender os problemas do trabalho, de forma que possam preparar-se para a vida na Comunidade;

5º)- Cooperar com os professores no sentido da boa execução dos trabalhos escolares e com o diretor em sua orientação administrativa;

6º)- Zelar para que o estudo, a recreação, e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica;

7º)- Colaborar no preparo das comemorações cívicas e solenidades da escola, como parte integrante do processo educativo geral;

8º)- Realizar palestras e promover reuniões de estudo em classe, principalmente na falta dos professores.

CAPÍTULO VIIDO CORPO DISCENTE

Art. 30º-O corpo discente será constituído de todos os alunos regularmente matriculados no Estabelecimento.

Art. 31º-Todo aluno do Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças, procurando conformar com os preceitos gerais da boa educação, os seus atos e atitudes, gestos e palavras, terá como deveres indispensáveis à sua formação:

1º)- Acatar a autoridade do diretor, professores e outros oficiais do estabelecimento, tratando-os a todos com deferência, respeito e urbanidade;

2º)- Tratar a cada um de seus colegas com atenciosa polidês e caridade cristã, inspiradas pela mesma fé e sentimentos de fraterna amizade;

3º)- Apresentar-se às aulas sempre bem trajado, e com o seu uniforme do dia, de acôrdo com as determinações do diretor ou do disciplinário;

4º)- Possuir todo o material escolar necessário e trazer em ordem e asseio os seus objetos e livros, bem como os cadernos dos exercícios gráficos;

5º)- Ser assíduo aos trabalhos e exercícios escolares, à preparação das lições marcadas, bem como a indispensável atenção ao desenvolvimento das diversas disciplinas nas aulas;

6º)- Estar pronto para entrar em silêncio nas aulas, logo após o respectivo sinal;

7º)- Ocupar sempre na classe o lugar que lhe for designado, ficando responsável pela conservação da carteira, nas condições que a encontrar;

8º)- Entregar-se, em classe, ao objeto próprio do estudo marcado no horário;

9º)- Levantar-se à entrada ou saída do professor, diretor ou outra autoridade de ensino ou visita;

10º)- Apresentar-se à secretaria, sempre que chegar ao estabelecimento, depois de iniciados os trabalhos de sua classe, ou dela pretender sair antes de terminadas as aulas;

11º)- Portar-se quer nos recreios, do edifício escolar, quer fora do estabelecimento, com moderação e dignidade, segundo os preceitos de uma boa educação e as exigências do decôro social;

12º)- Assistir, obrigatoriamente, incorporados à Comunidade dos alunos, às comemorações cívicas realizadas pelo estabelecimento;

13º)- Respeitar as proibições expressas neste regulamento;

Art. 32º-Aos alunos é expressamente proibido:

- 1º)- Faltar ao respeito e deferência devidos à autoridade do diretor, dos professores e outros oficiais ou mesmo aos simples visitantes;
- 2º)- Ter consigo ou emprestar livros impressos, gravuras ou escritos imorais, ímpios e gravemente prejudiciais à formação intelectual e moral;
- 3º)- Perturbar de qualquer modo o socêgo e o silêncio das aulas;
- 4º)- Entrar na classe fora das horas ou dela sair sem permissão do professor;
- 5º)- Ocupar na classe um lugar que não tenha sido designado;
- 6º)- Utilizar-se de livros ou de outros objetos alheios, sem o consentimento dos respectivos donos;
- 7º)- Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas escritas, orais ou práticas (colas);
- 8º)- Danificar qualquer parte do edifício, carteiras e outros móveis; estragar ou desviar instalações materiais ou objetos destinados ao uso comum ou particular;
- 9º)- Organizar, dentro ou fora do estabelecimento, servindo-se do nome do Instituto, rifas, coletas ou subscrições, qualquer que seja o seu fim, bem como tomar parte nelas sem a licença expressa do diretor;
- 10º)- Promover manifestações coletivas, ou nelas tomar parte, sem a orientação e permissão expressas da direção do estabelecimento;
- 11º)- Entrar e permanecer dentro do estabelecimento fora das horas do trabalho escolar, sem licença expressa da autoridade;
- 12º)- Fumar, jogar, ou usar bebidas clandestinamente introduzidas no Estabelecimento;
- 13º)- Trazer consigo armas, ou quaisquer objetos perigosos, como também bebidas e drogas nocivas à saúde;
- 14º)- Impedir a entrada de colegas para as aulas, ou concitá-los à ausências coletivas (paredes)
- 15º)- Tomar parte com outros alunos do estabelecimento em manifestações ofensivas a Instituições ou pessoas determinadas;
- 16º)- Praticar dentro ou fora do estabelecimento atos ofensivos à moral e aos bons costumes;
- 17º)- Criticar a prática da religião e os seus atos; influenciar, por palavras ou exemplos o desprestígio dos sagrados deveres para com Deus, para com a Pátria e para com a autoridade em geral;

Art. 33º- Pelo não cumprimento dos deveres ou pelo desrespeito às determinações expressas no artigo anterior, serão os alunos passíveis das seguintes penas:

- A)- Admoestação simples em aula, pelo professor;
- B)- Repreensão reservada, oral ou escrita, pelo diretor;
- C)- Exclusão da aula, ordenada pelo professor;
- D)- Suspensão até oito dias;
- E)- Exclusão definitiva da matrícula;

§ 1º- A pena de admoestação e a exclusão da classe, serão aplicadas pelo professor, que comunicará o fato ao diretor;

§ 2º- A pena de repreensão será aplicada pelo diretor, quando não surtir efeito a ação do professor;

§ 3º- A pena de suspensão será aplicada pelo diretor por prazo, conforme a gravidade da falta e acarretará a perda do direito a qualquer ato escolar durante este prazo;

§ 4º- A pena da exclusão definitiva da matrícula será aplicada pelo diretor, mediante processo que mandará abrir e a êle presidirá;

§ 5º- No caso no nº8º das vedações, o aluno reparará o mais breve possível o dano causado, sem prejuízo de outra penalidade que lhe couber;

Art. 34º- O processo disciplinar de que trata o parágrafo 4º do artigo anterior, será instaurado por dois professores designados pelo diretor, e sendo o aluno menor, deverá ser assistido pelo pai, ou pelo responsável legal;

Art. 35º- Além das penalidades previstas no artigo 33º- o diretor do estabelecimento poderá expedir, compulsoriamente, a guia de transferência do aluno que for manifestamente incorrigível ou cometer falta grave de ofensa ou agressão a um professor ou funcionário do estabelecimento;

Art. 36º- A pena imposta mediante processo cabe ao interessado o recurso às autoridades federais de ensino;

Art. 37º- Das penalidades mais graves impostas aos alunos, será dada ciência ao inspetor federal do estabelecimento;

CAPÍTULO VIII

DA VIDA ESCOLAR

Art. 38º- Os processos de admissão e matrícula, bem como o regime escolar, exames, promoções, conclusões de curso, férias, horários, etc., obedecem na íntegra, às leis e regulamentos federais;

Art. 39º- Não se aceitarão transferências de alunos excluídos de outros estabelecimentos, ou que, diante de sérias informações e a juízo da diretoria, sejam de qualquer modo prejudiciais aos estudos

ao ambiente escolar e à disciplina geral do estabelecimento;

Art. 40º-O horário escolar será organizado pelo diretor, antes da abertura dos cursos, obedecendo à Portaria sobre o assunto em vigor;

§ Único- Na organização do horário, o diretor terá em vista os altos interesses do ensino, devendo evitar quanto possível que os professores fiquem com intervalos prolongados entre as aulas, e que os alunos tenham horário prejudicial à saúde, notadamente quando se tratar de exercícios físicos;

Art. 41º-Oportunamente, com a devida antecedência, o diretor mandará fixar na Portaria, editais de chamada dos interessados para a inscrição aos exames de admissão e matrícula; tais editais serão publicados, sempre que possível, na imprensa local e deles constarão as indicações que orientam os candidatos;

Art. 42º-Encerradas, em época legal, as inscrições aos exames de admissão, assim como classificações os candidatos, as listas respectivas serão publicadas na Portaria;

Art. 43º-Na primeira série serão matriculados os aprovados nos exames de admissão, na ordem decrescente dos pontos obtidos e dentro do número de vagas existentes, respeitada a preferência para os repetentes;

Art. 44º-A entrada tardia em classe só será permitida se nisso consentir o respectivo professor e dentro dos dez primeiros minutos de aula;

Art. 45º- Na realização de trabalhos escritos ou gráficos, para notas mensais, poderá o professor determinar que o aluno tendo entregue o trabalho, se retire da classe antes de finda a aula;

Art. 46º- Em caso de faltas coletivas dos alunos, o professor declarará no diário da classe, a matéria que neste dia seria esplanada, a qual se será tida como explicada;

Art. 47º-O horário para os exames será fixado com antecedência na sala dos professores e no lugar de avisos, reservado para os alunos;

Art. 48º- Mensalmente serão enviados aos pais dos alunos, boletins com notas de aplicação, exames, faltas às aulas, entradas tardias, penalidades e outros esclarecimentos a respeito da conduta do estudante;

§ Único- Para os fins do presente artigo o estabelecimento adotará uma caderneta escolar, destinada:

- 1º)-À anotação diária da presença do aluno;
- 2º)-Ao registro das notas mensais de exercícios e aplicações;
- 3º)-Ao lançamento do resultado das provas parciais e final;
- 4º)-À notificação das infrações disciplinares e de faltas de cumprimento das obrigações escolares;

Art. 49º-Os pedidos de retirada antecipada, salvo caso de enfermagem, somente serão atendidos quando solicitados pelos pais ou responsáveis, mediante anotação na caderneta escolar do educando;

CAPÍTULO IX

DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 50º-Visando o Instituto o bem intelectual e moral de seus alunos, de preferência a qualquer outro fim lucrativo, fixará pela direção do estabelecimento, depois de julgadas e aprovadas pela Diretoria do Ensino Secundário, as anuidades ou contribuições com as quais os alunos lhe ajudarão a manter um modelar corpo docente e a ampliar, paulatinamente, as instalações que beneficiarão os próprios escolares;

§ 1º-Dos alunos não se cobrarão jotas nem taxas que estejam em desacôrdo com as leis vigentes;

§ 2º-As contribuições serão pagas adeantadamente, ou no princípio de cada semestre até o 15º dia (de um a quinze de março e de um a quinze de agosto); ou preferivelmente no início dos meses de março, maio, agosto e outubro;

§ 3º-Conceder-se-ão descontos de dez, quinze e vinte por cento ao segundo, terceiro e quarto, no caso de dois ou mais irmãos matriculados juntamente no curso secundário, e gratuidade para os demais;

§ 4º-Poderá a direção do ginásio, de conformidade com o parágrafo 1º-, e respeitado o parágrafo 2º-, do artigo 15º, da Portaria Ministerial nº 193 de 13 de maio de 1950, impedir ou cancelar a matrícula ao aluno que, sem justificação razoável, estiver em falta com as contribuições anuais por espaço maior de um ano;

§ 5º-No caso de transferência excepcional ou cancelamento de matrícula, ficará o aluno obrigado a pagar apenas a contribuição do mês em curso em que se realizar esta transferência ou cancelamento;

Art. 51º- O Ginásio do Instituto Nossa Senhora das Graças reservará, anualmente, matrículas gratuitas, ou de contribuição reduzida para estudantes verdadeiramente necessitados, a juízo da diretoria, ou indicados pelo Ministério da Educação e Saúde;

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52º-A data de aniversário de inauguração ou instalação oficial do Estabelecimento, será festivamente comemorada como o

"dia do Ginásio do Instituto;"

Art. 53º-O dia 15 de outubro, "dia do Professor", será condignamente celebrado com programas de festejos sob a presidência do Diretor ou de pessoa por êle designada;

Art. 54º-O horário para os exames será afixado com pelo menos 48 horas de antecedência, em lugar franqueado aos alunos e na sala dos professores;

Art. 55º-Na organização das bancas examinadoras no período de férias, o diretor terá cuidado em que cada professor tenha durante êste período, pelo menos trinta dias de descanso;

Art. 56º-Nenhum documento poderá ser retirado do arquivo; em casos excepcionais, permitir-se-á a substituição de certidão de nascimento, por foto cópia, conveniente selada e autenticada, no Cartório e nunca por peças intituladas pública forma;

Art. 57º-A biblioteca do estabelecimento será fonte de consultas para os professores e centro de orientação e de leitura aos alunos e ex-alunos;

Art. 58º-No ato da admissão ou matrícula no estabelecimento, deverá o professor, ou funcionário, ou responsável pelo estudante, declarar por escrito, estar de acôrdo com todas as cláusulas do presente regimento, de conformidade com as determinações da legislação em vigor;

Art. 59º-O presente regimento tem valor de contrato entre as partes interessadas;

Art. 60º-Êste Regimento poderá ser modificado quando houver conveniência para o ensino e para a administração e sempre que venha a colidir com a legislação vigente, submetendo-se às alterações, à aprovação das autoridades a que estiverem submetidos os diversos cursos do estabelecimento.

Campina Verde, 5 de Dezembro de 1950

Petroaueico Semfical Seiner, C.M.

*Diretor de finanças do Instituto n.º 1 de Fracção
de Campina Verde - Minas Gerais*

Visita de Maio de 1970.

Para tomar conhecimento mais aprofundado do trabalho e dificuldades da Comunidade de Campina Verde, em vista à próxima Assembleia Provincial Extraordinária, aqui cheguei dia 21 de maio à tarde, para fazer a primeira visita dentro a Casa.

Aqui encontrei as seguintes coirmãos: P.^o Luis Gonzaga de Oliveira Superior da Comunidade e Diretor do Colégio; P.^o Francisco Breiner administrador das fazendas de Campina Verde e Sta. Vitória; P.^o Felix Cruz, Secretário do Colégio; P.^o Wilson Geoni, Assistente; P.^o José Carlos Melo, Pároco; P.^o José Luis, Economista da Casa e Tesoureiro do Colégio. Além destes, P.^o Guido Beanta, encarregado de Morfolimbo; e P.^o Estanislau Adamczyk, encarregado de Itapagipe.

Os coirmãos trabalham nos vários setores da Comunidade, com dedicação e harmonia, num esforço de trabalho e vida comunitária, apesar das falhas e limitações humanas.

No Ginásio e Escola Normal, coadjuvados pelas nossas Irmãs e professores leigos, os nossos coirmãos realizam belo trabalho de promoção e formação. Cerca de 80 alunos estudam gratuitamente, e muitos outros têm anuidades reduzidas, sendo que a maior parte paga integralmente a anuidade total que é no entanto apenas de Cr\$ 200,00. Daí provém que é precária a situação financeira do Colégio. Apesar de tudo, ainda se conseguem fazer várias benfeitorias no Colégio, e

se está agora em vias de construir uma praça de esportes. Para atenuar essa situação crítica é preciso cortar gradualmente os privilégios de que gozam pessoas abastadas, ao matricularem mais de um filho no Colégio. Recebam-se porém gratuitamente ou com reduções os alunos cujas famílias são necessitadas. Quanto aos demais, paguem integralmente para todos os seus filhos. Igualmente é necessário promover reuniões com os pais dos alunos para complemento de formação e explicação da situação do Colégio. Muito facilitará tais tarefas a distribuição de informações em boletins aos Pais. Também se deve redigir o Estatuto do Colégio, para que os Pais conheçam bem as condições de admissão e formação de seus filhos. Quanto à dificuldade por que passa o Colégio em relação a Professores, o Conselho Provincial examinará a possibilidade de enviar em 1971 o Sr. P. Silvio Batista. Na Secretaria do Colégio, devido ao acréscimo de trabalho, deve-se admitir algum auxiliar: uma irmã ou um leigo.

Quanto à Paróquia, o novo Pároco - Sr. José Carlos Mello - vai trabalhando intensamente no atendimento do povo e sobretudo, em esforços de reorganizar e atualizar a Paróquia. Já formou a Equipe de Liturgia, está organizando a Catequese e já tem o projeto de constituir o Conselho Paroquial. Três problemas urgentes: 1- necessidade de um coadjutor; 2- necessidade de um carro para a Paróquia e a Comunidade; 3- inexistência de Sala Paroquial. Quanto aos primeiros, vamos esforçar-nos por atender no mês de julho; quanto ao segundo, ficam o Diretor do Colégio e o Pároco autorizados a promover a compra do carro; quanto ao Sala Paroquial se também...

se está agora em vias de construir uma praça de esportes. Para atenuar essa situação crítica é preciso cortar gradualmente os privilégios de que gozam pessoas abastadas, ao matricularem mais de um filho no Colégio. Recebam-se porém gratuitamente ou com reduções os alunos cujas famílias são necessitadas. Quanto aos demais, paguem igualmente para todos os seus filhos. Igualmente é necessário promover reuniões com os pais dos alunos para complemento de formação e explicação da situação do Colégio. Muito facilitará tais tarefas a distribuição de informações em boletins aos Pais. Também se deve redigir o Estatuto do Colégio, para que os Pais conheçam bem as condições de admissão e formação de seus filhos. Quanto à dificuldade por que passa o Colégio em relação a Professores, o Conselho Provincial examinará a possibilidade de enviar em 1971 o Sr. Silvio Batista. Na Secretaria do Colégio, devido ao acréscimo de trabalho, deve-se admitir algum auxiliar: uma irmã ou um leigo.

Quanto à Paróquia, o novo pároco - Sr. José Carlos Mello - vai trabalhando intensamente no atendimento do povo e, sobretudo, no esforço de reorganizar e atualizar a Paróquia. Já formou a Equipe de Missões, está organizando a Catequese e já tem o projeto de constituir o Conselho Paroquial. Três problemas urgentes: 1- necessidade de um coadjutor; 2- necessidade de um carro para a Paróquia e a Comunidade; 3- inexistência de Salão Paroquial. Quanto ao primeiro, vamos esforçar-nos por atender no mês de julho; quanto ao segundo, ficam o Diretor do Colégio e o Pároco autorizados a promover a compra do carro; quanto ao Salão Paroquial que também serviria para as festas e reuniões,

família e o espírito de coresponsabilidade, e que tudo se ponha em comum e em comum também se resolva tudo. Peço também ao Superior que convoque antecipadamente os côrregos de Itapagipe e Iloridinha para as Reuniões comunitárias; e a eles peço que atendam prontamente, pois precisamos estreitar nossos laços comunitários.

Antes de ~~terminar~~ terminar, exorto os côrregos a viverem num verdadeiro espírito de família, em coresponsabilidade e fraternidade, bem como tenham em seu pensamento e agir um agudo sentido comunitário que os faça sacrificar vossos modos de ver e proceder em benefício da Comunidade. Precisamos de vos unir e adaptar seriamente neste momento em que procuramos reorganizar e adaptar a Província às necessidades da Igreja e dos sinais do tempo. Que nenhum de nós portanto seja entorpecido ou dificulte essa renovação, mas que haja boa vontade e disponibilidade para tudo o que é bom, conforme recomendava S. Paulo.

Peço aos côrregos estudarem comunitariamente o material preparatório à Assembleia Provincial Extraordinária, bem como comparecerem em maior número possível à dita Assembleia. Recomendo-lhes igualmente interessarem-se vivamente por arranjar os bons vocais.

Terminando, agradeço aos côrregos a boa vontade, fraternidade, espírito de simplicidade e diálogo com que me acolheram e em que se entretiveram comigo. De novo me reafirmo de todos o meu carinho a seu inteiro serviço e digo,

P.º José Elias Uchoa, C.M.
Visitador Provincial.

Campina Verde, 25 de Maio de 1970.

ANEXO 5 – Deferimento para autorização do curso noturno

1964

Ginásio do Instituto de N. Sra. das Graças

CONGREGAÇÃO DA MISSÃO (LAZARISTAS)

CAIXA POSTAL, 21 — CAMPINA VERDE — MINAS GERAIS

29/7/64

Ao Exmo. Sr. Inspetor Seccional do Ensino Secundário
Do Diretor do Ginásio do I. de N.S. das Graças
Assunto: Pede extensão de Curso.

Excelentíssimo Senhor Inspetor Seccional

Diante do melhoramento introduzido nesta cidade de Campina Verde com a instalação definitiva do serviço de força e luz e também no desejo de prestar novos benefícios à mocidade laboriosa desta terra, o Diretor deste Ginásio do I. de N.S. das Graças, vem pedir respeitosamente a V. Excia. a necessária autorização para estender, a começar do mês de Março de 1965, o funcionamento deste Ginásio também para o Curso Noturno; o horário previsto em que deverá funcionar o Curso Noturno será desde as 18 horas e 30 minutos até as 21 h 30 ou 22 h no máximo, uma vez que a totalidade de seus alunos possui residência dentro da mesma cidade.

Nestes termos
Espera deferimento

Campina Verde, 30 de Julho de 1964.

Walter Stenat
DIRETOR DO GINÁSIO

ANEXO 6 – Ata de visita do dia 14 de junho de 1972

Visita de Junho de 1972.
(14-21)

A presente visita à Casa de Campina Verde foi oficialmente aberta às 16 horas do dia 14 de junho, com a presença e participação dos seguintes irmãos: P.^o João Carlos Saraiva, Superintendente da Comunidade e Diretor do Colégio; P.^o Filipe Buiner, Administrador das Fazendas de Campina Verde e de Santa Vitória; P.^o Felix Orzuet, Secretário do Colégio; P.^o José Moacir Alves, Econômico da Casa, e Coadjuutor da Pacóquia; Luís Rodrigues ~~de Almeida~~, Professor; P.^o José Guido Beanta, carregador da Capela de Morfolândia; P.^o José Carlos Melo, Pároco; José Lino de Araújo, Professor; Amador Paulo Afonso Ferreira.

Comigo vieram a Campina Verde o Sr. P.^o Alfeu Cecílio Ferreira, Econômico Provincial, e o Sr. Ulirajara Cleofas Cortador da Província, a fim de procedermos aqui à instalação da nova forma de Administração Provincial, organizada pela firma Assessor Ltda, de S. Paulo, para todas as novas Casas.

Depois de explicar a finalidade e as modalidades da presente visita, passei a palavra ao Sr. P.^o Alfeu que explicou extensamente à Comunidade as normas da nova forma de Administração, descrevendo ele, posteriormente, por meio de um trabalho de "implantação" com o Econômico da Casa e o Administrador das Fazendas.

Depois das entrevistas pessoais com os irmãos e de reuniões com a Comunidade e grupos de trabalho, chegaram seguintes conclusões:

1) - Situação da Comunidade:

a - Aspecto espiritual-comunitário - adiante em vigor na Casa as seguintes práticas de vida espiritual:

- 1) - Orações da manhã, às 6-6,30 hs.
- 2) - Completas após o jantar.
- 3) - Reunião mensal de revisão e planejamento.

A dificuldade maior se encontra em relação à oração

maneira, a que a maior parte da comunidade, por motivos vários, não pode comparecer. Tal situação não é normal. Por isso, na próxima Reunião Mensal, estude-se a possibilidade de outro horário para essa Reunião. Se isso não for possível, faça-se pelo menos uma Reunião Comunitária por ocasião da Reunião Mensal que teria então uma duração maior.

Chamo também a atenção dos irmãos para a obrigação e a necessidade do Retiro Anual a ser feito ou de modo tradicional ou nos Retiros Intercomunitários da Província.

Quanto ao mais, tudo parece transcorrer normalmente, pois há bastante união fraterna e harmonia entre os irmãos que se dedicam afanosamente aos seus trabalhos.

b) - Aspecto administrativo - Acha-se a Casa em certa dificuldade por causa de dois fatores principalmente: 1 - A situação do Colégio Estadual ainda não foi devidamente acertada, pois - além de a Prefeitura Municipal ainda não ter pago do aluguel do prédio - também o Estado não está pagando o Diretor, o Secretário e os auxiliares que trabalham no Colégio. Nesse particular é preciso continuar os esforços para regularização total da situação. 2 - A Paróquia é ~~extremamente~~ deficitária... É preciso que o Pároco procure urgentemente um meio de remediar a essa situação irreal, visto que não devemos trabalhar totalmente de graça para quem não precisa.

Eliminando-se esses dois fatores deficitários, a Casa será amplamente auto-suficiente e poderá ainda, no futuro, contribuir um pouco para as demais obras da Província. Nesta oportunidade faço então um apelo aos irmãos, para que defendam mais cerinbosamente os interesses e direitos da Congregação.

2) - Situação do Colégio:

Apesar das dificuldades financeiras acima apontadas o Colégio continua em honra trabalhando e contando atual

mente com 1.071 alunos, em 4 coirmões, coordenados por 26 professores leigos e "Irmãs de Caridade". A deficiência no ensino de Religiões começa felizmente a ser sanada, mas para complementação da formação dos alunos levem-se a efeito reuniões com os pais dos alunos, desejo esse já expresso na última visita, e também agora aspiração dos Professores. Recomendo que todos colaborem em manter a boa disciplina no Colégio, um tanto abalada pelas circunstâncias em que se processou a mudança de direção.

3)- Situação da Paróquia:

Continua a Paróquia a crescer cada vez mais, espiritualmente, com a organização e funcionamento das equipes de Liturgia e Catequese e com os movimentos de "Cursillistas" e "Telecistas", e com os Cursos de Batizados e de Noivos, etc. Parece que a Paróquia nunca esteve tão bem como agora. Ojalá continue sempre assim e cresça ainda mais, se possível. Falta porém, conforme ficou acima dito, incrementar a parte material e financeira, para que a Paróquia seja, pelo menos, auto-suficiente. Mas já se acham os planos do Pároco empenhar-se brevemente neste ponto. Muito nos alegramos com a utilização da nossa Casa para Cursos de "T.L.C." e de "Cursillos". Dá-se deste modo a ela uma finalidade apostólica e pastoral mais ampla. Nesse particular porém peço duas coisas: 1)- que a Comunidade e os coirmões não sejam perturbados e impedidos em seu normal funcionamento; 2)- que a Casa seja devidamente remunerada por sua utilização e despesas. Com jeito e boa vontade e espírito de colaboração tudo se arranjará do melhor modo, e teremos a oportunidade e o prazer de colaborar para mais esta obra pastoral da Igreja.

4)- Situação das Fazendas:

Com o P^{re} Breiner, o P^{re} Alfes e eu percorremos a maior parte das Fazendas de Santa Vitória e Ca

pinha Verde, e constatamos o trabalho abriefado ai descrito
obtido pelo Sr. Bremer. Conforme porém é mesmo um expli-
con e também nos verificamos "de visu", as fazendas pre-
cisam de investimentos urgentes, para serem recuperadas
e serem capazes de dar maior rentabilidade. Para isso se está
estudando uma fórmula que seria ou um financiamento
a longo prazo, como p.ex. o fornecido pelo "Cordepe", ou então
a aplicação total das rendas das próprias Fazendas.

— Além de Mogyliúbo, visitamos também as Residên-
cias de Santa Vitória e Itapagipe, adidas a esta Casa. Em
ambas foi feita também a implantação da nova Adminis-
tração Provincial. A Capela de Itapagipe manifesta o
desejo de transformar-se em Paróquia, tendo como terri-
tório o município de Itapagipe, e parece reunir con-
dições para isso. É um caso a se estudar com o Sr. Decidido

Recomendo aos côrregos tomarem conhecimento e se
dispoem a observar os novos Estatutos Civis da Provincia, de que
brevemente cada qual receberá um exemplar.

Pelo igualmente aos côrregos interessarem-se vivamen-
pela obra das Vocações Lazaristas, não só arranjando-las locais
para Pade e Sussos, como também obtendo subsídios para
a O.V.L., recentemente revigorada sob a direção do Sr.
Antônio Mourão, a quem devem enviar os auxílios que
conseguirem.

As finais desta Visita declaro implantada a
forma de Administração Provincial nesta Casa, nas duas
residências supra mencionadas e nas fazendas, devendo
começar a funcionar oficialmente a 1 de Julho próximo.
Pelo sobretudo aos respectivos encarregados que ponham
fielmente em prática as instruções e normas que lhe
foram longamente expostas pelo Governador Provincial
pelo Contador da Provincia, a fim de que não venha a
frustrar-se a decisão da Assembléa Provincial de 1970

esse respeito (cf. Ass. Prov. 1970, n. 19, pg. 26).

Por último rogo a todos os irmãos continuem empenhados no seu labor apostólico e formativo que tanto bem produz nesta vasta região, não se esquecendo porém de cuidar sempre e em primeiro lugar da própria santificação, conforme nos recomendam as nossas Constituições.

Agradeço a todos os irmãos a cordialidade com que nos acolheram, a boa vontade com que aceitaram a implantação da nova Administração Provincial, e o clima de fraternidade, simplicidade e colaboração em que decorreu esta Visita. Faço votos de que nossa vida comunitária e nossas obras aqui prosperem cada vez mais. Como ajuda para isso, peço ao Superior que esta Ata da Visita seja lida no começo de cada semestre, durante a Reunião Mensal, a fim de se verificar se estão sendo levadas a efeito as conclusões aqui consignadas.

Pediendo agora a S. Vicente o abençoar a todos em suas vidas e trabalhos, reafirmo-me de todos e cada um o melhor irmão ao inteiro serviço e dispor de todos.

P.^{re} José Elias Leães, C.M.
Visitador Provincial.

Campina Verde, 21 de Junho de 1972

ANEXO 7 – Ata de assembleia doméstica da Casa de Campina Verde

Ata da 2ª Assembleia Doméstica da Casa de Campina Verde – 15 de maio de 1979

Ata da 2ª Assembleia Doméstica da Casa de Campina Verde 15/5/1979

Marcada a reunião para as 15 horas do dia 15/5/1979, a ela compareceram os irmãos, com exceção do Sr. Guido, em visita aos seus familiares, em Curitiba, e do Sr. Breiner, por razões inerentes ao seu ofício de Administrador dos bens da Comunidade, em nossa casa.

Iniciamos o trabalho logo após a oração de abertura.

Os dois pontos principais constituíram a pauta dos assuntos: Procurador da Casa e Assistente.

* Procurador - Os irmãos acharam de grande conveniência, dadas as circunstâncias atuais de nossa casa, que o Diretor continue com o Econômato, desde que não haja incompatibilidade com o seu cargo de Superior da casa.

* Assistente - Não foi preciso votação secreta. O voto oral unânime dos irmãos

2

recaiu sobre a pessoa do Sr. Félix que, em espírito de dedicação e de corresponsabilidade, aceitou mais em cargo de serviço à comunidade.

I Em seguida, o Diretor leu a convocação do Sr. Visitador para a Mini-Assembleia a se realizar em nossa casa nos dias 25-26-27 e 28 de junho.

* Falou-se na preparação do material conveniente para as reuniões e como organizar um roteiro sobre o ponto assinalado na carta-convocação.

Achamos oportuno levantar o problema da construção do resto da casa ou, pelo menos, da composição decente da frente de nossa casa, ligando-a ao Colégio.

Quanto ao nosso Colégio, julgamos que se estude o problema com calma, sem precipitação e com muita objetividade.

Quais serão os motivos válidos e as razões fortes para o fechamento do Colégio, talvez, (não entendi bem) em vista de uma futura escola apostólica ou seminário regional?

Foi levantada uma questão de seguinte teor até que ponto e em que sentido os laicos poderiam participar de nossa assembleia?

a) É de nosso interesse que eles participem no que lhes interessa mais de perto, sob diversas formas, sobretudo em se tratando de uma questão de âmbito educacional, como o caso de nosso Colégio.

b) Em se tratando de reuniões da Congregação, de regime interno, não se justifica sua presença. No caso de solicitações de repercussão na comunidade local, serão oportunamente comunicadas.

II O Diretor suscitou o problema da prestação de contas, de viabilidade de difi-

Ficou resolvido que o livro das contas da casa ficaria na mesa de nosso recreio, um dia inteiro, para serem vistas e examinadas pelos carimões.

Falou-se também do direito que assiste aos carimões de estarem ao par da administração geral da casa e do levantamento do nosso patrimônio local

Ainda sobre a Mini-Assembleia, achamos um tanto vago dizer: Que a comunidade prepare.

Que haja um questionário para os diversos setores apontados: Pastoral vocacional, Sacramentos, Mensas, Colegios, etc. e informem o conteúdo.

Por que a Província com a sua Assessoria especializada, não nos indicassem os tópicos especiais, não nos enviassem, pelo menos, alguns delineamentos de seus planos para a nossa Assembleia?

Sensamos também em outras reuniões até à data prevista. Achamos, por fim, não ser necessário. Não ficou programada outra reunião da Comunidade.

Centro Vocacional - Este encontro foi marcado para os dias 24-25 e 26 de Maio, em nossa casa.

O Sr. P. Jones ficou encarregado de fazer uma programação. Foram convidados, além do Sr. Luro, os Srs. P. Dehortali e Sebastião Carvalho. Haverá, também, uma conferência especializada sobre vocação

ao estado religioso.

Considerados estes assuntos, apontaram-se alguns pontos de interesse do nosso Colégio.

1) O Diretor falou-nos da necessidade de um Grêmio no Colégio. É exigência do Ministério. Como fazer? Como organizar? Organiza-se ou não? De que modo?

Explicou-nos os vários departamentos do Grêmio. Acordo unânime.

Para isso, convocar-se à uma reunião dos professores da manhã e da noite.

Ficou marcada para o dia 22, no dois turnos.

2) Realizar-se-á a Exposição em Campina Verde, cuja abertura será no dia 11 de junho.

É de grande interesse e de grande alcance para a nossa Comunidade local. O que se pode fazer quanto ao Salinário Escalar para a participação dos alunos?

xxx

Foram lembrados ainda 2 pontos de ordem disciplinar.

1) Acesso ao telefone pelos alunos, após o

ANEXO 8 – Ata de visita, 27 nov.

fique a prática do diálogo sincero e da corresponsabilidade, pon-
do tudo em comum e tudo se resolvendo também em comum.
Deixemos de lado as nossas susceptibilidades, e procuremos colocar ge-
nerosamente as nossas qualidades e aptidões a serviço do Reino de Deus,
mesmo que a nossa opinião particular não seja aceita.

Para facilitar um maior entusiasmo na Casa, para comple-
mentá-la e até dependê-la de incursões por vezes predatórias... constua-
se, o mais brevemente possível, a fachada da Casa, e providencie-se o
cedimento da parte que vai da Casa até ao Solidário, de acordo
com plano pre-estabelecido.

2 - Nossas atividades:

Passando em revista os nossos principais setores de trabalho,
supra-enumerados, é com prazer que verificamos a dedicação e o em-
penho de todos. Examinamos também comunitariamente as di-
ficuldades existentes, e procuramos encaminhar soluções...

2.1 - Parcóquia - O novo pároco, Sr. Lúcio Dell'Amore,
já entrado na comunidade paroquial, dá continuidade, com
dynamismo e dedicação, à intensa atividade pastoral do últi-
mo pároco, Sr. Jm. Carlos Melo, e já começa também a pôr em or-
dem as finanças da paróquia. Recomendo-lhe que, juntamente
com o Coordenador da Pastoral - Sr. António Gomes, - faça o plane-
jamento paroquial para 1978, a fim de que haja sempre um
repto entusiasmo entre a Paróquia e a Missão. Com prazer
notamos aqui que a Capela do Pai Eterno foi totalmente reno-
velada, tornando-se muito precioso. Quanto à ideia de
transferir-se para lá a sede paroquial, é ainda prematuro.
No planeamento paroquial poder-se-á prever um melhor
atendimento e talvez começar lá um expediente paroquial
de algumas horas por semana...

2.2 - Colégio - Embora florescente e com plena aceitação
na cidade, permanecem as dificuldades de sempre: falta de apro-
vação oficial do Curso Colégio, e falta de pagamento dos honorá-
rios do Diretor e do Secretário. No começo do próximo ano, iremos

directamente ao Secretário de Educação do Estado tenta uma solução definitiva. O grande caso do sr. H. Felix traz-nos preocupação. Embora ele se disponha, com sacrifício, a continuar no cargo, na próxima reunião do Conselho Provincial iremos procurar um meio de liberá-lo, se possível.

Em prosseguimento à orientação provincial de deixarmos, que se do possível, a direção dos Colégios, para nos aplicarmos mais diretamente à Pastoral, juntamente com os Padres fixamos uma reunião com a liderança leiga da cidade, em que debatemos a conveniência e a possibilidade de transferirmos a direção do Colégio aos leigos a curto ou médio prazo. Embora não lhes tenha de modo algum agradado essa ideia, no entanto como conclusões lhes pedimos:

2.2.1 - que se procure construir, o quanto antes, um prédio próprio para o Colégio Estadual;

③ 2.2.2 - que os leigos comecem a participar de cargos na direção do Colégio, a fim de que assim se preparem a assumi-la totalmente;

2.2.3 - que ajudem os padres a resolver os problemas do Colégio junto ao governo do Estado.

Este sentido será enviado com ofício ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Se essas medidas forem concretizadas, poderemos, ao pouco, de fato, transmitir aos leigos a direção do Colégio; porém, pelo que se esforça, desde o começo do próximo ano, por colocá-las em prática, pelo menos enquanto dele depender.

2.3 - Missões - Segundo a opinião geral, as Missões marcham a contento, e o povo está correspondendo ao esforço da Equipe Missionária que é constituída atualmente de 3 Padres e 2 irmãos de cidade. A reunião de junho último, durante a "Missão de recaptação" (cf. I.S.V., apêndice 74) foi bastante proveitosa, e a Equipe Missionária se esforça de fato por colocar em prática os planos de ação e as metas que foram então apontadas. Brevemente reforçará a Equipe um cônego português que virá fazer um estágio de 6 meses, na cidade. Esperamos que esta Missão continue a produzir bons frutos, e nos consigamos

duas vocações para Padre e Juvenal.

2.4 - Administração das Fazendas - Continua de pé o plano e o propósito de se proceder à recuperação das fazendas. Ao Sr. P. Juvenal, que agora já está munido das devidas licenças e procurações, peço que dê início a esse trabalho, o mais brevemente possível. A ele também caberá, pela venda de gado, providenciar os recursos para a construção da fachada da Casa, logo que o Conselho Provincial aprovar definitivamente a planta dessa construção.

2.5 - Centro Vocacional - De acordo com o desejo da Assembleia Provincial e a conclusão a que se chegou na "Mimio-Assembleia" (cf. I.S.V., apêndice 24, p. 268), fica constituído em Campina Verde o segundo Centro Vocacional da Província, com a fundação de uma pequena Escola Esportiva, a começar as suas atividades em 1975. O P. José Camêlo Sacciva será o seu principal responsável, contando porém com o apoio e a ajuda dos demais coirmãos e, principalmente, da Equipe Mimio. Para assessorá-lo diretamente nesse trabalho designamos os Srs. Padres Egió e Célio. Esperamos que a Casa de Campina Verde, sendo atualmente a mais importante da Província pelo número de coirmãos e de obras, nos preste mais esse serviço de trabalhar generosamente em prol de vocações, futuros e esperança da Província!

3 - Conclusão - Ao terminar esta visita, agradeço aos coirmãos a cordialidade, a boa vontade e a colaboração que me prestaram. Exorto-os a perseverarem nesse esforço generoso que aqui vêm desempenhando. Para relembra-los tudo isso, peço ao Superior faça ler esta carta em 15 reunião mensal de cada semestre. Rogando agora a S. Vicente continue a abençoá-los copiosamente em todas as suas atividades e empreendimentos, reafirmo-me de todo o meu coirmão a seu inteiro dispor e serviço,

P. José Elias Chaves, CM,
Visitador Provincial da PBCM.
Campina Verde, 6 de dezembro de 1974.

ANEXO 9 – Justificativa da prefeitura de Campina Verde



Prefeitura Municipal de Campina Verde

ESTADO DE MINAS GERAIS

- CEP 36270 -

CGC (MF) N. 18 457 291/0001.07


04

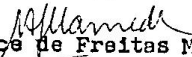
- JUSTIFICATIVA -

Justificando a aquisição das 02 (duas) Escolas Particulares de 2º Grau, de Campina Verde, com as habilitações: COLEGIAL, MAGISTÉRIO - 1º Grau - 1ª à 4ª série, e TÉCNICO EM CONTABILIDADE, para formar um novo estabelecimento - ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, de 2º Grau, esclarecemos o seguinte:

- não existe Escola Oficial de 2º grau no Município;
- a grande evasão do 1º grau para o 2º grau, devido o baixo poder aquisitivo da população, em sua grande maioria;
- uma grande desistência por parte dos alunos matriculados nos cursos, durante o período letivo por falta de condições para o pagamento das mensalidades;
- entendimento havido por parte da Prefeitura Municipal de Campina Verde, com os diretores das entidades mantenedoras dos Colégios particulares;
- cessão feita por estas entidades para a criação de uma nova escola, para atendimento a maior número de alunos de nosso Município;
- oportunidade de volta aos bancos escolares de todos aqueles que o deixaram por motivos financeiros;
- e finalizando, tal projeto foi questão de honra da Campanha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, neste último pleito eleitoral, visando participar sempre com o Governo do Estado de Minas Gerais, nas grandes decisões democráticas e também participar da grande mudança educacional proposta por Sua Exa. o Governador Tancredo Neves.


Campina Verde-MG, 05 de Dezembro de 1.983


Aluizio Freitas Rezende
- Prefeito Municipal -


Maria Alice de Freitas Mamede
- Diretora Deptº. Munic. Educação e Cultura -

ANEXO 10 – Escritura pública de cessão de direitos da concessão de funcionamento do ensino de segundo grau no Colégio Nossa Senhora das Graças, 1983

Cartório do Primeiro Ofício
Comarca de Campina Verde
ESTADO DE MINAS GERAIS
19



CARTÓRIO DO JUDICIAL E NOTAS DO 1.º OFÍCIO
COMARCA DE CAMPINA VERDE – Estado de Minas Gerais

- Livro 76 - - Fôlhas - 26V/27V - 1.º Traslado -

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE DIREITOS DA CONCESSÃO DE FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE SEGUNDO-(2º) GRAU "COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS", QUE A PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DA MISSÃO FAZ COM O MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE, COMO SEGUE:-

Saibam quantos a presente escritura' de cessão de direitos da concessão de funcionamento de ensino de 2º grau virem, que aos dezoito-(18) dias do mês de novembro-(11) do ano de mil novecentos e oitenta e três-(1983), nesta cidade e comarca de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, neste Cartório do Primeiro Ofício, sito à Rua 26, nº 27, perante mim escrevente juramentada e as testemunhas instrumentárias, abaixo indicadas e no final assinadas, compareceram partes entre si, justas e contratadas a saber:- de um lado, como outorgante cedente, a Província Brasileira da Congregação da Missão, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Cosme Velho, 241, inscrita no C.G.C. sob nº 33.584.293/0001-50, com representação nesta cidade, sito à Praça São Vicente de Paulo, nº 01, representada neste ato, pelo Senhor Superior Provincial, Pe. Alpheu Custódio Ferreira, C.M., brasileiro, solteiro, maior, eclesiástico, domiciliado e residente na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Cosme Velho, nº 241, inscrito no CPF. nº 127.196.509-78 e portador da Carteira de Identidade nº 04.346.921-2, Instituto Félix Pacheco-RJ.; e, de outro lado, como outorgado cessionário, o Município de Campina Verde, inscrito no CGC. sob número - - 18.457.291/0001-07, representado pelo senhor Prefeito Municipal, Aluizio Freitas Rezende, brasileiro, casa-

Cartório do Primeiro Ofício
Comarca de Campina Verde
ESTADO DE MINAS GERAIS
Extraído do Livro Conferido
Lessa P. M. Carvelho

A autenticação deste documento em 02 fôlhas todas rubricadas é feita na última pág. a. 2
CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO JUDICIAL E NOTAS
Campina Verde - Minas Gerais



CARTÓRIO DO JUDICIAL E NOTAS DO 1.º OFÍCIO

COMARCA DE CAMPINA VERDE — Estado de Minas Gerais

20
Paulista
02
DMT

do, fazendeiro, domiciliado e residente nesta cidade, inscrito no CPF. sob nº 055.825.476/49; todos os presentes meus e das testemunhas conhecidos, do que dou fé. E, em presença das mesmas testemunhas, pela outorgante cedente, me foi dito que por esta escritura e na melhor forma de direito cedia e transferia todos os direitos que possui sobre a concessão de funcionamento do Ensino de Segundo (2º) grau nesta cidade, denominado Colégio Nossa Senhora das Graças", com funcionamento nesta cidade, na Praça São Vicente de Paulo, nº 01, constante dos Cursos de Magistério para 1ª a 4ª série e Colegial, reconhecida pela Resolução nº 1.631/75 de 18-09-75, obedecendo os termos da Lei Federal nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, da disposição da Resolução 153/72 do C.E.E. de Minas Gerais e do Regimento Escolar do Estabelecimento, mediante as seguintes condições: - 1ª) A outorgante cedente faz a presente concessão para a finalidade exclusiva de tornar possível a constituição de uma nova entidade de ensino nesta cidade, mediante convênio do Município com o Estado; 2ª) Esta cessão, feita gratuitamente pela outorgante cedente, tem caráter irrevogável e irretratável e é por tempo indeterminado; 3ª) O outorgado cessionário garante à outorgante cedente, matrícula para todos os seus seminaristas, independente de reserva de vagas, e não baixará ato algum que possa prejudicar o ingresso dos mesmos nos cursos que devam frequentar; 4ª) O outorgado cessionário isenta os mesmos seminaristas da outorgante cedente das taxas e de quaisquer outros emolumentos que devam ser cobrados dos alunos desta nova entidade de ensino; 5ª) A presente cessão obedecerá aos termos legais vigentes. Pelo outorgado cessionário, me foi dito, em presença das mesmas testemunhas, que aceitava a presente escritura e a cessão ora feita, nos termos e cláusulas que ficaram expressas neste instrumento. Pelas par-

A autenticação deste documento em
02 folhas todas rubricadas é feita
na cidade de Campina Verde - Minas Gerais
CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO JUDICIAL E NOTAS
Campina Verde - Minas Gerais

partes me foram apresentadas os documentos seguintes:-
 Bilhete de distribuição sob nº 12.968 - ao Cartório do
 Primeiro Ofício. Campina Verde-MG., 18 de novembro de
 1983. (a.) ilegível. Taxa de expediente paga à CEF local
 no valor de CR\$377,00, conforme autenticação mecânica nº
 128, datada de hoje. E, de como assim o disseram, me pe-
 diram que lhes lavrasse esta escritura, a qual feita e
 lhes sendo lida, na presença das testemunhas, Ayres José
 de Souza e José Batista de Oliveira, brasileiros, casa-
 dos, oficiais de justiça, residentes nesta cidade, acha-
 ram-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam. Eu, -
 Isolda Peçeira da Silva, escrevente juramentada que a la-
 vrei, datilografando. Eu, Ione Paixão Marques Carvalho,
 tabeliã que a subscrevo, dou fé e assino. (a.a.) Ione
 Paixão Marques Carvalho, Pe. Alpheu Custódio Ferreira,
 Aluizio Freitas Rezende, Joaquim Hypolito Cassiano Pena,
 José de Bessa, Ayres José de Souza e José Batista de Oli-
 veira. Nada mais, dou fé. -----
 Eu, *Isolda Peçeira da Silva*, tabeliã que mandei
 datilografar, conferi, achei em tudo conforme, subscre-
 vi, dou fé. e assino.

Em teste da verdade.-

AUTENTICAÇÃO	
Confere com o original que me foi apresentado, dou fé.	
Campina Verde, 05 DEZ 1983	
Em Test.º 2	da verdade.
<i>Isolda Peçeira da Silva</i>	
TABELIÃO DO 1.º OFÍCIO	

Isolda Peçeira da Silva
 - Ione Paixão Marques Carvalho -

- Tabeliã -

Isolda Peçeira da Silva
 Escrevente Juramentada
 Apresentado para registro, hoje ás. - 13 - - - horas
 Registrado sob o n. 488 as fls. 406 do Livro B-4
 de Registro Especial de Títulos e Documentos e protoco-
 lado sob n. 586. - - -
 Campina Verde, 02 de Novembro de 1983.
 O Oficial, *[Assinatura]*

Cartório do Primeiro Ofício
 Comarca de Campina Verde
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 Mano P. M. Carvalho

CARTÓRIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
 Oficial
 José Teófilo Machado
 Oficial Substituto
 Estima Teófilo Machado
 David Braga de Souza
 CAMPINA VERDE
 MINAS GERAIS



Prefeitura Municipal de Campina Verde

ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP 38270

Para tanto, embora com dificuldades financeiras'' pelas quais passam todas as Municipalidades, estamos propondo arcar '' com todas as despesas de documentação e ainda, colocamos à disposição, prédio apropriado para funcionamento do ensino que estamos a pleitear, bem como ainda, manter pessoal, o qual não consta do quadro de servidores do Estado, que não tenha condição de se efetivar a adjunção,

Na esperança de que nossa súplica receba a necessária acolhida por de V.Exa., ao ensejo do presente, aproveitamos para renovar nossos protestos de elevada estima e apreço, subscrevendo-nos,

Atenciosamente,

ALUIZIO FREITAS RESENDE.

Prefeito Municipal

Honório de Souza Rosa
Dr. HONÓRIO DE SOUZA ROSA

Presidente do PMDB

18 457 291/0001-07

Campina Verde - Prefeitura

Rua Triunfo N° 296 - Centro

CEP 38270

Campina Verde - MG